



SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDNÉIA ALVES DE OLIVEIRA
CARINA BERTA MOLJO
(organizadoras)

Edneia Alves de Oliveira
Carina Berta Moljo
(organizadoras)

**Serviço social, questão social
e políticas públicas**

EDITORA
U F J F

1º Edição
Juiz de Fora
2024



Licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0 Deed. Você pode compartilhar o material, respeitando os termos a seguir: conceda o devido crédito, inclua um link para a licença e sinalize quaisquer alterações realizadas; é proibido o uso do material para fins comerciais; caso remixe, transforme ou crie a partir do material original, fica vedada a distribuição da versão modificada.



Reitora: Girlene Alves da Silva
Vice-reitor: Telmo Mota Ronzani
Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa: Priscila de Faria Pinto
Pró-reitora Adjunta de Pós-graduação e Pesquisa: Isabel Cristina Gonçalves Leite

Selo Editorial Serviço Social

Diretora Editorial: Profa. Dra. Edneia Alves de Oliveira
Editora: Profa. Dra. Carina Berta Moljo
Diretores Associados: Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia, Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte

Conselho Editorial:

Alcina Martins (Instituto Superior Miguel Torga - Portugal)
Ana Elizabete Mota (Universidade Federal de Pernambuco)
Carina Berta Moljo (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Cláudia Mônica dos Santos (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Elaine Rossetti Behring (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
José Paulo Netto (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Marco José de Oliveira Duarte (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Margarita Helena Rozas Pagaza (Universidad Nacional de La Plata - Argentina)
Maria Carmelita Yazbek (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Maria Lúcia Duriguetto (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Marilda Villela Iamamoto (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Miguel Ángel Oliver Perelló (Universitat Illes Balears - Espanha)
Paula Vidal Molina (Universidad de Chile - Chile)
Rodrigo Souza Filho (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Vassilis Ioakimidis (University of Essex - Inglaterra)

Projeto Gráfico, Editoração e Capa: Sabrina Binotti Alves

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF.

Serviço social, questão social e políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizadoras Ednéia Alves de Oliveira, Carina Berta Moljo. – Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2024.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 2,4mb)

ISBN: 978-85-93128-90-5

1. Serviço social. 2. Problemas sociais. 3. Políticas públicas. I. Oliveira, Ednéia Alves de. II. Moljo, Carina Berta. III. Título.

CDU: 36:304



Rua Isaías Régis de Miranda, 680
Hauer, Curitiba, PR, Brasil
contato@reflexaoacademica.com.br



Campus Universitário, bairro São Pedro
Juiz de Fora, MG, Brasil
editora@ufjf.br / propp@ufjf.br / ufjf.br/editora



Faculdade de Serviço Social
Campus Universitário, bairro São Pedro
Juiz de Fora, MG, Brasil

PREFÁCIO

Esta instigante coletânea, organizada pelo talentoso trabalho das professoras Edneia Alves de Oliveira e Carina Berta Moljo, chega até os leitores como mais uma contribuição do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFJF, ao processo de desvendamento das consequências, das radicais transformações societárias, nas esferas da economia e da política, que caracterizam o capitalismo contemporâneo, nesta segunda década do século XXI. Contexto que nos coloca diante da primazia dos interesses do mercado e com políticas globais de desenvolvimento econômico, centradas na voracidade de novos paradigmas de acumulação. Trata-se de um tempo caracterizado por mudanças aceleradas, por uma nova sociabilidade e uma nova política inscrita na agenda neoliberal. A financeirização implantou seu domínio e a produção se mundializou com processos de flexibilização produtiva, com avanços tecnológicos e informacionais, com a robótica, com fortes impactos ambientais e, sobretudo, com novas formas de organização das relações de trabalho e da economia.

Em tempos de domínio do capital financeiro e de superexploração do trabalho, sob o avanço do ultraneoliberalismo, profundamente predatório, com trabalhadores desprotegidos, desprovidos de direitos e em condições de brutal exploração, semelhantes aos processos de acumulação primitiva, estamos diante de um *projeto destrutivo*, que busca estender a lógica das finanças para todas as dimensões da vida social, constituindo uma sociabilidade que se expressa nas formas mais perversas da Questão Social e nas Políticas Sociais, alcançando certamente a profissão que, cotidianamente, confronta-se com esse cenário devastador.

Problematizando o capitalismo contemporâneo e as principais características da precarização do mundo do trabalho, denominado uberizado, Antunes (2023:14/15) vai observar que esse trabalho é emblemático, enquanto expressão de uma fase “informacional-digital-financeira” do trabalho, no Capitalismo de Plataforma, “no qual o universo informacional-digital se encontra em grande expansão [...] nos mostrando que ao contrário, da apregoada retração ou desaparecimento da lei do valor, estamos descortinando uma mutação e mesmo ampliação em suas engrenagens por meio da introdução de *novas formas de apropriação de trabalho excedente e de sua potencialização*.” Esse processo cria trabalhadores descartáveis, desempregados, subempregados e desprotegidos, tornando cada vez mais difícil construir no horizonte uma perspectiva de esperança e de futuro para milhões de seres humanos.

Nesses tempos sombrios e desumanos, é fundamental também não esquecer que o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixaram, sem dúvida, suas marcas na história do país e da América Latina, implantando bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão desse capitalismo dependente na periferia, bem como definindo características próprias da questão social brasileira e de cada um dos países do continente.

Nesse contexto, o Serviço Social, referência central desta coletânea, seja na relação com o trabalho seja na ambiência das políticas sociais, emerge em sua condição de especialização do trabalho coletivo, no âmbito da divisão, organização e gestão dos processos de trabalho que é sociotécnica, sexual e étnico-racial, enfrentando em seu cotidiano as consequências dessas grandes

transformações em curso no capitalismo global. Assim, estamos situando o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, que tem na centralidade da Questão Social e na resistência e luta dos trabalhadores um eixo definidor de sua natureza. O solo da profissão, é constituído, portanto, pelas relações que se estabelecem entre as classes sociais, vivenciadas pelo conjunto dos trabalhadores em sua diversidade de território, raça, sexo, cor, geração e relações de trabalho. Relações em que o Capital pressiona permanentemente por uma maior extração possível de trabalho não pago, os trabalhadores, por outro lado, enfrentam uma burguesia que vem buscando minar suas formas de organização, que apela à violência de Estado — cabendo lembrar que parte dessa burguesia se posiciona politicamente alinhada à extrema direita neofascista.

Assim sendo, o Serviço Social, como parte integrante do processo histórico que assumem as relações sociais na sociedade burguesa, em seus processos de mudanças, inserindo-se no conjunto da classe trabalhadora e de suas lutas, participa dessas relações cuja direção está sempre em disputa, apontando para a necessidade de um trabalho social orientado para a emancipação humana. Efetivamente, os assistentes sociais fazem parte da mudança, como gestores e operadores de políticas sociais, que se tem constituído historicamente em uma das mediações fundamentais para o exercício profissional. Assim, a profissão está envolvida diretamente com a construção cotidiana da sociabilidade capitalista pela mediação dessas políticas, operando dentro de seus limites e de suas possibilidades, pois alguns resultados dessa história e das recentes transformações societárias são facilmente observáveis em seu cotidiano de trabalho, “como a imensa concentração de riqueza e poder ao lado da tragédia da pobreza, da fome, da exclusão (não apenas de bens materiais) expressa, no crescimento das massas descartáveis sobrantes e sem proteção num mundo desumanizado e marcado pelo individualismo e pela competição. Processos que interferem nas múltiplas dimensões da vida, que interferem na esfera da cultura, da sociabilidade e da comunicação” (Yazbek, 2019:05). Processos perante os quais políticas sociais pautadas no reconhecimento de direitos e que poderiam minimizar a desigualdade e a injustiça se tornam cada vez mais precárias e cada vez menos universais e mais focalizadas e condicionadas, transitando para perspectivas do *Workfare* e da monetarização da Proteção Social, configurando um ambiente de profundas contradições e ambiguidades em detrimento de uma concepção universalista de Política Social.

Em interlocução com essa realidade, o livro nos apresenta um conjunto de análises dos processos contemporâneos que configuram a reestruturação do capitalismo global, com destaque especial para dois eixos: o primeiro, que coloca a relação Serviço Social e Trabalho em 07 capítulos que situam a profissão frente às transformações que ocorrem no Mundo do Trabalho, seja pelo avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) , seja por sua relação (nos anos entre 1930 e 1960) com os processos de organização, mobilização e reivindicação dos Movimentos Sociais da Classe trabalhadora, seja pela análise do trabalho nas Centrais de Teleatividades em seu papel no processo de valorização do Capital.

Ainda nesse primeiro eixo, a coletânea traz importantes análises teórico metodológicas sobre o trabalho, apoiada na Crítica da Economia Política marxiana e na análise crítica da Especulação e da Política do jovem Marx, além

de apresentar as contribuições de Lukács à análise das condições objetivas e subjetivas do trabalho. Completa essa primeira parte do livro, importante análise das interações Brasil-Portugal entre 1974 e 1995.

No segundo eixo, o livro coloca o Serviço Social na interlocução com as políticas sociais, por meio de quatro capítulos que vão analisar a Política Nacional de Humanização (PNH), no contexto das Residências em Saúde; pela abordagem do Racismo Estrutural na Atenção Primária à Saúde; pela questão da Saúde Mental das Drogas e do Proibicionismo em Juiz de Fora - MG; e, finalmente, encerra a coletânea uma abordagem das prisões sob a perspectiva da criminologia crítica construída à luz do pensamento social de orientação marxiana.

Em síntese, para finalizar, a proposta, organizada por Ednéia Alves de Oliveira e Carina Berta Moljo, coloca-nos diante de um feliz resultado, expresso nos vários aspectos abordados neste livro por seus autores, sem dúvida um grupo respeitável de intelectuais que nos trazem uma variedade de textos, instigantes, polêmicos e mobilizadores, acerca do Serviço Social da Questão Social e das Políticas Públicas, no andamento de tempos de acontecimentos políticos e sociais tão inquietantes.

Maria Carmelita Yazbek

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
EIXO I - SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO	5
CAPÍTULO I	6
O SERVIÇO SOCIAL NA CONTRACORRENTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA – 1930-1960 <i>Maria Lúcia Duriguetto</i> <i>Juliano Zancanelo Rezende</i>	
CAPÍTULO II	36
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TICS): TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS <i>Tatiana Reidel</i> <i>Elisangela Borba Bueno</i> <i>Laís Duarte Corrêa</i>	
CAPÍTULO III	66
PERSPECTIVAS HISTÓRICO-CRÍTICAS: INTERAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1974-1995) <i>Carla Fernandes Carrilho</i> <i>Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras</i>	
CAPÍTULO IV	96
AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DE LUKÁCS PARA O DEBATE <i>Geunice Tinôco Scola</i> <i>Cláudia Mônica dos Santos</i>	
CAPÍTULO V	124
SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO NA PERSPECTIVA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA <i>María Fernanda Escurra</i> <i>Isaura Gomes de Carvalho Aquino</i> <i>Inez Rocha Zacarias</i>	
CAPÍTULO VI	145
O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEATIVIDADES E SEU PAPEL NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL <i>Ednéia Alves De Oliveira</i> <i>Robson Adriano Mendes Ribeiro</i>	
CAPÍTULO VII	168
A CRÍTICA DA ESPECULAÇÃO E DA POLÍTICA NO JOVEM MARX* <i>Pedro Gomes Barbosa</i> <i>Ronaldo Vielmi Fortes</i>	

EIXO II – SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS	193
CAPÍTULO VIII	194
POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE: A REALIDADE DE UM HOSPITAL PÚBLICO	
<i>Carina Bárbara de Carvalho Dornelas</i>	
<i>Ingrid Adame Moreira</i>	
<i>Marina Monteiro de Castro e Castro</i>	
CAPÍTULO IX	218
O RACISMO ESTRUTURAL E A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – TENSÕES E REFLEXÕES	
<i>Débora Cristina Lopes Santos</i>	
<i>Luciana Gonçalves Pereira de Paula</i>	
CAPÍTULO X	241
SAÚDE MENTAL, PROIBICIONISMO E DROGAS EM JUIZ DE FORA-MG: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE PESQUISAS EMPÍRICAS	
<i>Marco José de Oliveira Duarte</i>	
<i>Marcilea Tomaz</i>	
<i>Vanisse Bernardes Bedim</i>	
CAPÍTULO XI	270
PRISÕES: ORIGENS E CONFIGURAÇÕES - UM OLHAR PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS QUE NOS APRISIONAM	
<i>Marcia Menegati Freitas</i>	
<i>Carina Berta Moljo</i>	

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que apresentamos aqui, um novo livro, resultado de mais uma publicação do Selo Editorial do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, que traz ao leitor um compilado de capítulos de pesquisadores e docentes renomados tanto do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFJF, quanto de professores e discentes convidados de outras áreas do saber. Intitulado **SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**, a coletânea busca socializar as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas neste Programa, integrando as linhas de pesquisa: Serviço Social e Sujeitos Sociais e Gestão Pública e Políticas Sociais.

A publicação desta obra reforça nosso compromisso de socializar o conhecimento produzido por docentes e discentes do mestrado e do doutorado do PPG, privilegiando publicações conjuntas que reforcem a interação entre o corpo docente e discente, assim como com pesquisadores de outras universidades, nacionais e internacionais. As produções aqui expostas expressam o processo de amadurecimento do PPG em Serviço Social, aprovado em 2004 pela Capes, inaugurando sua primeira turma em 2005, somando 18 anos de funcionamento. Desde então, seguindo a trajetória da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, hoje uma senhora de mais de 65 anos, as pesquisas e a produção do conhecimento estão assentadas no compromisso com a ciência, e com os princípios expressos no projeto Ético Político do Serviço Social, consolidado há mais de 40 anos. Nas últimas décadas o PPG vem investindo no seu processo de internacionalização, o que pode ser observado, não tão somente nesta publicação, quanto nos Seminários Internacionais, nas publicações da Revista Libertas, assim como na participação dos seus docentes e discentes em eventos de caráter nacional e internacional. Sem dúvida, uma das premissas da Universidade Pública, é devolver para a sociedade o conjunto de conhecimentos por esta produzida. Assim este livro objetiva socializar o conhecimento aqui produzido.

Configurando-se como a segunda publicação do Selo Editorial do Serviço Social¹, a coletânea em tela, demarca a consolidação do nosso Selo e do nosso compromisso com o rigor teórico- metodológico das nossas publicações. Reforça ainda a nossa parceria com os órgãos de fomento à pesquisa, sem os quais tal feito não seria possível. Nesse sentido, agradecemos o apoio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFJF, da Capes, Fapemig e CNPq, aos quais reiteramos nossos agradecimentos, desejando sempre que a colaboração seja contínua e recíproca.

Para esta coletânea, organizamos os capítulos do livro em dois eixos. O primeiro denominado de **SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO** e o segundo **SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS**.

¹ Como já anunciamos na publicação do livro anterior que pode ser acessada de forma gratuita no site da editora da UFJF, existiam publicações anteriores ao Selo Serviço Social, mas desde o ano de 2022, o Selo se configura, junto com a Revista Libertas e os Seminários Internacionais, como os principais veículos de publicização do conhecimento produzidos no âmbito nacional e Internacional.

Abre o primeiro eixo o capítulo intitulado **O Serviço Social na contracorrente dos Movimentos Sociais da Classe Trabalhadora – 1930-1960** de autoria da professora Maria Lúcia Duriguetto e do doutorando Juliano Zancanello Rezende. O artigo aborda uma sistematização da relação da profissão com os processos de organização, mobilização e reivindicação das classes subalternas por meio do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais desenvolvidas entre 1930-1960.

O segundo capítulo nomeado **Perspectivas histórico-críticas: interações entre Brasil e Portugal (1974-1995)** elaborado pela doutoranda Carla Fernandes Carrilho e pela professora Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, aborda a temática da interação e a cooperação entre assistentes sociais portugueses e brasileiros em um contexto de efervescência social e enfrentamento às ditaduras, nos anos 1970. Essas conjunturas, guardadas as suas particularidades, têm em comum o tensionamento das respostas profissionais tradicionais do Serviço Social e a necessidade de elaboração de novas respostas em alinhamento com as demandas postas pelos sindicatos, partidos, movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora, no enfrentamento da “questão social” peculiar à dinâmica contraditória das sociedades capitalistas.

O terceiro capítulo denominado **Tecnologias da informação e da comunicação (TICs): Tendências e Desafios para o Trabalho de Assistentes Sociais**, foi elaborado pela professora Tatiana Reidel, pela assistente social Elisângela Borba Bueno e pela doutoranda Laís Duarte Corrêa. O artigo tem como objetivo apresentar ao(a) leitor(a) uma reflexão e análise dos impactos das tecnologias de informação e de comunicação, com ênfase no trabalho de assistentes sociais, considerando como as mudanças se constituem, como tendências e desafios no trabalho e, por consequência, no acesso às políticas sociais.

Na sequência, o quarto capítulo tem como tema **O Trabalho nas centrais de teleatividades e seu papel no processo de valorização do capital**, redigido pela professora Ednéia Alves de Oliveira e do assistente social e mestre Robson Adriano Mendes Ribeiro. O debate envolve a relação do trabalho dos teleoperadores e suas características para análise da realidade. Ainda que com o desenvolvimento da sociedade capitalista o trabalho tenha se diversificado, continua central para o capital, gerando um movimento contraditório intrínseco que oprime a classe trabalhadora, lançando um grande percentual desta ao pauperismo.

O quinto capítulo intitulado **As condições objetivas e subjetivas do trabalho: contribuições de Lukács para o debate** é fruto do trabalho da assistente social e doutoranda Geunice Tinôco Scola e da professora Cláudia Mônica dos Santos. Apresenta os contributos do filósofo György Lukács para pensar o exercício profissional do Assistente Social, evidenciando-se não apenas as possibilidades de respostas dadas ao profissional diante da realidade da população e do contexto institucional, mas também de um comportamento consciente e ativo capaz de produzir mudanças nesta realidade.

O sexto capítulo é resultado de pesquisa elaborada pelas professoras Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Inez Rocha Zacarias e María Fernanda Escurra e tem como objetivo avançar na fundamentação teórica da categoria trabalho com base na crítica da economia política de Marx para a apreensão e análise do trabalho de assistentes sociais. O caminho seguido situa tal análise na área dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social e propõe recuperar a leitura inaugurada por Yamamoto na década de 1980, afirmando, mais uma vez, a necessidade de abordar o trabalho profissional com base no duplo caráter que o trabalho assume historicamente sob o capital. O capítulo se denomina **Serviço Social e Trabalho na perspectiva da Crítica da Economia Política**.

Em continuidade o sétimo capítulo denominado **A Crítica da Especulação e da Política no Jovem Marx**, elaborado pelo doutorando Pedro Gomes Barbosa e pelo professor Ronaldo Vielmi Fortes traz como apontamentos principais a crítica de Marx aos dois primeiros elementos – a especulação e a política –, de modo que possamos esboçar os traços de uma etapa do movimento de maturação de seu pensamento nos textos de juventude, tais como Sobre a questão judaica (1843), Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano” (1844) e Introdução (1844) à Crítica da filosofia do direito de Hegel.

No segundo eixo, temos a apresentação de 4 capítulos. O primeiro deles e também o oitavo capítulo da coletânea, intitula-se **Política Nacional de Humanização e Residências em Saúde: a realidade de um hospital público**. O artigo teve a participação da mestranda Carina Bárbara de Carvalho Dornelas, da doutoranda Ingrid Adame Moreira e da professora Marina Monteiro de Castro e Castro. O objetivo versou sobre resultados de pesquisa realizada no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF) que teve por objetivo identificar os principais desafios para implementação da PNH e identificar os elementos que atravessam as ações profissionais e instâncias gestoras, com o intuito de realizar um processo de ensino em saúde voltado à capacitação dos profissionais.

O nono capítulo denominado **O racismo estrutural e a atenção primária à saúde – tensões e reflexões**, foi redigido pela assistente social e mestre Débora Cristina Lopes Santos e pela professora Luciana Gonçalves Pereira de Paula. Objetivou fomentar o debate sobre as manifestações do racismo estrutural, presente em nossa sociedade, refletindo como o mesmo se expressa no campo da política de saúde, em especial na Atenção Primária à Saúde (APS).

Na sequência o décimo capítulo denominado **Saúde Mental, proibicionismo e drogas em Juiz de Fora-MG: uma análise das políticas públicas a partir de pesquisas empíricas**, de autoria do professor Marco José de Oliveira Duarte e das assistentes sociais Vanisse Bernardes Bedim e Marcileia Tomaz. O capítulo articula duas pesquisas acadêmicas que tomaram tais políticas no município como campo da investigação, fruto de duas dissertações de mestrado em Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientadas pelo primeiro autor. Assim, as investigações tratam, respectivamente, das políticas de saúde mental

e de drogas e os limites e desafios para a realização do trabalho em saúde no modelo de atenção psicossocial, tendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Juiz de Fora – MG, como espaços problematizadores e as ameaças ao Sistema Único de Saúde, em particular, pelas comunidades terapêuticas.

Por fim, o décimo primeiro e último capítulo da coletânea, de autoria da assistente social e mestre Márcia Menegatti Freitas e da professora Carina Berta Moljo intitulado **PRISÕES: origens e configurações. Um olhar para além das aparências que nos aprisionam**, tem como base a criminologia crítica para análise do sistema prisional brasileiro. O direcionamento do debate consiste na reflexão sobre a temática das “prisões”, consideradas como um dos cenários nos quais se objetiva a vida social, intimamente conectado às transformações da estrutura social e econômica, mesmo que para a maioria da população “apareçam” como isoladas da totalidade social.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Juiz de Fora, outono de 2024

Ednéia Alves de Oliveira

Carina Berta Moljo



EIXO I
SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO

CAPÍTULO I

O SERVIÇO SOCIAL NA CONTRACORRENTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA – 1930-1960

Maria Lúcia Duriguetto

Assistente Social; Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq.
E-mail: maluduriguetto@gmail.com

Juliano Zancanelo Rezende

Assistente Social; Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Bolsista Fapemig; Mestre em Serviço Social (UFJF).
E-mail: julianozancanelo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A partir do legado crítico subsidiado no pensamento marxiano e na tradição marxista de apreensão do processo histórico da institucionalização do Serviço Social na realidade nacional, compreendemos que a profissão se constrói demandada pelo Estado e frações das classes dominantes para atuar junto às expressões da questão social, dispondo em seu significado social da ineliminável contradição de interesses entre capital e trabalho. Por essa insuprimível contradição estrutural do modo de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo, as requisições e as respostas profissionais estão submetidas historicamente aos conflitos sociais produzidos e desenvolvidos entre as classes fundamentais e suas frações e, neles, a configuração da ação estatal. Ao atuar sob e sobre o espaço do conflito de classe e na dinâmica da ação estatal nele posta, intencionamos apresentar uma sistematização da relação da profissão com os processos de organização, mobilização e

reivindicação das classes subalternas por meio do trabalho profissional nos espaços sócio-ocupacionais desenvolvidas entre 1930-1960.

A dimensão doutrinária, moral e de disciplinamento social que acompanha o desenvolvimento profissional do Serviço Social no Brasil, mesmo que ressignificadas a partir do que Iamamoto (2013) denomina como “arranjo teórico-doutrinário” — em que a profissão assume, gradativamente, uma forma técnica e racional das ações de integração social, sem perder de vista o aspecto moral ajustador — caracteriza o trabalho profissional com os movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora de modo a prevenir e impedir a expansão dos conflitos sociais. Nesse sentido, enfatizamos as ações que eram desenvolvidas por assistentes sociais, profissionalmente contratados pelas grandes instituições socioassistenciais, na contenção e no disciplinamento da potencialidade político-organizativa e reivindicatória das classes subalternas, com destaque para as experiências a partir da Fundação Leão XIII (FLXIII). Decidimos enfatizar nossa investigação e análise a partir da FLXIII pelo o que representou essa instituição socioassistencial na dinâmica da luta de classes e do desenvolvimento capitalista e por se constituir enquanto um espaço sócio-ocupacional privilegiado para o trabalho profissional em seu processo de institucionalização.

Em nosso juízo, amparado em avaliações históricas de pesquisadores como Valladares (2000), Honorato (2012), Iamamoto e Carvalho (2014) e Costa (2015), a FLXIII se destaca pela motivação interventiva de combate à influência comunista, edificando como seu lema: “*é preciso subir os morros antes que os comunistas desçam*”. Sendo criada como forte antagonista social e ideológica da principal força política que se propunha vocalizar os interesses democráticos das classes subalternas — o Partido Comunista Brasileiro (PCB) —, a FLXIII arregimentou assistentes sociais na operacionalização de seus propósitos na contramão do PCB e do que suas mobilizações representavam para os rumos do desenvolvimento nacional. Lembramos que o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, de 1947 — mesmo ano de criação da FLXIII e de retorno da ilegalidade do PCB —, apresentava como deveres dos profissionais do Serviço Social: “1) cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus [...]; 4) recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral” (ABAS, 1947, p. 1). A conduta comunista, naquele período, além de ter sido criminalizada, portanto, tornada ilegal, também era

compreendida como imoral e injusta diante os valores cristãos que norteavam as ações da FLXIII e que compunham o arranjo teórico-doutrinário do Serviço Social. Como veremos, as estratégias de controle social das classes subalternas e de arrefecimento das resistências populares, atribuídas a essa instituição e desempenhadas por seus agentes, equacionaram o caráter do relacionamento profissional do Serviço Social com os movimentos sociais das classes subalternas na recusa da colaboração com os verdadeiros anseios democratizantes e na promoção da tutela do “popular”, assim como ocorreu em outras instituições socioassistenciais que contaram com a presença profissional de assistentes sociais nesse período.

2. LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL (1930-1960)

Antes de nos atermos nas ações do Serviço Social na contrafação dos movimentos e lutas sociais da classe trabalhadora, é preciso compreender historicamente o significado social dessa profissão no conjunto das relações sociais da sociedade burguesa, e as determinações de seu processo de institucionalização no Brasil em meio à dinâmica da luta de classes. O processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção, especificamente na fase monopólica do capital, engendrou uma acentuação das desigualdades de classe, tanto pela situação econômica objetiva de maior exploração do trabalho e de aumento da pauperização quanto pelo incremento da dinâmica conflitiva da luta de classes. É esse marco de expressão da questão social — em seus vetores econômicos e políticos — que exige das frações das classes dominantes e do Estado novas intervenções econômicas e sociopolíticas para além da coerção direta e da ajuda caritativa. É nessa dinâmica da ordem burguesa que o Serviço Social, sob herança conservadora de suas protoformas gestadas no seio da Igreja Católica, passou a ser requisitado institucionalmente enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho coletivo, de modo a atuar junto às expressões da questão social no bojo da expansão urbano-industrial e com espaço majoritário de atuação no âmbito estatal. Participar da reprodução

das relações sociais capitalistas implica no caráter ineliminável do conflito de classes no fundamento da natureza e do significado social da profissão.²

Requisitado enquanto “atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e da difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.101), o Serviço Social se institucionaliza no lastro de preceitos ideo-políticos postos em suas protoformas³.

O embrionário Serviço Social brasileiro originou por meio da ação doutrinária, na busca de realinhar as massas aos anseios reformistas da Igreja, que se sintetizavam na construção do comunitarismo cristão enquanto alternativa para manutenção da ordem do capital. Com a emergência do Serviço Social no âmago do bloco católico, seus agentes pioneiros — mulheres da alta sociedade, que estavam ligadas ao apostolado social, seja por meio da educação religiosa ou por meio da atividade nas Obras Sociais — se conjuga com as demandas de instituições estatais e do patronato por força de trabalho técnica e especializada para lidar com os chamados “problemas” ou desajustes sociais. Essa demanda impulsiona o surgimento e desenvolvimento de centros formativos para habilitar agentes do Serviço Social para agir com destreza sobre a consciência, os comportamentos e o modo de vida das classes subalternas.

² Sob essa perspectiva, o Serviço Social “responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.82);

³ A origem do Serviço Social foi estabelecida no interior da ação católica, enquanto parte do processo conhecido como Reação Católica. Rotacionando sua intervenção político-religiosa para a perspectiva de recristianização da ordem burguesa, a Igreja criou um arsenal de instituições para articular o movimento leigo sob a Ação Católica Brasileira (1935), direcionado pelas diretrizes doutrinárias das encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. A ampla mobilização do laicato, tanto no desenvolvimento das Obras Sociais, que se iniciaram na década de 1920 e se expandiram na entrada do decênio seguinte, quanto na conformação de organizações destinadas a angariar segmentos católicos para a difusão da nova Doutrina Social da Igreja, além de ser uma demonstração de força da hierarquia perante o Estado e a nova correlação de forças das classes dominantes, também foi imprescindível perante o crescimento organizativo do operariado urbano. Prezando pelos ensinamentos das referidas encíclicas papais, o movimento laico se dirigiu a disputar os contingentes de trabalhadores, livrando-lhes, supostamente, do caminho do “mau” e da desordem, e os recolocando nos trilhos da vontade divina de “amizade entre as classes” para o progresso social. Além da organização dos Círculos Operários, que, posteriormente, em 1937, deu origem a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOOC), a hierarquia orientou as frentes de intervenção dos organismos da Ação Católica a atuarem educativamente e moralmente junto à classe trabalhadora. É neste que o Serviço Social é gestado enquanto um “setor” da Ação Social Católica. As protoformas da profissão no Brasil, então, foram intimamente vinculadas ao reposicionamento do bloco católico na luta de classes.

No bojo da movimentação estado-novista, foram criadas as grandes instituições socioassistenciais no país, o que imputa a incorporação da sociologia conservadora norte-americana nos processos formativos profissionais. Assim, como lamamoto (2013) afirma, o discurso humanista na ação disciplinadora do Serviço Social junto às classes subalternas foi reforçado e atualizado sob as bases teóricas do pensamento conservador positivista, estabelecendo um “arranjo teórico-doutrinário”⁴.

A ação educativa e disciplinadora da profissão centrou seu foco sobre a culpabilização do indivíduo em relação à situação “desregrada” em que vivia, mas também enfatizou a dimensão da família e da comunidade nas estratégias de intervenção pragmática e ajustadora de “reforma do homem dentro da sociedade” lamamoto (2013, p.33).

A vinculação institucional altera, ao mesmo tempo, a ‘clientela’ do Serviço Social: de pequenos segmentos da população pobre em geral, atingida ocasionalmente pelas obras sociais confessionais, seu público se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo principal das políticas assistenciais implementadas pelas instituições. Este processo consolida a profissionalização do Assistente Social [...]. Em suma, o Serviço Social deixa de ser instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes, para se transformar, prioritariamente, em uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais⁵. (IBIDEM, p. 36)

4 “O Serviço Social mantém seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando — na justificativa dessa ação — o discurso humanista, calcado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presente nas Ciências Sociais. Esse arranjo teórico-doutrinário oferece ao profissional um suporte técnico-científico, ao mesmo tempo em que preserva o caráter de uma profissão ‘especial’, voltada para os elevados ideais de serviço ao Homem”. (lamamoto, 2013, p.24);

5 Em relação direta ao operariado, a atuação profissional do Serviço Social no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), criado em 1942, e, posteriormente, a partir de 1946, no Serviço Social da Indústria (Sesi), marcam a entrada da profissão na atuação racionalizada sobre o processo de adequação da força de trabalho às novas necessidades da produção capitalista e, por conseguinte, nas condições de reprodução material e espiritual dessa força de trabalho em ajustamento à sociabilidade capitalista modernizadora. Com o fim do período da ditadura Vargas, temos, como exposto anteriormente, uma exponencial organização e mobilização dos sindicatos de trabalhadores e dos movimentos populares, sob forte influência dos comunistas. A reação da burguesia industrial e do Estado encontrou na fundação do Sesi uma grande possibilidade de contraponto político à movimentação da classe trabalhadora naquele período de ampliação “restrita” das liberdades democráticas. Aliás, a grande capacidade do Sesi no oferecimento de serviços assistenciais poderia ser dirigida, assim como era, para a persuasão de trabalhadores e “para a sustentação e articulação de lideranças sindicais pelegas comprometidas com a campanha anticomunista no interior do movimento operário” (lamamoto; Carvalho, 2014, p.294).

Mas antes da profissionalização do Serviço Social, lembramos de sua atuação junto aos Círculos Operários⁶, quando ainda estava diretamente ligado ao movimento católico leigo sob a Doutrina Social da Igreja Católica. Dessa forma, recordamos que a relação do Serviço Social com os processos de organização e mobilização política da classe trabalhadora registra antes mesmo de seu percurso de institucionalização. Afinal, as protoformas da profissão a partir da Ação Católica eram conectadas ao projeto corporativo da Igreja sob o movimento de Reação Católica — em que se orientava penetrar junto à classe trabalhadora para livrá-la do perigo vermelho do comunismo ateu e dos “excessos” do liberalismo, como orienta a encíclica *Divinis Redemptoris*.

A conjuntura que se abriu no período histórico em que o Serviço Social foi requisitado para atuar profissionalmente nas grandes instituições socioassistenciais foi marcada por uma efervescência sociopolítica de caráter democratizante, que contou com a retomada ofensiva do movimento sindical e operário⁷. Esse ascenso do movimento sindical resultou na necessidade de uma organização que pudesse articular e direcionar o processo de luta, dando origem, em 1945, ao Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), que logo foi substituído, em 1946, pela Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) — ambas hegemonicamente dirigidas pelos comunistas e com presença de trabalhistas do PTB. Porém, essa capacidade de unidade sindical foi interrompida quando o governo “democrático” do General Dutra, sob os ventos internacionais da Guerra Fria, baixou a severa repressão aos movimentos sindicais e sociais, a partir de 1947.

Todavia, antes de romper a sanha repressiva do primeiro governo à luz da redemocratização, as forças populares dinamizaram sua capacidade organizativa e de mobilização, estando o PCB como fio condutor privilegiado dessa dinamização social. Junto às investidas no campo das disputas eleitorais,

6 “Associações civis de trabalhadores, de inspiração católica, surgidas no Brasil na década de 1930. A primeira dessas associações foi o Círculo Operário Pelotense, fundado na cidade de Pelotas (RS) em 15 de março de 1932. [...] Inspiravam-se na tradição intelectual italiana do corporativismo e na própria orientação do regime de Vargas, favorável ao desenvolvimento do movimento operário católico como um meio de resguardar os trabalhadores da influência comunista” (Kornis, s/d, s/p).

7 Um cenário de ebulição de novas entidades sindicais e aumento de trabalhadores sindicalizados, que em apenas um ano — de 1945 a 1946 — quase dobrou de tamanho. “[...] 873 sindicatos foram criados até 1945 e, em 1946, criaram-se mais 66. Os trabalhadores filiados, que, em 1945, somavam 474.943, passaram a contar 797.691 já em 1946” (Mattos, 2009, p.79).

os comunistas se debruçaram na mobilização e organização popular das massas trabalhadoras, em locais de trabalho e moradia. E para isso, alçaram um instrumento de organização popular — os Comitês Populares Democráticos (CPDs). A constituição dos Comitês foi fundamental para adensar a reivindicação de ruptura com as tradições autoritárias e heteronômicas da sociedade brasileira. Foi então que, a partir de 1945, sob direção dos comunistas, colocaram-se em ação esses instrumentos de luta das classes subalternas, principalmente nos bairros, vilas populares e “favelas”, mas também nos locais de trabalho. A intervenção dos comitês girava em torno de reivindicações locais em relação às condições de vida e trabalho das camadas subalternas, buscando respostas tanto pela via coletiva de cooperação entre pares, como, sobretudo, por meio da denúncia pública e política das desigualdades sociais, direcionando suas reivindicações para o âmbito do Estado. As reivindicações econômico-imediatas ecoavam em uma luta unitária entre os segmentos democráticos da sociedade por amplos direitos de cidadania. Ou seja, as ações populares e democráticas, por meio dos comitês, não se limitavam ao circuito restrito de pautas meramente econômicas como melhores condições de infraestrutura dos bairros e “favelas” ou melhores condições imediatas de trabalho, expressavam-se, substancialmente, em potencialidade política de democratização efetiva das relações sociais, mesmo que no marco da ordem capitalista.

A capacidade organizativa dos CPDs ia além de critérios associativos por locais de moradia e de trabalho. Mesmo que estes eram critérios em relação à estrutura organizativa dos comitês, pelo seu objetivo ampliado de democratização nacional, também fazia parte da dinâmica desses instrumentos de base a formação de núcleos que tematizavam questões diversas, desde que estivessem à luz de uma perspectiva democratizante. Como foi o caso do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, do Comitê Democrático dos Evangélicos, do Comitê do Ensino Leigo e do Comitê de Mulheres Pró-Democracia (Pinheiro, 2014).

Nesse momento histórico, era preciso generalizar e expandir os anseios populares democratizantes em todos os quadrantes da vida nacional. Os movimentos sociais lançavam mão de várias atividades culturais enquanto meio de educação popular, vide exemplo do teatro amador, do cinema e de exposições populares diversas. Mas, pela situação de alto índice de analfabetismo da sociedade brasileira, a educação de adultos ganhou

centralidade nas tarefas político-pedagógicas dos Comitês Populares Democráticos. Afinal, como os analfabetos não tinham direito ao voto, a tática de alfabetização em massa serviria para que as classes populares pudessem participar da vida político-eleitoral, no sentido da estratégia de unidade nacional em vistas à democratização da sociedade brasileira. O que preocupava os segmentos democráticos em relação à alfabetização de adultos, sobretudo os comunistas, passava pela necessidade de alistamento de um eleitorado das camadas subalternas⁸, adensando uma democracia participativa, porém, ia além disso. A preocupação central seria a qualificação desse eleitorado, ou seja, por meio da formação político-pedagógica dos CPDs, almejava-se tornar esses novos eleitores capazes de identificar e decidir alternativas eleitorais que representassem a estratégia de unidade nacional em prol da democratização da sociedade.

Uma outra importante organização criada em 1946, na então Capital Federal, foi a Universidade do Povo (UP), concebida pela Comissão de Divulgação, Propaganda e Cultura do MUT Nacional, articulada com os CPDs, trabalhadores, intelectuais e artistas, “que se aglutinaram em torno do programa mínimo lançado pelo PCB – o que não necessariamente significava uma adesão ao partido”. De acordo com seus estatutos, tinha como objetivo “elevar o nível cultural e desenvolver a educação do povo através do ensino, da preparação técnica e do alargamento da cultura de todas as camadas populares e especialmente da classe trabalhadora” (Pinheiro, 2014, p. 51). A UP oferecia suporte técnico-pedagógico aos cursos de qualificação profissional e aos de desenvolvimento intelectual e político oferecidos pelos comitês de bairros e pelos comitês profissionais⁹.

⁸ “Entre as tarefas eleitorais atribuídas aos Comitês Populares estavam: 1) Organizar cursos rápidos de alfabetização – para ambos os sexos – de futuros eleitores, sem nenhuma preocupação quanto aos candidatos que os mesmos iriam escolher; 2) Alistar o maior número possível de mulheres; 3) Demonstrar por todos os meios – palestras, impressos, volantes, comícios, propaganda individual, etc. – a natureza secreta do voto. Mostrar praticamente que seria impossível saber em quem votou o eleitor” (Tribuna Popular, 3/7/1945, p. 5 apud Pinheiro, 2014, p.44).

⁹ “Os Comitês Democráticos Profissionais se constituíam de vários subcomitês que funcionavam nos locais de trabalho, procurando demonstrar, sem atitudes ostensivas de oposição, as falhas e a inércia das diretorias sindicais, no intuito de convencer os trabalhadores da necessidade de colocar à frente dos sindicatos homens de sua confiança. Em suma, os Comitês levantavam questões dentro da classe, com a finalidade de colocar a diretoria em dificuldade e chamar a atenção para o MUT e seus indicados, os quais tomariam a liderança política dentro dos sindicatos” (Pinheiro, 2014, p.38).

A efervescência social nas cidades encontrou correspondência no meio rural onde ainda se encontrava a maioria da população brasileira, oprimida pelo latifúndio e suas oligarquias. Devido às severas limitações colocadas pelo Ministério do Trabalho para o sindicalismo rural, as forças democráticas, sob hegemonia comunista, conseguiram promover um instrumento de organização camponesa capaz, mesmo que momentaneamente, de ultrapassar as restrições de mobilização campesina impostas pelos interesses das frações latifundiárias. Criadas como associações de camponeses e de cunho não trabalhista, as Ligas Camponesas¹⁰ faziam analogia aos CPDs que se desenvolviam no perímetro urbano, em uma tentativa de realizar a intenção que vinha desde a rápida existência do Bloco Operário Camponês (1928-1930) — a coalizão entre camponeses e operários.

Mas o que se processou até o final do governo Dutra foi a inviabilidade de radicalização política pelas forças democráticas e populares, o que se estendeu durante os próximos governos até o final da década de 1950. Por mais que a década de 1950 contasse com um significativo reaparecimento político do movimento operário em um cenário de repressão e controle pelo Estado, somente a partir de 1958 que as lutas sociais ganharam um novo fôlego político diante a retomada expressiva dos movimentos sociais populares que canalizaram suas ações principalmente em torno da educação popular.

Junto da crescente mobilização camponesa que, inclusive, se entendeu para os primeiros anos da década de 1960, com a radicalização de suas lutas por meio de inúmeras ocupações de terras passíveis de reforma agrária, acontecia também uma ascensão dos movimentos populares e sindicais nas cidades. No desenrolar dessa ascendente sindical, Netto (2014) nos lembra que tal conjuntura também foi singularizada pela criação de organizações de trabalhadores não reconhecidas pela estrutura sindical oficial do Estado, como foi o caso exemplar do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962.

¹⁰ Referenciado em Santos (2005), Pinheiro (2014, p. 93) relata que “a partir do final de 1945, os comunistas criaram Ligas Camponesas por vários pontos do país. Exemplos: as Ligas Camponesas de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga, em Pernambuco; Bauru, Cruzeiro, Fernandópolis, Suinana, no Estado de São Paulo; Nova Iguaçu e São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro; Jacarepaguá e Vargem Grande, no então Distrito Federal; Catalão, Nova Aurora, Urutaí, Pires do Rio, Orizona e Goiandira, em Goiás. Mencionando também a região do Triângulo Mineiro e no Paraná”.

Além de ter sua política centrada na organização operária e incidir fortemente nas lutas sociais do campo, nesse ínterim de agitação popular do final de 1950, o PCB também empenhou esforços na organização de associações de bairros pelo país que reativaram reivindicações importantes dos históricos Comitês Populares Democráticos¹¹.

Conforme a peculiaridade conjuntural durante esse período histórico, ao passo em que as formas de lutas sociais das classes subalternas se apresentavam como parte dos impasses para o desenvolvimento modernizador do capitalismo no país, uma série de medidas foi acionada para responder social e politicamente o que se apresentavam como dificultadores para a expansão do grande capital, ao mesmo tempo em que respondiam às suas necessidades sociais de desenvolvimento. Nesse processo, os assistentes sociais foram chamados para auxiliar no gerenciamento do novo comportamento assistencial, executando políticas sociais voltadas para conservação e reprodução física da força de trabalho, mas também, simultaneamente, exercendo o papel sóciopedagógico de ajustamento social e cultural da classe trabalhadora à racionalidade de desenvolvimento capitalista. Ou seja, incidindo sobre valores, comportamentos e auxílio no apassivamento e cooptação das formas de luta e resistência dos trabalhadores, tentando sujeitá-los à inércia político-reivindicatória e ao aprofundamento da dominação burguesa.

3. SERVIÇO SOCIAL E A FUNDAÇÃO LEÃO XIII: “É PRECISO SUBIR OS MORROS ANTES QUE OS COMUNISTAS DESÇAM”

No pós 1930, as consequências do desenvolvimento urbano-industrial da sociedade brasileira já se expressavam de forma latente no aumento da demanda habitacional nas cidades em contraponto à concentração de imóveis pelo capital especulativo, elevando os valores dos aluguéis e conduzindo as massas empobrecidas para o território da “favela”. Afinal, com o rebaixamento do valor real dos salários, a falta de uma política habitacional adequada ao

¹¹ “Uma luta que visou a conquista do saneamento básico, do transporte, da escola, do posto de saúde, do policiamento, do acesso aos meios de comunicação (correios, telefone), do esporte, do lazer, da moradia, da iluminação pública e domiciliar [...]” (Pinheiro, 2014, p.109).

inchaço dos centros urbanos diante as sucessivas correntes migratórias e a exígua capacidade e alto preço do transporte público, restava para a população pobre e marginalizada a alternativa de aumentar a ocupação desordenada e “irregular” dos morros mais próximos aos espaços de trabalho. Passa a ser implementada uma intervenção estatal nos territórios concentradores de miseráveis e “desvalidos”, para além da repressão, como no caso dos cortiços¹², desde o final do século XIX¹³, com objetivo de frear o fenômeno de “favelização” dos centros urbanos e a erradicação das “favelas”. Nesse contexto de criação de políticas públicas voltadas para a construção de habitações populares no enfrentamento da “favela” e enquadramento social das classes subalternas, tornava-se imprescindível o conhecimento acerca dos territórios e seus ocupantes, que sofreriam a intervenção planejada das agências subsidiadas pelo Estado e frações das classes dominantes¹⁴. Nessa direção, destacamos a criação dos Parques Proletários (PP) que, segundo Costa (2015), foi uma iniciativa que buscou articular condições de infraestrutura urbana higiênicas na promoção de moradias populares, mesmo que provisórias, e educação da vida cotidiana para a reintegração social e remodelamento dos hábitos sociais daqueles a eles destinados. Pela forte influência da Igreja no gerenciamento dos PP, as profissionais de Serviço Social, alinhadas com os valores das protoformas da profissão, além de verificar a ficha criminal, o vínculo de trabalho e a referência ideológica do candidato e sua família, também deveria atuar na orientação sobre os ganhos e gastos financeiros das famílias, na educação e

¹² “Percebido como o espaço, por excelência, do contágio das doenças e do vício, sua denúncia e condenação pelo discurso médico higienista foram seguidas por medidas administrativas: primeiro, uma legislação proibindo a construção de novos cortiços; em seguida, uma verdadeira ‘guerra’ que resultou na destruição do maior de todos, o ‘Cabeça de Porco’; e finalmente, a grande reforma urbana do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que se propunha a sanear e civilizar a cidade acabando com as habitações anti-sanitárias.” (Valladares, 2000, p.7).

¹³ São iniciativas nessa direção a Fundação Casa Popular (1946); Lar Operário Fluminense, a “Comissão para a Organização de Plano para a Construção de Casas Populares na Capital” (1942); e os Parques Proletários (1942).

¹⁴ Sobre esse processo de crescimento urbano e favelização do Rio de Janeiro, Costa (2015, p.70) escreve que: “esta tendência tornou o crescimento das favelas exponencial. A desigualdade espacial que já era sentida desde o século XIX, tomou proporções de calamidade pública a partir dos anos 1930. Para se ter uma ideia de 1870 a 1890, a Capital Federal havia crescido 120,2 % (de 235.381 a 518.292 pessoas), o aumento no número de residências, no mesmo período, cresceu apenas 74,3 % (de 41.200 a 71.807). Apesar disso, foram mais de 1.800 prédios destruídos em regiões pobres, gerando algo em torno de 20.000 pessoas jogadas nas ruas em nome da modernização urbanística do Rio de Janeiro. Já no início dos anos 1940, estimava-se que existiam em torno de 60.000 barracos nas favelas do Rio de Janeiro. Além disso, a população da cidade veio crescendo em uma proporção de 170.000 pessoas a cada cinco anos.”

escolarização de seus membros e na “intensa fiscalização sobre a vida cotidiana dos moradores” (Costa, 2015, p.88). Também a elas era atribuído que policiassem as formas de organização política dos moradores, como explicita Costa (IBIDEM, *grifos nossos*):

Após a conquista do apartamento, o jovem das favelas [...] deveria ser reeducado e despertado o seu espírito associativo através dos clubes operários e a ação de assistentes sociais. Estimulava-se a organização política e religiosa dos moradores, desde que estivessem alinhados ao espírito da Igreja Católica e das diretrizes administrativas do Parque.

Gomes *et al.* (2012) destaca o trabalho de conclusão de curso da assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado em livro em 1942, com o título “Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela”. Recorrendo a Honorato (2012), podemos verificar em um trecho do trabalho de Maria Hortência a preocupação dos profissionais de Serviço Social da época com o fenômeno da “favela”, tendo em vista a requisição profissional por parte do Estado para lidar com essa questão, que também interessava ao poder público:

A favela é um problema econômico como é, por exemplo, tuberculose. Evidentemente parece fácil externar conceitos a respeito de um e de outro, e ainda agora a reunião do Rio, de um Congresso de Urbanismo, tornou oportuna a revivescência de uma velha ambição de acabar com as habitações anti-higiênicas espalhadas pelos morros. Essas realmente enfeiam a cidade. Muito pior e mais grave, porém, do que sua contribuição para turbar a majestade estética da Capital do Brasil, está a circunstância de encerrarem as favelas um ou vários problemas econômicos e sociais, de maior amplitude¹⁵. (Silva, 1942, p.35 *apud* Honorato, 2012, p.156-157)

Conforme Honorato (2012), devido à ausência de investigações sistemáticas que pudessem especificar e qualificar o “problema” da “favela”, e a carência de agentes profissionais para a operacionalização técnica do trabalho

¹⁵ Outro trecho do Trabalho de Conclusão de Curso de Maria Hortência que merece destaque: [...] É uma pobreza tremenda que se abriga naqueles barracos remendados, um abandono assustador que confrange o coração dos que penetram neste mundo à parte, onde vivem os renegados da sorte. [...] Filho de uma raça castigada, o nosso negro, malandro de hoje, traz sobre os ombros uma herança mórbida por demais pesada para que a sacuda sem auxílio, vivendo no mesmo ambiente de miséria e privações; não é sua culpa se antes dele os seus padeceram na senzala, e curaram suas moléstias com rezas e mandingas. [...] É de espantar, portanto, que prefira sentar-se na soleira da porta, cantando, ou cismando, em vez de ter energia para vencer a inércia que o prende, a indolência que o domina, e resolutamente pôr-se a trabalhar? [...] Para que ele o consiga, é preciso antes de mais nada curá-lo, educá-lo, e, sobretudo, dar-lhe uma casa onde o espere um mínimo de conforto indispensável ao desenvolvimento normal da vida. (Silva, 1942, p.7-8/p.62-63 *apud* Valladares, 2000, p.22). Para uma contextualização da visão racista do profissional aqui exposta ver Gonçalves (2018).

a ser empreendido, foi criada a Escola Técnica de Assistência Social Cecy Dodsworth (1944)¹⁶. A primeira escola laica, oficial e gratuita do Rio de Janeiro foi dirigida pela pioneira Maria Esolina Pinheiro¹⁷.

Uma outra iniciativa central que marca a expansão da atuação profissional do Serviço Social é a criação da Fundação Leão XIII (FLXIII)¹⁸. Desse modo, como vimos que a criação do Sesi se constituiu enquanto uma tática política e institucional das frações industriais e do Estado para responder o contexto social de efervescência das lutas sociais e organizações populares, a criação da Fundação Leão XIII, sob tutela clerical e contando prioritariamente com agentes profissionais e o subsídio do Estado e do setor privado, representou uma resposta politicamente ofensiva ao período de mobilização social das classes subalternas¹⁹.

¹⁶ Atual Faculdade de Serviço Social da UERJ. [...] a Escola Técnica determinava o funcionamento dos cursos de assistente social, educador familiar, visitador social, nutricionista e puericultura. Ora, temos aí duas tendências claras: a primeira, visivelmente vinculada à questão da saúde pública (nutrição e puericultura); e a segunda, com as preocupações de intervenção social (assistente social e educador social), além de definir o curso de Visitador Social — equivalente ao criado pela Igreja em São Paulo e no Rio de Janeiro — como de nível técnico, bem como o de educador social, sendo o de assistente social, superior. [...] Existe uma ruptura fundamental entre os visitadores sociais — posteriormente, assistentes sociais — gerados pela Igreja para o trabalho caritativo e missionário, redefinidos pela Doutrina Social, como o da PUC de São Paulo, e os cursos de Serviço Social surgidos no Estado Novo, para o atendimento à nova lógica política do país (Honorato, 2012, p.147).

¹⁷Sobre os contributos profissionais da Assistente Social pioneira, vinculada ao movimento da “Escola Nova” e, portanto, defensora da laicidade da formação e direção social da profissão no Brasil, consultar Machado (2015);

¹⁸ Em 1947 “[...] oficializada por Decreto-lei da Presidência da República — como primeira grande instituição assistencial que tem por objetivo explícito uma atuação ampla sobre os habitantes das “favelas”, que já nesse momento concentram parcela importante da população pobre dos grandes centros urbanos industriais. O âmbito de atuação dessa instituição — resultado de convênio entre a Prefeitura do Distrito Federal, Ação Social Arquidiocesana e fundação Cristo Redentor — serão as “favelas” da cidade do Rio de Janeiro (capital federal à época) [...]” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.298).

¹⁹Como exposto, a potencialidade e capacidade de mobilização popular desenvolvida na década de 1940 se processou sob forte influxo das forças do PCB, que, inclusive, havia saído vitorioso com o resultado das eleições de 1947: “Na Rocinha, dos 4.300 votos, cerca de 2.300 seriam votos comunistas.” (SAGMACS. 1960, p. 2, I apud Costa, 2015, p.172). Porém, nesse mesmo ano, foi colocado na ilegalidade pelo Governo Dutra, tornando o caminho mais aberto para as ações da Fundação Leão XIII nas “favelas”. A incorporação dos “favelados” como público-alvo das residuais ações de “cidadania”, em que a Fundação se propunha a realizar, adveio da interlocução prática e ideológica entre os interesses do Estado e da hierarquia católica, com forte influência da segunda. Afinal, como vimos, como componente do movimento de reação católica, a jornada católica rumo aos territórios urbanos miseráveis se apresentava como missão social para combater os desvios liberais e as ameaças comunistas, que produziam de forma exacerbada a condição de pauperização dos “irmãos” desajustados. No entanto, como reforça Costa (2015), apesar da Igreja localizar o liberalismo como seu opositor no novo padrão de sociabilidade, era o espectro do comunismo que ela se propunha a combater ferozmente em todas as instâncias da vida social e, principalmente, em sua jornada redentora pelas favelas cariocas — expressão também do contexto de Guerra Fria. Costa (2015) cita o protagonismo do

Para adequar socialmente os “maus costumes” e a “desviância” (Iamamoto; Carvalho, 2014) que se generalizavam no território “imoral” das “favelas”, os assistentes sociais, contratados pela Fundação Leão XIII, buscaram se contrapor interventivamente à organização e mobilização dos trabalhadores “favelados”, principalmente nos morros em que já havia a presença dos Comitês Populares Democráticos, como afirma Costa (2015). Afinal, “a ideia de subir aos morros antes que os ‘vermelhos’ o fizessem” (IBIDEM, p.127) além de ser estimuladora para a criação da FLXIII, era uma constante nas ações dessa entidade socioassistencial, em que pairava o discurso anticomunista.

A partir dos Centros de Ação Social (CAS)²⁰, localizados nos complexos de favelas que a FLXIII atuava, agentes profissionais, com destaque para os assistentes sociais, operavam o conjunto de serviços socioassistenciais, ajustando à população “cliente” e, muitas das vezes, a partir de um estudo técnico e social das “favelas”, preparavam o caminho para as remoções dos moradores diante a ação violenta do Estado a serviço do capital imobiliário. Costa (2015) afirma que a possibilidade permanente de haver remoções²¹ de famílias, com a destruição de seus barracos, era utilizada pelos assistentes sociais enquanto ameaça para que os “favelados” fossem passivos ao processo de enquadramento social e moral, e não canalizassem suas indignações para os motins e rebeldias sociais. Sobre a intervenção ajustadora e disciplinadora do Serviço Social nas favelas a partir da FLXIII, Costa (2015, p.152) também pontua

Bispo Dom Jaime de Barros Câmara — que compunha a junta interministerial do Governo Gaspar Dutra que debateu alternativas para a questão das favelas — a partir do lançamento do Manifesto do Episcopado (1945), no qual afirma que: “a elevação do proletariado, na sociedade contemporânea, é, sem dúvida, a grande cruzada dos tempos atuais” (Revista Eclesiástica Brasileira, 1945, p. 709 apud p. 127); e que sob esta “perspectiva, assumia que havia uma mudança fundamental na sociedade, em que a propulsão política e cultural do proletariado era incontornável, de modo que o capitalismo deveria ser humanizado através dos trabalhos sociais.” (Costa, 2015, p.127).

²⁰ “Os Centros e Agências de Ação Social são a célula mater de todo trabalho social a ser feito nas favelas, antes, durante e depois de sua extinção, acompanhando as famílias, estudando-as, educando-as, sobretudo para uma vida melhor, o que, entretanto, leva alguns anos até ser conseguido” (Estatuto Leão XIII, 1947 apud Costa, 2015, p.137).

²¹ “Hoje, ainda em várias favelas, diz-se que a Fundação vive se metendo na vida íntima dos favelados e, se suas visitadoras virem um prego a mais no barraco obrigarão os favelados a retirá-lo. A Fundação passou a manter severa vigilância sobre a favela. Manda destruir qualquer melhoramento no barraco e deitar por terra todo barraco novo construído sem licença. Dizia-se que a Fundação queria manter o favelado nas piores condições para continuar seu trabalho e pleitear verbas do Governo (Aspectos Humanos da Favela Carioca. Estudo socioeconômico da SAGMACS. O Estado de São Paulo. Suplemento. São Paulo, abril, 1960, p. 8, 24-I apud Costa, 2015, p. 152);

que “o ofício de assistente social reconfigurava a relação entre coerção e consenso nas políticas públicas, em que forjava uma complexa educação de convencer reprimindo e reprimir convencendo”. Além da utilização do coercitivo instrumento de “inquérito social”²², que remete ainda a presença da dimensão autoritária e policialesca no trato com a questão social, combinava-se técnicas e ações de persuasão da função pedagógica que a profissão desenvolvia, à luz de uma moralidade “restaurativa”. A educação popular de perspectiva conservadora, diferentemente do que sustentava às ações educativas e de alfabetização organizadas pelos Comitês Populares Democráticos, era um instrumento essencial para que o Serviço Social colocasse em ação o convencimento “coercitivo” das massas marginalizadas. Segundo Machado (2015, p.321), como o “problema-favela” era encarado como uma circunstância de desorganização social e desordem moral que propiciava a aderência à “ideologias exóticas”, as sequelas da condição de pauperismo e miséria eram associadas à doenças da “alma” e do ambiente inóspito da favela. Por isso, sob uma interpretação higienista, encontrava-se na educação popular o caminho para o tratamento social e moral, utilizando-se da “[...] educação sanitária, educação alimentar, educação sexual, educação religiosa, profilaxia das doenças venéreas, cursos de imunização contra doenças infecciosas etc.” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.301). Afinal, de acordo com Gomes (2007, p.184), para os assistentes sociais daquele tempo, “[...] os moradores de favelas eram considerados inadaptados, incapazes, dependentes, exigindo, portanto, uma ação social”. Além de assumir “o sentido de levantamento moral das populações faveladas”²³ (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.303), a educação popular promovida

²² “A técnica de inquérito social esteve baseada nas seguintes regras: aproximação circular das famílias, em que antes de entrar em contato com a família a ser assistida, era preciso coletar todas as informações de que dispusesse; interrogatório separado e contraditório, em que era sempre preferível que o visitador não convocasse seu cliente, mas fosse ao domicílio deste último e que tal visita fosse feita de surpresa e, finalmente, a verificação prática do modo de vida familiar, em que o visitador deveria falar e fazer falar o máximo que pudesse, utilizando técnicas que mobilizassem o mínimo de coerção para obter o máximo de informação possível.” (Donzelot, 1986, p. 113-115 apud Costa, 2015, p.152). Gonçalves e Campos (2019, p.1), constroem um breve “estudo de fichas registradas por Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII durante o período de 1945 até o final da década de 1950”, o qual auxilia na observação sobre o caráter apassivador e ajustador da profissão nas favelas do Rio de Janeiro;

²³ “Afastando-se em seu conteúdo global da educação formal — apesar de incorporá-la em seus programas — o projeto de educação popular da Fundação Leão XIII assume o *sentido de levantamento moral* das populações faveladas. Projeto ao qual não é estranha — dentro do quadro da nova conjuntura política existente — a perspectiva do controle de massas semi-

pela FLXIII por meio dos assistentes sociais, disputando educativamente e politicamente as camadas subalternas com o trabalho de base dos comunistas e forças progressistas envolvidas com os Centros Populares Democráticos, também se propunha preencher e disciplinar o “tempo do livre” dos trabalhadores para preservá-los das ideologias perniciosas ao funcionamento harmônico da ordem e ao desenvolvimento do “progresso” — inclusive, em um momento de disputa política pelo alistamento eleitoral²⁴ das massas desescolarizadas, por meio das atividades de alfabetização. Iamamoto e Carvalho (2014, p.302) pontuam que as atividades de educação popular adquiriram, complementarmente, “uma novidade em seu arsenal [...], a *educação democrática*”. Compreendemos, nesse aspecto, que o recurso da “educação democrática” estava voltado para as atividades de alfabetização que objetivavam a construção de um necessário contingente de eleitores e supostos “cidadãos”, formados sob valores e princípios conservadores, na disputa ideológica com a verdadeira educação para a vida democrática, promovida pelos Centros Populares Democráticos.

Encontrando nos Centros de Ação Social, a unidade capaz de viabilizar esse trabalho “educativo” sob intervenção majoritária dos assistentes sociais na perspectiva do “Serviço Social de Grupo”, por meio do “setor de Serviço de Comunidade”, buscava incidir ainda mais na dinâmica comunitária das favelas por meio da criação de associações de moradores ou pela disputa e conquista de agremiações já criadas²⁵, “chegando a controlar o registro das associações locais formadas, [...] assumindo o papel de braço da burocracia estatal dentro dos morros” (Cunha, 2016, p.22). Então, quando criadas ou conquistadas, as associações de moradores das favelas, os CAS, atuavam junto dessas

escolarizadas, tendo em vista a necessidade de legitimação do poder via processo eleitoral” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.303).

²⁴ “A constatação de que grandes favelas dos morros cariocas (assim como das baixadas da periferia e dos subúrbios) poderiam transformar-se em *redutos eleitorais* do Partido Comunista do Brasil leva à mobilização, pelo Estado e hierarquia, de seu aparato assistencial para contrapor-se e consolidar seu controle sobre aquela população. [...] que aparecerá no plano do discurso como barrar o avanço do comunismo” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.300).

²⁵ “De 1947 a 1964 foram fundadas cerca de 75 associações de moradores. Tal proliferação de entidades civis não pode ser entendida como se fosse resultante exclusivamente da ação da FLXIII. A criação de associações foi um processo que já se desenhava desde as primeiras ocupações. Aos poucos, a cada luta, as organizações civis dos favelados foram sendo aperfeiçoadas e fortalecidas. No período da virada dos anos 1950 para os anos 1960, no entanto, as mobilizações ganhavam cada vez mais caráter classista” (Costa, 2015, p.261).

organizações para que elas pudessem atuar como irradiadoras e multiplicadoras do levantamento moral das comunidades, prezando sempre que possível pela mobilização dos moradores para o exercício do “bem-comum”, mas, sobretudo, possibilitando uma “elite” de favelados cooptados pela Fundação.

No entanto, a proliferação de entidades civis não pode ser entendida como se fosse resultante exclusivamente da ação da FLXIII. Pelo contrário, como afirma Costa (2015, p.174), ações coletivas desse tipo resultavam “[...] de um acúmulo das resistências nas favelas desde o início destas ocupações tais como envio de cartas às autoridades públicas, mobilizações de rua, mutirões que enfrentavam ordenações contra a construção e reforma de barracos”. A incidência da Fundação nesses processos organizativos, cooperativos e reivindicatórios já existentes ou em iminência de acontecer, por meio de seus agentes sociais, incluindo o assistente social, surgia exatamente para direcionar e despolitizar as ações coletivas dos “favelados”. Pelas próprias palavras da Fundação, as necessidades apresentadas pelos moradores por meio de suas associações deveriam ser mitigadas, ou seja, atenuadas e “suavizadas”, pela ação solidária e cooperativa entre os próprios “favelados”. Obstruindo, assim, a expansão e politização dessas necessidades e reivindicações, ao passo em que auxiliava a ocultar as responsabilidades do Estado para com esses territórios; tornava “natural” a condição marginal desses sujeitos e, portanto, reforçava a impossibilidade de conquista popular por direitos sociais, tentando redimensionar essas lutas sociais, mesmo que inicialmente econômico-reivindicatórias, para “fora” da dinâmica da luta de classes.

No entanto, a concretude dessa tática de disciplinamento pela cooptação e despolitização não era nada fácil, pois, aquele período, como já pontuamos, contava com o crescimento das lutas sociais e das organizações populares e sindicais, o que dificultava o trabalho empreendido pelos assistentes sociais da FLXIII. Sobre a rivalidade que se edificava entre as ações políticas da Fundação e de seus agentes com as forças progressistas e movimentos sociais, destacadamente, nesse caso, com o PCB, Costa (2015) cita um trecho do Trabalho de Conclusão de Curso da assistente social Maria Luzia Moniz Aragão, então diretora da Fundação Leão XIII, em que expõe:

Outras pessoas e outras Obras, entretanto, sentindo que o advento da Fundação Leão XIII representa para as suas pretensões uma perda de

terreno que pretendiam conquistar para fins inconfessáveis, têm buscado por todos os meios e modos sabotar-lhe o trabalho. Destaca-se nesse mister o Partido Comunista do Brasil, que por meio de seus jornais, já por 3 ou 4 vezes tem procurado intrigar a FUNDAÇÃO e seus dirigentes com as populações das favelas. Tais tentativas não encontram ressonância, porém, entre as populações que têm sido atingidas pela atuação sincera e leal de nossos centros. Prova disso foi o insucesso que coroou a pretensão dos comunistas de fundar uma célula (A união Feminina da Barreira do Vasco) nas vizinhanças mesmo do CAS. Realizaram apenas uma única reunião, e assim mesmo sob a capa de obter banha em quantidade por preço barato para a população. Essa célula abortou nessa mesma reunião. (Aragão, 1947, s/p *apud* Costa, 2015, p.138)

Para resolver, então, as tentativas de "sabotagem" comunista às atividades educativas e "redentoras" da Fundação e, também, pela mesma ação, livrar os marginalizados das causas da "desorganização" de suas vidas e comportamentos, a intervenção do Serviço Social, amparada pelo suporte material-assistencial disponível para o exercício de seu trabalho, possibilitava uma maior receptividade e menor hostilidade por parte da população "cliente", "já que, o assistente social, era aquele que poderia conseguir a vaga na escola, resolver problemas jurídicos, aconselhar para assuntos familiares, encaminhar para tratamentos de saúde, algo até então inexistente [...]" (Costa, 2015, p.150). Também, no combate aos movimentos sociais e mobilizações populares que pudessem difundir o ideário concebido como comunista, a FLXIII e seus agentes apostaram na educação profissionalizante como tática para prevenir a "perturbação subversiva" da força de trabalho. Na triagem para o ingresso na educação profissionalizante, para as mulheres eram destinados cursos de culinária, costura e cuidados com o lar, afastando-lhes do espectro da "promiscuidade" feminina e fortalecendo a "inata" postura maternal. Para os homens, o caminho era a aprendizagem industrial²⁶. Aqueles que insistiam em resistir às investidas disciplinadoras do Serviço Social eram tidos como desajustados de ordem moral e, para o funcionamento coeso e fluente daquelas comunidades, uma alternativa possível era o acionamento da ação diretamente coercitiva do Estado na remoção dos "delinquentes incuráveis". Então,

²⁶ Segundo Honorato (2012), a partir de uma análise do "Censo das Favelas — Aspectos Gerais, realizado pelo Departamento de Geografia e Estatística da prefeitura do Distrito Federal" (p. 159), de 1949, dentre os trabalhadores favelados "[...] os maiores grupamentos por profissão declarada recaem nos trabalhadores industriais em geral (50,57 % ou 24.862 pessoas), sendo que 10.573 trabalhando na indústria da construção civil, 18.919 no setor de serviços (24,21 %) e 5.210 no comércio (10,35 %)" (Censo das Favelas, 1949, p.30-31 *apud* Honorato, 2012, p.160).

identificados pelos assistentes sociais, os indivíduos desajustados “ficariam a cargo da autoridade policial competente, à qual caberia dar-lhes o destino conveniente, retirando-os do convívio das famílias pacatas e ordeiras, que muito lucrariam com o saneamento moral do local” (Fundação, 1955, p. 12 *apud* Costa, 2015. p.151).

Mesmo que a atuação da Fundação Leão XIII se propusesse a reconhecer a situação das “favelas” como passível de ajustamento social e moral por meio do convencimento e da “boa” educação, Costa (2015), referenciado em Valla (1986), mostra-nos que o apoio das classes dominantes às iniciativas da FLXIII não se expressava como algo uniforme sobre as estratégias de resolução do impasse social que constituía a “favela”. Havia segmentos mais reacionários das elites que compactuavam da ideia de extirpá-las violentamente do processo ascendente de urbanização pela remoção e o retorno forçado para as áreas rurais ou para regiões cada vez mais distantes dos centros urbanos. A título de exemplo, Costa (2015, p.175) cita que no primeiro semestre de 1948, “o Ministro da Agricultura apresentou um projeto para a formação de colônias agrícolas destinada aos favelados”. No mesmo ano, segundo Cunha (2016), no calor da campanha conhecida como “A Batalha do Rio”²⁷, caracterizada pela disputa sobre o destino da “favela” carioca, dentre os artigos publicados no jornal *Correio da Manhã*, o jurista Carlos Lacerda, protagonista da referida campanha, chamava a atenção para a necessária intervenção remocionista que poderia “curar” o crescimento do “problema-favela” — este, na opinião do político e jornalista, sendo catalisado pelos interesses comunistas:

aqueles que não quiserem fazer um esforço sincero para atender ao problema das favelas, assim como aqueles que preferirem encará-los como caso de polícia, têm uma alternativa diante de si: a solução revolucionária [pois os] comunistas (...) oferecem a expropriação dos grandes edifícios e a ocupação de todo o edifício como solução imediata, redutora e fagueira a quem vive numa tampa de lata olhando o crescimento dos arranha céus. (Valla, 1986, s/p *apud* Cunha, 2016, p.19)

²⁷ “[...] inicialmente um conjunto de artigos [na imprensa, depois propostas e intenções que extrapolaram e conferiram novos significados à questão das favelas, apesar de ter desencadeado pouca ação [...]. A campanha foi iniciada com uma série de artigos de Carlos Lacerda, que ‘habilmente’ captou as contradições existentes em relação à habitação popular e buscou criar um espaço alternativo ao poder local e ao ‘contrapoder local’, que seria a força do Partido Comunista nas favelas cariocas” (Silva, 2005, p.64/p.128 *apud* Rocha, 2010, p.7).

A desconformidade de posição entre as classes dominantes que sustentavam a ação da Fundação se refletia na postura socioassistencial da entidade, que não perdia de vista a perspectiva de remoção. Como vimos, para viabilizar os objetivos da instituição nos locais de moradia das classes marginalizadas, era preciso conhecer a dinâmica das “favelas”, levantando um “dossiê” de cada uma delas, para, assim, decidir os rumos que deveriam ser tomados. O que, na maioria das vezes, era o reforço da ideia de urbanização a partir da segregação socioespacial, encaminhando a resolução dos problemas das favelas para a alternativa de construção de conjuntos habitacionais em regiões cada vez mais periféricas, haja vista os interesses da especulação imobiliária nas áreas ocupadas pelas favelas²⁸.

Retomamos, também, a partir de Costa (2015), que a função dos Centros de Ação Social, além de oferecer serviços assistenciais aos moradores das favelas, e coesionar a dimensão comunitária desses territórios, sem abandonar o princípio de provisoriedade dessas ocupações urbanas tidas como irregulares, girava em torno de preparar socialmente o “terreno” para os processos de remoção habitacional. Assim, como pontuamos acima, a ação dos assistentes sociais da FLXIII na vistoria das habitações das favelas era explicitamente fiscalizadora²⁹, para que não houvesse nenhum melhoramento nos barracos, pois, caso isso ocorresse, dificultaria o trabalho de remoção das famílias.

²⁸ Costa (2015) também explica que o discurso anticomunista daquele período de Guerra Fria, difundido nacional e internacionalmente, e incorporado pela Fundação Leão XIII por meio de sua ligação com a moralidade cristã e os anseios de progresso da sociedade do capital, era reforçado pela relação colaborativa entre a entidade e órgãos do governo dos Estados Unidos. O autor menciona que, como saldo de tal relação colaborativa, a diretora da FLXIII foi convidada para participar de um intercâmbio formativo nas terras do imperialismo norte-americano. A experiência desse intercâmbio oferecido pelos Estados Unidos, envolvendo a Fundação Leão XIII, certamente fazia parte do processo de incidência imperialista nos territórios latinos, que se acentuou entre as décadas de 1950 e 1960. A colaboração estadunidense com as atividades de integração social dos favelados no Brasil contou com uma série de políticas e incentivos financeiros, sendo a FLXIII destacadamente responsável por operar as ações assistenciais diante dos acordos entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos. A partir de 1961, a atuação da Fundação Leão XIII junto às classes marginalizadas cumpriu a agenda do “programa Aliança para o Progresso, reciclando e revitalizando o seu anticomunismo” (IBIDEM, p.262).

²⁹ Essa ação fiscalizadora dos barracos, envolvida pela noção de provisoriedade das favelas, cumpria à risca o que havia sido estabelecido, em 1937, pelo Código de Obras, promulgado pela Prefeitura do então Distrito Federal: “Art. 349 — A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.; # 1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.” (PDF, 1937, Código de obras de 1937, s/p apud Valladares, 2000, p.15);

Estando o caminho previamente preparado pelas ações fiscalizadoras e ajustadoras dos assistentes sociais, as remoções, a depender da correlação de forças sociais e políticas dentro e fora das “favelas”, eram planejadas pelo Departamento de Engenharia da FLXIII, atendendo, principalmente, aos interesses do capital imobiliário em desalojar as favelas que eram localizadas na Zona Sul, Zona Norte e no centro da cidade.

Entretanto, o objetivo remocionista para as favelas encontrou inúmeras resistências. Costa (2015) lembra o caso da Barreira do Vasco, em 1948, quando não foi possível forçar a remoção dos moradores diante da forte organização política que era desenvolvida sob significativa incidência dos quadros comunistas, o que resultou na execução de um plano de urbanização para o local. Nesse território favelado, existia uma coesa atividade do Comitê Popular Democrático local, assim como em outras favelas, como São Carlos, Jacarezinho e Cantagalo, mesmo após o Partido Comunista ser colocado na ilegalidade. Costa (2015, p.91), citando dados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estudos de Mercado (Ipeme), mostra que no ano de 1958, “26 % dos favelados se definiriam enquanto comunistas”. A capacidade organizativa e o saldo pedagógico dos Comitês Populares Democráticos nas favelas se expressou, também, na ampliação da organização política “favelada” por meio das autônomas associações de moradores em crescimento.

Em 1954 foi criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF)³⁰, para aglutinar e articular os processos reivindicatórios e de mobilização nos diversos morros “favelados”. Como continuidade do acúmulo histórico das resistências, que havia sido potencializado a partir das experiências dos Comitês Populares Democráticos na década anterior, a criação da UTF significou, no plano prático-político, a unidade “favelada” na resistência ao avanço do processo de remoção das ocupações. À medida em que a UTF desenvolvia ações de luta e enfrentamento, tornava-se, também, uma referência político-organizativa para outras comunidades, que foram se somando àquela entidade autônoma dos

³⁰ “Já na reunião de oficialização da fundação da UTF, realizada em 1/04/1954 estavam presentes, além dos moradores do Borel, detonadores e anfitriões do processo de constituição da entidade, representantes de outras sete favelas [...]. Nos três primeiros meses do ano seguinte, pelo menos mais seis favelas [...] também já contavam com suas respectivas organizações de trabalhadores favelados, ampliando o raio de ação da UTF.” (Pestana, 2013, p. 62-63 apud Costa, 2015, p.103);

morros³¹. Como resultado mais imediato da luta das “favelas” a partir da UTF, no ano de 1956, foi aprovada a Lei das Favelas, que “congelou os despejos por apenas dois anos e muitas das desapropriações legalmente conquistadas não foram efetivadas pelos governantes daquele momento histórico” (PESTANA, 2013, p.75-76 *apud* Costa, 2013, p.106). Dessa maneira, a correlação de forças do movimento popular das “favelas” incidia na política de remoção, tensionando-a politicamente, e cobrando do Estado o acesso a serviços públicos e direitos sociais. Costa (2015, p.107) também aponta que uma estratégia para maior capilaridade política da UTF foi a constituição de “comissões de base por favela”, em que “[...] os próprios moradores escolheriam seus representantes e a agenda política a ser implementada”. Essas células organizativas da entidade autônoma de “favelados” se propunham a equacionar as necessidades das “favelas” a partir de lutas reivindicatórias locais e articuladas³², que ultrapassavam a dimensão mutualista e cooperativa entre os próprios moradores, mesmo que ações de mutirões também eram alçadas, principalmente quando o Estado não acatava as reivindicações imediatas do movimento. Ainda, segundo Gomes (2007), como um dos resultados do contexto de mobilização social do movimento de favela, no ano de 1957, foi criada a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal (CTF), como desdobramento do I Congresso dos Favelados do Distrito Federal, ocorrido naquele mesmo ano. Dessa maneira, a União dos Trabalhadores Favelados, suas comissões de base e a CTF se tornavam antagonistas da Fundação Leão XIII, principalmente quando essa instituição socioassistencial assumiu uma postura ainda mais repressiva e remocionista entre os anos de 1950 e 1960, como constata Costa (2015) referenciado por Pestana (2013).

³¹ Outro dado capaz de demonstrar a abrangência da UTF foi divulgado em princípios de 1958, quando registrou legalmente seus estatutos, os quais foram assinados por representantes de 42 núcleos de base. A presença de 33 desses núcleos nas comemorações de seu quinto aniversário, no ano seguinte, evidenciaram que, na maior parte dos casos, não se tratava de filiações meramente formais, havendo, pelo contrário, larga participação de seus membros das mais diferentes favelas na vida da entidade. (Pestana, 2013, p.63 *apud* Costa, 2015, p.104);

³² “13 favelas, apoiando a Campanha Contra o Aumento dos Bondes, tocada por sindicatos e entidades estudantis; a organização de um ato, na Rocinha, pela autonomia do Rio de Janeiro; o envio de uma delegação da UTF para os festejos de 1º de maio de 1956; e a participação, no mesmo ano, de favelados (aí incluídos representantes de favelas em que a UTF tinha atuação marcante, como Borel, União, Juramento e Alemão, entre outros) na Comissão Permanente de luta pelo congelamento dos preços e contra a carestia, composta também por dirigentes sindicais e lideranças estudantis, femininas e de bairros.” (Pestana, 2013, p.89 *apud* Costa, 2015, p.109);

[...] devido a esta capacidade de mobilização da UTF, a tolerância dos órgãos repressores a sua existência era cada vez menor. A perseguição aumentava da proporção em que a UTF ganhava mais expressão. Esta ampliação das formas de organização dos favelados tornou-se uma ameaça aos organismos pensados para serem os articuladores “oficiais” entre Estado e sociedade civil, tais como a Fundação Leão XIII e a Cruzada São Sebastião. Afinal, o discurso destas entidades e do governo era a negação da existência de classes ou mesmo a pacificação de classes como resolução dos problemas das favelas. Assim, a repressão sobre a UTF fez com que a sua luta se tornasse caso de polícia. Até que, em 1957, as sedes da UTF em várias favelas foram fechadas sob a alegação de que não possuíam autorização e de que eram centros de conspiração comunista. (Costa, 2015, p.109)³³

A partir da segunda metade da década de 1950, abriu-se a “segunda fase” de atuação da fundação, justificada pela incapacidade da entidade em controlar o alastramento da “favelização” e pelo acirramento das lutas sociais e a expansão das organizações de moradores de “favelas”. Assim, a FLXIII teve de se anexar mais diretamente na institucionalidade do Estado, incorporando uma maior atenção ao crescimento das organizações “faveladas” para responder coercitivamente ao ascendente processo de luta popular nas “favelas”, por meio do reforço da política de remoção. Essa perspectiva mais coercitiva assumida pela FLXIII, além de advir da preocupação estatal em conter a dinamização da luta de classes, também foi corroborada pela pressão dos setores mais conservadores da burguesia, que ainda defendiam a política de extirpação das “favelas” por meio das remoções forçadas. No entanto, a postura forçadamente remocionista tomada pela FLXIII diante as circunstâncias de pressão não obteve o resultado esperado pelo Estado e pelas classes dirigentes, tão pouco conseguiu ecoar vigorosamente no disciplinamento sistemático e na cooptação de organizações de base do movimento popular nas “favelas”, como conseguia realizar junto às associações de moradores anteriormente, mesmo imersa em conflitos com as forças progressistas. Ao fim e ao cabo, como diz Costa (2015, p.256), “a Fundação não tinha mais a mesma legitimidade política que desfrutava no seu início”. Cunha (2016, p.22) registra que no final da primeira metade de 1950, a FLXIII reduziu suas ações de mobilização social e moral junto aos

³³ O anticomunismo já existente no período inicial da entidade ganhava apoio direto dos EUA, criando uma rede de intervenções nas “favelas” que se caracterizava pela contenção violenta, executada, prioritariamente, pela coerção aberta. Ou seja, a associação de moradores deveriam executar as orientações da FLXIII ou seriam fechadas, sob a acusação de que seriam comunistas, como foi o caso do fechamento da UTF (Costa, 2015, p.269).

“favelados”, dando ênfase em atividades burocráticas como: “os trabalhos de vistoria, a fiscalização de obras e o serviço de conservação, que vão se tornando as atividades mais importantes de seu departamento técnico”, deixando o caminho mais aberto para a intervenção de outras instituições, que também contavam com a presença de assistentes sociais no disciplinamento das “favelas”, como foi o caso da Cruzada de São Sebastião, criada em 1955³⁴, e do Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), criada em 1956³⁵. Segundo Gomes e França (2012, p.175), no início da década de 1960, o SERFHA, que havia passado por uma reformulação e recomposição de quadros, desempenhou um trabalho de mobilização e estímulo às associações de moradores dos morros cariocas, prezando pela “autonomia” dessas organizações, além de ter voltado suas intervenções para “dar orientação, informação legal, assistência financeira, social e outras formas de ajuda técnica” para as populações da “favela”. Mas apesar de um certo avanço no trato com a “favela”, as ações do SERFHA significaram um movimento em que “a ‘tutela da favela’ passa da Igreja para o Estado” (IBIDEM), mantendo, assim, as estruturas dos objetivos de ação sobre os “favelados”, como o próprio nome da instituição expressa — um serviço para *recuperar as habitações anti-*

³⁴ “A Cruzada São Sebastião não era uma opositora à Fundação, pelo contrário, muitas foram as parcerias entre as duas entidades católicas no desenvolvimento de políticas públicas para as favelas. [...] Sua diferença era uma inclinação ainda maior para a mediação pelo consenso (comparada à FLXIII) e a perspectiva de urbanizar a favela ou construir conjuntos habitacionais próximos às favelas, como foi o caso do conjunto Cruzada. No entanto, cabe lembrar que esta entidade também mantinha a perspectiva autoritária e remocionista nos seus planos, afinal, dos 7.000 moradores da Praia do Pinto, apenas 4.747 foram agraciados com os apartamentos do conjunto Cruzada, no Leblon. [...] A Cruzada incentivava um método de administração baseado num Conselho de Moradores, em que cada apartamento teria direito a um voto, contudo, ainda se mantinha a proibição de reuniões políticas, ou seja, iniciativas que postulassem autonomia em relação aos desmandos da entidade, principalmente aquelas influenciadas pelos comunistas.” (Costa, 2015, p.256-257). Cunha (2016) também aponta que a criação da nova entidade, gestada no seio eclesial, remete a correlação de forças políticas envolvendo o bloco católico naquele período. Enquanto a Fundação Leão XIII, desde 1947, tinha o apoio político da UDN, os grupos que articularam a Cruzada São Sebastião estavam apoiados no pacto populista entre o PDS e o PTB. Referenciado em Slob (2002), Costa (2015, p.267) comenta que a intervenção da Cruzada junto à população favelada passava por uma metodologia menos impositiva, utilizando como recurso o Conselho de Moradores no incentivo à participação comunitária. Todavia, “ainda se mantinha a proibição de reuniões políticas, ou seja, iniciativas que postulassem autonomia em relação aos desmandos da entidade, principalmente aquelas influenciadas pelos comunistas” (p.267).

³⁵ “O SERFHA funcionou como uma forma de interlocução entre os governos e as entidades civis da Igreja Católica, a FLXIII e a Cruzada São Sebastião e, acima de tudo, uma válvula de escape diante da ampliação dos conflitos nas favelas” (Costa, 2015, p.261).

higiênicas e, portanto, os seus habitantes³⁶. Mesmo que a Cruzada tentasse se constituir como uma alternativa mais viável³⁷, segundo Gomes e França (2012, p.174), o relatório de pesquisa da SAGMACS, divulgado em 1960, apontava que “nem a Fundação Leão XIII nem a Cruzada São Sebastião [...] poderiam resolver a questão da favela, e que a solução deve ser procurada pelo próprio favelado”.

À vista disso, como a atuação profissional dos assistentes sociais junto aos segmentos mais marginalizados da classe trabalhadora e, portanto, de suas formas de luta e resistência, emergiu e se desenvolveu majoritariamente por meio da Fundação Leão XIII, quando essa entidade socioassistencial assume sua “segunda fase”, a maneira em que eram conduzidas as intervenções institucionais do Serviço Social nas “favelas”, acompanha esse processo de adesão à uma concepção mais repressiva e impositiva. Entretanto, isso não se configurou como qualidade exclusiva nas intervenções técnicas dos assistentes sociais sobre as classes subalternas e seus instrumentos de organização política e reivindicação durante o final da década de 1950 e, principalmente, os primeiros anos de 1960. A dimensão do consenso, combinada com a coerção, era mais uma vez revigorada sob novas abordagens³⁸. Além das experiências de segmentos profissionais no desenvolvimento de comunidade que possibilitaram o tensionamento do Serviço Social tradicional³⁹.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atuar ideologicamente e racionalmente sobre as refrações da questão social, o Serviço Social, enquanto instituição profissional, foi requisitado

³⁶ Segundo Gomes e França (2012, p.175), quando acontece a referida reestruturação do SERFHA, quem assume o cargo de diretor da instituição é José Arthur Rios, que, segundo Ammann (2013, p.62), foi um intelectual adepto à teoria sistêmica e compreendia para a educação comunitária “o combate a ‘ideologias indesejáveis’ como o comunismo, e o assentamento de um consenso social legitimado nas lideranças locais”.

³⁷ “Sua diferença era uma inclinação ainda maior para a mediação pelo consenso (comparada à FLXIII) e a perspectiva de urbanizar a favela ou construir conjuntos habitacionais próximos às favelas, como foi o caso do conjunto Cruzada.” (Costa, 2015, p.256);

³⁸ “O Serviço Social de Grupo, que há tempo vinha sendo utilizado de forma tradicional (recreação e educação), na década de 1950 começa a fazer parte dos programas nacionais do SESI, LBA, SESC, em hospitais, favelas, escolas etc., iniciando-se uma nova abordagem — que se generaliza da década de 1960 — que relaciona estudos psicossociais do participante com os problemas da estrutura social e utilização da dinâmica de grupo.” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.363); e a incorporação ao Serviço Social brasileiro das técnicas e metodologias dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). (Ammann, 2013).

³⁹ Tensionamento pois, ainda, não há a configuração de uma aberta crise do tradicionalismo, o que se descortina a partir da segunda metade da década de 1970. Ver Netto (2015).

pelo Estado e pelas frações das classes dominantes para atuar como uma das mediações profissionais no processo de produção e reprodução das relações sociais. As ações assistenciais de cunho material e moral, dirigidas ao fazer profissional, não advieram exclusivamente da necessidade de reprodução material da força de trabalho e de adaptação comportamental no plano moral. Complementarmente, o trabalho profissional tratou de executar estratégias de controle e inibição do potencial desenvolvimento e expansão das lutas e movimentos sociais das chamadas “classes perigosas”. Um exemplo disso foram as ações profissionais empreendidas a partir das grandes instituições socioassistenciais da década de 1940. Ao mesmo tempo em que respondiam às necessidades materiais e ideológicas de reprodução do capitalismo na particularidade da formação econômico-social brasileira, também, por meio do discurso do “anticomunismo”, agiam na *contracorrente das expressões políticas da questão social*. Embora, contraditoriamente, parte dos serviços assistenciais dessas grandes instituições também foi constituído como resposta às necessidades sociais apresentadas pelas classes subalternas em suas mobilizações sociais e rebeldias.

Mais precisamente sobre a demonstração do Serviço Social como antagonista dos movimentos sociais e suas lutas no período de desenvolvimento institucional do trabalho profissional, reafirmamos a intervenção de assistentes sociais na Fundação Leão XIII. A partir de um compósito sociopolítico entre a Igreja, o Estado e frações das classes dominantes, que a FLXIII foi criada para promover incursões morais e políticas nos morros do Rio de Janeiro, prevenindo e impedindo que as “classes perigosas” fossem convertidas pelos “comunistas ateus”. Se essas classes subalternas fossem devidamente educadas e ajustadas socialmente pelas ações arrebatadoras dos profissionais do Serviço Social e de outros agentes da instituição interventora, além de livrar a sociedade de uma possível “cólera comunista”, também viabilizaria a integração social no desenvolvimento urbano-industrial. Para isso, processos de organização e mobilização popular, como as associações de moradores, foram reprimidos ou instrumentalizados para atender os interesses das forças mandatárias, no apassivamento tanto do “favelado” sem trabalho como do “favelado” operário, porteiro, empregada doméstica etc. No entanto, a educação disciplinadora dos assistentes sociais da Fundação Leão XIII contou com a concorrência de

experiências democráticas de educação popular e de reivindicações sociais e políticas nas “favelas” tributárias da influência do PCB por meio dos Comitês Populares Democráticos e seu legado, como também de outras forças nacional-progressistas. O saldo político-organizativo desse processo foi, por exemplo, a União dos Trabalhadores Favelados.

Mesmo que a conjuntura do segundo pós-guerra contasse com as ações de organização e mobilização do PCB, isso não colocava em xeque o desenvolvimento capitalista. Pelo contrário, a defesa dos comunistas à época, somadas às aspirações nacionalistas mais progressistas, enveredou para a proposta de um desenvolvimento nacional-democrático nos marcos da ordem burguesa. Assim, as ações do Serviço Social na oposição comunista refletem o caráter antidemocrático do Estado e das classes possuidoras e mandatárias da intervenção profissional junto às classes subalternas. O ajustamento social dos indivíduos e suas famílias ocorria nos moldes conservadores de uma preservação e manutenção dos traços periféricos e dependente do capitalismo brasileiro, na contramão do desenvolvimento democrático e no aprofundamento da subordinação econômica e política das classes subalternas.

Por mais que o Serviço Social brasileiro conte com grandiosas produções teóricas que tematizam o significado social da profissão nas relações sociais do modo de produção capitalista, bem como sobre seus fundamentos históricos, teórico-metodológicos e ético-políticos, avaliamos que ainda existe uma lacuna na produção teórica da profissão sobre sua relação histórica com as formas de resistência e luta social das classes subalternas no período de sua institucionalização no Brasil. Aqui, não estamos afirmando que não exista problematizações valiosas acerca da vinculação de classe que a profissão estabelece institucionalmente em suas primeiras décadas de desenvolvimento profissional no país. Tão pouco sustentamos a ideia de que não há produções acadêmicas que desvelam o caráter ideológico e interventivo do Serviço Social junto às classes subalternas no processo de reprodução das relações sociais capitalistas. Pelo contrário, boa parte das produções com que conta o Serviço Social brasileiro nos dias de hoje aponta rigorosamente as condições e as características que envolvem o relacionamento da profissão, direta ou indiretamente, com as formas de luta social e resistência da classe trabalhadora enquanto expressão da luta de classes. O que identificamos enquanto lacuna se

refere à ausência de uma investigação acadêmica que sistematize experiências concretas da relação do Serviço Social, especialmente no âmbito do trabalho profissional do assistente social, com as organizações, mobilizações e reivindicações das classes subalternas — sendo estes um dos públicos-alvos da intervenção profissional em seu processo de institucionalização no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABAS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Associação Brasileira de Assistentes Sociais. São Paulo, 1947.
- AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- COSTA, R. S. **A Fundação Leão XIII Educando os Favelados (1947-1964)**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro, PPGC. Rio de Janeiro, 2015.
- CUNHA, M. B. Cenas históricas da Participação Popular da constituição de um campo de fronteira nas favelas do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, Rute Imanishi (Org.). **Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p.15-42.
- GOMES, M. F. C. M.; et al. **Pesquisa em favelas**: contribuições do Núcleo de Pesquisa e Extensão Favela e Cidadania ao debate sobre os desafios postos para o Serviço Social. In: O Social em Questão. Rio de Janeiro: PUC-Rio, ano XV — nº 27, p.133-150, 2012.
- GOMES, M. F. C. M.; FRANÇA, B. A. SAGMACS, Serviço Social e favelas cariocas: referência e/ou produto de um contexto histórico? In: MELLO, Marco Antonio da Silva et al. [Orgs.]. **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.169-188;
- GOMES, M. F. C. M. Política Urbana e Serviço Social. In: **Praia Vermelha**: estudos de política e teoria social / Universidade Federal do Rio de Janeiro. PPGSS — n.16 e n.17, (2007) — Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social. p.176-227;
- GONÇALVES, R. S.; CAMPOS, L. **A atuação de Assistentes Sociais da Fundação Leão XIII nas favelas do Rio de Janeiro entre os anos de 1940-1950**. Rio de Janeiro, Puc-Rio: 2019. 8p.
- HONORATO, C. O Assistente Social e as favelas (1945/64). In: MELLO, M. A. S. et al. [orgs.]. **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p.141-167.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41.ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12.ed. — São Paulo: Cortez, 2013.
- KORNIS, M. Círculos Operários. In: **Dicionário de Verbetes Temáticos**. Rio de Janeiro: FGV. s/d.
- MACHADO, G. S. **Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social**: da cadência do pioneirismo carioca. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MATTOS, M. B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PINHEIRO, M. C. O. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)**: uma história comparada. Rio de Janeiro: UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2014.

ROCHA, D. G. **Da Batalha à Guerra do Rio**: uma abordagem espaço-temporal da representação das favelas na imprensa carioca. In: *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP: Caxambú-MG, 2010.

VALLADARES, L. P. **A Gênese da Favela Carioca**: a produção anterior às ciências sociais. In: *RBCS*, v.15, n.44, out/2000.

CAPÍTULO II

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (TICS): TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Tatiana Reidel

Assistente Social. Mestra, Doutora em Serviço Social (PUCRS). Pós-Doutora em Serviço Social (UCM/Espanha). Profa. Associada do Departamento de Serviço Social e PPG em Política Social e Serviço Social UFRGS. Bolsista Produtividade CNPQ. Líder Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em SS GEPETFESS.
E-mail: tatyreidel@gmail.com

Elisangela Borba Bueno

Assistente Social. Mestra em Política Social e Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPSSS/UFRGS). Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS).
E-mail: elisborba2017@gmail.com

Lais Duarte Corrêa

Assistente Social. Mestra em Política Social e Serviço Social (PPGPSSS/UFRGS). Doutoranda em Serviço Social PPGSS/PUCRS. Bolsista do CNPq. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS).
E-mail: duarte.lais@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre o uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), no trabalho de assistentes sociais, sob a perspectiva teórica marxista, pressupõe realizar mediações com o modo de produção capitalista, tendo em vista seu processo histórico, seu desenvolvimento, sua expansão, as novas características que assume e seus limites.

Marx (1867) adverte que é preciso tempo e experiência para que o operário — mas podem ser, igualmente, os restantes assalariados, entre outros

— aprenda a distinguir a maquinaria, pesada, contudo, seguramente também digital, entre outras, da sua utilização capitalista e a dirigir os seus ataques não contra os próprios meios materiais de produção, e restantes parceiros de classe, mas contra a sua forma social de exploração.

Sabe-se que, no século XIX, houve um investimento para a redução do tempo de ida e volta da mercadoria. Assim, o transporte de mercadoria e a transmissão de informação (nesse período, cartas e telegramas) dão movimento a um processo de rotação do dinheiro, na busca por atingir um tempo de circulação menor. Desde então, acompanha-se o almejo e o refinamento de estratégias para reduzir esse tempo ao mínimo possível.

No século XX, intensificam-se os sistemas de comunicação e de telecomunicações, acelerando a informação sobre a mercadoria, assim como também a circulação do dinheiro. Com isso, criam-se hábitos de consumo, sobretudo por meio de anúncios e de propagandas, que fortalecem o fetiche da mercadoria e impulsionam a busca pelos produtos em lojas. Ademais, contribui-se com a aceleração da circulação que, quanto mais se aproxima de zero mais funcional se torna, tendo em vista sua produtividade e autovalorização.

No mundo do trabalho, as transformações, especialmente a partir da reestruturação produtiva que responde às demandas do mercado, das relações internacionais de produção e das necessidades de acumulação de capital, acompanham: a adoção de novas tecnologias, a descentralização da produção, a flexibilização das relações de trabalho e o anseio por maior eficiência e produtividade.

Posto isso, o processo produtivo incorpora as TICs nas distintas etapas do processo produtivo, desde o planejamento e a gestão até a produção e a distribuição. Na sequência das transformações, ocorre a 4ª Revolução Industrial, reconhecida como Indústria 4.0, que realiza a integração de sistemas ciberfísicos, Internet das Coisas (IoT), computação em nuvem e inteligência artificial na indústria. Ela é, ainda, uma expressão da intensificação do uso das TICs no setor produtivo (Antunes, 2018).

Essas tecnologias permitem que máquinas e sistemas de produção se comuniquem e tomem decisões autônomas, ou seja, aumentam a automação e a eficiência dos processos industriais. No que se refere ao valor excedente, criado pelo trabalho de trabalhadores em relação ao salário que recebem (mais-

valia e exploração), com a introdução de tecnologias da informação e da automação, o processo produtivo pode se tornar mais eficiente e, conseqüentemente, aumentar a produção, sem necessariamente aumentar os salários dos trabalhadores na mesma proporção. Isso, por sua vez, pode ocasionar maior exploração dos trabalhadores, à medida que o excedente gerado pelo trabalho é apropriado pelos proprietários dos meios de produção.

Apesar de seu uso ter sido potencializado recentemente, as TICs, assim como as demais inovações tecnológicas que caracterizam a mudança da base técnica de produção, já faziam parte do mundo do trabalho, sem impactos restritos apenas à “esfera da produção”, mas também, à “esfera da circulação”, atingindo um amplo e heterogêneo “setor” de serviços, dentre eles: os serviços públicos e as instituições governamentais.

A pandemia da Covid-19,⁴⁰ iniciada em 2020, trouxe consigo transformação de inúmeros postos de trabalho, com o chamado trabalho remoto, *home office*, ou mesmo o teletrabalho⁴¹. Nesse momento, intensificou-se o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no cotidiano de trabalho de inúmeros trabalhadores(as), como é o caso dos(as) assistentes sociais.

Passados três anos desde então, o que era considerado como medida provisória, permanece em voga, apresentando diversos desafios ao trabalho profissional. Nesse sentido, as reflexões apresentadas intencionam analisar as repercussões do uso das TICs na particularidade do trabalho de Assistentes Sociais, com o intuito de delinear suas tendências e seus desafios.

Trata-se de uma temática relevante, tendo em vista que se constituiu como uma pauta profissional, intelectual e política, no sentido de desvendar e analisar a conformação do uso das TICs no cotidiano profissional da categoria e a forma como tem dado respostas a essa realidade. O método materialista histórico-dialético, utilizado neste estudo, resulta de um processo intenso e

⁴⁰ Segundo site do Ministério da Saúde, a Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>). No Brasil, computa-se até 27 de julho de 2023 o total de 704.659 Óbitos de Covid 19(<https://covid.saude.gov.br/>).

⁴¹ “[...] o teletrabalho já vinha sendo utilizado por diferentes profissões e não necessariamente era realizado dentro de casa (*home office*)” (CFESS, 2021, p. 86, grifo do autor).

permanente de pesquisa e de produção de conhecimento⁴², realizado junto ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS), vinculado à linha de pesquisa "Fundamentos do Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional", do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS.

Posto isso, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica em periódicos reconhecidos, vinculados à área de Serviço Social no cenário brasileiro. A pesquisa buscou artigos publicados entre 2016 e 2021 nos seguintes periódicos: Serviço Social e Sociedade, Katálysis, Temporalis, periódicos que se constituem parte da história do Serviço Social brasileiro e com reconhecimento e legitimidade da área. Para tanto, utilizou-se dos seguintes descritores: TICs, trabalho remoto, *home office*, teletrabalho.

A partir desse levantamento, obteve-se um total de 25 artigos, dos quais em 18 há, pelo menos, um descritor e/ou variáveis (TICs, trabalho remoto, *home office* e teletrabalho). Entre os critérios de exclusão, foram descartados sete artigos, por não se alinharem ao tema da pesquisa e não terem nenhum dos descritores. Sendo os critérios de inclusão: descritores e/ou variáveis, localizados em 4 artigos da Revista Serviço Social e Sociedade, 12 da Revista Temporalis e 2 da Revista Katálysis. Os artigos foram organizados em uma planilha do excel, distribuídos por categorias emergentes e, por fim, analisados, conforme a técnica de análise de conteúdo, desenvolvida por Bardin (2009).

Os resultados foram organizados em duas seções. A primeira apresenta uma análise da categoria trabalho, em especial no que tange à reestruturação produtiva e os impactos da Indústria 4.0, que se denomina a “*era do trabalho digital*” e as transformações do mundo do trabalho na execução do trabalho, mediado pelas TICs. Já na segunda seção, apresentam-se as tendências e as

⁴² REIDEL, T. et al. (orgs.). **Perfil, formação e trabalho profissional de Assistentes Sociais no Rio Grande do Sul**. 1ed.São Paulo: Alexa Cultural, 2022, v. 1.

REIDEL, T. et al. **As engrenagens que movem e arruinam o tempo presente: impactos e desafios ao trabalho de Assistentes Sociais**. In: ANDRADE, R. F. C. et al. (orgs.). **Direitos, Trabalho e Gestão Social: elos indissociáveis para a proteção social brasileira**. 1ed.São Paulo: Alexa Cultural, 2022, v. 1, p. 89-106.

CORRÉA, L. D. **O trabalho do(a)s assistentes sociais em tempos de precarização do trabalho e das políticas sociais: desafios e resistências**. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) - UFRGS, 2020.

BUENO, E. B. **O uso das tecnologias da comunicação e informação (tics) no trabalho de assistentes sociais na proteção social básica do suas em tempos de precarização**. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) - UFRGS, 2023.

perspectivas sobre o uso das TICs no trabalho de assistentes sociais, como resultado da pesquisa bibliográfica.

Desse modo, deseja-se, com a sistematização apresentada, que o(a) leitor(a) reflita e analise os impactos das tecnologias de informação e de comunicação, com ênfase no trabalho de assistentes sociais, considerando como as mudanças se constituem, como tendências e desafios no trabalho e, por consequência, no acesso às políticas sociais.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA MORFOLOGIA DO TRABALHO

A partir da teoria marxista, considera-se que o trabalho “[...] é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...]” (Marx, 1988, p. 297). Trata-se de uma categoria central para a compreensão de qualquer modo de produção. No entanto, a diferenciação de qualquer época econômica está ligada à forma como se produz, ou melhor, ao “como” é produzido e quais são os meios de trabalho utilizados.

Assim, o trabalho guarda em si o deciframento das formas de produção e de reprodução das relações sociais. Não obstante, assume, no modo de produção capitalista, a forma assalariada. Em suma, o trabalho atende a diferentes demandas do mercado em diferentes momentos históricos. Contudo, o caráter exploratório sobre a força de trabalho permanece sempre em voga, modificando-se de acordo com as formas com que essa exploração ocorre. Nesse sentido, serão apresentados alguns marcos importantes para compreender as configurações assumidas pelo trabalho na atualidade.

As mudanças no mundo do trabalho se inscrevem, conforme Antunes (2008), como uma nova morfologia do trabalho, decorrente das transformações capitalistas, ocorridas após a crise mundial de 1970. Com isso, há uma reestruturação produtiva do capital, que “configura-se na transição do modelo rígido de gestão do trabalho – fordista/taylorista para um mais maleável, conhecido como acumulação flexível” (Guimarães; Martins, 2016, p. 371), a partir do modelo Toyotista de gestão do trabalho.

O modelo Toyotista, por sua vez, implica a constituição de um empreendimento capitalista, baseado na produção fluida, flexível e difusa, gera, ainda, uma mudança do mundo mecânico Fordista/Taylorista para a robótica, especialmente por conta da automação da microeletrônica. Desse modo, o exercício do trabalho perpassa as plataformas digitais e, com isso, há a dispensa do trabalho vivo, a extinção e a flexibilização de inúmeros postos de trabalho. A produção, nesse formato, implica a adoção de dispositivos organizacionais, como, por exemplo, o *just-in-time/kanban* ou o *kaizen*, que pressupõem, por outro lado, como nexos essenciais, a fluidez subjetiva da força de trabalho, isto é, o envolvimento proativo do operário ou empregado (Alves, 2007).

Com a reestruturação produtiva, vivenciada a partir desse período, intensificou-se a exploração da força de trabalho, a precarização, a perda de direitos sociais e a exclusão digital pela “plataformização na prestação de serviços sociais” (Chaves; Camargo, 2022, p. 18) e o desemprego etc.

Dito isso, na década de 1980, aumentou, no Brasil, uma agudização da crise, iniciada na década passada, explicitando uma crise mais profunda do processo produtivo, consagrando o Toyotismo como um novo modelo de organização da produção das mercadorias. Acerca disso, Alves (2007, p. 158) explicita, “no decorrer da década de 1980, que o Toyotismo adquiriu dimensão universal”.

Em prol do avanço da reestruturação do modo de produção, a década de 1990, no Brasil, também trouxe elementos desencadeadores dessa engrenagem, visto que “os novos coletivos geracionais de trabalhadores que se desenvolveram nesta década tendem a incorporar em si novas experiências ideológicas e emocionais do sócio metabolismo do capitalismo Toyotista” (Alves, 2007, p. 203). A gestão dos modos de produção é constante e pode mesclar em um mesmo processo de trabalho todas as formas, criando um campo fértil para o projeto neoliberal⁴³ se fortalecer, deixando à mercê do mercado a provisão dos serviços públicos à população, em detrimento da sua provisão direta pelo Estado (Bridi, 2009).

⁴³ “Compreender politicamente o neoliberalismo pressupõe que se compreenda a natureza do projeto social e político que ele representa e promove desde os anos 1930” (Laval; Dardot, 2016, p. 8).

Especialmente, a partir de 2008, com a chamada crise do *subprime* ou a “bolha”⁴⁴, como um novo ciclo de crise do capital, evidenciada pelo capital financeiro especulativo imobiliário. Dessa forma, há grandes impactos nas economias internacionais e as repercussões para a classe trabalhadora que vivenciou o aumento do desemprego em níveis estratosféricos, são inúmeras, dentre elas: “[...] verificam-se profundas alterações nas formas de produção e gestão do trabalho perante as exigências do mercado mundial sob o comando do capital financeiro” (Iamamoto, 2008, p. 142).

Concomitantemente a esse processo, a classe trabalhadora vivencia as transformações no mundo do trabalho, diante do contexto de reestruturação produtiva, pela lógica da Indústria 4.0, a partir da expansão do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que é resultado da inteligência humana, ou seja, do trabalho vivo.

De forma contraditória, ao mesmo tempo em que é o trabalho vivo que permite o desenvolvimento tecnológico para aprimorar os processos de produção, amplia-se o exército de pessoas estruturalmente desempregadas, que perderam seus empregos em consequência da automação e da robotização da produção e dos serviços. Em outras palavras, provoca-se, ao mesmo tempo, um incremento da produtividade e da riqueza social; e uma drástica redução da demanda de trabalho humano, que envolvem o “infoproletariado ou o ciberproletariado”, os quais são “os novos modos de ser da informalidade” (Antunes, 2018, p. 89).

Desde então, acompanha-se a maximização do uso das plataformas tecnológicas e dos aplicativos de aparelhos móveis, manifestando-se, de modo mais desenfreado do que as outras transformações, assim como seus impactos, que podem ser sentidos tanto no âmbito empresarial quanto político, econômico e social. Adere-se, também, ao fenômeno da uberização, que anuncia uma nova perspectiva no mundo do trabalho, marcado pela flexibilização “ao mesmo tempo, um incremento da produtividade e da riqueza social, e uma drástica redução da demanda de trabalho humano” (Veloso, 2010, p. 751). Tudo isso

⁴⁴ “Harvey parte da discussão da crise econômica de 2008 para demonstrar que ela, assim como as anteriores, é intrínseca e inerente ao modo de produção capitalista” (previtali, 2012, p. 623).

resulta em inseguranças, precarização das relações trabalhistas, aumento da exploração da mais valia do trabalho e do controle da produtividade.

No Brasil, o acirramento desse contexto está atrelado às contrarreformas administrativas, previdenciárias, implementadas nos últimos anos, principalmente após o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016. À época, foram aprovadas a contrarreforma trabalhista, pela Lei 13.467/2017; e a Lei 13.429/2017, que dispõe sobre o trabalho temporário e a regulamentação da terceirização das atividades meio e das atividades fim no Brasil.

No que tange à contrarreforma trabalhista, retomou o termo trabalho remoto da lei 12.551, de 2011, considerando-o, conforme consta no Título II, Capítulo II-A:

[...] a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo.

Parágrafo único. O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.

Enquanto o trabalho remoto segue a seguinte definição:

§ 1º Poderá ser realizada a alteração entre regime presencial e de teletrabalho desde que haja mútuo acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

§ 2º Poderá ser realizada a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação do empregador, garantido prazo de transição mínimo de quinze dias, com correspondente registro em aditivo contratual (Brasil, 2017).

As formas de flexibilização se acentuaram no período pandêmico, sobretudo com a aprovação do Projeto de Lei nº 1.179/2020, que reduziu a carga horária e salarial, além da previsão do não pagamento de férias, não pagamento de décimo terceiro, entre outras repercussões. Além desta, instituiu-se a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020, como Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (Brasil, 2020), prevendo a possibilidade de:

§ 4º Se, durante o período de suspensão temporária do contrato de trabalho, o empregado mantiver as atividades de trabalho, ainda que parcialmente, por meio de teletrabalho, trabalho remoto ou trabalho a distância, ficará descaracterizada a suspensão temporária do contrato de trabalho [...] (Brasil, 2020).

Ao encontro de amenizar os impactos sofridos com a crise econômica para os grandes capitalistas, estabeleceu-se o flagelo às custas da classe trabalhadora. Com a crise sanitária da pandemia de Covid-19, percebe-se, portanto, a intensificação do trabalho digital, entre eles: o trabalho remoto (de âmbito doméstico), *home office* e o uso das TICS. Aliado a isso, além das formas precárias de inserção profissional, observa-se a exclusão do mercado de trabalho por parte da população, que é desprovida do mínimo aparato tecnológico, como pré-requisito para exercer alguma atividade no mercado tecnológico.

Por outro lado, os que se inserem como trabalhadores da Uber, de delivery, dos que se encontram em trabalho remoto/home office ou em teletrabalho são expostos a relações de trabalho “crescentemente individualizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliteradas relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (Antunes; Netto, 2020, p. 11).

No que tange as modalidades de trabalho, adotadas em meio ao lockdown às avessas, ao mesmo tempo em que se uniram à falaciosa impressão de vantagens à classe trabalhadora, com a possibilidade de adaptar horários, não ter a necessidade de se deslocar, possibilidade de escalonamento e formas híbridas, oscilando entre o trabalho remoto e o presencial, oculta diferentes formas de intensificação, de exploração e de ampliação da jornada de trabalho.

Isso porque os(as) trabalhadores(as) passaram a compartilhar o espaço privado com as atividades de trabalho e, muitas vezes, até os mesmos aparelhos precarizados e a internet sem qualidade, com outros membros da família. Paralelamente, o custeio da execução do trabalho, tais como energia elétrica, computadores, celulares e acesso à rede de internet, permaneceu por conta do próprio trabalhador, onerando, ainda mais, sua sobrevivência e suas condições de trabalho, visto que a maioria das casas não estava preparada para se tornar

ambiente de trabalho. Nesse cenário, o espaço de descanso, lazer e intimidade passou a competir com a produtividade do trabalho.

A configuração do trabalho exposta é marcada “pela precariedade, pela retirada de direitos e pelo envolvimento do trabalho familiar [...]” (Durães; Bridi; Dutra, 2021, p.949), em contexto de profunda insegurança. Dessa forma, observa-se o “desgaste e adoecimento físico e mental de trabalhadores” (Prates; Carraro; Zacarias, 2020, p. 20) em prol das inúmeras cobranças que o mundo do trabalho institui, a responsabilidade na manutenção da família e dos filhos, em ambientes de incertezas e ameaças, a falta de se visualizar melhores perspectivas de vida e melhores remunerações e o poder de consumo, planos de saúde e alimentação.

Diante disso, mesmo após três anos desde a urgência de adaptação do trabalho frente às medidas de restrição e isolamento implementadas, as medidas que, até então, eram entendidas como excepcionais, tornaram-se permanentes no cotidiano de milhares de trabalhadores, dentre eles, os(as) assistentes sociais. No próximo item, serão apresentadas reflexões acerca das tendências e dos desafios postos ao trabalho profissional, frente ao uso das TICs.

3. AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E O USO DAS TICs NO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL

O contexto atual desafia a classe trabalhadora e, por consequência, os(as) assistentes sociais brasileiros(as), tanto no que se refere às condições e às relações de trabalho quanto as próprias condições de sobrevivência, cada vez mais precárias frente às investidas devastadoras do capital.

Como profissão eminentemente interventiva e investigativa, as configurações do trabalho, na atualidade, apresentam desafios no âmbito técnico-operativo, teórico-metodológico e ético político, frente às demandas cada vez mais complexas e condições, cada vez mais, precarizadas de trabalho, desprotegidas, inseguras e intensificadas, com salários aquém das necessidades de sobrevivência, além da “[...] ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros” (Raichelis, 2011, p. 422).

Tendo em vista que “quase 60 % dos(as) assistentes sociais estão empregados(as) no setor público (59,8 %)” (CFESS, 2022, p. 91), é importante considerar o permanente desmonte das políticas públicas, operado à égide neoliberal, desde a década de 1990, no Brasil, cujas consequências já eram sentidas e vivenciadas pela população e pelos trabalhadores antes mesmo da pandemia da Covid-19.

No contexto de crise sanitária, instaurada em 2020, há a incorporação desenfreada das TICS, do trabalho remoto e de outras modalidades, como o *home office* ou teletrabalho. Com isso, houve uma completa mudança no cotidiano de trabalho desses profissionais. Evidenciam-se alguns exemplos, por meio dos quais as TICS são mediadas no trabalho de assistentes sociais: grupos de WhatsApp (técnicos e de usuários), marcação de agendas com as famílias pelos aplicativos de mensagens, redes sociais, plataforma de reuniões, telefone e internet, Google Drive, acesso on-line de informações, Sistema Eletrônico de Informações (SEI), e-mail, videochamadas com o usuário, respostas mais imediatas às demandas dos usuários pelo aplicativo de mensagens, possibilidade de criação de prontuário eletrônico, reuniões de trabalho virtual, reuniões híbridas, ferramenta de pesquisa de informações, mecanismo de informações imediatas, facilidade de acesso pelo usuário que consegue e/ou tem condições de utilizar essas sociais, plataforma alimentação.

Sobre o exposto, os achados da pesquisa bibliográfica possibilitaram a identificação de alguns aspectos positivos, no que diz respeito às facilidades que o meio tecnológico oportuniza, como: não necessidade de deslocamentos, agilidade junto à rede de serviços, contato entre as equipes, a possibilidade de contato/atendimento com os usuários que, muitas vezes, estão em áreas de difícil acesso, e as reuniões remotas colocadas em uma outra conotação de viabilidade/facilidade ao uso dos meios tecnológicos.

Ao mesmo tempo, cabe destacar que as TICs também criaram barreiras com a população que não possui telefone, computador, internet com capacidade, precário conhecimento de manuseio nas formas de acesso aos serviços. Ademais, identifica-se a fragilidade em orientar como acessar determinados serviços que, atualmente, migraram para as plataformas digitais, como, por exemplo: o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), as formas de procura de

emprego, agendamento on-line de serviços de saúde, Defensoria Pública estadual/federal e outros órgãos governamentais.

Quanto a este último exemplo, nota-se a subordinação profissional às demandas institucionais e de outras políticas públicas, com implicações éticas e políticas para os trabalhadores assistentes sociais, uma vez que não podem oferecer um atendimento aos usuários, que tenham maior acolhimento ou proximidade para a manutenção dos direitos dos usuários de estarem em um ambiente de escuta e sigilo no momento imediato em que precisam.

Vale lembrar que a incorporação das TICs no trabalho profissional, seja *in loco* no local de trabalho ou *home office*, foi intensificada no contexto pandêmico. Entretanto, a sua provisão, assim como os próprios Equipamentos de Proteção Individual (EPI), fica sob responsabilidade dos trabalhadores, em grande maioria, uma vez que não foram disponibilizados pelos órgãos empregadores.

Outro aspecto relevante diz respeito ao majoritário perfil profissional, composto de mulheres. Isto permite afirmar, diante dos papéis sociais, historicamente construídos e atribuídos às mulheres na sociedade, que há sobrecarga de trabalho devido às duplas e até triplas jornadas de trabalho, somadas à jornada de trabalho doméstico, invisibilizado, por muitas vezes, sendo realizados no mesmo ambiente em se tratando do *home office*.

Conforme os desafios postos neste contexto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020, p. 1) emitiu uma orientação técnica, em que indica “por se tratar de uma temática densa, complexa e múltipla, [...] não esgota todas as questões que envolvem o teletrabalho/trabalho remoto e a teleperícia”. Essa nota serviu para esclarecer e refletir sobre o exercício profissional do assistente social nas atividades, que poderiam ser interrompidas e executadas por meio das modalidades remotas, de forma excepcional, escalonada com o trabalho presencial.

No ano seguinte, 2021, foi lançado o livro “Diálogos do cotidiano: reflexões sobre o cotidiano profissional: caderno 1”. Nele, um dos capítulos foi dedicado ao teletrabalho e à teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Nesse âmbito, em meio a urgência da adaptação de atendimento das demandas por situação de calamidade pública, instituída pela Covid-19, acabou-se transferindo os custos do trabalho ao trabalhador. Com isso,

acentuam-se as “[...] modalidades de precarização, terceirização, subemprego e informalidade no mercado de trabalho” (neves, 2022, p. 15).

Mesmo frente ao exposto, recentemente Vicente e Monteiro (2022) apontaram que a discussão e a compreensão da mediação das TICs é “[...] ainda insuficiente e pouco crítica sobre esses instrumentos de trabalho, em toda sua complexidade e efetividade em relação à alteração dos ritmos, conteúdos, natureza e sentidos do trabalho de assistentes sociais [...]” (Vicente; Monteiro, 2022, p. 127).

Nesse sentido, tendo em vista que, visa-se, neste estudo, identificar as tendências e as perspectivas ao trabalho do assistente social diante do uso das TICs, na pesquisa bibliográfica, obteve-se um total de 25 artigos, com os descritores (TICs, modalidades de trabalho remoto, trabalho remoto, *home office* e teletrabalho), conforme apresenta-se na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 - Sistematização dos achados bibliográficos em relação aos descritores (TICs, modalidades de trabalho remoto, trabalho remoto, home office e teletrabalho).

Revistas	N	%
Revista Serviço Social e Sociedade	4	22,22 %
Revista Temporalis	12	66,67 %
Revista Katálysis	2	11,11
Total	18	100 %

Fonte: Bueno (2023).

Salienta-se que não foram encontradas publicações anteriores a 2020, isso evidencia o esforço teórico da profissão em desvendar a realidade vivenciada no, então, contexto pandêmico na particularidade da formação e do trabalho profissional em Serviço Social, destacando-se as revistas selecionadas para essa pesquisa como importantes periódicos de veiculação desses resultados e reflexões.

A maior concentração de publicações encontra-se na Revista Temporalis (66,67 %). Dessa forma, demonstra-se a importância desse periódico e de sua vinculação à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade da categoria.

A partir da seleção dos 18 artigos, buscou-se o descritor e as variáveis (TICs/teletrabalho, *home office* e trabalho remoto) pela seleção dos títulos dos artigos que estão associados em seis artigos, relacionados à área educação e ensino remoto emergencial; seis artigos referentes às condições de trabalho do assistente social e ao exercício profissional; dois artigos enfatizando a crise estrutural econômica e do trabalho; um artigo com ênfase nas atividades do assistente social na política de saúde, um artigo sobre o trabalho profissional no âmbito sociojurídico; um artigo sobre TICs, ferramenta de democracia e articulação; um artigo sobre exercício profissional no SUAS. Essa explanação pode ser observada na Tabela 2.

Tabela 2 - Sistematização dos achados bibliográficos sobre o uso das tecnologias por áreas.

Revistas	N	%
Área educação	6	33,33 %
Condições de trabalho do assistente social e exercício profissional	6	33,33 %
Crise estrutural econômica e do trabalho	2	11,14 %
Atividades do assistente social na política de saúde	1	5,55 %
Trabalho profissional no âmbito sociojurídico	1	5,55 %
TICs e ferramenta de democracia e articulação	1	5,55 %
Exercício profissional no Suas	1	5,55 %
	18	100 %

Fonte: Bueno (2023).

Conforme pode-se visualizar na Tabela 2, há maior concentração de produções na área da educação (33,33 %), voltadas principalmente para as discussões sobre o uso das tecnologias na formação profissional, assim como em relação às discussões sobre as condições de trabalho do assistente social e seu exercício profissional (33,33 %).

Outro dado relevante é a presença de artigos, cujas discussões vinculam-se às políticas de saúde e de assistência social, espaços majoritários de inserção profissional no âmbito das políticas sociais na atualidade. Atenta-se, também,

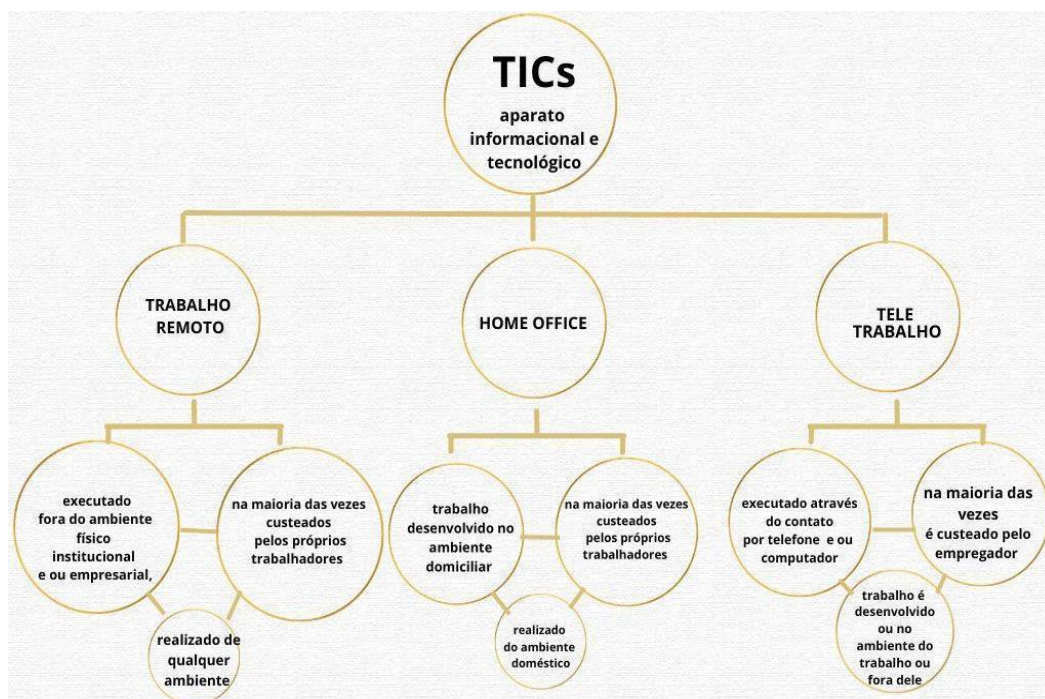
para a produção no sociojurídico, frente aos desafios postos em relação à teleperícia.

No que tange as produções, retratam-se a confluência de entendimento que o avanço das tecnologias aponta para as novas morfologias do trabalho e, conseqüentemente, as relações que permeiam a estrutura e o atual modo de gestão da produção, que objetivam única e exclusivamente a lucratividade do capital.

No ano de 2021, o artigo “O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia”, publicado na revista Serviço Social e Sociedade número 140 por Raichelis e Aguerri, abre espaço para se discutir a profissão e refletir sobre as TICs. Mencionam 14 citações que mostram que as experiências da execução do trabalho, com a utilização das modalidades remotas, abriram espaço para o terreno fértil do acirramento do processo de precarização do trabalho de assistentes sociais, concomitante aos questionamentos éticos e técnicos. Além disso, as autoras introduzem a profissão na arena de debates sobre a incorporação das TICs, no fazer dos assistentes sociais, bem como aproximam do entendimento de conceitos amparados, sob a interpretação da contrarreforma trabalhista, de 2017.

Embora seja amplo o conhecimento de que o uso das TICs ocorre no trabalho presencial, no âmbito das produções, buscou-se identificar a compreensão predominante acerca das TICs e as modalidades de trabalho remoto, as quais foram sistematizadas na ilustração exposta na Figura 1.

Figura 1 - Sistematização sobre as TICs e modalidades de trabalho remoto.



Fonte: Bueno (2023) a partir da análise bibliográfica dos autores Antunes (2018), Bridi (2009), Raichelis e Arregui (2021), Lanza *et al.* (2021), Bezerra e Medeiros (2021) e Corrêa e Reidel (2021).

A partir da revisão de literatura, constata-se que o conceito predominante é de que as TICs, como uma haste de um grande guarda-chuva, abarcam todas as demais modalidades remotas, comunicação, informações e ferramentas digitais. Além disso, ressalta-se o fato de que, nessa busca, centrou-se sobre o uso das TICs no trabalho, considerando as novas modalidades de trabalho. Todavia, é importante destacar que há o seu uso na modalidade de trabalho presencial junto aos distintos espaços ocupacionais.

Entende-se que o trabalho remoto é análogo a todo trabalho executado fora do ambiente físico institucional e/ou empresarial, inserido nas novas formas gramaticais em: “[...] esclarecer que no contexto da “reforma trabalhista” de 2017 instituiu-se na CLT um capítulo específico sobre essa modalidade de trabalho remoto, podendo ser realizado por meio de contrato por tempo determinado ou indeterminado” (Raichelis; Arregui, 2021, p. 145).

Muito embora, na maioria das vezes, custeados pelos próprios trabalhadores (computadores desktops, notebooks, energia elétrica, telefone, internet e mobília), bem como aquele que pode ser realizado de qualquer

ambiente, como em um shopping, no domicílio, nas estações de coworking⁴⁵, ou seja, em qualquer lugar.

Considerando que é desse trabalho realizado no domicílio dos trabalhadores que envolve o uso intensivo de equipamentos informacionais (computadores, celulares, internet, webcam, etc.); e que a modalidade teletrabalho implica em acordo prévio entre as partes (Bernardo; Maia; Bridi, 2020, p. 15).

O home office, por sua vez, caracteriza-se pelos achados, como o trabalho desenvolvido no ambiente domiciliar fora do espaço físico da instituição empregadora, “[...] é uma atividade remota que tem um caráter sazonal, esporádico e eventual [...] (Antunes, 2020, p. 29). Enquanto que o teletrabalho é executado tanto no ambiente de trabalho como fora dele, pelo uso do computador e/ou mesmo pelo telefone “a empresa não controla a jornada e também não pode fazer remuneração adicional, mas somente pagar reembolso de possíveis despesas, como internet, etc.” (Antunes, 2020, p. 29).

Além de identificar a compreensão acerca das TICS e das modalidades de trabalho remoto, também foram analisadas as relações atinentes à precarização do trabalho de assistentes sociais. Para tanto, resgata-se o conceito de precarização, desenvolvido por Antunes (2018), que entende que esta conflui para a nova reconfiguração do mundo do trabalho, baseada nas inovações tecnológicas, ou seja, abre o mundo para o trabalhador digital, virtual, teletrabalho, bem como amplia o processo do “patrão de si mesmo”, de expansão do mundo dos autônomos, do processo de “pejotização”⁴⁶, de “uberização”, de horistas por meio do trabalho intermitente.

A partir da revisão bibliográfica, fica evidente que Raichelis e Arregui (2021), Lanza *et al* (2021), Bezerra e Medeiros (2021) e Corrêa e Reidel (2021) fazem inferências, pois entendem a precarização do trabalho associada a: perdas de direitos, fragilização dos vínculos trabalhistas — autorizados pela

⁴⁵ O coworking é um espaço físico que pode ser compartilhado por várias empresas, profissionais liberais e freelancers (Martins, 2021).

⁴⁶ “É por isso que, nesse mundo do trabalho digital e flexível, o dicionário empresarial não para de ‘inovar’, em especial no setor de serviços. ‘Pejotização’ em todas as profissões, com médicos, advogados, professores, bancários, eletricitas, trabalhadoras e trabalhadores do *care* (cuidadores) e ‘frilas fixos’, freelancers que se tornam permanentes, mas que têm seus direitos burlados e se escondem nas redações dos jornais quando as empresas sofrem as auditorias do trabalho” (Antunes, 2018, p. 29).

reforma de 2017, de expansão do mundo dos autônomos e pejetização, da superexploração da força de trabalho —, intensificação da desigualdade social e racial, tendência de ampliação da população sobrando e desempregada.

No entanto, alguns autores relacionam a precarização ao repasse do custeio ao trabalhador, quando desenvolvido por meio das modalidades remotas (Corrêa; Reidel, 2021; Farage, 2021; Tejedas; Junqueira, 2021), tendência de que o ambiente doméstico é um propulsor de sobreposições de tarefas, intensificação da jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, cuidado da família.

A intensificação da precarização, mediadas pelas tecnologias, em relação à categoria profissional que executa seu trabalho, requer observar que: “outros elementos se somam ao contexto de precarização, como o trabalho domiciliar, ou o denominado *home office*. A tecnologia à mão, no espaço domiciliar, utilizando equipamento próprio (“seu” computador, “sua rede” de internet) [...]” (Rodrigues; Melatti; Melo, 2022, p. 114).

Conforme Melatti e Masuet (2022, p. 155), “somam-se a isso aspectos mais subjetivos como a insegurança de manifestar opiniões, discordâncias e insatisfações por receio da demissão e estando mais sujeitos a assédio moral”. Mesmo porque, atualmente, as parcerizações e as terceirizações predominam como forma de vinculação dos trabalhadores nos Cras.

No que se refere ao exercício profissional, atuam na mesma equipe e desempenham as mesmas atividades assistentes sociais (e demais profissionais) estatutários/as e terceirizados/as, com diferentes vínculos contratuais, salários e direitos [...] (Raichelis; Vicente; Vieira, 2022, p. 53).

Emerge, como elemento de análise, o agravamento pelas lacunas da falta de suprimentos das vacâncias do quadro de servidores e os “[...] colocam como trabalhadores/as de serviços essenciais sem acompanhar essa lógica com equipamentos de proteção ou inclusão no plano nacional de imunização contra a Covid-19 [...]” (Melatti; Masuet, 2022, p. 146).

Quanto aos espaços físicos de trabalho, destacam-se o agravamento do sucateamento, a depredação, a insuficiência de salas, o comprometimento do sigilo, a ausência de um local para o trabalhador fazer suas refeições, a falta de banheiro para o trabalhador, as condições físicas sem espaços para práticas coletivas de trabalho. Somam-se a esses elementos: a insuficiência de materiais de escritório, a redução do orçamento federal para o investimento das políticas

sociais, o aumento dos casos de afastamento por agravamento de quadros de desenvolvimento de doença mental.

Nesse cenário, compreende-se a relevância de refletir sobre o uso das tecnologias nos processos de trabalho e como eles reverberam em seu cotidiano. Nota-se que as expressões da *precarização tecnológica, como processo estrutural* repercutem diretamente na execução do trabalho. Cabe dizer que a *precarização tecnológica* está associada por vieses extremos: o fato do excesso do uso tecnológico, a sobrecarga, a multiplicidade de tarefas, a imediatividade nas seis resoluções e respostas, o aumento produtivo do trabalhador, assim como as deficiências apontadas da implantação das modalidades remotas. O outro extremo se dá pela ausência de investimentos no segmento tecnológico e das ferramentas digitais, que integram o cotidiano de trabalho.

Essa realidade denota um paradoxo vivenciado pela categoria no processo contraditório histórico e dialético das transformações do trabalho pelo “conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho” (Druck, 2011, p. 41).

Nesse sentido, extrai-se do assalariado a sua máxima precarização; por outro lado, há o baixo investimento tecnológico, relegado à falta de condições de trabalho, que levam à precarização. Essa realidade reverbera na qualidade do trabalho prestado e nas limitações de intervenções, que impactam os encaminhamentos para outras políticas sociais, expressando-se na insuficiência de condições de atendimento.

As formas de precarizações atingem trabalhadores e usuários, que se colocam em um espaço de confronto de direitos dos(as) usuários(as) de terem atendidas suas necessidades no momento de vulnerabilidade e na violação de direitos dos trabalhadores, com questões emblemáticas no campo de precarizações.

Seguindo a análise, destaca-se que a exploração também é mediada pelas relações patriarcais de gênero, assim como questões étnico-raciais. O segmento populacional de gênero feminino, que historicamente sofre violações e diversas desigualdades em relação ao gênero masculino, é mais afetado com a disseminação da modalidade remota de trabalho, principalmente em relação

ao home office. Isso porque, na sociedade, ainda ressoam violações, formas díspares de salários e de oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Ademais, o trabalho remunerado continua sendo realizado simultaneamente com outras jornadas, restrita ao trabalho doméstico, sem remuneração.

Nessa perspectiva, foram encontrados cinco artigos, do total de 18, que discutem a ótica da exploração feminina, como expressão da precarização. Embora não tenham sido encontrados artigos com enfoque na questão étnico-racial, é necessário apontar as desigualdades supramencionadas, quando por elas mediadas, tendem a se apresentar de forma ainda mais aprofundada pela população negra e indígena, que, desde a constituição do mercado de trabalho no Brasil, tem sido relegada aos postos de trabalho mais precarizados e desprotegidos.

As novas morfologias afetam a classe trabalhadora como um todo, destacando a categoria profissional de assistentes sociais, que se vinculam aos mais distintos espaços ocupacionais e suas distintas políticas sociais. Em que a “excepcionalidade da conjuntura atual, profissionais, em todo o país e inseridos/as nas mais diversas áreas, foram imediatamente pressionados/as a responder às novas requisições postas” (Andrade; Prates, 2021, p. 66).

Considera-se que as TICs, “imprimem ritmo, padrão, bem como novos significados para o trabalho desenvolvido” (Santos *et al.*, 2022, p. 76), ou seja, aumentam a produtividade, além do controle da vida, por meio de algoritmos. Dessa maneira, ocorre uma maior regulação ou pela forma de subsunção do trabalho ao capital, que reproduz a condição histórica da supremacia capitalista, somando-se uma intensificação da jornada de trabalho em virtude das ferramentas digitais e aplicativos de comunicação, em que não há responsabilidade pela segurança do trabalhador, espaço ou seus meios de trabalho (como computador e aparelho de celular, por exemplo) (Raichelis; Arregui, 2021).

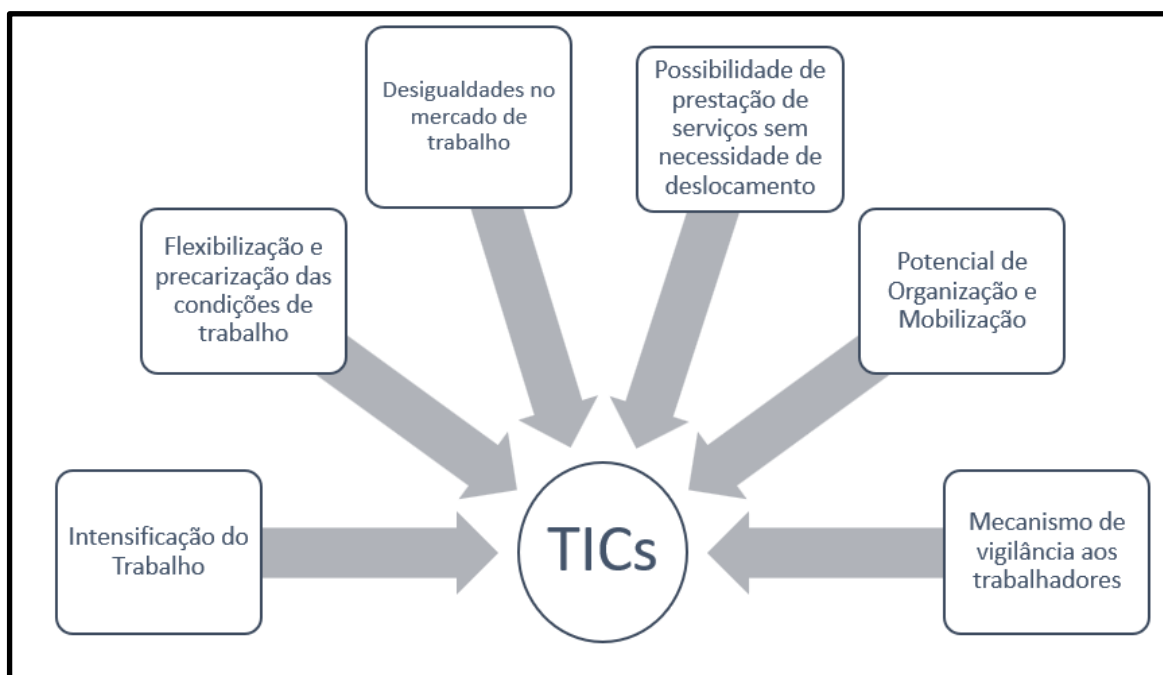
Nesse sentido, reforça-se que, na particularidade do trabalho em Serviço Social, “[...] o uso das ferramentas remotas precisa ser avaliado em relação à finalidade do trabalho e aos limites relacionados às condições éticas e técnicas para sua execução” (CFESS, 2021, p. 89), necessitando-se, portanto, uma articulação entre o conjunto CFESS/Cress para orientação e fiscalização de tais condições, assim como requer aprofundamento, por meio de estudos e

pesquisas para subsídio a ações das entidades representativas da categoria desde a formação profissional.

Entende-se que tais ações se encontram em consonância com as bandeiras de luta a serem defendidas pelos assistentes sociais, expressas no documento do conjunto CFESS/Cress, publicado, em 2015 (e atualizado em 2016), o qual “reforça a importância do exercício profissional com base em suas competências e atribuições privativas como um direito do trabalhador, além do acesso a condições dignas de trabalho” (Lanza *et al.*, 2021, p. 126)

Com base na análise bibliográfica realizada, sistematizam-se os achados da pesquisa bibliográfica, a fim de evidenciar as tendências e os desafios, identificados no que tange o trabalho de assistentes sociais, frente às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

Figura 2 - Tendências sobre uso das TICs no trabalho de assistentes sociais



Fonte: Construído pelas autoras.

Conforme exposto na Figura 2, foram identificadas tendências na mediação das TICs no trabalho em Serviço Social. A primeira é a *intensificação do trabalho*, visto que, com a intensificação da utilização das TICs, tende-se a buscar maior produtividade e redução de tempo para a realização das atividades, sobrecarregando esses(essas) profissionais

A segunda tendência é a *flexibilização e precarização das condições de trabalho*, que ocorre devido à suposta “vantagem” de conciliar o trabalho e a vida privada. Entretanto, isso também pode levar à precarização das relações de trabalho, especialmente em contextos em que os empregadores buscam reduzir custos e aumentar a flexibilidade dos contratos de trabalho.

Outra tendência diz respeito às *desigualdades no mercado de trabalho*, pois o acesso às TICs pode ser desigual entre os assistentes sociais brasileiros, inclusive em diferentes regiões. Além disso, profissionais que têm acesso limitado ou inadequado às tecnologias podem enfrentar desvantagens na realização de suas atividades de trabalho, o que pode afetar a qualidade e/ou a não realização do serviço prestado.

Não obstante, identificou-se a *possibilidade de prestação de serviços sem deslocamento*, visto que as TICs podem facilitar, por exemplo, a coleta e a análise de dados, melhorar a comunicação com os usuários dos serviços sociais e permitir o compartilhamento de informações entre diferentes profissionais e instituições. No entanto, é importante considerar como a digitalização das atividades pode impactar a relação entre profissionais e usuários, necessitando de profunda atenção para não ferir sua privacidade, privar o acesso e infringir seus direitos.

Ainda, evidenciou-se que o uso das TICs, para além dos desafios, constitui-se enquanto *potencial de organização e mobilização*, isto é, permite articulação entre a categoria e os demais movimentos da classe trabalhadora para enfrentamento de desafios postos tanto à categoria quanto aos demais segmentos de trabalhadores.

Ao mesmo tempo, as TICs podem ser utilizadas pelos empregadores, como *mecanismo de vigilância dos trabalhadores*. Em outras palavras, restringem-se sobremaneira a sua privacidade, tão afetada, uma vez que o trabalho adentra em todas as esferas da vida privada, com o uso das tecnologias.

Em suma, essas tendências apresentam desafios e consequências, ainda não identificados em sua totalidade, sobretudo no que versa ao uso das TICs no trabalho em Serviço Social. A identificação e as respostas dependerão das mudanças em curso na sociedade, sejam econômicas, políticas e sociais, assim como da capacidade de organização da categoria profissional e do conjunto da classe trabalhadora em desvendá-las e utilizá-las a seu favor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica, evidenciou-se o conceito predominante de que as TICs são enquadradas como uma haste de um grande guarda-chuva, abarcando tanto o trabalho presencial como todas as demais modalidades remotas, comunicação, informações e ferramentas digitais. Entretanto, é necessário desvendar o que representa esta modalidade para a categoria profissional e quais interferências ocorreram, uma vez que transformaram o modo de comunicação e de trabalho profissional.

A partir da realidade do trabalho do(a) assistente social mediado pelas TICs, percebe-se a unificação de certos atendimentos na forma on-line, o que cria barreiras com a população que não possui telefone, computador, internet com capacidade ou que tem precário conhecimento de manuseio nas formas de acesso aos serviços e/ou mesmo na fragilidade técnica.

Ao passo que isso ocorre, resulta-se, ainda, a descentralização de serviços para os(as) assistentes sociais, que passam a trabalhar muito além de orientar sobre os acessos a determinados benefícios, atualmente migrados para as plataformas digitais (exemplos: INSS, as formas de procura de emprego, agendamentos on-line de serviços de saúde, defensoria pública estadual/federal e outros órgãos governamentais). Em contrapartida, converge-se um aparato combinado, de essencialmente presencial para o virtual, cuja população menos favorecida fica desassistida, recaindo na desproteção estatal devido ao não acesso.

Nessa perspectiva, identifica-se que existe um dilema ético em relação ao trabalho se configurar em presencial e/ou on-line, que é a questão do sigilo no uso das TICs. Observa-se, em geral, que esse ponto precisa ser melhor aprofundado pela profissão. Assim sendo, a profissão precisa se ater e se questionar se, de fato, os profissionais imprimem direção social à profissão e às condições técnicas para fazer uso, muito embora não esteja vedado pelo CFESS (em caráter de excepcionalidade).

Embora não se constitua como um tema novo ao Serviço Social, o uso das TICs pela categoria precisa ser tematizado e problematizado criticamente, desvelando as múltiplas determinações que o envolvem e o risco de reduzir o trabalho ao arsenal técnico operativo. Ao mesmo tempo que seu uso constitui

um caminho sem volta, e pode contribuir para viabilizar a execução do trabalho. No entanto, sua excessiva utilização culmina na precarização das condições de trabalho, assim como no adoecimento da classe trabalhadora, quando ocorre de forma desenfreada e ultrapassa a carga horária do trabalho, invadindo a vida privada, por meio dos distintos aplicativos e grupos que envolvem atividades laborais e que, ininterruptamente, demandam a conexão permanente do(da) trabalhador(ra).

É preciso lembrar que “[...] quem garante a especificidade do trabalho profissional não é a ferramenta, mas a capacidade de produção de respostas profissionais qualificadas” (Iamamoto, 2021, p. 15). Nesse sentido, é necessário refletir sobre os impactos das TICs nos processos de trabalho, bem como a direção social implicada na sua operacionalização, problematizando permanentemente como as ferramentas tecnológicas podem ser potencializadas, ou não, para a sua execução. Além disso, deve-se indagar permanentemente sobre qual o projeto que orienta o uso e a intensificação do uso das tecnologias na sociedade, regida pelo capital.

Frente às controvérsias na execução do trabalho do(a) assistente social, mediado pelas TICs, aponta-se para a necessidade de debate e de aprofundamento, com vistas à compreensão de suas dimensões, para além de uma resposta imediata às demandas do cotidiano e às imposições institucionais, que, devido à necessidade de adaptação, durante o período pandêmico, passaram a utilizar diferentes ferramentas sem quaisquer orientação e/ou suporte técnico em muitas vezes. E que, mesmo após período pandêmico, continua ocorrendo.

Ressalta-se que, como trabalhadores(as) assalariados, os(as) assistentes sociais estão sujeitos(as) aos mesmos dilemas da alienação, vivenciados pelo conjunto da classe trabalhadora. Logo, sujeitos(as) à reprodução e à cooptação pelas TICs e pelas modalidades de trabalho remoto, que ocultam as diferentes formas de intensificação da exploração e da precarização do trabalho.

Ricardo Antunes, Ruy Braga, dentre outros teóricos críticos da contemporaneidade, discutem sobre as mudanças nas formas de produção e de organização do trabalho. Analisam como a utilização das TICs impacta as relações de trabalho; a flexibilização e a precarização são aprofundadas em determinados setores produtivos e podem acarretar maior exploração e

precarização do trabalho, sobretudo por meio da intensificação do ritmo e das condições de trabalho.

Além de a classe trabalhadora estar sujeita à vigilância nas formas de poder instituídas, recaem sob o discurso de “trabalhador autônomo”, porque há figura do “patrão invisível”, e supostamente inexistente, como o equiparado aos processos de uberização do trabalho, a exemplo do proletariado de serviços e do mercado de aplicativos digitais que assumem a figura do “antigo” chefe e que ocupam um lugar de controle da produção do trabalho.

Apesar disso, por meio dos resultados e da análise de pesquisa, evidenciam-se as possibilidades de exercício da relativa autonomia nos processos interventivos de assistentes sociais. Reafirma-se, como estratégia para tal, o aprofundamento teórico/técnico/ético/político, que fortalece a direção social manifestada no cotidiano do trabalho profissional, sem deixar de considerar as determinações sociais da sua condição de trabalhador assalariado.

Nesse sentido, a categoria profissional ainda pode avançar muito, no que se refere a identificação das TICs, como ferramenta aliada às estratégias de mobilizações e de resistências, frente aos desmontes da garantia de direitos trabalhistas. Ao passo em que as TICs estabelecem uma tendência ao trabalho mais individual, saindo da esfera do coletivo e, dessa maneira, articulam barreiras para a resistência de trabalhadores, contraditoriamente também possibilitam a construção de espaços antes impensáveis sem a sua mediação, permitindo que trabalhadores(as) de diferentes estados, municípios, e, até países, possam estar juntos(as) sem necessitar de locomoção, por exemplo.

Posto isso, entende-se uma possível utilização estratégica das TICs para a mobilização da classe trabalhadora, por meio da disseminação de informações, organização de manifestações e como facilitadora para a articulação e a participação ativa dos trabalhadores(as) nas questões sindicais. Além disso, visualiza-se, como possibilidades, a formulação de estratégias ao enfrentamento do tecnicismo, da padronização dos serviços. Dessa forma, o conhecimento tecnológico estará aliado à capacidade em dar respostas profissionais qualificadas.

Outro ponto em questão é o adensamento de produções sobre a intensificação do uso das TICs, bem como das novas modalidades de trabalho

vivenciadas, que possibilitarão, para a categoria e as suas entidades, avançar nos estudos, na produção de conhecimento, na elaboração de subsídios e orientações sobre o tema.

Por fim, entende-se que devem ser consideradas as contribuições do trabalho na era digital, na disseminação e no amplo acesso à informação, mediada pelas tecnologias, redes sociais, do meio eletrônico e outros, como facilitadores dos serviços e da ampliação do conhecimento. Assinala-se pela continuidade e pelo adensamento desse tema que instiga e não se esgota nesse estudo, como terreno fértil para outras pesquisas científicas, como ferramenta potente aliada à qualificação do trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007. 288 p.
- ANDRADE, R. F. C.; PRATES, J. C. (orgs.). **Desafios à formação em Serviço Social em tempos de covid-19**. Boa Vista: IOLE, 2021. 241 p.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. **Coronavírus**: o trabalho sob o fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**. Estudos Avançados, v. 28, n. 81, p. 39-53, ago. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>. Acesso em 30 out. 2021.
- ANTUNES, R. **Icebergs à deriva**: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BERNARDO, K. A. S.; MAIA, Fernanda L.; BRIDI, M. A. **As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia covid-19**. Novos Rumos Sociológicos, Pelotas, v. 8, n. 14, p. 8-39, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/norus.v8i14.19908>. Acesso em 01 fev. 2023.
- BRIDI, M. A. **Trabalhadores dos anos 2000**: o sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração. São Paulo: ABET; LTr, 2009.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 134, p. 1, 14 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em 30 nov. 2022.
- BRASIL. Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. **Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública** reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nºs 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União:

seção 1, Brasília, DF, ano 158, n. 128, p. 1, 07 jul. 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm. Acesso em 28 nov. 2022.

BUENO, E. B. O uso das tecnologias da comunicação e informação (tics) no trabalho de assistentes sociais na proteção social básica do suas em tempos de precarização. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) - UFRGS, 2023.

CHAVES, H. L. A.; CAMARGO, M. A. B. C. A. **Sistemas algorítmicos, lucratividade do capital e implicações nas políticas sociais**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 144, p. 17-32, maio/set. 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.278>. Acesso em 23 mai. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Diálogos do cotidiano – **Assistente social: reflexões sobre o cotidiano profissional**. caderno 1. Brasília: CFESS, 2021. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acesso em 20 dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 317, de 30 de abril de 2020. **Dispõe sobre a realização de perícias em meios eletrônicos ou virtuais em ações em que se discutem benefícios previdenciários por incapacidade ou assistenciais, enquanto durarem os efeitos da crise ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus, e dá outras providências**. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3302>. Acesso em 12 jan. 2023.

BERNARDO, K. A. S.; MAIA, F. L.; BRIDI, M. A. **As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia covid-19**. **Novos Rumos Sociológicos**, Pelotas, v. 8, n. 14, p. 8-39, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/norus.v8i14.19908>. Acesso em 01 fev. 2023.

DURÃES, B.; BRIDI, M. A. C.; DUTRA, Renata Queiroz. **O teletrabalho na pandemia da covid-19: uma nova armadilha do capital?**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 36, n. 3, p. 945-966, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136030005>. Acesso em 17 jan. 2023.

DRUCK, G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?**. Caderno CRH, Brasília, v. 24, n. spe 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>. Acesso em 02 fev. 2023.

GUIMARÃES, G. T. D.; MARTINS, P. R. **Supervisão em Serviço Social diante da precarização no mundo do trabalho: uma perspectiva helleriana**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 370-379, out./dez., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-49802016.003.00007>. Acesso em 15 jan. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

LANZA, L. M. B. et al. **Exercício profissional do(a) assistente social:** problematizações dos impactos da pandemia covid-19. *Temporalis*, Brasília, v. 21, n. 41, p. 119-135, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n41p119-135>. Acesso em 17 jan. 2023.

MARTINS, T. **Conheça os tipos de Coworking e escolha o melhor modelo para a sua empresa.** *Otimiza Empresa Júnior*, Sorocaba, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://www.otimizej.com.br/conteudo/conhe-%2525252525252525252525c3%2525252525252525252525a7a-os-tipos-de-coworking-e-escolha-o-melhor-modelo-para-a-sua-empresa>. Acesso em 15 jan. 2023.

MARX, K. **O Capital.** Vol. I. Tomo I. Coleção Os economistas. Tradução BARBOSA, R.; KOTHE, F. R. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

NEVES, D. **A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 11-21, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82561>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PRATES, J. C.; CARRARO, G.; ZACARIAS, I. R. **A produção da pobreza e das desigualdades no capitalismo:** uma leitura a partir da obra marxiana. *In:* GUIMARÃES, G. T. D.; MACIEL, A. L. S.; GERSHENSON, B. (orgs.). *Neoliberalismo e desigualdade social: reflexões a partir do Serviço Social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. p. 19-38. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/19029>. Acesso em 04 jan. 2023.

RAICHELIS, R. **O assistente social como trabalhador assalariado:** desafios frente às violações de seus direitos. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>. Acesso em 07 abr. 2022.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. **O trabalho no fio da navalha:** nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.242>. Acesso em 11 abr. 2022.

RODRIGUES, T. F.; MELATTI, K. R.; MELO, S. **Trabalho profissional de assistentes sociais:** a precarização do trabalho no contexto das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS). *In:* RAICHELIS, R.; VICENTE, D.; VIEIRA, N. P. (orgs.). *Nova-velha morfologia do trabalho no Serviço Social: TICs e pandemia*. São Paulo: EDUC; CAPES, 2022. p. 105-116. Disponível em: https://www.pucsp.br/educ/downloads/Nova-velha_morfologia.pdf. Acesso em 15 dez. 2022.

SANTOS, T. V. C.; STAMPA, I. **Contratação por pregão como expressão da precarização social do trabalho de assistentes sociais no Brasil recente.**

O Social em Questão. Ano XXIII, n. 47, mai./ago., 2020. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/>. Acesso em 13 jan. 2022.

VELOSO, R. S. **Tecnologias da Informação e Serviço Social:** notas iniciais sobre o seu potencial estratégico para o exercício profissional. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 517-534, jan. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5212/Emancipacao.v.10i2.517534>. Acesso em 20 jan. 2023.

VICENTE, D.; MONTEIRO, C. L. **Sofrimentos e desgastes:** apontamentos sobre o trabalho de assistentes sociais mediado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS). 2022. Disponível em <https://drive.google.com/drive/u/0/my-drive>. Acesso em 15 jan. 2023.

CAPÍTULO III

PERSPECTIVAS HISTÓRICO-CRÍTICAS: INTERAÇÕES ENTRE BRASIL E PORTUGAL (1974-1995)

Carla Fernandes Carrilho

Assistente Social, mestra em Serviço Social PPG-SS/UFJF e doutoranda em Serviço Social pelo PPG-SS/UFJF, bolsista Capes. Autora da dissertação de mestrado “As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974 e 1995: convergências entre percursos?”.

E-mail: carlafernandes_jf@hotmail.com

Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

Assistente Social, professora titular da Faculdade de Serviço Social/UFJF, doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ, docente e pesquisadora vinculada ao PPGSS/UFJF e ao grupo “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”. Bolsista pós-doutorado sênior, CNPQ. Orientadora da dissertação de mestrado “As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974 e 1995: convergências entre percursos?”.

E-mail: alexandra.eiras@ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

Os resultados da pesquisa sobre “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocução internacional e memória (1960-1980)⁴⁷” trouxeram elementos que confirmaram a presença de posicionamentos críticos que questionavam e se opunham às formulações ético-políticas e teórico-metodológicas do Serviço Social

⁴⁷ Pesquisa coordenada pelas professoras doutoras Marilda Villela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos, desenvolveu-se por meio de uma rede internacional de pesquisadores, da qual as autoras deste capítulo fizeram parte.

tradicional⁴⁸ nos países investigados: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido.

Por sua vez, como desdobramento dessa investigação, estamos atualmente vinculadas à pesquisa em rede “Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais América Latina e Europa”⁴⁹ e ao projeto “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos”⁵⁰.

Naquela investigação, realizada entre 2016-2020 com recursos do CNPQ, buscou-se identificar se houve interlocução entre o Movimento de Reconceituação Latino-americano (MRLA), datado entre 1965-1975, os EUA e os países europeus (ES, PT, RU), por meio da análise de material bibliográfico, documentos disponíveis e entrevistas com profissionais que participaram daquele processo⁵¹.

No que tange aos países europeus, identificou-se o intercâmbio entre profissionais protagonistas do MRLA (Eiras, *et al.*, 2022), oriundos da Argentina, Brasil, Uruguai e assistentes sociais portugueses, ao que parece, com mais frequência do que em relação à Espanha e ao Reino Unido (onde não foi identificada relação direta com os assistentes sociais vinculados ao Serviço Social Radical), além de maior movimentação, divulgação/organização de cursos e eventos com protagonistas do MRLA em Portugal, e pelo

⁴⁸ “A prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fatural ineliminável” (Netto, 2015, p.156).

⁴⁹ Esta investigação é articulada por uma coordenação colegiada composta pelas seguintes pesquisadoras: Rosângela Batistoni (Unifesp), Alexandra A. L. T. S. Eiras (UFJF), Carina Berta Moljo (UFJF), Graziela Scheffer (UERJ), Maria Helena Elpídio (Ufes), Sérgio Quintero Londoño (Universidade de Caldas, Colômbia), Thaisa Closs (UFRGS), com a assessoria de Marilda Villela Iamamoto, Cláudia Mônica dos Santos e Maria Carmelita Yazbek.

⁵⁰ Coordenado por Alcina Martins, Cláudia Mônica dos Santos e Maria Carmelita Yazbek. Esta investigação também integra o projeto “Fundamentos históricos e teóricos do Serviço Social no Brasil e em Portugal: antecedentes, memória e desafios contemporâneos”, financiado pela Fapemig.

⁵¹ Os resultados foram publicados em dois livros: “*A História pelo avesso: A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*”, organizado por: Marilda V. Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos, 2021 e “*Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA*” organizado por: Alexandra A. L. T. S. Eiras, Carina B. Moljo e Maria Lúcia Duriguetto, 2022.

conhecimento/difusão de referências bibliográficas produzidas na América Latina.

Pode-se afirmar que essa aproximação tem razões no processo histórico vivido em Portugal, nos movimentos e lutas de resistência à ditadura salazarista⁵², acirrados, sobretudo, na década de 1960, durante o governo de Marcelo Caetano (1968-1974), após o afastamento de Salazar por questões de saúde, tendo como ápice a “Revolução dos Cravos”, cujo desenvolvimento ocorre desde 25 de abril de 1974, se desenvolvendo até 05 de novembro de 1975, data que marca o processo contrarrevolucionário em relação ao projeto socialista.

Nessa interlocução entre o MRLA e o Serviço Social em Portugal, o se Brasil destacou pela relação histórica entre os dois países, que compartilham o mesmo idioma e heranças culturais, não obstante as enormes diferenças, inclusive pela assimetria de poder e dependência instaurada no processo de colonização, marca violenta na nossa formação social.

Evidenciam-se a interlocução com o professor brasileiro José Paulo Netto em situação de exílio em Portugal de 1976-1979, destacada pela pesquisadora Alcina Martins em diferentes ocasiões de diálogos e debates. E, a partir da mediação do referido docente, no decorrer da década de 1980, ocorre a aproximação entre a Faculdade de Serviço Social da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) por meio do acordo de cooperação internacional firmado em 1986 com o ISSSL (Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa), que resultou na formulação de 41 dissertações de mestrado e 8 teses de doutorado ao longo de 15 anos (Martins, 2019a, 2021, 2022; Ferreira, 2006).

Neste capítulo, partimos da hipótese de que a interação e a cooperação entre assistentes sociais portugueses e brasileiros em um contexto de efervescência social e enfrentamento às ditaduras, nos anos 1970, aproximou-nos, dada a relação com as demandas sócio-históricas pela democratização e a disputa pelo acesso efetivo à cidadania e implementação dos direitos civis, políticos e sociais. Essas conjunturas, guardadas as suas particularidades, têm em comum o tensionamento das respostas profissionais tradicionais do Serviço

⁵² Iniciada sob os moldes de Antônio de Oliveira Salazar, a partir de 1933, com a instauração do Estado Novo.

Social e a necessidade de elaboração de novas respostas em alinhamento com as demandas postas pelos sindicatos, partidos, movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora, no enfrentamento da “questão social”⁵³ peculiar à dinâmica contraditória das sociedades capitalistas.

Consideramos que as interações entre os profissionais brasileiros e portugueses permitiram um intercâmbio que envolvia conjunturas de enfrentamento à ditadura, nas décadas de 1960 e 1970, construindo relações que propiciaram a influência teórico-metodológica do Serviço Social brasileiro no campo histórico-crítico, nas duas décadas seguintes.

Assim, entendemos que face à consolidação da profissão em nosso país, inclusive enquanto área de produção acadêmica já em vigência, na década de 1980 (trajetória que a diferencia em relação à Portugal), *as formulações teórico-críticas do Serviço Social brasileiro*⁵⁴ *tiveram influência sobre o Serviço Social português nas décadas de 1980 e 1990, fortalecendo-o na incorporação de perspectivas histórico-críticas, já desenvolvidas em nosso país*⁵⁵.

Desse modo, nas seções 1 e 2, analisamos, de modo relacional, a configuração do Serviço Social no Brasil e em Portugal, no período de 1974 a 1995, no plano organizativo e teórico-político, sem perder a dimensão da particularidade de cada país. Na seção 3, destacamos nosso entendimento sobre a perspectiva histórico-crítica, eixo transversal deste capítulo.

⁵³ “A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche. (...) Portanto, as configurações assumidas pela questão social integram tanto determinantes históricos objetivos que condicionam a vida dos indivíduos sociais, quanto dimensões subjetivas, fruto da ação dos sujeitos na construção dos sujeitos. Ela expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais” (Iamamoto, 2008, p. 156)

⁵⁴ Essas formulações teóricas adensaram a posição de ruptura ético-política com o Serviço Social tradicional no Brasil, bem como a elaboração teórica no campo histórico-crítico. A perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional estava presente nos debates (Encontros, Seminários, Congressos de Serviço Social) nos trabalhos registrados nos anais desses eventos (Eiras et. al., 2015), assim, também, foram veiculadas em artigos e relatos, sistematizações de experiência, publicados nas edições da Revista Serviço Social e Sociedade (Silva, 2009; Eiras et al., 2019).

⁵⁵ À época, já se publicara a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de Iamamoto e Carvalho (1982) e A política social do Estado Capitalista (Vicente Faleiros, 1980), bem como os livros de docentes da PUC-SP, como Aldaíza Sposati (Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras, 1985), José Paulo Netto (Ditadura e Serviço Social, 1991) e Maria Carmelita Yazbek (Classes subalternas e assistência social, 1993), produções que indicam o amadurecimento do Serviço Social brasileiro, nas análises sobre a profissão e sobre as políticas sociais.

Ademais, enfatiza-se o vínculo da profissão com os movimentos da classe trabalhadora, no decorrer da “Revolução dos Cravos” e em seus desdobramentos em Portugal, e no processo de democratização, no Brasil, sobretudo a partir do final dos anos 1970 e durante a década de 1980. Abrange-se as interações teórico-políticas, participações e protagonismo profissional em processos de resistências da classe trabalhadora e na defesa de seus interesses, bem como as conquistas que foram efetivadas no âmbito organizativo-profissional (legislação, ampliação da formação no nível de graduação e pós-graduação e criação de novas formas organizativas).

Em termos teórico-metodológicos, procedemos à análise bibliográfica, por meio da leitura das revistas: “Serviço Social e Sociedade” criada em 1979 no Brasil e “Intervenção Social” criada em 1985 em Portugal. Os critérios de escolha das revistas foram sua relevância histórica para a produção do Serviço Social no período analisado, sendo um dos primeiros mecanismos de divulgação de investigações e de interação entre matérias sobre o Serviço Social e áreas afins.

A análise do material das revistas foi realizada na dissertação de mestrado intitulada “As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974 e 1995: convergências entre percursos?”, defendida em fevereiro de 2022, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG-SS/UFJF) e, também, no livro “Serviço Social e Ação Profissional Crítica” (Eiras, *et al.*, 2019), no que se refere à revista Serviço Social e Sociedade.

Assim, pode-se denotar que profissionais de ambos os países estiveram presentes aos acontecimentos, interagindo com o campo progressista, atuando de modo combativo, ao lado dos movimentos da classe trabalhadora, almejando mudanças estruturais. Por sua vez, as convergências observadas entre os percursos da profissão no Brasil e em Portugal, com suas transformações e interações, contribuem para enfatizar os vínculos existentes no passado e no presente, como pontes para aproximar esforços e fomentar processos de resistências no campo crítico, diante do avanço das forças conservadoras, neste século XXI.

2. O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: BRASIL – PORTUGAL (1960-1970)

Orienta-nos a compreensão de Iamamoto e Carvalho (2014): o Serviço Social é uma profissão inserida na dinâmica das relações sociais capitalistas, e é possível perceber, ao tomar conhecimento da realidade social de cada país — Brasil e Portugal —, o quanto a análise desse movimento da profissão na história elucida as suas possibilidades e limites, e os desafios que são postos pela realidade.

Diante do exposto, ao buscarmos a compreensão histórica, torna-se possível vislumbrar processos no caminho percorrido pelo Serviço Social brasileiro e português inseridos nas dinâmicas reais de seus países e as interações que aconteceram na profissão. Exercício factível principalmente a partir das análises já elaboradas em nossa área acadêmica, às quais faremos referência no decorrer deste texto.

No período pós-segunda Guerra Mundial, o modo de vida e as práticas culturais foram profundamente alterados pela dinâmica da produção fordista, que nos países centrais do capitalismo possibilitou o pleno emprego e melhores condições de trabalho, combinada com a expansão do consumo e o acesso a melhores condições de habitação, educação e saúde (Hobsbawm, 1996; Harvey, 2001).

Por sua vez, os anos de 1960 foram marcados pelo protagonismo da classe trabalhadora tanto na dinâmica dos países centrais, de alta industrialização, quanto nos países periféricos, subordinados à lógica desenvolvimentista liderada pelos EUA.

Esse protagonismo esteve presente nas ações dos trabalhadores; ou seja, por meio dos sindicatos e partidos políticos, atuou-se de modo intenso diante das contradições sociais postas pelo modo de produção capitalista, inclusive nas lutas por direitos sociais e pela democracia social, enquanto condição para o exercício da cidadania. Nesse sentido, a correlação de forças entre a URSS e os EUA impulsionava a social-democracia nas sociedades capitalistas desenvolvidas e a construção de condições melhores em prol dos interesses da classe trabalhadora, no exercício de legitimar as relações sociais capitalistas face à alternativa socialista.

Contudo, essa dinâmica internacional, na bipolarização entre socialismo e capitalismo, e seus desdobramentos nas disputas político-territoriais em um contexto de Guerra Fria, também foi permeada pelo apoio e sustentação de golpes militares e processos ditatoriais na América Latina, como ocorreu no Brasil, em abril de 1964⁵⁶.

Essa estratégia de dominação associava-se ao desenvolvimentismo (para o “Terceiro Mundo” e para a Europa devastada) e à necessidade de contenção do socialismo na América Latina⁵⁷, mantendo-se a hegemonia dos interesses capitalistas dos países centrais, liderados pelos EUA.

Portugal também esteve dominado por uma ditadura (de 1926 a 1933, iniciada por meio de sucessivos golpes militares, por conseguinte, instauração do Estado Novo), que se manteve por quase meio século na história desse país. O regime político ditatorial, sob os moldes de Antônio de Oliveira Salazar⁵⁸, perdurou até 1974, tendo fim com a Revolução dos Cravos.

No período de 1960-1970, o país, situado ao sul da Europa, estava atrasado em relação ao desenvolvimento industrial de países como Inglaterra, França e Alemanha (Braz, 2016), e não desfrutou dos avanços sociais do Estado de bem-estar social, vigente naqueles países e em outros da Europa Ocidental. Varela (2014) afirma que não havia sufrágio universal, a taxa de analfabetismo era uma das mais altas da Europa, os salários estavam extremamente baixos, o acesso a saúde e à habitação ocorria de forma precária, além do panorama de fome latente.

No Brasil, conforme apontado por Netto (2014), os anos de 1960 foram marcados pelo crescimento econômico e o setor industrial tendenciava superar a agricultura. Havia, também, aumento no deslocamento da população do campo para os centros urbanos, principalmente para a Região Sudeste, no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. A situação de desigualdade diante da distribuição da renda,

⁵⁶ No Brasil, o termo ditadura civil-militar tem sido utilizado para caracterizar o apoio do setor reacionário da sociedade: da burguesia industrial, da burguesia financeira, dos grandes proprietários de terras e das cúpulas militares — além dos Estados Unidos e de algumas de suas empresas. Portanto, os militares não agiram sozinhos, foram apoiados, financiados e resguardados pela burguesia dominante (Netto, 2014).

⁵⁷ A revolução em Cuba em 1959 e seu progressivo teor socialista, evidenciaram o “perigo” de outros eventos do mesmo tipo em nosso continente.

⁵⁸ Em 1968, foi afastado por questões de saúde. Quem assumiu o governo foi Marcelo Caetano, o qual buscou manter a mesma linha de doutrinação salazarista, até a ocorrência de sua derrubada em 25 de abril de 1974.

por conseguinte, a concentração de terra, tornava-se cada vez mais evidente. Os dados organizados por Pochmann (2003, p. 36) corroboram essa análise, dos quais destaca-se a permanência da concentração da riqueza, apesar do desenvolvimento econômico socialmente produzido nas décadas de 1960 e 1970, evidentes nas grandezas do PIB. Segundo o autor, “a despeito do significativo avanço econômico, com taxas médias de variação do PIB de quase 7,5 %, nota-se que durante o período de 1960/1980 a totalidade da população nacional terminou não tendo acesso aos resultados do progresso material do capitalismo brasileiro [...] [ocorreu um] empobrecimento da população urbana e a urbanização da pobreza”.

Ainda que em realidades concretas distintas, Portugal e Brasil se aproximam, pela vigência no período de 1960-1970 de ditaduras severas que instauraram um regime de terror e perseguição política, permeando as políticas assistenciais e os serviços sociais, configurando demandas e requisições regressivas para a profissão de Serviço Social.

As duas ditaduras foram responsáveis pelo exílio e pela vida na clandestinidade de pessoas que se lhe opuseram. E, no Serviço Social, em ambos os países, ocorreu a vinculação de assistentes sociais ao campo de resistência e enfrentamento aos governos ditatoriais. Assim, também, as demandas sociais diante de condições de vida marcadas por baixos salários, carência de serviços e reivindicação por liberdade e democracia até então contidas pela força e oprimidas reiteradamente, alimentaram uma crescente insatisfação que sustentava e fermentava os movimentos de resistência e o enfrentamento à ditadura.

De acordo com Carrilho (2022), nesse período, os diálogos entre o Serviço Social brasileiro e português vinham sendo processados, ainda de forma minoritária/clandestina, dado o novo panorama de heterogeneidade no âmbito da profissão, em um contexto de afloramento político, social e de crescimento das ciências sociais.

No Serviço Social brasileiro, na década de 1960, galgaram-se avanços significativos na institucionalização da profissão, decorrentes das ações envidadas pelas pioneiras, desde à década de 1940: o Serviço Social foi a

primeira a profissão regulamentada no Brasil, em 1962⁵⁹; o seu segundo Código de Ética Profissional foi aprovado em 1965, com importante reconhecimento de valores como a democracia e o pluralismo, com evidência de tendências diferentes e projetos em disputa. Nessas tendências, já figuravam a presença de posicionamentos críticos que questionavam as formulações do Serviço Social tradicional.

A emergência de críticas ao Serviço Social tradicional, no Brasil, dentre as décadas de 1960 e 1970, foi impactada pelo número de perseguições políticas, falta de liberdade para ministrar as disciplinas e a escassez de produções bibliográficas no campo teórico-crítico, face ao regime de terror.

Havia diferentes vinculações dos profissionais brasileiros aos setores progressistas da Igreja Católica, ligados aos avanços do Concílio Vaticano II e/ou às formulações da Teologia da Libertação, produção da igreja latino-americana, na qual se destacaram renomados clérigos que questionavam o papel institucional da Igreja Católica no processo de pauperização e miséria na América Latina. Outras vinculações ocorriam junto ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), naquele momento posto na clandestinidade, além da importante inserção no movimento estudantil vinculado ao ensino superior, dado o protagonismo da juventude evidenciado naquele período, e de suas ações incisivas contra a ditadura, lideradas pela UNE (União Nacional de Estudantes)⁶⁰.

Netto (2015) evidencia o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro no período de 1960 a 1980, caracterizado pela presença de três vertentes: a Perspectiva Modernizadora, a Reatualização do Conservadorismo e a Intenção de Ruptura. Em sua análise, explicita que as concepções modernizadoras e a reatualização do conservadorismo foram marcadas pela manutenção do pensamento tradicional, como também pela influência do Serviço Social norte-americano de cariz positivista-funcionalista. Desse modo, a

⁵⁹ A nossa profissão é uma das primeiras atividades laborais a ter reconhecimento legal por parte do Estado, conforme Lei Federal nº 3.252, de 27/08/1957 e Decreto nº 994, de 15/05/1962 que a regulamenta.

⁶⁰ A União Nacional dos Estudantes se colocou como um grande organismo de resistência perante a ditadura civil-militar brasileira, promoveu reivindicações amplas, que ultrapassaram os domínios acadêmicos. Por se colocar na linha de frente contra a ditadura, foram alvos diretos da polícia. A UNE se consolidou com um importante instrumento de mobilização social, sendo voz de denúncia do cenário de repressão, supressão de liberdade, exploração do trabalho e pauperismo promovido pelos governos militares.

profissão assumiu um caráter extremamente tecnicista, burocratizado e psicologizante, ajustado aos moldes do projeto econômico civil-militar da ditadura, como foi expresso inicialmente pelos seminários de teorização realizados em Araxá-MG em 1967 e em Teresópolis-RJ em 1970, organizados pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS).

Cabe apontar, como descrito por Cardoso e Torres (2016), que a perspectiva estrutural-funcionalista e o reformismo conservador estiveram afirmados nos Códigos de Ética Profissional (CEP) de 1965 e 1975. Contudo, houve um retrocesso ético-político e teórico-metodológico presente na formulação do CEP-1975, cujo preâmbulo defende a sociedade e o vínculo da profissão com o Estado, que naquele período se estruturavam pelo terror e pela ditadura⁶¹, conforme atestam a vigência do Ato Institucional n. 5 e a violação dos direitos humanos, civis e políticos, bem como a cassação da liberdade de expressão. Naquele código profissional, a menção à democracia e ao pluralismo foram retiradas, e esse fato diz bastante sobre o alinhamento daquelas lideranças profissionais em suas instâncias organizativas, ao projeto autoritário vigente no país.

Ademais, segundo Netto (2005), no final da década de 1970 e início dos anos 1980, foram realizados os Seminários de Sumaré-RJ e Alto da Boa Vista-RJ que marcaram o deslocamento da perspectiva modernizadora, que dentre outras características, havia enfatizado o caráter científico da profissão; e a busca de afirmação teórica com recurso à fenomenologia. Portanto, no que tange os eventos, ambos produziram documentos significativos para o Serviço Social, colocando em evidência a necessidade de se pensar a profissão, entretanto, afirmada principalmente com vínculo ético-político à ideologia burguesa.

Cardoso (2016) explica que, devido à crise do “milagre econômico brasileiro”, permeada pela crise mundial, incidiu um novo momento para as forças populares, o que colocou para a ditadura civil-militar a necessidade de repensar o seu governo, mas sem perder de vista o controle institucional desse processo ou a “distensão lenta, gradual e segura” do regime, na frase proferida

⁶¹ “Exigências do bem comum legitimam com efeito, a *ação disciplinadora do Estado*, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais – formas de vinculação do homem à *ordem social*, expressões concretas de participação efetiva na vida social” (CEP-1975). (Mustafá, 2001, p. 118). Grifos nossos.

por Ernesto Geisel. O ano de 1977 foi marcado pelas mobilizações operárias ocorridas no ABC paulista⁶² e pela presença da UNE, o que fomentou as manifestações populares. A crise política também se acentuou, o que enfraqueceu o regime.

Desse modo, o Serviço Social brasileiro realizou seu processo de renovação, conforme salienta Netto (2014), no período de 1960-1980. O movimento de questionamento das bases tradicionais que havia passado por esfriamento, durante a ditadura civil-militar, encontrou novos espaços a partir de meados dos anos de 1970, nas possibilidades abertas pelas lutas sociais, que dentre outras conquistas, possibilitou a criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, organizações à época em estreita relação com a luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais progressistas.

No que se refere à realidade portuguesa, abriam-se novas possibilidades de ação devido ao desgaste da ditadura salazarista. De acordo com Varela (2012), o cenário era de profunda exploração do trabalho, de constantes repressões sociais (censura, torturas, cárcere, exílios, clandestinidade e mortes) por parte da Pide (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e de pauperismo extremo, com uma grande taxa de analfabetismo perante a Europa, conforme destacamos anteriormente.

O Serviço Social, profissão entrelaçada na dinâmica das relações sociais e relacionada às configurações da “questão social”, serviu historicamente como um importante instrumento para a manutenção do regime salazarista em Portugal, por meio de suas ações voltadas para a doutrinação e apaziguamento das contradições sociais. Conforme Martins (2010), as assistentes sociais eram reconhecidas por “cooperadoras da revolução nacional”, “as obreiras do Serviço Social”, “agentes da moral e dos bons costumes” entre outras nomenclaturas que faziam valer o lema salazarista: “Deus, pátria e família”.

Mas, na entrada dos anos 1960, houve o influxo de movimentos que contribuíram para a resistência e enfrentamento ao salazarismo. Desde as ações e guerras nas colônias dominadas por Portugal e à luta pela independência

⁶² Área de produção industrial nas cidades paulistas, dentre outras: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

naqueles países, bem como o apoio internacional a essas lutas e processos, visando à liberdade e democracia, até as movimentações da juventude, no que ficou conhecido como “Maio de 1968”, com polos de manifestação em diferentes países e continentes. Assim, também, as lutas implementadas nos EUA, pelos direitos civis dos negros e contra a ação dos EUA na Guerra do Vietnã, além de movimentos culturais como o movimento hippie, colocavam em questão elementos econômicos e socioculturais que caracterizavam o modo de vida da sociedade capitalista. Em Portugal, a população cada vez mais insatisfeita com a realidade posta foi encontrando alternativas para fortalecer suas lutas, por meio de muito comprometimento e vigor diante das duras penas do regime.

Destaca-se, conforme Coelho (2006), o repúdio à ditadura salazarista organizado em várias localidades pelo mundo como forma de denunciar a situação dos presos políticos portugueses e para elaborar proposições a serem enviadas à ONU (Organização das Nações Unidas). Todo esse contexto influenciou o Serviço Social como profissão, que de forma gradativa tornou sua vinculação mais acrescida em contraposição à ditadura salazarista.

Carrilho (2022), sustentada em Negreiros (1985), Martins (2009), Ferreira (2021), afirma que é possível identificar focos de distanciamentos de profissionais do Serviço Social das bases tradicionais da profissão, haja vista que o contexto social exigia a necessidade de novas respostas profissionais perante as refrações da “questão social” e os enfrentamentos na esfera pública. Respostas essas que, até então baseadas em ações assistencialistas, higienistas e caritativas, não eram mais capazes de conter o avanço da insatisfação dos trabalhadores diante da realidade vivenciada.

Desse modo, a partir dos processos em curso nos anos de 1960, pode-se perceber que a composição do Serviço Social português possuía uma heterogeneidade, com vertentes não identificadas com sua gênese, sobretudo, com a doutrina social da Igreja Católica. Pode-se considerar que esse deslocamento inicial ainda era algo minoritário na profissão, tendo em vista o temor à ditadura e ao que estava por vir diante dessa realidade.

A heterogeneidade acadêmica e política no âmbito do Serviço Social, se acentuavam como podemos observar nos escritos de Rosas (1995, p.29):

As assistentes sociais já não suportavam mais a ideia de serem conhecidas como as ‘meninas do socorro’ as meninas ‘da assistência’.

Muitas delas queriam também ter um papel mais interventor na sociedade, participar em projetos desenvolvimentistas das populações junto de que atuavam e chamar os seus 'clientes' a serem também eles participantes na sociedade que se pretendia construir.

Martins e Tomé (2016) apontam a chegada de materiais oriundos dos Seminários de Teorização do Serviço Social brasileiro — documentos de Araxá e Teresópolis em Portugal —, além dos ecos sobre o Movimento de Reconceitualização que acontecia na América Latina. Ademais, Branco e Fernandes (2005) também nos demonstram as aproximações, vejamos:

No início dos anos 70, a tripartição do Serviço Social passa a ser problematizada no sentido de uma metodologia básica, reorientação decisivamente influenciada pela experiência brasileira (v. Documento de Araxá, 1967, e Documento de Teresópolis, 1970). Complementarmente, um certo mal-estar instala-se na profissão, com a tomada de consciência de que o Serviço Social está reduzido a mero executor das políticas sociais, e com predomínio das atividades assistenciais [...]. Para esta evolução, que recoloca o Serviço Social no quadro geral da sua evolução em outras sociedades, contribuíram as propostas de reformulação emergentes na América Latina (Branco; Fernandes, 2005, p. 5-6).

Conforme apontado por Martins (2017, p. 51), nos últimos anos da ditadura se registra a vinculação de assistentes sociais em movimentos antifascistas, anticolonialistas, participação no grupo que promovia o Boletim anticolonial (BAC), vínculos com movimentos sindicais e inserção em partidos políticos — em comissões e cargos eleitorais.

A repressão que se seguiu atingiu, entre muitos outros, duas assistentes sociais e a auxiliar social, que foram detidas e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar, e demitidas da administração pública: Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila e Maria Gabriela Figueiredo Ferreira (Martins, 2017, p.51).

Mesmo diante da realidade de supressão e repressão social, é preciso destacar o protagonismo e resistência dos diversos setores populares em prol da democracia. Há de se destacar que o Serviço Social estava cada vez mais alinhado com a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida.

E, em 25 abril de 1974, os militares pertencentes ao MFA (Movimento das Forças Armadas)⁶³, fadigados com a guerra colonial e com a situação de

⁶³ Este movimento era composto por militares mais alinhados ao campo da esquerda, que começaram a se organizar e orquestrar a tomada do poder desde 1973. Segundo Netto (1986),

miserabilidade do país, juntamente ao apoio massivo da população, derrubaram a ditadura salazarista, que se configurou em marco revolucionário na história deste país. A partir desse grande momento, foi possível conquistar os direitos civis e políticos da população negados por quase meio século, com o retorno dos exilados políticos e a ampliação das perspectivas para a população em geral.

No campo do Serviço Social, esse contexto permitiu a implementação de práticas inovadoras que destoavam de sua formação histórica conservadora, além da abertura de novos postos de trabalho, com isso, acentuou-se a necessidade de avanço científico. A busca pela Licenciatura da profissão tornou-se uma meta, que exigiu uma contínua luta dos assistentes sociais a partir de 1974.

Como elucida Martins (2003), abriram-se possibilidades para o surgimento de mudanças no âmbito do Serviço Social português impulsionadas também pelo crescimento das ciências sociais nos espaços acadêmicos e ampliação dos espaços de luta política.

Em 1976 ocorreu a entrada do professor brasileiro, José Paulo Netto, em situação de exílio político em Portugal. Dessa forma, os laços foram estreitados a partir desse acolhimento ao professor brasileiro, conseqüentemente, entre a profissão na relação Brasil e Portugal. Em entrevista ao subgrupo “Interloquções Internacionais” em 2019 (Carrilho, 2022 p. 101), Netto discorre que esteve vinculado em período de exílio, como docente no ISSSL, o que possibilitou contribuição teórico-política para a profissão em Portugal, como relatado:

A minha influência em Portugal teve alguns momentos. Em um primeiro momento foi a criação da APSS (Associação de Profissionais de Serviço Social). Era um pessoal não acadêmico, eram Assistentes Sociais da casa de misericórdia de Lisboa. Que não eram pessoas de esquerda. Mas, com o enfraquecimento que o sindicato estava vivendo, montaram uma associação profissional. E como essa associação foi montada? A base de palestras minhas, elas me levavam para vários lugares, eu fazia palestra e [inseria] a Reconceituação no meio e elas construíram. Então meu papel aí foi significativo.

o MFA pretendia instaurar a democracia, eliminando o fascismo. Em abril de 1974, mesmo com o comunicado nos meios de comunicação por parte dos militares, para que a população não saísse de suas casas, devido ao receio de derramamento de sangue, a população não se conteve, foram às ruas e como um ato revolucionário, colocaram cravos vermelhos nas pontas das armas dos militares. Marcelo Caetano saiu pelos fundos e fugiu do Quartel do Carmo em Lisboa.

Martins e Carrara (2014) destacam o protagonismo exercido pelo professor estando em refúgio em Portugal:

Estimulou e incentivou a organização da categoria profissional e a adesão dos profissionais à Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS), tendo colaborado com a Comissão pró-associação em 1977 e 1978 através de cursos, ações de formação por todo o país, para atualização dos assistentes sociais, fazendo a crítica ao conservadorismo no Serviço Social, abrindo às correntes e tendências do movimento de reconceitualização, e divulgando a respectiva produção na área do Serviço Social. Centenas de assistentes sociais participaram nesses espaços de debate e reflexão sobre a conjuntura sociopolítica e o lugar do Serviço Social na sociedade. Apoiou a criação da revista *Cadernos da APSS* (1977), com a tradução de artigos de vários autores e textos da sua autoria. Esta publicação trimestral passou a ser o principal veículo de divulgação da produção do Serviço Social em Portugal e, sobretudo, de autores como Ezequiel AnderEgg, Natalio Kisnerman, Herman Kruse e Vicente Paula Faleiros (Martins; Carrara, 2014, P. 219).

Contudo, pode-se destacar que o Serviço Social português estava aberto às influências e as experiências internacionais, haja vista que ao experienciar o processo revolucionário, a profissão se viu necessitada de aportes teóricos que pudessem orientar a sua atuação profissional, face às novas possibilidades abertas pela Revolução dos Cravos.

3. SERVIÇO SOCIAL BRASIL E PORTUGAL: INTERAÇÕES E DIÁLOGOS ENTRE FRONTEIRAS (1970-1995)

No decorrer dos anos 1970, no Brasil, em plena ditadura civil-militar, ocorreu uma experiência emblemática, no campo do Serviço Social, em uma perspectiva histórico-crítica, implementada na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-BH) em contraposição às linhas teóricas na profissão que se colocavam em consonância com a ordem capitalista. Esse movimento ocorreu entre 1972 e 1975, com a criação do “Método Belo Horizonte”⁶⁴, que se constituiu, segundo Batistoni (2017), em uma das propostas

⁶⁴ Os estudos de Batistoni evidenciaram certa influência do debate daquele período (MRLA) que reforçava a concepção e proposição de métodos no Serviço Social. Não obstante, entende-se que a Escola de Serviço Social/PUC-BH elaborou e desenvolveu uma proposta teórico-metodológica comprometida com as lutas sindicais e sociais, e com o enfrentamento à ditadura, fundamentada nas referências disponíveis e acessíveis, à época, no campo teórico histórico-crítico.

críticas mais avançadas desenvolvidas pelos estudantes e docentes, diante de um cenário extremamente desfavorável.

Segundo Abreu (2016), o processo de resistência à ditadura no Serviço Social teve expressão significativa no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado em 1979 em São Paulo — que ficou conhecido historicamente como o “Congresso da Virada”⁶⁵. Este foi marcado pelo enfrentamento ao posicionamento ético-político tradicional e conservador, e evidenciou uma perspectiva de ruptura da categoria profissional com o poder dominante, por meio da afirmação política em defesa da classe trabalhadora e subalterna e do horizonte teórico-metodológico aberto pelas aproximações ao marxismo. Não obstante, no mesmo ano, ocorreu a aprovação do novo currículo mínimo no âmbito da XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social, posteriormente aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1982.

Dessa feita, cabe realçar, conforme Netto (2005), que a perspectiva teórico-metodológica da vertente “Intenção de Ruptura” foi afirmada a partir dos anos de 1980, por meio de sua consolidação acadêmica e foi reforçada com o seu espraiamento para a categoria profissional, que ocorreu nos anos subsequentes. São expressões da ruptura com o Serviço Social tradicional e de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, o processo de formulação do Currículo Mínimo aprovado pelo MEC, em 1982; do Código de Ética de 1986; ambos envolvendo um intenso processo de discussão e deliberação, com debates relevantes acerca da profissão, do perfil do assistente social e da direção social que permeia a sua formação. Tais formulações partem de um novo posicionamento ético-político que atravessa a organização política dos assistentes sociais brasileiros, as quais se afirmam na relação com o campo progressista, de esquerda, alinhadas com as lutas empreendidas pela classe trabalhadora e com suas demandas histórico-sociais.

Na profissão, pode-se considerar que houve um impulso significativo das demandas e requisições democrático-sociais, no campo progressista. O acúmulo das lutas, adquirido desde o período de resistência à ditadura pelo protagonismo da classe trabalhadora e os avanços em sua organização política e sindical

⁶⁵ Impulsionado pelo Celats (Centro Latino Americano de Trabalho Social) no que tange à organização sindical que precedeu o III CBAS.

permearam e sustentaram disputas na arena de debates para a formulação da nova Constituição Federal, após o regime civil-militar.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitou a materialidade para a renovação crítica, que se traduziu por meio do Projeto Ético-Político do Serviço Social, diluindo-se as forças do Serviço Social tradicional.

Todavia, também se pode demarcar que o aumento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, nas décadas de 1990 e posteriormente, nos anos 2000, tornou-se um grande aliado, com a ampliação de pesquisas e concorrência a editais de bolsas e financiamentos, condição que, face ao acúmulo político-organizativo do Serviço Social, no Brasil, contribuiu para o aprofundamento teórico-metodológico no âmbito da tradição marxista em nossa área.

Por sua vez, a nova Lei de Regulamentação da Profissão, sancionada em 1993, bem como a reformulação do Código de Ética Profissional, aprovado pela assembleia do CFESS, em 1993; e as Diretrizes Curriculares debatidas regionalmente e nacionalmente, e aprovadas na assembleia da Abess (atualmente, denominada ABEPSS), em 1996, indicam os avanços na apropriação do Serviço Social brasileiro, face aos acúmulos no debate teórico-metodológico no campo histórico crítico. Mantém o direcionamento e alinhamento político com o campo progressista e evidenciam maturidade na análise da profissão, inserida na contradição da sociedade capitalista.

Cabe destacar, conforme elucidado por Netto (2005, p.12), que a conquista primordial se encontra na “recusa do profissional de situar-se como um agente técnico puramente executivo”. Desse modo, o Serviço Social se afirmou como uma profissão capaz de planejar, gerenciar e avaliar as políticas públicas e, não obstante, também capaz de produzir conhecimento. Pode-se afirmar, em consonância com as ideias do autor, que as décadas de 1980 e 1990 foram caracterizadas como os anos de ouro do Serviço Social brasileiro.

Nos diálogos entre o Serviço Social brasileiro e português, consideramos que o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro e o Movimento de Reconceitualização latino-americano tiveram um papel importante na apropriação de perspectivas histórico-críticas pela profissão, em Portugal. Os materiais contidos na revista de origem portuguesa “*Intervenção Social*”, criada em 1985, no marco do cinquentenário do ISSSL, foram analisados por Carrilho (2022) em sua dissertação de mestrado e corroboram nesta argumentação.

Carrilho (2022, p. 121) afirma um total de 12 edições analisadas no período de 1985 a 1995. Vale mencionar, conforme a autora, que as publicações da revista possuem formatos e conteúdos diferenciados, a exemplo: documentos, planos de estudos, artigos e pareceres. Além disso, os materiais foram selecionados a partir de dois movimentos: No primeiro momento, identificação das publicações sobre o Serviço Social no período 1974 a 1995 que ressaltassem o cunho político-organizativo e/ou teórico-metodológico; identificação de publicações de autores brasileiros na referida revista e/ou, sua utilização, como parte dos referências bibliográficos das demais publicações colhidas.

A partir disso, por meio de um roteiro de leitura, buscou-se responder às questões supracitadas. Sendo assim, conforme trazido por Carrilho (2022, p.122), no âmbito das 12 edições foram totalizadas 93 produções, cada edição traz uma média de 5 a 20 títulos. A partir dos critérios mencionados, foram identificadas 34 produções em articulação com o tema. Cabe observar que a maioria das produções não traziam as referências bibliográficas, o que levou a centrar esforços nas fontes surgidas ao longo do texto e/ou explicitadas em nota de rodapé.

Segundo Carrilho (2022), a revista possui publicações majoritariamente de autores portugueses, mas foi possível perceber a presença de autores franceses, ingleses, brasileiros e norte-americanos, os quais trouxeram temáticas variadas no campo do Serviço Social em diferentes períodos históricos.

Ao centrar no âmbito das 34 produções que foram identificadas, Carrilho (2022) organiza as temáticas presentes: Prática profissional (frequência, sete vezes); diálogo com outros países (seis vezes), formação acadêmica (seis vezes). As demais publicações, leis, decretos e planos de estudos, apareceram cinco vezes, outros temas cinco vezes, estágio foram três vezes e organização profissional foram duas vezes. Como visto, ao apropriar das publicações, é percebido a preocupação da profissão com o campo da prática profissional, a busca por diálogos internacionais, além da preocupação com a formação acadêmica.

Em continuidade, é importante destacarmos, como explicitado por Carrilho (2022, p.127), os autores portugueses que mais apareceram nas fontes

bibliográficas. São eles em ordem alfabética: Alcina Martins, Alcina Monteiro, Alfredo Henriquez C. Bernardo, Dinah dos Reis Ferreira, Ernesto Fernandes, Fernanda Rodrigues, Francisco José do Nascimento Branco, Maria Augusta Geraldine Negreiros e Marília Andrade.

Como forma de evidenciarmos os diálogos entre a profissão Brasil e Portugal, cabe destacar, conforme explicitado por Carrilho (2022, p.127), os autores brasileiros que foram frequentes nas fontes bibliográficas das produções da revista, são eles: “Aldaíza Oliveira Sposati, José Paulo Netto, Maria do Carmo Falcão, Marilda Vilela de Yamamoto, Myrian Veras Baptista e Vicente de Paula Faleiros.

Ademais, destaca-se no bojo das publicações a interação com o Movimento de Reconceituação latino-americano, como segue:

A interação com a Reconceituação aconteceu como forma de amparar o Serviço Social português diante de sua prática profissional no primeiro momento. No entanto, [...], esta vinculação contribuiu, ainda, para a eclosão de uma nova postura profissional, através de reordenamento da compreensão política da prática, o que também levou a uma maior vinculação da profissão com os movimentos sociais em Portugal. (...) também foi possível identificar no decorrer dos estudos, a utilização de estudiosos do campo das ciências humanas e sociais, são eles: “Alain Touraine, Pierre Rosanvallon, Émile Durkheim, Claude Lévi-Strauss, Carlos Nelson Coutinho, Jeffry Galper, Peter Leonard, Lucien Goldmann, Marx Weber, Boaventura Souza Santos, Serge Moscovici, Hermann Kruse, Anthony Giddens, Karl Marx, entre outros” [evidenciando uma heterogeneidade de referências, dentre elas, aquelas do campo histórico-crítico] (Carrilho, 2022, p. 131).

De acordo com Carrilho (2022), a partir da apropriação das publicações de forma minuciosa, foi possível perceber os anseios dos profissionais em compreenderem a profissão e a realidade social de forma coerente e de superar a dimensão tecnicista em que por muito tempo esteve ancorada.

A fim de salientarmos as convergências do que estava sendo debatido em Portugal, cabe destacar o protagonismo da *Revista Serviço Social e Sociedade*⁶⁶, criada em 1979 no Brasil. Segundo Silva, os autores brasileiros mais citados no âmbito da referida revista foram: Aldaíza Sposati, José Paulo Netto, José Rogério Lopes, Mariângela Belfiore Wanderley, Maria Carmelita Yazbek, Maria do Carmo Brant de Carvalho, Maria da Glória Gohn, Maria

⁶⁶ Carrilho (2022) parte de um material já analisado sobre a revista brasileira “Serviço Social e Sociedade”, criada em 1979.

Ozanira da Silva e Silva, Maria Lúcia Martinelli, Maria Luíza de Souza Myriam Veras Baptista, Safira B. Ammann, Úsurla M. Simon Karch e Vicente de Paula Faleiros (Silva, 2009, p.605).

Essas menções demonstram a presença desses autores no Serviço Social brasileiro, e alguns deles, estiveram em evidência nos dois países. Outrossim, como indica Carrilho (2022), foi possível perceber que a preocupação com a prática profissional se fazia presente nas realidades da profissão do Brasil como de Portugal — muito ligado às conjunturas históricas de seus países e da necessidade de promover respostas diante das contradições enfrentadas pelos trabalhadores. Carrilho (2022), apoiada em Eiras *et al.* (2019), descreve a preocupação do Serviço Social brasileiro a partir da Revista Serviço Social e Sociedade, vejamos:

A preocupação com a ‘prática profissional’ estava em foco na elaboração do Serviço Social [...] estava presente, inclusive, na discussão de Assistentes Sociais inseridos em seus espaços sócio-ocupacionais, atuando diretamente na prestação de serviços sociais e elaborando reflexões, trazendo suas inquietações, sugestões ou simplesmente seus relatos de experiências profissionais (Eiras, 2019, p. 40 *apud* Carrilho, 2022, p. 72).

Ademais, Carrilho (2022) descreve que em ambas as revistas se fez presente a discussão sobre a produção do conhecimento como forma de oferecer o apoio para formação e prática profissional do Serviço Social. A preocupação com a prática profissional e com a necessidade de produção do conhecimento também demonstrava o compromisso da profissão com os usuários dos serviços, na busca por uma direção que pautasse as ações de forma coerente com a realidade marcada por contradições e antagonismos de classe social.

Além disso, na revista portuguesa “Intervenção Social”, também se fez presente a defesa da necessidade da conexão do ambiente acadêmico e profissional, principalmente no que tange ao processo de estágio, para juntos construírem enfrentamentos coletivos, por meio do diálogo ativo entre a formação e prática profissional. Ademais, limitações e desafios também apareceram no escopo dos materiais analisados, principalmente no que tange o cotidiano de trabalho do assistente social que atua na linha de frente aos interesses contraditórios que cercam a sociedade.

É importante destacar que a Revolução dos Cravos promoveu transformações significativa por meio da instauração da democracia no país. Entretanto, conforme Rampinelli (2007), o processo revolucionário durou relativamente pouco tempo, haja vista o contragolpe “financiado pelo capitalismo central”, devido ao temor da consolidação de uma sociedade socialista em Portugal.

Contudo, pode-se considerar que a sociedade portuguesa não regrediu a ponto de retroceder no campo democrático, mas tem enfrentado ataques diretos perante os direitos conquistados por meio de muita luta, devido à política de conciliações com os interesses do “mercado” que justificam uma política de austeridade, implementada pela União Europeia⁶⁷.

Nesse contexto, o Serviço Social português engendrou uma forte luta para a conquista do grau de licenciatura, como forma de obter o reconhecimento científico, acadêmico e profissional. Foi diante da travada luta junto ao Ministério da Educação que se tem um importante momento de diálogo entre o Serviço Social do Brasil e Portugal, haja vista que uma das requisições para o alcance do grau de licenciatura era a necessidade da qualificação acadêmica a nível de mestrado e doutorado dos docentes portugueses. Assim, como consta das publicações analisadas, a afirmação do Protocolo de Intercâmbio entre o ISSSL e a PUC-SP foi extremamente necessária. Coelho e Guedes (2021) evidenciam o protagonismo de Netto:

O professor José Paulo Netto foi figura de destaque e teve interferência fundamental nesse processo. Como integrara por mais de um ano o quadro docente do ISSS de Lisboa, teve papel direto na articulação entre as duas escolas. O mesmo se deu com as professoras Úrsula Karsch (Brasil) e Maria Augusta Negreiros (Portugal), inicialmente responsáveis pelo protocolo (Coelho; Guedes, 2021, p. 558)

Além disso, cabe destacar a produção de Negreiros (2005) que compõem uma das 34 publicações contidas na Revista *Intervenção Social* trabalhadas por Carrilho (2022), que traz os objetivos do protocolo de intercâmbio, a saber:

Qualificar recursos humanos para a docência e para a pesquisa em nível de pós-graduação e para os cursos de Serviço Social de Portugal (...); Definir programas e realizar, em regime de cooperação mútua, pesquisas de substancial importância para o desenvolvimento do Serviço Social de ambos os países; Proporcionar aos docentes brasileiros e portugueses o intercâmbio de experiências e

⁶⁷ Portugal entrou na União Europeia em 1986.

conhecimentos científicos entre Brasil e Portugal, propiciando o fortalecimento recíproco da formação profissional em ambos os países e Intensificar a publicação em língua portuguesa da produção científica do serviço social (Negreiros, 1985, p. 88 *apud* Carrilho, 2022, p.160).

Dessa forma, conforme Martins (2002), a partir de 1986, ocorreu a entrada de assistentes sociais portuguesas para a realização do curso de mestrado e doutorado, no Brasil. Pode-se considerar, somados a esses esforços de qualificação, que também se tinha uma categoria profissional aguerrida, ocupando espaços políticos, com o apoio dos estudantes, como forma de tecer forças junto ao Ministério da Educação, para concessão do grau acadêmico que, por sua vez, veio a ser decretado em 1989 — depois de anos de lutas.

De acordo com Negreiros (2005, p. 46), a sensação que os assistentes sociais tinham era de lutar “contracorrente”, haja vista que avançaram a nível de pós-graduação, sem ter o reconhecimento da licenciatura em seu país.

Desse modo, pode-se considerar que o diálogo estabelecido entre os países foi de extrema importância para angariar forças na trajetória da profissão, em Portugal. É importante destacar também que, a partir de 1995, foi possível oferecer qualificação acadêmica a nível de mestrado em Portugal:

Decorrente dessa parceria foi possível em 1995 oferecer o primeiro Mestrado em Serviço Social em Portugal na Escola de Serviço Social de Lisboa, ISSSL e nos anos seguintes também em outras escolas de Serviço Social e Universidades que desenvolvem este tipo de oferta formativa em Serviço Social [...]. Resultado desse protocolo assiste-se à edição da primeira tese de doutoramento em Serviço Social a ser publicada em Portugal. A obra de Martins (1999b) sobre ‘A Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português’ constituindo uma das obras com mais impacto no Serviço Social em Portugal (Carvalho, 2014, p. 327)

A referida obra de Alcina Martins evidencia a apropriação de referentes do campo histórico-crítico, na perspectiva de explicitar os vínculos do Serviço Social português com os processos e mediações sócio-históricas, e no claro direcionamento ético-político, na relação com as lutas e movimentos sociais no campo progressista.

Desse modo, são notórios os avanços da profissão entre os anos de 1974 a 1995, no Brasil e em Portugal. Esse período possibilitou de fato a concretização da profissão principalmente na estrutura universitária, com a elaboração de planos de estudos (e estruturas curriculares com conteúdo crítico-analítico),

abertura de campos de atuação, reconhecimento científico acadêmico e elaboração de propostas de investigação na área de Serviço Social.

Os horizontes abertos para a compreensão da profissão, de sua inserção na sociedade capitalista, bem como das possibilidades de respostas críticas alinhadas às demandas da classe trabalhadora, na ação dos assistentes sociais portugueses tiveram o fundamento histórico das lutas e movimentos sociais empreendidos, desde os anos 1960, na resistência à ditadura, bem como das possibilidades abertas pela Revolução dos Cravos e pela democratização do país.

Contudo, fica evidente na análise dos documentos e artigos que a interação com os profissionais e com a produção brasileira também influenciou esses horizontes, tendo em conta a sua fundamentação teórico-metodológica, traz conteúdos que contribuem para o entendimento e compreensão dos vínculos da profissão com a realidade social, suas contradições, bem como sua aproximação aos movimentos sociais e às perspectivas de luta e novas conquistas no âmbito social, elementos que ainda não estavam formulados na trajetória do Serviço Social português, mas que encontravam-se presentes no debate do MRLA e foram mais elaborados na produção acadêmica e no processo de renovação pela ruptura com o Serviço Social tradicional, no Brasil.

Entretanto, são sérios os embates que a classe trabalhadora tem enfrentado diante da realidade contraditória da sociedade capitalista, e o Serviço Social, como uma profissão entrelaçada nessa dinâmica, não se encontra imune às mazelas de precarização da vida, neste século XXI.

Conforme Iamamoto e Santos (2021), nesse contexto, torna-se imprescindível recuperar os aprendizados coletivos que contribuíram para o avanço crítico do Serviço Social na sociedade capitalista, para o enfrentamento desses tempos atuais de regressão conservadora.

4. INTERAÇÕES BRASIL E PORTUGAL: PERSPECTIVAS HISTÓRICO-CRÍTICAS

À princípio, a compreensão sobre a perspectiva histórico-crítica encontra-se ancorada nas categorias sociais oriundas da produção marxiana, considerando-se o acúmulo teórico-metodológico propiciado pela aproximação e

apropriação à/da teoria social marxista, expressa na produção acadêmica do Serviço Social brasileiro.

Trata-se, então, de uma perspectiva histórica que evidencia o movimento da realidade a partir de sua materialidade⁶⁸, nas relações sociais desenvolvidas a partir do modo como produzimos a satisfação de nossas necessidades sociais (Marx; Engels, 2002), no movimento de produção e reprodução social (Marx, 2020; Iamamoto; Carvalho, 2014). Tal movimento dialético envolve apreender as contradições e antagonismos sociais, posto que as relações sociais capitalistas se desenvolvem na dinâmica de subordinação do proletariado (classe trabalhadora) à burguesia.

Essa concepção sobre a perspectiva “histórico-crítica” também envolve a dimensão de que a produção de conhecimento não é neutra, e que a produção acadêmica fortalece um determinado projeto societário e supõe uma intencionalidade, a qual está articulada com o movimento dialético da realidade, ainda que não seja explicitada ou que seja negada.

Tem-se, assim, uma articulação imbricada entre produção de conhecimento e posicionamento ético-político. A perspectiva histórico-crítica fortalece a compreensão da realidade, explicitando suas contradições e evidenciando os interesses e projetos societários em disputa. Fortalece, desse modo, os movimentos que se colocam na contracorrente, na contra hegemonia e que tensionam as compreensões e entendimentos simplistas que reproduzem a própria ideologia dominante e que parecem desconhecer ou encobrir as tensões e desigualdades efetivamente presentes.

Nesse sentido, afirmamos que há uma relação de influência da produção e posicionamento ético-político do Serviço Social brasileiro no posicionamento e na produção teórica do Serviço Social português, no período em destaque (1974-1995). Ela se expressou no direcionamento que o Serviço Social português assumiu, na defesa da profissão e de sua inserção na universidade e como área de produção acadêmica. Também se expressou no reconhecimento das

⁶⁸ Em Marx, “o pensamento não é a gênese do real, nem o real é a gênese do pensamento. Mas, se pode, e se deve afirmar que o real sempre antecede ao teórico, que o teórico é um teórico sobre um real” [...] há um concreto real independente e por isso o método cientificamente correto deve ter sempre presente este real como pressuposição; mas o conhecimento científico deste real não procede deste mesmo real, porque o representaria caoticamente, porque sem suas determinações ele é uma abstração e não um concreto” (Cardoso, 1990).

referências brasileiras, como aportes para contribuir com as novas práticas do Serviço Social e suas aproximações com as demandas sócio-históricas postas pelos movimentos sociais, sobretudo nos desdobramentos que se seguiram à Revolução dos Cravos. Esses posicionamentos ético-políticos estavam contidos nos debates e nas referências difundidas pelo MRLA e já na década de 1970, no Serviço Social brasileiro, em um período que o Serviço Social português não tinha elaborado referências teóricas “próprias”.

Ainda nessa direção argumentativa, observamos a influência direta na formação de investigadores portugueses, durante a vigência do Protocolo com a PUC-SP. A obra de Alcina Martins é emblemática e explícita tal influência.

Dessa forma, ao tratarmos dessa influência da perspectiva histórico-crítica no Serviço Social português, estamos nos atendo aos pontos elencados anteriormente e, não necessariamente, à apropriação da teoria social marxista, propriamente dita. Uma análise desse tipo precisaria ser desdobrada, em movimento posterior, a partir da compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos presentes na produção portuguesa, envolvendo as dissertações e teses defendidas no protocolo com a PUC-SP, mas, também, a produção sequencial ao ano de 1995, o que será objeto de nova fase dessa investigação.

Entendemos, de antemão, que há uma diferença entre o desenvolvimento da perspectiva histórico-crítica no Brasil e a apropriação desses referenciais pelo Serviço Social, em Portugal. Os processos históricos-sociais que propiciaram as mediações e aproximações à teoria social marxista no Brasil são diferentes em relação ao período em que o Serviço Social português galga suas primeiras produções. Por enquanto, contentamo-nos em indicar o impacto da derrocada da URSS na Europa Ocidental que afetou de modo decisivo a organização político-sindical da classe trabalhadora e o campo de articulação dos partidos de esquerda, enfraquecendo o movimento de difusão e apropriação acadêmica da teoria social marxista, evidenciado nas décadas de 1960 e 1980 (Hobsbawm, 1996).

Por sua vez, vimos que a relação entre o Serviço Social brasileiro e português envolveu colaborações, intercâmbios e protocolos de formação, como o firmado com a PUC-SP, que estreitaram os laços entre os dois países em nossa área e possibilitaram avanços na formação, em nível de mestrado e

doutorado, na área de Serviço Social, em Portugal. Conforme Alcina Martins (2019a: p. 104):

Destaca-se no processo de qualificação acadêmica o contributo incontornável do Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da Pontifícia Universidade de São Paulo. O protocolo com o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (1986) e os quinze anos de cooperação internacional que se seguiram foram cruciais para o desenvolvimento dos primeiros cursos de mestrado e doutoramento (1987 e 1997).

Após o término desse convênio, o intercâmbio de pesquisadores na área de Serviço Social continuou acontecendo, destacando-se o “doutorado sanduíche” e o “pós-doutorado” com distintas instituições de ensino superior brasileiras; e, também, as estratégias de pesquisas internacionais, como esta à qual nos vinculamos, “Serviço Social na História: questão social e movimentos sociais – América Latina e Europa”.

Desde os anos 1995, desdobraram-se novos processos que impactaram a profissão nos dois países. As orientações do Estado Neoliberal em ressonância com as demandas hegemônicas do capitalismo financeiro colocaram uma série de restrições à efetivação da cidadania nos dois países. Assim, a produção acadêmica em Portugal sofre os influxos desse processo, além das novas mediações postas pelo Processo de Bolonha, para o ensino superior e para a pesquisa acadêmica. Desloca-se a influência da América Latina, aberta pelas interlocuções no bojo do MRLA, e do Serviço Social brasileiro, em prol da aproximação ao Serviço Social europeu, inclusive de língua anglo-saxã.

Esses elementos enunciam, minimamente, os processos que precisarão ser analisados ao tratarmos da interação Brasil-Portugal, após 1995. Estamos convictas que as pontes construídas, nas interações, cooperações e diálogos evidenciados neste capítulo, constituem um acúmulo de forças importante para o fomento das perspectivas histórico-críticas no Brasil e em Portugal. Sigamos adiante!

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em serviço Social (ABEPSS):** as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, M. L. O. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016, p. 235-264.

BRAZ, M. **Serviço Social Portugal-Brasil: formação e exercício em tempos de crise**. Campinas: Papel Social, 2016.

BATISTONI, M. R. B. **O Movimento de Reconceituação no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)**. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 136 – 150, jul./dez., 2017.

BRANCO, F.; FERNANDES, E. **O Serviço Social em Portugal**. Lisboa: Trajectória e Encruzilhada, 2005.

CARDOSO, F. G. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo**. In: SILVA, M. L. O. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016, p.141-164.

CARDOSO, M. L. **Para uma leitura do método em Marx**. Anotações sobre a introdução de 1857. ICHF/UFF, 1990, material mimeografado.

CARDOSO, P.F. G; TORRES, A. A. **Rupturas, desafios e luta por emancipação: a ética profissional no Serviço Social brasileiro**. In: SILVA, M.L.O. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016, p.183-208.

CARRILHO, C. F. **As transformações teórico-políticas no Serviço Social do Brasil e de Portugal entre 1974 e 1995: convergências entre percursos?** PPGSS/UFJF, 2022.

CARVALHO, M. I. **A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações**. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 325 - 336, 30 dez. 2014.

COELHO, J. D. **A Resistência em Portugal**. Lisboa: Avante, 2006.

COELHO, K. F.; GUEDES, O. D. S. **O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas**. *Serv. Soc. Soc.*, n. 142, p. 549- 567, set./dez., 2021.

EIRAS, A. A. L. T. S. *et al.* **Referências e Posicionamento crítico dos Assistentes Sociais nos anos 1990**. *Revista Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015 (p. 173-193).

EIRAS, A. A. L. T. S. *et al.* **Serviço Social e ação profissional crítica.** E-book, Editora UFJF, Juiz de Fora, 2019.

EIRAS, A. A. L. T. S. **Ação profissional crítica no Serviço Social:** fundamentos históricos e teórico-metodológicos. Projeto Pós-Doutorado Sênior, CNPQ. 2022.

EIRAS, A. A. L. T. S. *et al.* **Movimentos contestatórios ao Serviço Social Tradicional (1960-1980):** Espanha, EUA, Portugal e Reino Unido. Rio de Janeiro: *Anais do XVII ENPESS*, 2022.

FERREIRA, M. E. F. **Serviço social e construção do conhecimento: contextos, lógicas e significados no serviço social português.** 2006. 394 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FERREIRA, M. E. F. **Desenvolvimento Comunitário em Portugal nos anos 1960:** que participação e significado do Serviço Social português? In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.) *A história pelo avesso.* São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 319-344.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola, 2000.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos.** O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). Introdução. In: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.) **A história pelo avesso:** a reconceituação do serviço social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez Editora: CNPQ, 2021. p. 25-70.

MARX, K., ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, K. **O capital** (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2020, 3ª. reimpressão.

MENDONÇA, G. B. **A organização da Categoria Profissional do Serviço Social:** Gênese e Contemporaneidade em Portugal. 2018. 93 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

MARTINS, A. M. C. **Serviço Social crítico em tempo de ditadura.** In: Congresso Nacional de Serviço Social, 1, 2002, Aveiro. Anais [...]. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002. p. 1-18.

MARTINS, A. M. C. **Investigação em Serviço Social:** perspectivas actuais. In: HENRÍQUEZ, B. A.; FARINHA, M. A. (orgs.), Serviço Social: unidade na diversidade. Encontro com a Identidade Profissional - I Congresso Nacional de Serviço Social, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2003. p. 50-61.

MARTINS, A. M. C. **70 anos de formação em serviço social em tempos de ditadura e de democracia:** da escola normal superior ao Instituto Miguel Torga. Interações, Campo Grande, n. 17, p. 21-44, 2009.

MARTINS, A. M. C. **Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social português.** Beja: Encadernação Progresso, 2010.

MARTINS, A. M. C.; CARRARA, V. **Serviço Social português e brasileiro em diálogo:** internacionalização da formação profissional. *Em Pauta*, n. 33, v. 12, p. 1-24, 2014.

MARTINS, A. M. C.; TOMÉ, M. R. **Serviço Social português e Serviço Social brasileiro:** 50 anos de contribuições históricas. In: SILVA, M.L.O. *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo.* São Paulo: Cortez, 2016. p. 365-388.

MARTINS, A. M. C. **Serviço Social em Portugal no fascismo:** oposição, resistência e ação sindical. *Em Pauta*, n. 40, v. 15, p. 40-56, 2017.

MARTINS, A. M. C. e TOMÉ, M. R. **Neoliberalismo e Serviço Social português:** impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e no trabalho. YASBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.) *Serviço Social na história, América Latina, África e Europa.* São Paulo: Cortez, 2019a.

MARTINS, A. M. C. **Processo de renovação do Serviço Social português nos anos 1970 na perspectiva histórico-crítica.** IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (orgs.) *A história pelo avesso. A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.* São Paulo: Cortez, 2021.

MARTINS, A.; SILVA, P. G. **Movimentos Contestatórios em Portugal e Expressões Críticas do Serviço Social nos Anos 1970:** contributos do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano. EIRAS, A. A. L. T. S. et al. (orgs.). *Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA.* Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022, e-book.
MUSTAFÁ, A. M. *Códigos de Ética do Serviço Social.* *Presença Ética*, Vol. 1. UFPE, 2001.

NEGREIROS, M. A. **Programa de cooperação e intercâmbio entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e o Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.** Revista *Intervenção Social*, n. 2-3, p. 87-92, 1985.

NEGREIROS, M.A.G. **Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa.** Revista *Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991a.

NEGREIROS, M.A.G. **Plano de estudos do Instituto Superior de Serviço Social do Porto.** Revista *Intervenção Social*. 5 /6. ed. 1991b.

NEGREIROS, M. A. G. **A construção Social de uma profissão: Serviço Social, conflito e mudança.** Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal II. São Paulo: PUCSP, 2005.

NETTO, J. P. **Portugal: Do Fascismo à revolução.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NETTO, J. P. **O Movimento de reconceituação: 40 anos depois.** *Serv. Soc. e Soc.*, n. 84, p. 5-20, 2005.

NETTO, J. P. **III CBAS: algumas referências para a sua contextualização.** *Serv. Soc. e Soc.* n. 100, p. 650-678, 2009.

NETTO, J. P. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

POCHMANN, M. *et al.* (org.) **Atlas da exclusão social.** São Paulo: Cortez, 2003.

RAMPINELLI, W. J. **A revolução traída.** O império derrotado: revolução e democracia em Portugal. *Lutas Sociais*, v. 17/18, p. 210-213, 2007.

ROSAS, F. **O Estado Novo (1926-1974): história de Portugal, volume 7.** *Estampa*, 1995.

SEMBLANO, I. (2003). **Serviço Social Escolar em Portugal – Trajectórias e dinâmicas nos anos 60 e 70.** Coimbra: ISMT. Disponível em: [repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/165/4/Trabalho final dissertação mestrado1.pdf](https://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/165/4/Trabalho%20final%20disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado1.pdf). Acesso em 23 mai. 2023.

VARELA, R. **“Um, dois, três MFA...”:** o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos- do prestígio à crise. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 63, p. 403-425, 2012.

VARELA, R. **História do povo na revolução portuguesa: 1974-75.** Lisboa: Bertrand, 2014.

CAPÍTULO IV

AS CONDIÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS DO TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES DE LUKÁCS PARA O DEBATE

Geunice Tinôco Scola

Assistente social da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), mestre em Ciência Política/ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

E-mail: geunice@ufs.edu.br

Cláudia Mônica dos Santos

Professora associada III, aposentada da Faculdade de Serviço Social/Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), professora convidada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da FSS/UFJF. Pesquisadora visitante na UFRGS, chamada CNPq 25/2021, processo n. 350160/2022-8, no período de outubro de 2022 a setembro de 2023.

E-mail: cmonicasantos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A literatura da profissão é assente na compreensão do giro ocorrido com o processo de ruptura com um projeto de profissão conservador no Serviço Social brasileiro e a constituição do projeto profissional crítico⁶⁹. Em tal projeto, evidenciam-se os valores democráticos e emancipatórios e, no rol de valores postos, a liberdade figura com centralidade histórica (Barroco, 2010; Closs, 2017). O Código de Ética Profissional de 1993, mais do que um mero estatuto legal, por meio do qual se expressa a dimensão jurídico-política desse projeto de profissão, incorpora uma valoração ética a ele, conferindo-lhe direção e

⁶⁹ Associa-se a denominação de projeto profissional crítico ao projeto que firma sua fundamentação de análise, interpretação e possibilidade de intervenção profissional na tradição marxista, transcorrido nos idos dos anos de 1980 e 1990 como Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. A partir de uma postura crítica, dada pela intensificação da interlocução com o pensamento de Marx e da contraposição ao tradicional conservadorismo que atravessa a história da profissão, vanguardas profissionais assumem a direção de renovação do Serviço Social no Brasil por intermédio de uma perspectiva nomeada por Netto (2015, p.206) como *intenção de ruptura* (Ver também Silva e Silva, 2007; Abramides, 2019; Eiras *et al.*, 2019). O Projeto ético-político do Serviço Social será oportunamente abordado em item próprio.

norteando as ações profissionais. Significa dizer que nosso código traz em si a possibilidade de projeção, de ter “a intenção de”, mas, além disto, é necessário pôr em movimento essa intenção, ou seja, realizar o intento. Nesse sentido, Barroco (2010, p. 205) assinala que a delimitação à competência ético-política para a profissão não se traduz, de forma absoluta, somente a uma vontade política e adesão a esses valores, sendo, igualmente necessário, dar-lhes concretude, “donde sua identificação como unidade entre as dimensões ética, política, intelectual e prática” na direção do exercício profissional.

De fato, tal unidade — entre as dimensões teórica, ético-política e técnico operativa, nos termos de Santos (2016) — tem sido um grande desafio ao profissional pautado por essa concepção de profissão, tendo em vista que, como sujeitos profissionais inseridos em uma lógica societária completamente contrária às dimensões ética e política, tal como inscritas em nosso projeto ético-político⁷⁰ (PEP), vemo-nos, constantemente, diante dessa contradição e de enfrentamentos cotidianos em nossas instituições empregadoras.

Ao considerarmos a hegemonia do projeto ético-político profissional e sua vinculação a um determinado projeto social, não se deve perder de vista sua convivência com diferentes projetos profissionais no interior do Serviço Social. O conservadorismo nunca deixou de existir, identificando-se na trajetória histórica do Serviço Social “uma linha de continuidade entre sua base conservadora e a vertente da intenção de ruptura, inclusive interferindo nela” (Guerra, 2013, p.39). Na atualidade, uma onda ultraconservadora ganha fôlego, pelo importante espaço assumido na sociedade brasileira de uma extrema direita, com a presença de grandes segmentos da política nacional, cujo maior representante é o ex-Presidente da República (Jair Bolsonaro - 2019/22). Relacionadas ao neoconservadorismo, que emerge e sobressai socialmente, tem-se concepções teórico-metodológicas que se refletem na profissão e orientam as pesquisas, o ensino e o próprio exercício profissional. Com isso, o tensionamento entre projetos profissionais distintos se torna cada vez mais evidente, particularmente neste último espaço — o da prática profissional — em que se verifica facilmente o recurso a referenciais teórico-metodológicos de forma indiscriminada,

⁷⁰ Temos clareza que os desafios não são postos somente aos profissionais que aderem a esse projeto de profissão, contudo os desafios se diferenciam em grau e qualidade conforme o projeto que orienta o profissional.

mantendo-se, assim, o trânsito eclético entre teorias e concepções. Em outros termos, a negação da direção e da lógica impressa no projeto ético-político se encontra presente no interior da profissão e se sustenta em propostas que reforçam a ótica neoliberal no desenvolvimento e na consecução das políticas sociais e para a vida em sociedade.

Inobstante o cenário sumariamente traçado, o PEP continua hegemônico na formação e no exercício profissional, fortalecendo-se na luta coletiva pela garantia de princípios democráticos na sociedade brasileira. Netto (1992) chama a atenção para pontos importantes que talham a atuação profissional do Assistente Social, ao identificar elementos que interferem e/ou prejudicam a adesão da categoria à perspectiva crítica. Todavia, consideramos que, a despeito do complexo de problemas que desafiam a construção de um exercício profissional crítico amplamente abordado pela literatura, é necessário um passo adiante para que possamos compreender, para além das limitações, as possibilidades e, nesse sentido, propomos um novo elenco de indagações, quais sejam: o que é necessário compreender quando se pensam nas condições objetivas e subjetivas que interferem no exercício profissional? Em que medida tais elementos impactam o sujeito que se insere no quadro institucional? E, sobretudo, quem é esse sujeito profissional que adere a um projeto profissional que se qualifica como crítico, cujo exercício profissional se edifica em um ambiente social que se contrapõe à projeção e às escolhas que realiza na construção do agir profissional?

Em recente publicação do CFESS (2021), Iamamoto recoloca os desafios que estão postos para a firme defesa do projeto ético-político, dadas as adversidades políticas, econômicas e o avanço do conservadorismo. E a autora interroga: "essa defesa seria uma ilusão?" Pergunta simples e, ao mesmo tempo, tão complexa, ao considerarmos que o projeto profissional em sua "intencionalidade ético-política, crítica e transformadora" se opõe e é tensionada por uma sociabilidade que restringe ao máximo direitos, requisita profissionais subordinados à lógica e às demandas institucionais e impõe parâmetros cada vez mais elevados de produtividade, entre outras situações. Um novo conjunto de questões apresentado por Iamamoto merece ser destacado, pois em sua resposta a autora traz elementos que se apresentam como condicionantes e

limitadores ao exercício profissional, mas que, adverte ela, não devem ser considerados como obstáculos irremediáveis.

Trata-se de uma defasagem entre “teoria” e “prática”? De uma idealização do projeto profissional que se choca com a demanda técnica nos espaços ocupacionais? Da incapacidade da/o assistente social de responder aos requisitos de uma prática com qualidade?

A existência desta contradição não é uma impossibilidade, mas “é a nossa vitalidade”, como sustenta Iasi (2019). Ela atesta que *não nos subordinamos passivamente* as exigências do “mercado” ou do Estado brasileiro atual. A existência dessa *tensão entre os propósitos do sujeito que trabalha e as determinações dos empregadores* expressa nossa decisão coletiva de exercer nossa *relativa autonomia*, atribuindo rumos técnicos e ético-políticos emancipatórios ao trabalho empreendido. Esta autonomia é historicamente condicionada pela correlação de forças políticas e resguardada pela legislação profissional. Somos *trabalhadores/as assalariados/as* e dependemos do destino do conjunto da classe trabalhadora. Estamos sujeitos à *alienação do trabalho*, inerente à condição de assalariamento: durante o período em que se trabalha, o controle do trabalho é do empregador, as prioridades são por ele definidas, os meios de trabalho (financeiros, materiais, institucionais) são propriedade da instituição contratante e o recorte as expressões da “questão social” com que se trabalha são definidos pelo mandato institucional. Assim, não se trata de “culpa” da/o assistente social, muito menos de suposta “falta de sintonia entre ‘teoria e prática’”, mas de *condicionantes objetivos* da inscrição do Serviço Social na divisão social do trabalho e de seu agente como trabalhador/a assalariado/a. (Iamamoto, 2021, p. 38-39, grifos nossos)

A essa afirmativa de Iamamoto, nós acrescentamos “os condicionantes subjetivos”, em uma intrínseca relação com as condições objetivas de trabalho. Nessa direção, Maranhão (2016) argumenta que nos tempos correntes, muito embora a principal *peleja*⁷¹ para parcela importante do Serviço Social seja o fortalecimento e o alargamento da perspectiva crítico-dialética na formação e atuação profissional, observa-se, simultaneamente, o crescimento e a valorização de conhecimentos instrumentais e empiristas, voltados, especialmente, para prover resultados imediatos às demandas cotidianas que se apresentam ao universo profissional. O autor elenca três circunstâncias que potencializam as bases conservadoras do Serviço Social e, com isso, geram sempre dificuldades adicionais de apropriação da perspectiva crítico-dialética, quais sejam: o “sincretismo profissional”, que mantém um caráter inerente e que carrega em si o viés subjetivista e o pragmatismo empirista em momentos diversos da profissão, associando-os ao ecletismo teórico; uma *aproximação*

⁷¹ Expressão utilizada como título da coletânea organizada pelas professoras Ana Elizabete Mota e Ângela Santana do Amaral (2016), na qual o autor tem um artigo.

enviesada na forma como a profissão interpelou a teoria marxista, frágil sob muitos aspectos e vinculada ao marxismo vulgar e transitando entre o messianismo e o determinismo economicista; e, finalmente, traços de manipulação amplificados absurdamente no capitalismo maduro que provocam uma acentuada desigualdade na correlação de forças entre as classes, enfraquecendo, assim, o projeto político da classe trabalhadora.

Na literatura que se dedica à análise dos Fundamentos do Serviço Social, observa-se a constante abordagem realizada sobre as condições objetivas sobre as quais se efetiva a intervenção profissional. Elas são determinadas “pelas relações de causalidade entre os processos que, dinâmica e contraditoriamente, movimentam os fenômenos postos na realidade.” Significa dizer, como esclarece Guerra (2010), que aquelas circunstâncias a partir das quais sobrevêm a institucionalização da profissão, sua inscrição na divisão social e técnica do trabalho, o sentido fluido que assume sua natureza e suas atribuições, somados aos inúmeros constrangimentos, tão bem conhecidos por nós e evidenciados no espaço sócio-ocupacional, produzem tensionamentos sobre as ações profissionais.

Guerra (2000), de forma sumarizada, define o que seriam as condições objetivas e subjetivas com as quais o assistente social se confronta no exercício profissional. Segundo a autora, as condições objetivas se referem à produção material da sociedade e as condições que se apresentam postas na realidade objetiva, tais como, a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Já as condições subjetivas são atinentes aos sujeitos, às escolhas por eles realizadas, ao nível de aperfeiçoamento e competência profissionais, envolvendo, igualmente, o preparo técnico e teórico-metodológico, ao acervo de referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos, dentre outras. Conforme Guerra (2000, p.11):

Se as demandas com as quais trabalhamos são totalidades saturadas de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) então elas exigem mais do que ações imediatas, instrumentais, manipulatórias. Elas implicam intervenções que emanem de escolhas, que passem pelos condutos da razão crítica e da vontade dos sujeitos, que se inscrevam no campo dos valores universais (éticos, morais e políticos). Mais ainda, ações que estejam conectadas a projetos profissionais aos quais subjazem referenciais teórico-metodológicos e princípios ético-políticos.

Com vistas ao desenvolvimento da compreensão da subjetividade humana nos escritos lukacsianos, neste capítulo trataremos de evidenciar alguns dos aspectos fundamentais que compõem os complexos categoriais da objetividade e da subjetividade. A proposta é de se recuperar os textos do autor para facilitar o entendimento dos complexos enunciados, ainda que preliminarmente, com o propósito de fundamentar a reflexão a respeito do sujeito profissional crítico.

2. CONTRIBUIÇÕES DE LUKÁCS PARA A COMPREENSÃO DA SUBJETIVIDADE HUMANA

Neste primeiro momento deste estudo, a leitura da obra original de G. Lukács se concentra no período maduro da produção filosófica do autor, em especial os escritos ontológicos, fonte de dedicação nos últimos anos de sua vida e que assume a dimensão de uma edificação ontológica vultosa, ao expressar uma ontologia crítica — a ontologia do ser social. Dedicamos especial atenção à obra tardia do autor “Para uma ontologia do ser social”, acrescentando-se, ainda que não em sua integralidade, à discussão realizada nos Prolegômenos. Demais referências serão realizadas, de forma complementar, pelo resgate de elementos importantes em alguns comentadores da obra lukacsiana.

O tratamento comumente dado à temática da subjetividade no campo do marxismo revela certo apagamento e mesmo reducionismo, quando se trata da produção dos sujeitos. Isto se faz tanto pelo suposto antagonismo que muitos advogam entre o campo da singularidade e o dos projetos coletivos, como também pelo determinismo econômico que impregna pensadores/as afeitos ao pensamento de Marx, mas que desconsideram a dinâmica multidimensional inerente ao trabalho, reproduzem uma lógica unilateral na qual o indivíduo ativo não comparece ou mesmo é esquecido ou circunscrito à esferas distintas daquela que caracteriza a atividade produtiva humano-social (Teixeira, 1999; Alves, 2006).

Em crítica às posturas que sugerem à ausência do indivíduo nas obras de Marx, Lukács rechaça tanto o marxismo vulgar, que restringe os fenômenos sociais a “derivações mecânicas dos pressupostos econômicos”, ao

desconsiderar “o caráter ativo dos indivíduos em sua interatividade material”, quanto às proposições idealistas que os atrelam de forma exclusiva à esfera da subjetividade e, dessa forma, desconsideram-se “os fundamentos objetivos do devir humano que foram desvelados por Marx e que só podem ser compreendidos através do entendimento das categorias essenciais da atividade produtiva humano-social, da dinâmica que esta instaura e do caráter essencialmente ativo dos indivíduos nessa dinâmica” (Teixeira, 1999, p. 176).

Nessa perspectiva, o propósito que apresentamos é o de avançarmos na compreensão dos elementos determinantes da individualidade⁷² humana presentes em Marx, realizando tal empreitada por intermédio de Lukács, que investe no desenvolvimento de uma ontologia materialista, a partir da recuperação das determinações ontológicas do ser social.

Decerto que a proposta aqui apresentada se mostra árdua e, possivelmente, sujeitamo-nos ao risco de generalizações ou reducionismos, por se tratar de um pensamento filosófico tão sofisticado quanto o de Lukács. Vale, portanto, a indicação de que, inobstante as incertezas e perigos, assumimos essa tarefa como um exercício que nos permita o aprofundamento, que não se faz de uma vez por todas, mas em um *continuum* aproximativo.

3. A EMERGÊNCIA DO SER SOCIAL E SUAS ESPECIFICIDADES EM LUKÁCS: O TRABALHO, O PÔR TELEOLÓGICO, A CONSCIÊNCIA E A ALTERNATIVA

Em seu projeto ontológico, Lukács se ancora em desvendar as categorias que determinam e especificam o ser humano, tendo como contraponto os demais seres, condição primeira do itinerário percorrido entre emergência e complexificação das particularidades que fundam o ser social. Impõe-se, portanto, a devida compreensão dos elementos conceituais que o autor sugere sob a perspectiva da gênese da individualidade, revelando o caráter ativo dos

⁷² Teixeira (1999) e Alves (2001) abordam a questão da individualidade humana no pensamento de Marx, a partir de estudos realizados nas obras marxianas do período de 1843 a 1848 e nos Grundrisse, respectivamente. Entre outros estudiosos que têm investido nessa temática citamos Vasconcelos (2014) e Santos (2021).

indivíduos na dinâmica da produção social e sua efetivação, por meio de decisões entre alternativas, de escolhas que são subjetivas.

Os escritos de Lukács na obra “Para uma ontologia do ser social”, especificamente no tomo II, principiam com a análise do complexo categorial do trabalho, compreendendo-o como complexo fundante do ser social que se configura como “modelo de toda práxis social”. A noção de complexo, logo de início, mostra-se central à perspectiva ontológica materialista proposta pelo autor, pois “qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata” (Lukács, 2013, p. 41). Nesse sentido, o trabalho, enquanto um complexo categorial, é constituído por elementos e categorias que se apresentam inextricavelmente articulados, de modo que tais elementos e categorias só se fazem devidamente compreendidos se considerados de maneira indissoluta, havendo sempre a necessária interação entre os elementos e as categorias que compõem aquele complexo.

Ao introduzir o capítulo que trata sobre o complexo laboral, Lukács apresenta a importante questão sobre o porquê de privilegiar o trabalho “no processo e no salto da gênese do ser social”. E responde:

Em termos ontológicos, [...], todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica, [...], mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (Lukács, 2013, p. 44)

Situar o trabalho como momento preponderante⁷³ da gênese e do processo de desenvolvimento do ser social significa o seu reconhecimento como uma forma embrionária de toda a práxis humana, resultado próprio da vida

⁷³ Fortes (2016, p. 57-8) argumenta que o “Momento preponderante são as categorias especificamente sociais que ditam as diretrizes do devir homem do homem” e, por conseguinte, na dinâmica de desenvolvimento das formas superiores do ser, processa-se a “subsunção das propriedades e atributos dos graus inferiores àqueles mais complexos e evoluídos”.

prática dos homens. A transição caracterizada pelo salto⁷⁴ ontológico evolutivo, que leva a transformação do ser orgânico em ser social, faz-se tendo como base as esferas da natureza orgânica e inorgânica, dada pelo gradual “afastamento da barreira natural”, embora o vínculo biológico seja ineliminável da existência humana.

Logo, o ponto de partida para a adequada compreensão da especificidade do ser social assume como referência a concepção de que seus surgimento e desenvolvimento se fazem sobre a base de um ser orgânico que, por sua vez, também o faz sobre a base do ser inorgânico. Mas vale ressaltar, em consonância com o autor, que o movimento de transmutação de um tipo de ser para outro, das formas mais simples às mais complexas, efetiva-se por meio de uma “adaptação ativa, com a modificação consciente do ambiente, em contraposição à adaptação meramente passiva”. Assim, resta inequívoco que a gênese da forma mais complexa não se faz de modo meramente derivativo da forma mais simples, visto que aquela traz consigo o salto, e com ele tem lugar o novo, em termos qualitativos (Lukács, 1978, p. 3).

Por conseguinte, e recorrendo a Engels⁷⁵, Lukács destaca que embora o salto se processe lentamente e figure como transitoriedade, ele mantém o caráter de salto, pois

[...] implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser, onde a fase inicial certamente contém em si determinadas condições e possibilidades das fases sucessivas superiores, mas estas não podem se desenvolver a partir daquela numa simples e retilínea continuidade. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser. (Lukács, 2013, p. 46)

⁷⁴ Na discussão empreendida sobre o salto que ocorre no caminho da evolução do ser social, das “passagens da vida predominante orgânica à sociabilidade”, Lukács se refere à impossibilidade dada de reconstrução dos diversos momentos e da identificação exata dessa transição. A historicidade característica do ser social nos impele na direção das tendências do desenvolvimento do ser social a partir da fase subsequente, qualitativamente diferente e superior. Como reporta o autor, a busca pelo “*missing link*” pelos primeiros darwinistas se mostra infecunda, pois o salto em si permanece como momento de transitoriedade de seres. (*Op. Cit.*, p. 42-3)

⁷⁵ Lukács atribui à Engels o fato de conferir ao trabalho centralidade face à humanização do homem. Ao investigar as condições biológicas distintivas entre o animal (o macaco) e o homem, Engels imputa a distinção à função vital da mão para uma e outra espécie, e conclui dizendo: “O número das articulações e dos músculos e a sua disposição são os mesmos nos dois casos, mas a mão do selvagem mais atrasado pode realizar centenas de operações que nenhum macaco pode imitar. Nenhuma mão de macaco jamais produziu a mais rústica faca de pedra”. (*Op. Cit.*, p. 44)

As características e atributos que conferem humanidade aos atos dos indivíduos, em última instância, são socialmente determinadas. Ainda que se considere o desenvolvimento do ser humano e, com isso, possíveis mudanças do ponto de vista biológico, o homem permanece sendo dotado e orientado por uma consciência, a partir da qual suas ações são definidas por um pôr de fins na mediação que se realiza entre o homem e a natureza. Ao reafirmar o vínculo ontológico fundante entre a atividade laborativa e a existência humana, o filósofo húngaro recupera Marx em sua definição do trabalho como “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Lukács, 2013, p. 44).

Assim, a mediação entre homem e natureza se dá, antes de mais nada, pela imprescindibilidade da garantia de sobrevivência da espécie humana, fato determinante para que a atividade humana transforme a natureza nos bens necessários à reprodução social. E, exatamente por isso, o trabalho, ainda que no sentido meramente reprodutivo e, portanto, produtor de valores de uso, por ora, é identificado como a categoria basilar e condição insuprimível do ser social, uma vez que a própria existência humano-social depende da atividade laboral. Nesse processo, o homem preserva a si mesmo ao estabelecer o nexo entre as esferas orgânica e inorgânica, absolutamente imprescindíveis para tanto, e, simultaneamente, inaugura as relações entre os homens. Significa, então, que o ser social ao se desenvolver instaura um processo de autocriação, na contínua produção e reprodução do homem e do mundo que habita.

A sequência analítica da essência do trabalho é feita pelo autor retomando a conhecida citação de Marx, na qual atribui maestria ao trabalho executado por animais, como a aranha e a abelha, salientando, todavia, que ao homem, de forma distinta de tais animais, o resultado do trabalho se apresenta de antemão, como representação desde o início do processo, sem que haja uma limitação a uma mera alteração na forma do elemento natural, mas efetivando “seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade” (Marx, citado por Lukács, tomo II, p. 46-7).

Lukács identifica como categoria ontológica central do trabalho o pôr teleológico⁷⁶. E o trabalho, como um fenômeno originário do ser e desencadeador de pores teleológicos, torna-se “modelo de toda práxis social”. Cabe destacar que caracterizar o trabalho como modelo não significa aprisioná-lo em esquemas rígidos, mas, ao contrário, incorporar diferenças que se fazem presentes no agir dos homens, vez que tais diferenças demonstram a possibilidade de o trabalho se firmar como referência para a compreensão de outros pores socioteleológicos.

Como atividade de criação, o trabalho insta novas capacidades, habilidades e necessidades nos indivíduos de uma dada sociedade, da mesma forma que impulsiona o desenvolvimento do conhecimento e dos meios necessários à reprodução social, tendo como base e assimilando o já produzido pelos homens ao longo da história. Na correlação estabelecida por esses dois elos — homem e natureza — surgem processos e objetividades novas por meio da consciência.

Nesse processo, a relação sujeito/objeto se realiza, “O sujeito age sobre uma matéria que existe a despeito de sua consciência sobre esse objeto que, por sua vez, gera outros objetos materiais, os quais também adquirem independência da atividade subjetiva que os criou” (Santos, 2012, p.41). Sujeito e objeto constituem uma relação de unidade — não de identidade —, à medida que o objeto é a natureza, o mundo objetivo, que existe a despeito da consciência do sujeito sobre ele, é o mundo sobre o qual o sujeito pensa e age. Já o sujeito é o homem (em seu sentido genérico), o ser ativo, que pensa, conhece e age. Esse conhecimento e ação se faz sobre o objeto transformando-o. Ao ser transformado, esse objeto transforma o homem. Nas palavras de Santos (2012, p. 39)

O homem para conhecer “a coisa em si”, tem de transformá-la em “coisa para si”, isto é, tomar consciência de que esse objeto, que existe fora dele, só tem significado e sentido para o sujeito. Esse objeto, pela ação dos homens, é modificado ao mesmo tempo em que os modifica. Por sua vez esse sujeito só se mostra numa atividade objetiva produzindo os bens materiais, as relações sociais: objetivando-se.

⁷⁶ Fortes (2016, p. 48, grifo meu) realiza uma importante reflexão sobre a forma como os estudiosos brasileiros de Lukács se referem à noção de centralidade do trabalho. O fato de Lukács atribuir ao complexo categorial do trabalho caráter decisivo e central, conduziu a equívocos e desvirtuamentos em seu pensamento. E Fortes esclarece: “O que se afirma nesse momento não é o trabalho como categoria central, mas se revela nesse instante qual é a categoria central “do” trabalho; ou seja: o pôr teleológico”.

É no trabalho, como fenômeno originário da práxis humano-social, que se identifica como traço peculiar, que nele se alicerça e por meio do qual se expressa, o pôr teleológico. E mais, é precisamente por intermédio do trabalho, no pôr de fins para a consecução do previamente ideado, que o homem estabelece progressivas mediações entre suas necessidades e as formas pelas quais elas serão satisfeitas, quando do confronto com a realidade vivida.

Essa especificidade da atividade humana do trabalho, o pôr teleológico, é destacada por Lukács (2013, p. 48):

[...] a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo o processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, uma consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-a-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico. Em consequência, conceber teleologicamente a natureza e a história implica não somente que ambas possuem um caráter de finalidade, que estão voltadas para um fim, mas também que sua existência, seu movimento, no conjunto e nos detalhes devem ter um autor consciente.

Observa-se, portanto, que em contraposição aos seres naturais, no ser humano teleologia e consciência são traços únicos, singulares, que comparecem no direcionamento de suas ações. Estas (teleologia e consciência) são definidas por um ser consciente, que estabelece nexos causais entre meios e fins para transformar, por meio da atividade laborativa, aquilo de existência previamente ideal, articulando a intenção, a finalidade do ato humano, com os elementos que permitam a concretização do previsto pela consciência. A especificidade da atividade humana se encontra exatamente no fato de que ela é posta em movimento por um ato da consciência. A relação mediadora exercida pela consciência do homem depende de uma intenção deste (de um telos), que direciona sua interação com a natureza, a forma de se apropriar dela e, por meio de combinações, variações e transformações diversas, produzir respostas que se desenham a partir da análise da realidade objetiva. Assim, por meio da novidade ontológica refletida na consciência do sujeito — o pôr teleológico — tal realidade se converte em objeto de reflexão desse sujeito (Costa, 2012).

O ponto de inflexão do pensamento marxiano em relação aos seus predecessores se situa, pois, em sua convicção de que só no trabalho apresenta-

se “ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material”, inexistindo, assim, uma teleologia fora da práxis humana. Em termos lukacsianos, “a característica real decisiva da teleologia, isto é, o fato de que ela só pode adquirir realidade enquanto pôr, recebe um fundamento simples, óbvio, real: [...] qualquer trabalho seria impossível se ele não fosse precedido de tal pôr, que determina o processo em todas as suas etapas” (Lukács, 2013, p. 51).

A ênfase dada ao aspecto de realização da atividade humana corrobora o seu caráter prático, que se efetiva pela coexistência indispensável entre causalidade e teleologia. Estas, embora se mantenham em oposição no âmbito de um processo unitário, movimentam-se em uma interação necessária, de modo que a causalidade se converta, também, em causalidade posta, com vistas ao alcance do fim objetivado. Logo, infere-se que a atividade humana abrange tanto o momento ideal — o pensar, a prévia ideação, desdobrando-se no pôr do fim e na busca dos meios —, quanto o momento material — a produção, a realização⁷⁷. Em última instância, afirma nosso autor, “um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo de qualitativamente e radicalmente novo.” (Lukács, 2013, p. 53)

Nessa perspectiva, e a título de conferir maior clareza ao processo que envolve o ato de produção no trabalho, Fortes (2016, p. 83) adverte:

O pensar é anterior ao pôr em movimento dos materiais no processo do trabalho. Porém esta anterioridade deve ser compreendida pela afirmação de que no trabalho o ato da produção pressupõe a busca dos meios enquanto momento de prévia-ideação, na exata medida em que o processo produtivo “não pode deixar de implicar o conhecimento objetivo do sistema causal dos objetos”. Esta advertência é necessária, pois não podemos esquecer que o tratamento lukacsiano à questão tem como perspectiva fundamental a noção de complexo, sendo, portanto, necessário observar que para nosso autor tal separação é apenas didática, pois esses dois pólos constituem momentos heterogêneos, porém sempre no interior de uma unidade, isto é, na realidade encontram-se em profunda e inexorável interação e somente podem ser separados para efeitos analíticos. A análise lukacsiana, portanto, parte da seguinte constatação primordial: “a existência ontológica de um depende da existência ontológica do outro”.

⁷⁷ Lukács (2013, p. 53) assimila ao seu corpo teórico elementos de análises do trabalho realizadas por Aristóteles e N. Hartmann. Aristóteles, no trato da atividade humana, diferencia nela o pensar (*nóesis*) e o produzir (*poíesis*) como seus componentes essenciais; enquanto N. Hartmann propõe a subdivisão do primeiro componente (o pensar/momento ideal) nos atos de pôr do fim e de investigação dos meios.

Mais uma vez a atenção para a consciência do indivíduo e a função essencial que ela desempenha no domínio da atividade humana é destacada por Lukács. Todavia, é importante que se advirta que em sua compreensão, que dista daquela das filosofias idealistas, segundo as quais a consciência se vincula estritamente às coisas do espírito, a práxis humano-social gera um ser específico cada vez mais complexo. Assim, essa nova forma de ser posta pela realização de um ato inerente a sua existência e dirigido pela consciência não mais se apresenta, em termos ontológicos, como um epifenômeno, transpondo os limites da mera adaptação típica dos animais, que se voltam exclusivamente aos fins de preservação e reprodução da espécie.

Vê-se, com isso, que o sujeito comparece ativamente nesse processo, pois traz consigo a ação humana na identificação do nexos causal entre os elementos naturais e, ainda, suas possibilidades imanentes, determinando sua adequada utilização a partir de uma necessidade humano-social. Todavia, e deve-se dar destaque a este ponto, a satisfação de uma dada necessidade (pôr do fim), muitas vezes, subordina-se ao conhecimento essencial dos meios, sem o qual “o pôr do fim permanece um mero projeto utópico”. Nessa perspectiva, deve-se ter em conta, igualmente, o nível de desenvolvimento histórico no qual se encontra a sociedade, tendo em vista que as respostas possíveis de serem dadas dependem frequentemente das condições existentes.

Pelo trabalho, o homem se separa e se confronta com seu ambiente, estabelecendo uma relação sujeito-objeto mediada pela consciência. O trabalho faz surgir uma nova estrutura de fundo que se forja justamente pela desagregação homem — ambiente e, ao distanciar-se de seu ambiente, o confronto entre sujeito e objeto se evidencia. É na consciência que o espelhamento da realidade ocorre mediante a sua reprodução (da realidade). O ato de espelhar significa uma abstração da realidade e, portanto,

uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e — exatamente em sentido ontológico — não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência. (Lukács, 2013, p. 66)

Do processo de espelhamento, origina-se uma reprodução que se aproxima o mais possível da realidade, como nos diz o autor, sem guardar fidelidade absoluta a esta, mas mantendo a direção determinada pelo pôr do fim no espelhamento. É preciso, igualmente, que se atente para a importância da realização do pôr do fim, pois ela reflete a correta apreensão do objeto ou da realidade espelhada, tanto quanto a efetividade da atuação para o alcance do fim posto. Ademais, para a devida compreensão sobre a relação ontológica entre espelhamento e realidade, deve-se ter em conta a natureza peculiar contraditória do espelhamento: ele não é ser, mas se apresenta como o conduto por meio do qual novas objetividades advêm para a reprodução do ser social.

O conceito de *dýnamis*, recuperado por Lukács de Aristóteles, é o princípio que permite a passagem do “não-ser”, próprio ao espelhamento, para o “ser ativo e produtivo”; a possibilidade de um objeto existir é posta na consciência pelo espelhamento e esta deve realizar os nexos que permitam a efetivação, a produção desejada. A possibilidade está dada pelas propriedades e características que os elementos e objetos da natureza possuem, mas cabe à consciência realizar as interrelações e vínculos necessários ao pôr do fim.

Enquanto potência, a *dýnamis* traz consigo o caráter de alternativa. Quando a potência se torna ato, isto é, se a realidade espelhada se transforma em uma nova objetividade, há sempre distintas possibilidades que se apresentam ao homem que se vê diante de alternativas a serem consideradas. Lukács (2013, p. 73) destaca que já no pôr teleológico do trabalho o caráter alternativo se apresenta, pois a atividade laborativa envolve escolhas baseadas na averiguação da correta forma de utilizar os nexos causais que possibilitam à realização do fim. Na consciência, as alternativas se apresentam ao homem que escolhe aquela que se mostra compatível, a partir das combinações e articulações necessárias à realização da atividade projetada. A alternativa definida como “um ato de consciência, é, portanto, a categoria mediadora com cuja ajuda o espelhamento da realidade se torna veículo do pôr de um ente.”

O processo de trabalho envolve uma gama de alternativas frente às quais o homem se depara para a realização da atividade laborativa. Desde o tipo de material, a forma de utilização e como utilizá-lo, sempre articulando tais escolhas ao fim pretendido. Por conseguinte, a medida em que o processo de trabalho se desenvolve e se complexifica, da mesma forma a alternativa ganha amplitude,

com vistas a refletir corretamente o real e, com isso, aprimorar sua elaboração a posteriori. A alternativa aparece, por conseguinte, não somente como “um único ato de decisão, mas de um processo, uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas.” (Lukács, 2013, p. 71)

Decerto que a complexidade característica desse processo aumenta, sobremaneira, a importância assumida pela alternativa, porquanto é nela que reside a decisão de efetivar o pôr do fim e, com isso, proporcionar o “salto da possibilidade à realidade”. Dessa forma, o ato de decidir impulsiona a realização (ou não) do modelo (o pôr teleológico), não sendo o desenvolvimento técnico a base exclusiva de decisão da alternativa. Aqui fica explícita a relação de unidade entre sujeito e objeto: o objeto só adquire sentido por meio do sujeito e por sua vez o subjetivo só se expressa “como intenção tornada objeto, já realizada” (Santos, 2012 p.38)

Na discussão sobre a categoria alternativa e de seus limites em face à realidade concreta, dois aspectos são observáveis como delimitadores: a necessidade e a liberdade. O autor retoma seus argumentos sobre o sentido originário do trabalho, no qual a produção de valores de uso é direcionada à satisfação dos carecimentos materiais humanos. Ou seja, as necessidades sociais são ponto de partida para que o homem, ao se relacionar com a natureza, a transforme, colocando em movimento o complexo do trabalho em função da satisfação dessas necessidades. Ao decidir entre alternativas, o homem se vê compelido a considerar uma alternativa concreta:

A decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto do fim. Isso quer dizer que nenhuma alternativa (e nenhuma cadeia de alternativas) no trabalho pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cujo fim (em última análise, a satisfação da necessidade) foi produzido não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr do fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio desse complexo de ser que existe independentemente dele. E é do mesmo modo evidente que o campo das decisões é delimitado por esse complexo de ser (Lukács, 2013, p. 76).

Tal assertiva demonstra que “o campo de perguntas e respostas possíveis” ao sujeito tem sua determinação nesse ser social em permanente interação na sociedade em que se insere, tendo-se, por conseguinte, a clara

definição de uma liberdade que se realiza no interior de um campo de possíveis, não de maneira irrestrita. O próprio Marx (2011, p. 25) já dissera: “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” Nesses termos, são destacadas as circunstâncias, presentes e passadas, que interferem e limitam as alternativas postas.

Ao considerar a consciência como o “lugar” no qual reside o momento da decisão presente na categoria alternativa, o autor define como momento preponderante seu caráter cognitivo. Logo, é precisamente o elemento cognitivo das alternativas humanas o traço que especifica ontologicamente o ser social, com o predomínio do comportamento consciente do homem que o distingue dos demais animais. Esse distanciamento e a própria superação da mera espontaneidade biológica para a satisfação de uma dada necessidade passa a existir “quando entre necessidade e satisfação se insere o trabalho, o pôr teleológico.” (Lukács, 2013, p. 78)

4. LINEAMENTOS DA SUBJETIVIDADE EM LUKÁCS

Fez-se uma incursão aos elementos caracterizadores do ser social, que o especificam e o distinguem dos demais seres, sendo perceptível que tanto na vida cotidiana quanto nas formas superiores de objetivação do homem, o pôr teleológico, expresso nas representações da consciência “ponente”⁷⁸ — aquela que fixa objetivos —, propicia a complexificação e o aprimoramento da subjetividade humana, instituída a partir de nexos sociais progressivamente intensificados e que potencializam as possibilidades de sua expressão por intermédio da práxis humana.

Em outros termos, em Lukács, o pôr teleológico se apresenta como uma categoria que se manifesta como ação do sujeito no trabalho, ou seja, com assumido caráter de objetividade e subjetividade, atendendo a um duplo condicionamento: o condicionamento da consciência ponente, com um agir impelido por necessidades e por projetos individuais, e também pelas

⁷⁸ Expressão de Tertulian (1996).

determinações objetivas da realidade social. Tertulian (1996) — importante intérprete do pensador húngaro — esclarece que tais condicionamentos se encontram intrinsecamente entrelaçados no pôr teleológico. E mais, Lukács faz a distinção entre os pores teleológicos que têm como objeto a natureza em si, voltando-se, nesse caso, para garantir o intercâmbio orgânico entre a sociedade e a natureza, tendo-se, em destaque, a satisfação das necessidades econômicas; e, por outro lado, os que têm como objeto a consciência de outros indivíduos, por conseguinte dirigidos a “influenciar e modelar o comportamento (é a área das relações intersubjetivas por excelência que culmina na Ética)” (Tertulian, 1996, p. 64).

O corolário ontológico do objetivo “ser-propriadamente-*assim*” do trabalho é que, para além da transformação provocada pelo homem sobre a natureza, a sua própria natureza se vê igualmente transformada⁷⁹. É no trabalho, portanto, que se identifica um salto no desenvolvimento, tanto no sentido da concretude do mundo — alterações provocadas pelo homem nos seres da natureza (por ex. a madeira transformada em um banco) — quanto as mudanças que incidem sobre o homem, aqui devido à movimentação cognitiva exigida para a consecução de um trabalho, para além do movimento instintivo. Nos termos do autor,

“a ‘*adaptação*’ do homem que trabalha não é interiormente estável e estática, como acontece nos demais seres vivos — os quais normalmente reagem sempre da mesma maneira quando o ambiente não muda —, e também não é guiada a partir de fora, como nos animais domésticos. O momento da criação autônoma não apenas modifica o próprio ambiente, nos aspectos materiais imediatos, mas também nos efeitos materiais retroativos sobre o ser humano (Lukács, 2013, p. 80 -1).

O sujeito que trabalha é justamente quem principia o pôr do fim, evidenciando-se pela ação subjetiva. À vista disso, não há como minimizar o peso do indivíduo, já que para que a materialização do trabalho ocorra é indispensável que teleologia e causalidade compareçam como princípios heterogêneos, que não se excluem, mas, contrariamente, coexistem de forma

⁷⁹ Nos termos de Marx, pensador que identifica a teleologia como própria à ação humana, o sujeito que trabalha “*modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio*”. (Marx, K.O Capital, Livro I, p.255; citado às fls. 79)

indissociável. E apenas nessa configuração de coexistência entre nexos final e nexos causal, além da imprescindível dependência entre o primeiro e o segundo, logra-se êxito na constituição do “fundamento ontológico de determinados complexos dinâmicos, complexos que só no campo do ser social são ontologicamente possíveis, cuja ação nessa coexistência dinâmica constitui a característica principal desse grau do ser.” (Lukács, 2013, p. 89)

A subjetividade que se manifesta pelo pensamento ante o real, como elemento fático natural, inicialmente, e como produto da ação social humana, a posteriori, possibilita a associação entre novas objetividades decorrentes da legalidade própria ao objeto sobre o qual incide o trabalho e dos meios e instrumentos necessários para sua realização, impossíveis de serem asseguradas por si só pela natureza, exigindo, para tanto, a mudança de seus fundamentos ontológico-naturais. Percebe-se, neste momento, o divisor de águas entre seres humanos e animais, com a inserção do trabalho como elemento de mediação entre necessidade e satisfação, sendo incontestável “uma vitória do comportamento consciente sobre a mera espontaneidade do instinto biológico” (Lukács, 2013, p. 78). À consciência, atribui-se papel decisivo “na delimitação materialista entre o ser de natureza orgânica e o ser social”. Isto porque, como um ser que dá respostas às necessidades que emergem na produção e reprodução da vida, e pela exigência de satisfazê-las, o homem “funda e enriquece a própria atividade”. (Lukács, 1978, p. 5)

A consciência humana, ao se efetivar por intermédio do pôr teleológico, converte-se ontologicamente em momento preponderante ao se confrontar com a realidade que a circunda, sem, todavia, implicar na supressão da objetividade existente. Seguramente, trata-se, para nosso autor, de uma “coexistência ontológica entre teleologia e causalidade no comportamento laboral (prático) do homem, e só neste, tem por consequência que, no plano do ser, teoria e práxis, dada a sua essência social, devem ser momentos de um único e idêntico complexo de ser, o ser social”. Em outras palavras, o caráter ativo da subjetividade humana se revela pela sua contínua capacidade de transformar objetividades naturais em novas objetividades necessárias à reprodução da vida individual e genérica, fundamenta-se, em termos ontológicos, na teleologia posta e, por consequência, no “ser do sujeito que a põe”. (Lukács, 2013, p. 90)

Ao servir-se da concepção de generidade não mais muda no processo histórico de sociabilidade do ser social, Lukács reconhece que a consciência humana assume posição substancialmente distinta, em conformidade com o movimento de coexistência entre gênero e singularidade, reciprocamente determinados e constituídos socialmente. Nesse sentido, e por mediação da práxis social, confirma-se o engendramento objetivo e subjetivo do ser social, ser esse que

não está dado de uma vez por todas, [mas que n]o conjunto de determinações provenientes de esferas fundamentalmente distintas cria a heterogeneidade de determinações no âmbito da dinâmica do ser social, essa, por sua vez, amplia o leque das possibilidades humanas, cria o campo das possíveis realizações e dos possíveis desdobramentos, sem no entanto prescrever de maneira necessária e absoluta os rumos e a forma como os homens efetivam a si mesmos no interior de sua prática social. (Fortes, 2011, p. 42)

No transcurso percorrido, solidifica-se a compreensão de que o trabalho e as demais formas decorrentes do ato teleológico da práxis reverberam, com toda a sua complexidade, sobre o homem ativo e, com isso, agregam-se transformações em sua atividade que se torna cada vez mais ampla, diversa e consciente; simultaneamente, a relação sujeito-objeto se intensifica, convertendo-se em uma categoria de primazia na vida humana. A sociabilidade paulatinamente se funda nesse processo, a medida em que um campo de atividades progressivo e crescente, extensa e intensivamente, é criado para os pores teleológicos. E desse modo, “cresce a corporificação objetiva da generidade, tornando-se cada vez mais variada em muitos aspectos, mas ao mesmo tempo coloca múltiplas e diferenciadas exigências ao indivíduo humano nela praticamente ativo” (Lukács, 2010, p. 78). Sob a perspectiva da permanente interação entre objetividade e subjetividade, efetivam-se avanços na aquisição do caráter de individualidade que, como reforça o autor, só é realizada em meio a sociabilidade.

A despeito das transformações qualitativas que incidem sobre a processualidade histórica da generidade humana, com a ultrapassagem da nudez biológica, ela, ainda assim, não possui propriedade para se desenvolver independentemente das posições conscientes e práticas dos indivíduos sobre o complexo de problemas dela provenientes. O fomento e a manutenção em movimento dessa processualidade, pelo estímulo de fenômenos inerentes ao

conjunto de relações sociais, tais como, condições sociais, forças, instituições etc., apesar de não anular a constituição mais geral da relação de gênero e exemplar singular⁸⁰, transforma-a de modo substancial.

Essa nova generidade traz como princípio o caráter não unitário, não sendo passível que o conjunto de relações existentes atue com unidade sobre os indivíduos humanos que dele participam. Ademais, o desenvolvimento social traz consigo a constante ampliação das exigências relativas às decisões a serem tomadas nas distintas esferas da vida humana, requerendo, permanentemente, reações distintas no confronto com o que se quer. Destaca-se, portanto, o caráter alternativo das decisões na práxis humana, em suas múltiplas determinações, a demandar ao exemplar singular escolhas imprescindíveis atentando para a diferenciação interna da totalidade da sociedade, identificando-se aí o fundamento social da constituição do ser humano para a individualidade.

Todavia, há de se considerar que a atividade laboral, em sua estrutura ontológica, que a converte em uma cadeia de alternativas, postula ao indivíduo que decisão e execução de alternativas sejam reiteradas permanentemente como solução de continuidade no processo de trabalho, cujas respostas precisam ser orientadas na medida exata ao pôr do fim, tanto quanto na precisa consecução daquela atividade, sob pena da causalidade posta não se efetivar e, por conseguinte, o trabalho restar inviabilizado. Essa lógica implica no agir continuado do sujeito da práxis por meio de escolhas entre alternativas, que se desdobram em novos pores teleológicos, em razão, sobretudo, da impossibilidade do pleno conhecimento das repercussões das alternativas previamente realizadas. À medida que o trabalho se intensifica, e por consequência se complexifica, a alternativa se manifesta em sua essencialidade, não como um ato singular de decisão, senão como um processo, “uma ininterrupta cadeia temporal de alternativas sempre novas”. (Lukács, 2013, p.71-2)

⁸⁰ Segundo Lukács (2010, p. 85) “ a constituição mais geral da relação de gênero e exemplar singular não é anulada, mas modificada fundamentalmente, na medida em que o gênero se torna uma totalidade articulada, internamente diferenciada, cuja própria reprodução, altamente complicada, pressupõe e exige certas atividades, modos de comportamento etc. dos indivíduos que a ele pertencem, mas de modo que, de um lado, proporcione ocasião, caráter, espaço etc. para os pores teleológicos dos seres humanos singulares – determinando e concretizando-os amplamente – e, de outro lado, também seja determinado, significativamente, em seu movimento total, por esses atos e impulsos individuais”.

A peculiaridade desta categoria — a alternativa — é possibilitar que do ideado advenha uma elaboração ulterior, por via da articulação entre subjetividade, objetividade natural e social, materializada pelo pôr do fim do trabalho e se definindo no âmbito da liberdade humana. Mas, não devemos esquecer, para que aquilo que existe de forma latente, apenas como potência, converta-se em ser, é exigido ao indivíduo ou a uma coletividade, no processo de produção e reprodução material, que escolha entre as alternativas possíveis.

Deve-se dar ênfase ao fato de que não pretende o autor fetichizar a racionalidade econômica como vetor direcionador exclusivo e categórico, de modo que as alternativas se efetuem em uma dimensão de liberdade abstrata, pelo contrário, sendo orientadas para o trabalho, as escolhas continuamente se vinculam às circunstâncias e necessidades concretas.

O caminho analítico percorrido por Lukács elucidada o surgimento no processo de trabalho de uma “constelação categorial”, cujas categorias novas em si e nas funções assumidas constituem-se pela conjugação ontológica do par teleologia-causalidade posta. A incidência determinante no comportamento do sujeito, proveniente de sua ação decisória (o pôr dos fins), emerge de “uma práxis caracterizada pelo dever-ser” (Lukács, 2013, p.98). Ao recusar às formulações filosóficas alicerçadas em uma teleologia de origem transcendente, o filósofo dedica-se a refletir sobre a gênese do dever-ser e do valor, na íntima relação dessas categorias no processo de trabalho, cujas projeção e realização de uma objetividade surgem com o ser social.

Lukács identifica, obviamente, a gênese do dever-ser a partir do trabalho, considerando que “A essência ontológica do dever-ser no trabalho dirige-se, certamente, ao sujeito que trabalha, e determina não apenas seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação a si mesmo enquanto sujeito do processo de trabalho” (Lukács, 2013, p. 104). Nesse sentido, o dever-ser opera na mediação do processo de trabalho, ajustando o comportamento ao fim perseguido, de modo a regular a proporção entre fins, meios e objetividade natural — procedimentos técnicos implicados na relação com as objetividades —, mas, principalmente, o comportamento do indivíduo que trabalha em relação a si mesmo. Em outras palavras, o comportamento subjetivo é mobilizado de modo a auxiliar no processo de trabalho, com vistas ao alcance do fim posto, naquelas capacidades e habilidades que lhe são necessárias, pressupondo,

também, o autocontrole pelo homem de afetos, disciplina, inclinações, etc., sempre em proveito de um comportamento concreto para a realização do fim no trabalho, fatores prevaletes na interação dos indivíduos entre si, fundamentais ao processamento da vida social.

Lukács anuncia a liberdade em sua gênese ontológica, ao caracterizar o complexo categorial subjetivo que emerge no processo de trabalho, a partir do caráter alternativo dos pores teleológicos. Na decisão entre alternativas, manifesta-se o fenômeno da liberdade, sem qualquer precedente ou semelhança na natureza. Elemento essencial ao devir do homem ao longo da história, a liberdade se apresenta como fenômeno múltiplo que se transforma no decurso histórico-social.

Porém, na vida em sociedade e no agir do homem, a liberdade inexiste destituída de determinações, quer naturais/sociais, quer internas/externas, significa rechaçar a noção abstrata de liberdade, evidenciando-a como atributo do indivíduo, de uma decisão subjetiva face às determinações que lhes são postas socialmente. O vínculo com a realidade é o horizonte sobre o qual “pores reais de fins” se dirigem à concretização do ato social. Ou seja, não deve a ação consciente desprender-se ou esquivar-se da realidade, pois o intento que vem a termo dessa interação é sua transformação. Em sentido contrário, se o referido intercâmbio entre a consciência e a realidade não se efetiva, aquela se mantém como mera intenção, sem, efetivamente, relacionar-se com o problema da liberdade.

Convém salientar que à medida em que as intenções se tornam progressivamente mais sociais com o desenvolvimento social, também o homem, em sua subjetividade e aspectos comportamentais, será objeto do pôr teleológico. A cada momento do desenvolvimento humano e da socialização do trabalho, a interioridade do homem e seu comportamento sofrem mudanças qualitativas. O trabalho produz efeitos diversos sobre o homem, diz Lukács. Na execução do ato laboral, o homem experimenta o necessário autodomínio consciente de suas determinações, no constante embate contra seus instintos e afetos, processo no qual “produz a si mesmo como membro do gênero humano e, desse modo, o próprio gênero humano”. Nesse processo de contínuo autocontrole do sujeito, reside o germe do que o autor considera como a liberdade humana real, porquanto ancorada no ato primeiro de liberdade de

dominar a própria essência, em sua origem meramente orgânica, sobrepondo-se, para a genericidade humana “a superação da mudez apenas orgânica do gênero, sua constituição no gênero articulado, que se desenvolve, do homem que se forma ente social, é — do ponto de vista ontológico-genético — o mesmo ato de nascimento da liberdade”. (Lukács, 2013, p. 155-6)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas até então nos permitem avançar, até certo ponto, na justa apropriação do tema da subjetividade em termos lukacsianos, tendo em vista o enfoque das condições subjetivas e objetivas que engendram um determinado tipo de profissional, em suas crenças, valores, modos de agir e interagir. Nossa pretensão se justifica pela necessidade identificada de fazer emergir reflexões sobre o sujeito profissional e a constituição de um novo *ethos* profissional com a assimilação da perspectiva crítica ao exercício profissional. Afinal, o que nos diferencia, ou melhor, como essa diferença se evidencia em nosso fazer profissional? Quem é esse sujeito profissional crítico, seus valores, as decisões que escolhe tomar?

O Serviço Social, como profissão compreendida no âmbito do trabalho coletivo socialmente produzido e inserido na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista, volta-se ao atendimento das necessidades sociais com o propósito de dar respostas à “questão social”, expressa por uma profusão de situações sociais. Para tanto, são necessários aos profissionais a aquisição de conhecimentos teórico-metodológicos, habilidades técnico-profissionais e uma perspectiva ética.

Temos consolidado no campo profissional a compreensão sobre a correlação entre as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas constituintes do exercício profissional, mantendo entre si uma íntima relação de unidade, interdependência e complementariedade e, mesmo assim, assegurando suas especificidades (Santos, 2012, 2016). No desempenho das atribuições profissionais, ao interagir com uma realidade social que se complexifica cada vez mais, tais dimensões comparecem no exercício profissional com a observância do predomínio de cada uma delas em distintos níveis e/ou sobreposições. Nesse sentido, dentre elas, a dimensão técnico-

operativa é a que propicia o reconhecimento da profissão, dela advindo sua imagem e autoimagem (Guerra, 2017; Santos, 2006, 2013).

O destaque aqui dado à dimensão técnico-operativa se relaciona ao fato de que, por seu intermédio, é desvelada a cultura e o *ethos* profissional. Ao ser chamado a dar respostas às situações objetivas e subjetivas do cotidiano da população que necessita e recorre aos serviços e políticas sociais, apresenta-se ao profissional a possibilidade de reproduzir o socialmente instituído ou de construir uma nova abordagem a partir de uma perspectiva que busque, de forma intencional, a garantia de direitos a essa população. Por isso mesmo, Guerra (2017) destaca a não neutralidade dessa dimensão e, de modo igual, da intervenção profissional. Ao contrário, as demais dimensões comparecem como suportes teóricos e direção que se vincula ao projeto ético-político da profissão, refletindo e interligando internalidades e externalidades ao exercício profissional.

É na articulação e mobilização de um conjunto de conhecimentos e habilidades que o assistente social constrói um *modus operandi* característico e que consolida seu reconhecimento social, diretamente relacionado à capacidade de responder às demandas histórico-sociais de uma dada sociedade. Nesse sentido, no desenvolvimento das ações profissionais, o assistente social realiza atos teleológicos capazes de promover “a criação/renovação de novos modos de ser” da cultura profissional, incorporando objetos, objetivos, valores, racionalidades, técnicas, instrumentos, conhecimentos, teorias (Netto, 1996 citado por Guerra, 2017, p. 52).

A constante referência ao trabalho do assistente social, identificando nele características típicas do pragmatismo, da imediaticidade, do apego ao cumprimento das normas e rotinas organizacionais, da instrumentalidade de sua ação, imputa foco excessivo ao vínculo do exercício profissional e, por consequência, do próprio assistente social em sua constituição, a um viés próprio ao estatuto do conservadorismo profissional, o que nos impede de enxergar a busca pelo novo, as tentativas de romper ou, eventualmente, minimizar, a pura e simples reprodução do existente.

No processo de trabalho, o assistente social estabelece finalidades. A consecução destas envolve a existência de condições objetivas e subjetivas, o devido conhecimento de atribuições, procedimentos e instrumental técnico-operativo, entre outros. No estabelecimento de tais finalidades, ou seja, no pôr

dos fins, reside a própria possibilidade de instauração do novo, de uma perspectiva que intenta transpor a herança conservadora da profissão a partir da adesão a uma perspectiva profissional pautada em um arcabouço teórico-metodológico crítico e em valores e princípios ético-políticos.

Assim, a ação teleológica do sujeito profissional, articulada aos recursos e ao sistema de mediações, é um elemento fundamental na obtenção do fim almejado, sem que se desconsidere que no processo de trabalho importa sempre o vínculo estabelecido entre a ação teleológica do sujeito e as alternativas concretas de sua prática. Ao decidir entre alternativas postas, o assistente social exercita a sua possibilidade de realizar escolhas, o que também implica ter em vista as respostas a tais escolhas, bem como a direção social pretendida.

Pressupomos aqui que o tratamento conferido pela literatura ao sujeito profissional crítico se mostra ainda bastante incipiente, carecendo de maior definição das escolhas realizadas pelo profissional ao se defrontar com demandas e interesses contraditórios frente à realidade no interior da racionalidade capitalista, tanto quanto do conhecimento da constituição desse sujeito profissional crítico. Conferir visibilidade a esse sujeito significa considerar que suas escolhas e decisões são decorrentes das contradições sociais existentes e que se fazem em um contexto de forças sociais antagônicas, portanto, sempre limitadas e limitantes em suas intenções no campo dos possíveis.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo Cortez, 2019.

ALVES, A.J.L. A Individualidade Moderna nos Grundrisse. **Verinotio - Revista On-line de Educação e Ciências Humanas.** No 4, Ano II, abril de 2006.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2010.

CLOSS, T. T. **Fundamentos do Serviço Social:** um estudo a partir da produção da área. 1ª ed. Curitiba, CRV, 2017.

COSTA, G. M. **Indivíduo e sociedade:** sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. São Paulo, Instituto Lukács, 2012. 2ª ed. rev.

EIRAS, A. A. L. T. S. et al. **Serviço social e ação profissional crítica** [recurso eletrônico]. Juiz de Fora, Editora UFJF, 2019.

FORTES, R. V. **Trabalho e Gênese do Ser Social na “Ontologia” de György Lukács.** Florianópolis: Em Debate/UFSC, 2016.

FORTES, R. V.; VAISMAN, E. (Orientadora). **As novas vias da ontologia em György:** as bases ontológicas do conhecimento. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Filosofia/UFMG, Belo Horizonte, 2011.

GUERRA, Y. A dimensão técnica-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (orgs.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017. p. 49-76

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálysis.** Florianópolis, v.16, n.esp., p.39-49, 2013.

_____. **A instrumentalidade do serviço social.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. O trabalho do assistente social e as políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: **Diálogos do cotidiano – Assistente social Reflexões sobre o cotidiano profissional.** Brasília, CFESS, 2021. p. 16-48.

IAMAMOTO, M. V; YAZBEK, M. C. (org.). **Serviço Social na história:** América Latina, África e Europa. São Paulo, Cortez, 2019.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução SCHNEIDER, N.; TONET, I.; FORTES, R. V. 1.ed. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Tradução LUFT, L.; NASCIMENTO, R. Supervisão editorial VAISMAN, E. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *In: Temas de Ciências Humanas*. NOGUEIRA, M. A. et al. (orgs.) Livraria Ed. Ciências Humanas Ltda. São Paulo. 1978, p.1-18.

MARANHÃO, C. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. *In: MOTA, A. E.; AMARAL, Â.* (orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo, Cortez, 2016. p. 165-205.

MARX, K. O 18 de brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx. Tradução e notas SCHNEIDER, N.; prólogo MARCUSE, H. São Paulo: Boitempo, 2011.p. 25

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17ª ed. São Paulo, Cortez, 2015.

SANTOS, C. M. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro, Editora Lúmen Juris, 2012.

_____. Do Conhecimento Teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social. *IN: SILVA, L. O.* (org) **Serviço Social no Brasil. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2016 p. 265 – 285.

TEIXEIRA, P. T. F. A individualidade humana na obra marxiana de 1843 a 1848. **Ensaio Ad Hominem**, n.1, Tomo I. São Paulo: Estudos e Edições. Ad Hominem, 1999.

TERTULIAN, N. Uma apresentação à ontologia do ser social, de Lukács. *In: Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 3, p. 54 -69,1996.

CAPÍTULO V

SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO NA PERSPECTIVA DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

María Fernanda Escurra

Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ), assistente social (UNR- Argentina), mestrado em Serviço Social (UFRJ), doutorado em Serviço Social (UERJ). Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

E-mail: mfescurra@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2321-8339>

Isaura Gomes de Carvalho Aquino

Professora Associada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorado e pós-doutorado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

E-mail: isauraaqui@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3685-6199>.

Inez Rocha Zacarias

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS).

E-mail: inezpoa@yahoo.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2325-9034>

1. INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo avançar na fundamentação teórica da categoria trabalho com base na crítica da economia política de Marx, para a apreensão e análise do trabalho de assistentes sociais. O caminho seguido situa tal análise na área dos Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social e propõe recuperar a leitura inaugurada por Yamamoto na década de 1980, afirmando, mais uma vez, a necessidade de abordar o trabalho

profissional com base no duplo caráter que o trabalho assume historicamente sob o capital.

Apesar dos avanços identificados nas últimas décadas quanto ao amadurecimento da categoria profissional no fortalecimento do projeto ético-político da profissão, ainda se identificam lacunas que precisam ser problematizadas para aprofundar e qualificar o debate sobre as dimensões que cercam o significado social da profissão na sua particularidade, mas que, fundamentalmente, consolide caminhos para a apreensão do Serviço Social no movimento histórico e contraditório da sociedade brasileira, no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais.

Em relação às interpretações de caráter histórico-crítico da profissão que se expandiram, conforme já constatado por Iamamoto (2008), é possível observar uma centralidade da dimensão concreta do trabalho, ou seja, os estudos e discussões que se debruçam sobre a própria profissão fazem a sua abordagem sob a ótica das características qualitativas deste trabalho, a partir da sua inserção e movimentação no interior da divisão social e técnica do trabalho.

Com base nessas considerações iniciais, o capítulo recupera a descoberta de Marx sobre o duplo caráter que o trabalho assume no capitalismo, resgatando inicialmente uma breve referência à categoria mercadoria. Na sequência, tece considerações sobre a reprodução ampliada do capital e a totalidade da vida social, a fim de subsidiar a compreensão do Serviço Social na dinâmica da sociedade capitalista e, deste modo, explorar no último item o debate contemporâneo sobre o trabalho do assistente social.

2. O PONTO DE PARTIDA DA CRÍTICA: O DUPLO CARÁTER QUE O TRABALHO ASSUME NO CAPITALISMO⁸¹

Entende-se que registrar uma breve referência à categoria mercadoria é fundamental, visto que constitui a forma social, histórica e estruturante mais essencial das relações que caracterizam o modo de produção capitalista e forma

⁸¹ Este item recupera e tem como base aspectos desenvolvidos em maior profundidade em Escurra (2015).

elementar da riqueza em que domina esse modo de produção, aspecto que determina a própria finitude da totalidade que desvenda.⁸²

Seguindo Marx (2015a), abstraindo a diversidade de desejos, carências, necessidades e a imensa variedade de mercadorias que existem, a primeira propriedade da mercadoria é o seu valor de uso enquanto objeto externo, útil, coisa que por suas características satisfaz, de forma direta como objeto de consumo ou indireta como meio de produção, necessidades humanas de diferentes naturezas e de diversas maneiras.

Na sociedade burguesa, os valores de uso são generalizadamente veículos materiais do valor de troca, aspecto que dá origem ao valor de uso social e à exigência de que sua produção seja dirigida para outros. Desse modo, para ser mercadoria, o produto tem que ter valor de uso e valor de troca e ser transferido por meio da troca a quem vai servir de mercadoria.⁸³ A sociedade capitalista, dado seu caráter mercantil, é articulada pela troca generalizada como consequência da colonização da esfera da produção por parte do capital. O valor de uso se transforma em mero suporte do valor de troca (por sua vez veículo do valor) que em um primeiro momento se revela na relação quantitativa entre valores de uso de diferentes espécies, cuja relação muda no espaço e no tempo constantemente. “O trigo, p. ex., possui o mesmo valor de uso, quer seja cultivado por escravos, servos ou trabalhadores assalariados. Ele não perderia o seu valor uso nem se caísse do céu, como a neve” (Marx, 2011, p. 756). Mas Marx esclarece que “a mercadoria só devém mercadoria, só se realiza como valor de troca, na medida em que o seu possuidor não se relaciona com ela como valor de uso. E unicamente por sua alienação, sua troca por outras mercadorias, que ele se apropria de valores de uso” (Ibid., p. 756). Por conseguinte, a condição da circulação de mercadorias é a produção de mercadorias como valores de uso destinados à troca, não como valores de uso imediatos, mas mediados pela troca. Nesse sentido, Marx (2011) explicita que a produção é um meio, não aparece como fim em si, pois a circulação como realização de valores implica

⁸² A forma social mercadoria faz referência, por esse motivo, ao fato de que uma coisa ser mercadoria não se deve a ela na qualidade de coisa, mas à sociedade em que ela existe, expressando um caráter objetivamente social que é resultado de uma relação social de produção específica.

⁸³ Apesar de existirem bens destinados à troca (mercadorias) em formações sociais pré-burguesas, é na sociedade capitalista que a forma mercadoria e a troca se generalizam.

que meu produto só é produto na medida em que o é para outro, na medida em que foi alienado, sendo que só é produto para outro quando ele próprio aliena seu produto. Desse modo, “a circulação é o movimento em que a alienação universal aparece como apropriação universal e a apropriação universal, como alienação universal” (Ibid., p. 143).

Tendo em vista que as mercadorias como valores de uso são de qualidade diferente, como valores, não contendo nenhum átomo de valor de uso, só podem diferir na quantidade. O valor das mercadorias encontra no valor de troca sua forma de manifestação e na medida em que se coloca de lado o valor de uso da mercadoria, desaparecem também as formas, qualidades e elementos materiais que fazem dela qualquer coisa útil e deixa de ser também o resultado de uma forma de trabalho específica. Por conseguinte, ao se prescindir do caráter útil dos produtos do trabalho se desvanecem também as diferentes formas de trabalho concreto e todas as mercadorias são reduzidas à cristalização de uma única espécie de trabalho: trabalho humano igual, abstrato. É por esse motivo que “como valor, a mercadoria é universal; como mercadoria real, é uma particularidade” (Iamamoto, 2008, p. 360).

Nesse sentido, a análise marxiana, além de mostrar que a mercadoria possui dois fatores (valor de uso e valor), revela pela primeira vez um conhecimento que é fundamental para elaborar a crítica da economia política, o trabalho nela materializado também possui duplo caráter — trabalho concreto e trabalho abstrato. Portanto, é inegável que se trata de uma forma de trabalho histórica peculiar: o trabalho que produz mercadorias.

Segundo Marx (2015a), o trabalho concreto se manifesta no valor de uso de qualidade diferente dos produtos, por conseguinte, os trabalhos úteis que os produzem também são qualitativamente diferentes. Por exemplo, um casaco e o linho resultam de trabalhos distintos, executados por um alfaiate e um tecelão, respectivamente. Essa diferença qualitativa nos trabalhos úteis, realizados como negócios particulares por produtores autônomos, é o que impulsiona o desenvolvimento da divisão social do trabalho em uma sociedade de produtores de mercadorias.

O autor enfatiza que, ao desconsiderar o caráter útil do trabalho, resta apenas o dispêndio de força humana de trabalho. Trabalhos qualitativamente diferentes representam diversas formas de despendimento de trabalho humano

produtivo, envolvendo o uso do cérebro, músculos, mãos etc. O trabalho produz valor exatamente na abstração de sua forma concreta (trabalho de marceneiro, padeiro etc.). Nesse sentido, o valor da mercadoria é o dispêndio de trabalho humano em geral, trabalho socialmente igual, cuja unidade de medida é o trabalho simples médio, historicamente determinado.⁸⁴ Ao analisar o resíduo dos produtos do trabalho deles

não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples massa amorfa de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, que não leva em conta a forma desse dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias (Marx, 2015a, p. 116).

Conforme destacado por Yamamoto, “na sociedade produtora de mercadorias, o trabalho de produtores independentes só se torna social quando transformado em trabalho abstrato, uma parcela da massa global de trabalho social homogêneo e impessoal” (2008, p. 61, grifos da autora). A autora complementa que, na sociedade mercantil, a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato é o que torna o trabalho privado trabalho social. Assim, o trabalho abstrato é parte de uma massa de trabalho homogêneo que resulta de um processo de equalização do trabalho que o torna impessoal e despersonalizado. Sob essa perspectiva, o trabalho que se confronta com o dinheiro como capital não é um trabalho específico, mas sim o trabalho por excelência, o trabalho abstrato, sendo indiferente à sua particularidade determinada (Marx, 2011).

As mercadorias se tornam comparáveis e comensuráveis pela força de trabalho em geral despendida em sua produção e são valores como configuração comum dessa substância social. Desse modo, para Marx (2015a), as mercadorias têm valor da mesma grandeza ou magnitude quando podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho ou quando contêm iguais quantidades

⁸⁴ Ver a observação apresentada por Rubin (1987) de que não é possível fazer referência a trabalho abstrato sem existir como pressuposto gasto de energia fisiológica por parte das pessoas, apesar desse gasto em si não ser trabalho abstrato nem criar valor. Nessa perspectiva, o autor alerta que o valor do produto do trabalho é social e não natural, e o trabalho que cria este valor não é uma substância fisiológica, mas uma substância social.

de trabalho. Nessa perspectiva, a quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção de um valor de uso determina a grandeza ou magnitude do valor, considerando cada mercadoria individual exemplar médio de sua espécie, nas condições de produção normais e grau de destreza e intensidade de trabalho médio, sem levar em conta circunstâncias especiais.

O trabalho abstrato é, portanto, a substância do valor; substância social que é propriedade das coisas quando elas se referem umas às outras na troca. Na troca, as mercadorias são igualadas como valores que passam a ser considerados como trabalho abstrato que gera valor, abstraídos seus valores de uso e as particularidades dos trabalhos que as produzem. Por isso, em relação à natureza da mercadoria, ainda é importante ressaltar que também os serviços podem se trocar e dessa forma se converter em mercadorias, dado que o fundamental é a troca, não o fato de que se trate de coisas materiais (Heinrich, 2008). A diferença entre um produto material e um serviço imaterial se caracteriza pela relação temporal utilizada entre produção e consumo. Enquanto no produto material primeiro se produz e depois se consome, no caso da prestação de serviço (independentemente do tipo de serviço) a produção e o consumo coincidem de forma imediata.⁸⁵

A análise marxiana, além de enfatizar como sob o capital generaliza a forma mercadoria e como a dinâmica capitalista tem sua base na valorização incessante do capital, também revela como a própria força de trabalho se transforma em mercadoria que possui a peculiaridade de ser a única que produz valor e mais-valor. Desse modo, a importância da emergência da figura do trabalhador livre que, despossuído dos meios de produção, propriedade da classe capitalista, é compelido a vender sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência.

Marx (s/d; 2011) diferencia trabalhador produtivo e trabalhador improdutivo em relação à acumulação, visto que a produção de mais-valor, aspecto central nesse processo, é produzido pelo trabalhador produtivo que

⁸⁵ Nos termos de Heinrich, “entre as coisas materiais e os serviços só existe uma diferença *em relação à matéria*, mas quando se trata de mercadorias se faz referência à sua *forma social*, e esta depende que as coisas e os serviços sejam trocados ou não. Com isto também fica anulado o argumento defendido frequentemente de que com o ‘trânsito da sociedade industrial à sociedade de serviços’ [...] a teoria do valor de Marx ficou obsoleta” (2008, p. 61, grifos do autor, tradução nossa).

serve para a auto-expansão do capital. Com isto, mais uma vez, fica evidente que se trata de uma relação de produção histórica específica e, nesse caso, o trabalhador é instrumento direto de criação de mais-valor. Por esse motivo, ser trabalhador produtivo ou não importa do ponto de vista do capital, do proprietário de dinheiro e não do ponto de vista do trabalhador.

Os exemplos apresentados por Marx (s/d; 2015a) deixam patente que o que determina o fato de ser trabalho produtivo ou improdutivo não é a natureza do trabalho útil (trabalho concreto), dado que um trabalho da mesma natureza pode ser produtivo ou improdutivo, tampouco o fato de ser um trabalho material ou imaterial, mas o fato de que quem compre a força de trabalho tenha em vista valorizar seu dinheiro enquanto capital, dinheiro que como capital se contrapõe à força de trabalho tendo em vista a sua valorização. Por conseguinte, é possível afirmar que é só na órbita da produção — do capital na sua forma produtiva — que há produção de valor e de mais-valor: só na esfera da produção se realiza trabalho produtivo.

Nesse sentido, cabe repetir a conhecida passagem em que o autor coloca o caso do mestre-escola, um exemplo fora da esfera da produção material, evidenciando que esse trabalhador é produtivo “se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital em uma fábrica de ensino, em vez de uma fábrica de salsicha, é algo que não altera em nada a relação.” (Marx, 2015a, p. 578). O autor ilustra a mesma questão com o caso de uma cantora que é trabalhadora improdutiva, mas que é produtiva no caso de ser contratada por um empresário para valorizar o seu dinheiro, pois, aqui a cantora produz diretamente capital (Marx, s/d, p. 115). Também é importante reforçar que “é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto” (Marx, s/d, p. 110).

Rubin (1987) ressalta que os trabalhos organizados sobre princípios de direito público e não sobre princípios capitalistas como, por exemplo, o trabalho do servidor público, da polícia, dos soldados e sacerdotes não podem se relacionar à definição de trabalho produtivo na perspectiva marxiana. Entretanto, o autor acrescenta que são produtivos os trabalhadores de agências de segurança sujeitas às leis de produção capitalista em oposição à proteção de

cargas e passageiros realizada por trabalhadores improdutivo da polícia estatal. Ele explica também que o trabalho do vendedor, que é empregado pelo capital na fase de circulação, não é produtivo, não por não produzir modificações nos bens materiais, pois um palhaço empregado por um empresário circense (assim como a cantora mencionada por Marx) é um trabalhador produtivo, independentemente de não provocar modificações em bens materiais. O autor sublinha, inclusive, que “as concepções dos autores que reduzem a teoria do trabalho produtivo de Marx a uma diferença entre trabalho incorporado em coisas materiais e o que não possui esta propriedade, devem ser reconhecidas como incondicionalmente errôneas” (Rubin, 1987, p. 292-293).

Em síntese, o que constitui o caráter específico do trabalho produtivo para o capital é o seu caráter de fator criador de mais-valor, e não o seu caráter útil determinado, nem as qualidades úteis particulares do valor de uso em que se objetiva o trabalho. Desse modo, como mostra Marx, um trabalho de conteúdo idêntico pode tanto ser produtivo quanto improdutivo. Portanto, “somente é produtivo o trabalho que produz capital [...] o trabalho que não o faz, por mais útil que possa ser – pode muito bem ser nocivo –, não é produtivo para a capitalização, logo é trabalho improdutivo” (Marx, 2011, p. 238, grifos do autor).

3. REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL E A TOTALIDADE DA VIDA SOCIAL

A sociedade capitalista expressa um tipo específico de relação social, a relação da sociedade burguesa historicamente constituída no processo de produção e reprodução das relações sociais que envolve processos econômicos, políticos, culturais, ideológicos, ambientais, éticos e espirituais. Nessa sociedade, a potência econômica que tudo domina, tal como enfatizada por Marx (s/d), é o capital. Entretanto, o próprio Marx aponta a sua desmistificação: capital não é coisa, bens, riquezas entesouradas, tampouco é dinheiro. As relações entre pessoas aparecem como relações entre coisas, como se a propriedade natural das coisas expressasse, por si mesma, as relações sociais.⁸⁶ A naturalização dessas relações se desvanece quando se reconhece que sem o

⁸⁶ Para uma discussão aprofundada sobre o assunto, ver: Marx (2015a, p. 146-158; s/d, 133-140).

trabalho assalariado, não há produção de mais-valor e sem produção de mais-valor, não há produção capitalista, nem o capital e nem o próprio capitalista. O fato de não haver capital sem trabalho assalariado e trabalho assalariado sem capital levou a economia burguesa a concluir que não há trabalho que não esteja sob a égide do capital.

De acordo com Marx (s/d), os meios de produção utilizados pelo trabalhador no processo de trabalho são de propriedade do capitalista que, em face do trabalho, força vital humana, se tornam capital. Durante o processo de trabalho, o trabalhador consome os meios de produção como meio de realização de seu trabalho e o objeto de trabalho se torna a representação da matéria do trabalho. Sob a perspectiva do processo de valorização, entretanto, não é o trabalhador que se aplica aos meios de produção e sim o seu contrário. “Não é o trabalho vivo que se realiza no trabalho material como seu órgão objetivo; é o trabalho material que se conserva e se acrescenta pela sucção do trabalho vivo, graças ao qual se converte num valor que se valoriza, em capital, e funciona como tal” (Marx, s/d, p. 54). Os meios de produção, em si, são concentrações da maior quantidade de trabalho vivo possível, como meio de valorização de valores previamente existentes.

Diante dessa condição que os meios de produção se apresentam, sempre, a cada novo processo de produção como essência do capital, como se por um passe de mágica brotassem no processo de produção, em condição de subjugar o trabalho vivo de modo a produzir e reproduzir relações de manutenção e ampliação do capital. “É justamente como criador de valor, que o trabalho vivo se incorpora de maneira constante no processo de valorização do trabalho objetivado [...]. Como esforço, como dispêndio de força vital, o trabalho é a atividade pessoal” do trabalhador (Marx, s/d, p. 54). Desse modo, o trabalho enquanto criação do valor, no processo de produção, incorpora valor ao capital. Conserva valor e cria novo valor em um processo de “autovalorização” do capital e, ao criar valor, produz, no mesmo processo, um valor que não lhe pertence. Processo esse em que as reais condições de trabalho dominam o trabalhador no processo de produção. Ao mesmo tempo em que conserva o valor pretérito, produz mais-valor, ou seja, autovalorização do capital investido. O trabalho embutido nos meios de produção é o mesmo do trabalho recém-incorporado. A diferença entre eles é a de que o primeiro se configura como valores de uso e o

segundo como trabalho objetivado no processo imediato: “um está morto, e o outro vivo; um está objetivado no pretérito perfeito, o outro está-se objetivado no presente” (Marx, s/d, p. 60).

A força de trabalho, a capacidade humana de trabalho, só se efetiva, na sociedade do capital, na relação contraditória entre capitalista e trabalhador, ambos possuidores de mercadorias. O primeiro de meios de produção que precisam ser animados pelo segundo, que possui a força de trabalho apta para ser trocada por salário e este para ser convertido, gasto em meios de sobrevivência do trabalhador e de sua família. “O trabalho objetivo, porém, só no interior do processo de produção se transforma, mediante a absorção de trabalho vivo, em capital e só assim, portanto, o trabalho se transforma em capital”. Não obstante, “o processo de produção capitalista é a unidade de dois processos: o de trabalho e o de valorização” (Marx, s/d, p. 61, grifos do autor).⁸⁷ É o processo de transformação de dinheiro em capital a partir de mercadorias produzidas por meio de processos de trabalho — pretéritos ou imediatos. Com o dinheiro, o capitalista compra a força de trabalho e os objetos necessários para o consumo da capacidade de trabalho. Esses objetos — matérias-primas, meios de trabalho em geral — são convertidos em valores de uso do próprio trabalho, objetos que já foram produtos (finais) em outros processos de produção, entram aqui, em um novo processo de produção como meios para o consumo da força viva, produtiva do trabalho, capacidade humana de criar, transformar e produzir produtos, mercadorias, para satisfação de necessidades sociais. “O mesmo valor de uso que é produto desse trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho” (Marx, 2015a, p. 259). O capital, antes sob a forma dinheiro, agora se configura sob a forma processo de trabalho. O elemento fundamental no processo de produção, nas reflexões marxianas, é a força de trabalho. A força vital do trabalhador.

Para transformar o dinheiro em mercadorias que servem de meios objetivos ou fatores para outros processos de trabalho, o capitalista incorpora força viva de trabalho à materialidade morta. O capitalista transforma o valor (do trabalho pretérito, morto) “em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro

⁸⁷ Sobre processo de trabalho e processo de valorização, ver também: Marx (2015a, p. 255-275)

vivo que se põe a ‘trabalhar’” (Marx, 2015a, p. 271). O produto desse processo de produção não é apenas o valor de uso da mera mercadoria, tampouco o seu valor de troca. O seu produto essencial é o mais-valor. O processo de produção capitalista é meio não só para a produção de valor, mas para a produção de mais-valor. “Assim como a própria mercadoria é unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção tem de ser a unidade de processo de trabalho e o processo de formação de valor” (Marx, 2015a, p. 263). O processo de produção é a síntese da unidade entre processo de trabalho e produção de valor. A produção de mercadorias, em face da unidade entre processo de trabalho e processo de valorização, é o que designa o modo capitalista de produzir. Não obstante,

seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tão pouco pode deixar de produzir. Portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e o fluxo contínuo de sua renovação, todo o processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução (Marx, 2015a, p. 641).

O processo capitalista de produção, ao mesmo tempo que produz mercadorias, reproduz a contradição entre força de trabalho e as condições objetivas de processamento desse trabalho. Marx (2015a), ao discutir a reprodução simples, teve como pressuposto que todo mais-valor, na produção de meios de produção, era gasto como renda, ou seja, em mercadorias na produção de meios de consumo. Entretanto, o processo capitalista de produção reproduz e condiciona o trabalho às condições objetivas do capital, maximizando, incondicionalmente, a exploração da força de trabalho em face dos interesses privados dos possuidores dos meios de produção. A sobrevivência e a própria reprodução do trabalhador ficam condicionadas à venda da força de trabalho, mercadoria sem a qual o processo de produção não se põe em movimento, não atinge seu objetivo, a produção de mais-valor. Destarte, o processo de produção na lógica do capital, “considerado em seu conjunto ou como o processo de reprodução, produz não apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado” (Marx, 2015a, p. 653).

E Marx (2015b) acrescenta, não só reproduzir as condições para manutenção do capitalismo, mas reproduzir para acumular. Não só repor as condições objetivas de produção, mas pôr o capital a circular de tal forma que o mais-produto, fonte substantiva de mais-valor, seja reservado para a garantia de reprodução do capital. Trata-se da ampliação da reprodução. O mais-valor produzido, somado ao capital constante e ao capital variável investidos, demonstram o excedente. Esse excedente, se gasto pelo capitalista para o seu consumo pessoal, não o permite acumular. Sobra apenas o que foi investido anteriormente para garantir a manutenção da reprodução de forma simples. Em contrapartida, parte do mais-valor, ou sua totalidade, se investido em um novo processo de produção, é convertido em capital constante adicional, a partir da sua transformação em elementos naturais do capital produtivo que aumentará o mais-produto, portador de mais-valor. Mas o capitalista pode, ainda, pouco a pouco, retirar parte desse mais-valor como dinheiro para usar em circunstâncias adversas, reposição, ou manutenção do capital constante, ou ainda, entesourar, como diz Marx (2015b).

Esse montante é o capital monetário potencial e se encontra em diferentes etapas do processo produtivo, não importando se atenderá à ampliação do capital ou à criação de novos empreendimentos industriais. Uma parte dos capitalistas emprega constantemente uma parte de seu capital monetário potencial em capital produtivo, com a compra de meios de produção, com o dinheiro entesourado, em face da realização do mais-valor. Outra parte se dedica a entesourar seu capital monetário potencial. O entesouramento é a retirada da circulação do mais-valor pelo capitalista, a partir da venda do mais-produto. “O entesouramento não é produção de modo algum, e tampouco, por conseguinte, um incremento da produção” (Marx, 2015b, p. 598). Essa operação ocorre não apenas no que se refere a esse capitalista especificamente, mas em outros numerosos pontos da circulação que envolvem aquela produção em particular, envolvendo outros capitalistas.

Esses numerosos pontos nos quais o dinheiro é retirado da circulação e acumulado em numerosos tesouros individuais, ou em capitais monetários potenciais, parecem ser outros tantos obstáculos à circulação, porquanto imobilizam o dinheiro e o privam por um tempo mais ou menos longo de sua capacidade de circular (Marx, 2015 b, p. 599).

A quantidade de dinheiro disponível é sempre maior do que a quantidade presente na circulação ativa, mesmo havendo acréscimo, ou decréscimo, dessa parcela de acordo com as condições presentes. Esses capitais potenciais no interior do sistema de crédito, em face do sistema de concentração nos bancos, tornam-se capitais disponíveis, “capital que pode ser emprestado [...] e, mais precisamente, deixam de ser capital passivo, [...], e se tornam capital ativo, usurante [o verbo usurar aqui no sentido de crescer” – nota do tradutor]. (Marx, 2015b, p. 599). Aqui, só se considera a circulação na produção dos meios de produção, forma natural do mais-produto, parte do produto total, forma natural de um elemento do capital constante, ou seja, meios de produção que criam mais meios de produção.

O fato de a produção de mercadorias ser a forma geral da produção capitalista implica já o papel que o dinheiro desempenha nesta última, não só como meio de circulação, mas como capital monetário na esfera da circulação [...] [isso] gera certas condições de intercâmbio normal – ou seja, do transcurso normal da reprodução – que são peculiares a esse modo de produção, seja em escala simples, seja em escala ampliada, condições que se convertem em outras tantas condições do transcurso anormal, em possibilidades de crises, já que o próprio equilíbrio, dada a configuração natural-espontânea dessa produção, é algo acidental (Marx, 2015b, p. 601 e 602).

Para obter o mais-valor, os capitalistas não precisam adiantar nada. Nada lhes custa. Os capitalistas apenas adiantam (disponibilizam), o capital constante e o capital variável e, o trabalhador, com seu próprio trabalho, tanto conserva o capital constante como também

Repõe o valor variável de seu capital mediante uma nova parcela correspondente de valor criado em forma-mercadoria [...] por meio de seu mais-trabalho, [e] fornece-lhes ainda um mais-valor, existente sob a forma de mais-produto. Por meio da venda sucessiva desse mais-produto os capitalistas formam um tesouro, capital monetário adicional em potência (Marx, 2015b, p. 603).

Em síntese, as condições de produção são as mesmas condições de sua reprodução. Então, se há produção na forma capitalista, a reprodução também será na forma capitalista. Não há, pois, duas esferas separadas, a da produção e a da reprodução. O capital necessita incondicionalmente se reproduzir para se manter e se ampliar. O processo de reprodução é o processo continuado da produção e ampliado sob a lógica do capital. É o processo de reprodução da riqueza, da distribuição da riqueza entre os diferentes agentes da produção. A

reprodução das contradições sociais e lutas sociais inerentes à lógica do capital. *Reprodução que envolvem sujeitos sociais, classes sociais e lutas sociais.*

Não obstante, esse processo é real. É a arena na qual emergem as relações sociais de produção e reprodução em face da lógica do capitalismo e seu complexo processo de acumulação. É, também, a dimensão da inserção da profissão de Serviço Social, identificado ineditamente por Lamamoto, no início dos anos de 1980, e que fornece análise dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e de seu significado social no processo de produção e reprodução das relações sociais. Inclusive, a própria discussão do trabalho do assistente social na dupla dimensão do trabalho, trabalho concreto e trabalho abstrato.

4. A CONTEMPORANEIDADE DO DEBATE DO TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL

A centralidade posta pelas Diretrizes Curriculares de 1996 na questão social e no trabalho fundamenta a necessidade dessa breve referência quando se trata de revisitar o debate histórico crítico do Serviço Social em relação ao trabalho profissional. As múltiplas manifestações da questão social,⁸⁸ entendidas como o conjunto da expressão de desigualdades e lutas sociais que resultam da contradição capital x trabalho, constitui o objeto do trabalho do profissional de Serviço Social e fundamenta sua própria especialização. Nesse contexto, é oportuno lembrar o marco da redefinição do projeto profissional dos anos de 1980 sobre o significado social da profissão.

É importante salientar que, considerando a década de 1980 como marco temporal, já se passaram mais de 40 anos desse processo que se conformou a partir um amplo engajamento e empenho dessa categoria profissional na construção e consolidação de uma perspectiva de trabalho profissional alinhada a uma direção social e política do trabalho comprometida com as lutas e as necessidades da classe trabalhadora. Ao longo desse período, ampliaram-se as

⁸⁸ Sobre o tratamento da questão social na literatura profissional, ver: Revista *Temporalis*, n 3 (2001).

bases de legitimação desse projeto profissional, que está intimamente associado à perspectiva de uma ordem societária contra hegemônica, assentada em bases progressistas e humanistas. Além disso, trata-se de uma concepção fundamentada em uma matriz explicativa da realidade que privilegia a interlocução entre a realidade social e a profissão, devidamente amparada na teoria marxiana e na tradição marxista.

Contudo, mesmo com os avanços identificados neste lastro de quatro décadas quanto ao engajamento de uma parcela hegemônica da categoria a profissional no fortalecimento e aprimoramento em torno deste projeto de profissão, ainda se identificam lacunas que precisam ser problematizadas a fim de que se possa aprofundar e qualificar o debate sobre as dimensões que cercam o significado social da profissão na sua particularidade, mas que principalmente aprofunde os caminhos para a apreensão do Serviço Social no movimento histórico da sociedade, no âmbito do processo de reprodução das relações sociais.

A respeito das interpretações de caráter histórico-crítico sobre a profissão que se expandiram nessas últimas décadas, conforme já constatado por lamamoto (2008), é possível observar um privilegiamento da dimensão concreta do trabalho, ou seja, os estudos e discussões que se debruçam sobre a própria profissão fazem a sua abordagem sob a ótica das características qualitativas desse trabalho, a partir da sua inserção e movimentação no interior da divisão social e técnica do trabalho. Conforme a autora em questão,

a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu nem foi totalizado nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida produção (lamamoto, 2008, p. 213-214).

Apreender o significado social do trabalho do assistente social sob o seu duplo caráter, enquanto trabalho concreto e trabalho abstrato, suscita um novo campo de mediações que conformam e determinam o trabalho profissional. Essas mediações auxiliam na desmistificação das contradições que permeiam a relação entre o trabalho assalariado e a intencionalidade dos agentes dessa profissão. É a observância da condição de assalariamento que permite a ultrapassagem de leituras ambíguas que concebem somente a dimensão

concreta do trabalho, centralizado no valor de uso dos seus produtos e resultados desse exercício. O assistente social para exercer a sua atividade profissional tem como condição a venda da sua força de trabalho e a partir dessa relação de assalariamento submete, inevitavelmente, o seu trabalho à lógica de valorização do capital. Presume apreender que a intencionalidade profissional, por mais que esteja alinhada aos pressupostos de um determinado projeto ético-político, está sujeita a processos de exploração e alienação inerentes a todas as formas de assalariamento. Ou seja, “a análise do trabalho profissional supõe considerar as tensões entre projeto profissional e alienação do trabalho social no marco da luta da coletividade dos trabalhadores enquanto classe” (Iamamoto, 2008, p. 214).

Decifrar a profissão a partir da categoria trabalho, segundo a perspectiva marxiana, exige apreender o Serviço Social sob dois ângulos: primeiro, o Serviço Social é uma profissão forjada nos processos históricos da sociedade brasileira,⁸⁹ conformando-se enquanto uma especialização do trabalho, que compartilha o mesmo espaço com as demais especialidades que compõem a divisão social e técnica do trabalho; segundo, a profissão também é resultado do modo como os seus agentes materializam o seu trabalho, bem como as formas como pensam e concebem o seu exercício. Sendo assim, os seus agentes, trabalhadoras e trabalhadores do Serviço Social, conseguem imprimir por meio do trabalho e do discurso, limitadamente, ainda que sob condições não por eles determinadas, a marca de suas projeções na conformação da profissão na realidade social.

Destarte, a categoria trabalho é um elemento chave no desvelamento do significado da profissão. Ainda que aparente ser uma irrelevante troca de termos — prática por trabalho —, perceber a atividade profissional dos assistentes sociais enquanto trabalho, como uma especialização do trabalho que comunga com outras especializações. Desse modo, a participação em processos de trabalho subentende compreender a profissão como parte do trabalho coletivo, determinada socialmente pelas condições macrossociais e pelas iniciativas dos

⁸⁹ A profissão de Serviço Social analisada na história, e não como uma história, pressupõe a superação de concepções endógenas que desconsideram a relação determinante e dialética entre o movimento histórico do real e a profissão. Para aprofundar o assunto, ver: Iamamoto e Santos (2021).

sujeitos que a realizam na medida em que materializam no real suas intencionalidades assentadas em determinados valores ético-políticos. Conforme defende Iamamoto, “a análise da ‘prática’ do assistente social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade.” (2004, p. 60).

Conforme Marx (2015a), o trabalho é uma atividade exclusivamente humana que abrange uma relação que se estabelece entre o sujeito que trabalha e a natureza. É por meio dessa relação que a humanidade satisfaz as suas necessidades, sejam estas derivadas do estômago ou do espírito, afirmando-se enquanto ser social. Por meio do trabalho, o trabalhador, ao acionar suas forças físicas e mentais, intervém sobre o seu objeto, promovendo transformações na natureza e, conseqüentemente, mudanças no mundo que o cerca. Mas essa transformação não se restringe à natureza externa, dado que encerra mudanças na sua própria natureza, empreendendo novas formas de perceber a si próprio e a realidade. Como atividade tipicamente humana, o trabalho diferencia os sujeitos dos demais animais por este primeiro dispor da capacidade de projetar, ou seja, de possuir a capacidade teleológica de vislumbrar o resultado do trabalho, satisfazendo as necessidades que desencadearam esse processo, ao mesmo tempo em que engendra novas necessidades.

Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei o tipo e o modo de atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado (Marx, 2015a, p. 255).

Se há capacidade intelectual de projeção e intenção, que direciona o trabalho a um determinado fim, compreende-se a existência de uma dimensão ética que está relacionada a determinados valores que, sob uma relação dialética, também são forjados nesse mesmo processo.

O processo de trabalho implica a existência de uma matéria-prima ou objeto de trabalho, os meios e instrumentos, bem como a própria força de

trabalho.⁹⁰ O trabalho profissional do assistente social com base nesses elementos, que compõem qualquer processo de trabalho, independentemente das suas características qualitativas, tem como o objeto de trabalho as manifestações da questão social. Dessa forma, é fundamental a apropriação por parte desses profissionais de como essas expressões se constituíram e se constituem historicamente na realidade social e na vida cotidiana dos usuários atendidos por meio dos mais diferentes serviços e políticas. Mais do que isto, as expressões da questão social devem ser apropriadas a partir de um viés totalizante, mediadas pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade do capital. “Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.” (Iamamoto, 2004, p. 62).

Ainda conforme a autora em questão, os instrumentos de trabalho desse profissional devem ser compreendidos para além das técnicas (visitas domiciliares, entrevistas, acolhimento, elaboração de documentos e pareceres, entre outros). O conhecimento, ou seja, as bases teórico-metodológicas são meios de trabalho, que possibilitam e qualificam o trabalho. Inclusive, apesar de se tratar de uma profissão regulamentada como liberal, o assistente social não dispõe de todos os meios e instrumentos de trabalho necessários para realizar as suas atividades. O assistente social precisa vender a sua força de trabalho para acessar os meios e recursos disponibilizados pelas entidades empregadoras que serão acionadas por sua força de trabalho. A condição de assalariamento é característica fundamental do trabalho desses profissionais, pois determina seu nível de liberdade de atuação ou, conforme as palavras de Iamamoto (2004), esse profissional dispõe de uma relativa autonomia, pois quem o contrata tem a expectativa por um determinado produto do trabalho e, assim sendo, irá condicionar o modo como serão acionados os meios e os instrumentos disponibilizados. “Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o assistente social na relação de compra e venda da força de trabalho,

⁹⁰ Nos termos de Marx: “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (Marx, 2015a, p. 256).

mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira.” (Iamamoto, 2004, p. 63).

Isto posto, as expressões da questão social enquanto objeto de trabalho, somadas à condição de assalariamento para o exercício do seu trabalho, a realidade social e as condições contratuais estabelecidas entre empregadores e trabalhadores não podem ser consideradas como um cenário de fundo, como meros apêndices dos processos de trabalho. Ao contrário, são elementos condicionantes do trabalho profissional.

O trabalho propriamente dito é realizado por sujeitos partícipes de uma classe social. São sujeitos com história e com memória, atravessados por relações de raça, de gênero, com vivências de exploração e de opressão que, por sua vez, constituem-se em traços estruturantes que sustentam o modo de produção sob a hegemonia do grande capital, reforçando as marcas da subalternidade presentes no Serviço Social desde sua institucionalização. Trata-se de um perfil de trabalhadoras e trabalhadores que historicamente são objetos da superexploração do trabalho, sujeitos aos mais diversos métodos utilizados por quem contrata a sua força de trabalho para extrair ao máximo trabalho excedente. Do mesmo modo, essas características que constituem a categoria profissional são as mesmas que, forjadas nas mais diferentes frentes de resistência às consequências sociais geradas pelo capital, têm historicamente se mostrado comprometida com os interesses e necessidades da classe trabalhadora que também integra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, avançar no debate sobre o Serviço Social e a conformação do trabalho sob a sociabilidade do capital é subsídio fundamental para se pensar o exercício do trabalho desse profissional, considerando a sua inserção na esfera da produção e reprodução do valor e as suas consequências sob o produto desse trabalho, no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais. Isso porque o produto desse trabalho, sob a órbita do capital, não se encerra em seu valor de uso, pois aquele se configura também em uma partícula do trabalho social médio, enquanto resultado do trabalho humano abstrato, “que participa na produção e/ou distribuição da mais-valia

socialmente produzida e na luta pela hegemonia entre forças sociais.” (Iamamoto, 2008, p. 214).

A força de trabalho do assistente social é comprada enquanto mercadoria por instituições e entidades das mais diversas naturezas exatamente, porque, ao intervir junto ao objeto, produz um produto, algo que é requisitado socialmente. Tendo em vista a sua dimensão concreta, esse produto se objetiva na realidade de diferentes formas e características, podendo ser apreendido a partir das suas qualidades. Contraditoriamente, quem o requisita e o remunera não é quem se beneficia diretamente pelo produto desse trabalho, ou seja, a população usuária dos serviços em que esses profissionais atuam. Os beneficiários somente acessam o trabalho do assistente social porque ele exerce uma atividade remunerada, recebendo um equivalente geral pela venda da sua força de trabalho a um empregador, inserido no circuito do valor, independentemente de se tratar de um assistente social improdutivo (um assistente social que trabalha na esfera pública) ou produtivo que de forma direta produz mais-valor (um assistente social que trabalha em uma empresa privada). Nesse sentido, como já explicitado, na sua dimensão abstrata, o trabalho do assistente social representa uma partícula do trabalho social médio realizado pelo conjunto da classe trabalhadora e o seu valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução. Além disso, esse trabalhador promove um efeito no processo de reprodução da força de trabalho exatamente porque o seu trabalho provoca alterações tanto materiais quanto sociais na vida da população.

Assim, o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora. Viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social desta população. Então, não resta dúvida de que o Serviço Social tem um papel no processo de reprodução material e social da força de trabalho, entendendo o processo de reprodução como o movimento da produção na sua continuidade (Iamamoto, 2004, p. 67).

REFERÊNCIAS

ESCURRA, M. F. **Pobreza no capitalismo**: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx. Orientadora: IAMAMOTO, M. V. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2015, mimeo.

HEINRICH, M. **Crítica de la economía política**: una introducción a El Capital de Marx. Madrid: Escolar y Mayo Editores, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª edição. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1988.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo Averso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes Ltda. s/d.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1ª edição revisada. São Paulo: Boitempo. 2015a.

_____. **O capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. 1ª reimpressão. São Paulo: Boitempo. 2015b.

RUBIN, I. I. I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

Vs As. **Revista Temporalis**. ABEPSS, Brasília, ABEPSS/Grafine, ano II, n. 3, jan/jun. 2001.

CAPÍTULO VI

O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEATIVIDADES E SEU PAPEL NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO CAPITAL⁹¹

Ednéia Alves De Oliveira

Doutora em Serviço Social, professora no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: oliveiraedneia21@yahoo.com.br

Robson Adriano Mendes Ribeiro

Mestre em Serviço Social no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: robsonamribeiro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho é uma relação social fundamental para existência da sociedade, estudar suas características pode fornecer instrumentos importantes para análise da realidade. Ele desempenha na sociedade capitalista um papel único na mediação das relações sociais. Não se trata somente de relações de trabalho, mas de uma relação mais profunda, intrínseca ao sistema. Ainda que com o desenvolvimento da sociedade capitalista o trabalho tenha se diversificado, continua central para o capital, gerando um movimento contraditório intrínseco que oprime a classe trabalhadora, lançando um grande percentual desta ao pauperismo.

Com o advento das inovações tecnológicas, em diversas áreas do setor produtivo, a substituição total ou parcial do trabalho manual por máquinas ou *softwares* tem diminuído nesses setores a necessidade de compra de força de

⁹¹ Este artigo é o resultado da dissertação de mestrado intitulada “O trabalho nas Centrais de Teleatividades e sua relação com a produção do valor no século XXI”, defendida por Robson Adriano Mendes Ribeiro, sob a orientação da Professora Doutora Ednéia Alves de Oliveira.

trabalho para produção de riqueza material. Produz-se mais com menos esforços, o que deveria significar a redução da jornada de trabalho, mas não é o que acontece. Em vez do avanço tecnológico oferecer melhores condições de trabalho, tem causado efeito oposto para uma grande parte dos trabalhadores. Enquanto algumas pessoas perdem seus empregos, outras são lançadas a condições de trabalho cada vez mais precárias, com o prolongamento e a intensificação da jornada de trabalho, o desenvolvimento de atividades mecanizadas e repetitivas em ambientes estressantes, o recebimento de salários insuficientes para manutenção de suas famílias etc., o que resulta, com frequência, em adoecimento físico e mental dos trabalhadores.

As Centrais de Teleatividades (CTAs) representam um espaço privilegiado no debate contemporâneo dessas relações de trabalho, desenvolvendo diversos tipos de serviços e fazendo uso constante de inovações tecnológicas. Elas desenvolvem um tipo de trabalho cuja expansão se dá na sociedade contemporânea, ainda que possua raízes nas primeiras décadas do século XX.

Algumas empresas desse segmento estão entre as maiores empregadoras do país, chegando a ocupar no ano de 2019 o primeiro lugar em número de trabalhadores (Alvarenga, 2019). Nesse mesmo ano, as CTAs brasileiras tiveram um faturamento de R\$ 54,1 bilhões e contavam com um total de 1,25 milhão de trabalhadores (Verotti, 2020).

Esse ramo de atividade expressa a intensificação da divisão sociotécnica do trabalho no capitalismo da era financeira, informacional e digital, refletida, muitas vezes, por meio de um processo de terceirização. De acordo com Oliveira (2009), as CTAs realizam uma série de serviços que antes eram executados no interior de diferentes empresas. Uma única unidade de trabalho tem o potencial de atender as necessidades de um conjunto de empresas do mesmo ramo, concretizando a racionalização do trabalho. Nesse sentido, Antunes (2018) revela que a introdução do trabalho *online*, com o seu instrumental tecnológico-informacional-digital, vem ganhando espaço nos diversos setores da economia e contribuindo para as crescentes intersecções entre eles.

2. SURGIMENTO E EXPANSÃO DAS CTAS NO BRASIL: TEMPOS DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E NEOLIBERALISMO

Segundo Braga (2014), 96 % das CTAs brasileiras foram criadas a partir da última década do século XX, sendo que 76 % dessas empresas surgiram a partir de 1998, impulsionadas pela privatização do sistema Telebrás naquele ano e pelo fortalecimento do neoliberalismo no país, uma das expressões da ofensiva do capital.

De acordo com o Dieese (2009), a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472), em julho de 1997, foi um importante passo rumo à privatização do sistema Telebrás, por meio dela, o Estado deixou de ser um provedor direto dos serviços de telecomunicações para atuar fundamentalmente no papel de regulador do sistema, uma ação mais normativa que ficou sob a responsabilidade Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, criada nesse contexto.

O processo de privatização exigiu que o Estado reestruturasse todo setor de telecomunicações e que investisse massivamente em melhorias generalizadas na sua infraestrutura. Estima-se que, entre 1996 e 1998, os investimentos no setor de telecomunicações tenham sido na ordem de R\$ 21,0 bilhões. Além disso, o Estado adotou Planos de Demissões Voluntárias para estimular a saída dos trabalhadores que recebiam salários significativamente superiores à média do trabalhador brasileiro, com vínculos empregatícios relativamente estáveis, promoções por tempo de serviço e carreiras prolongadas, abrindo caminho para contratação de outros trabalhadores pela iniciativa privada, com menores salários e piores condições de trabalho (Dieese, 2009).

O processo de privatização e reestruturação do setor de telecomunicações, segundo o Dieese (2009), pulverizou as negociações coletivas; tornou as relações de trabalho mais instáveis e vulneráveis; declinou os salários reais; intensificou o ritmo do trabalho; ampliou a rotatividade; vinculou as regras de progressão funcional e a remuneração ao desempenho individual e ao comportamento da produtividade etc. Assim, a expansão das CTAs no Brasil caminhou lado a lado com um rigoroso processo de intensificação da exploração

do trabalho, que, por conseguinte, acentuou a precarização das condições de trabalho, diminuindo a qualidade de vida de todos os trabalhadores envolvidos.

Antunes e Braga (2009) defendem que o governo Fernando Henrique Cardoso utilizou o ciclo de privatizações para criar um ciclo de negócios no país visando potencializar a acumulação do capital, ainda que causasse prejuízo aos interesses públicos. Nesse sentido, destaca-se que a venda do sistema Telebrás foi financiada, em grande medida, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, em parte, por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criando um dos grandes paradoxos desse processo, haja vista o nível de precarização do trabalho que se seguiu com a privatização das telecomunicações no Brasil.

Venco (2009) destaca que a criação das operadoras de telefonia, com a privatização das telecomunicações, foi acompanhada pela popularização e consequente expansão do acesso às linhas telefônicas em todo país, reduzindo, sensivelmente, o preço para aquisição e ampliando a rede de atendimento. O aumento no número de linhas fez crescer a demanda por atendimento, com isso, muitas companhias optaram por desmembrar seus serviços em outras empresas no interior da cadeia produtiva, em que se encontra o teleatendimento.

Além do processo de privatização, outro fator que contribuiu para o fenômeno de expansão das CTAs foi a implementação do Código de Defesa do Consumidor no ano de 1990, pois possibilitou que os consumidores entrassem em contato com as empresas e exigiu delas a criação de um setor para atender essas chamadas, sendo denominado de SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor. Segundo Nogueira (2009), com a consolidação do Código de Defesa do Consumidor, as empresas foram obrigadas a disponibilizar nas embalagens dos produtos diversos tipos de serviços de atendimento, demandando a criação de um grande número de postos de trabalho nas CTAs. Nesse contexto de privatizações e popularização das linhas de telefone, algumas empresas abriram suas próprias CTAs e muitas delas privatizaram parte de seus serviços.

De acordo com Ricci (2010), um levantamento realizado pela Revista Exame em 1995 apontou que a Telesp – empresa do ramo das telecomunicações privatizada em 1998 – era a quarta maior empregadora do país. Já no levantamento realizado em 2005, pela mesma revista, duas CTAs

privadas ocuparam, respectivamente, o quarto e quinto lugar no número de trabalhadores.

Em 2019, um levantamento realizado pelo Ministério da Economia expôs que uma CTA multinacional, com filial no Brasil, chegou a ocupar o primeiro lugar no *ranking* referente às maiores empregadoras do país, totalizando 73.822 trabalhadores formais. Naquele ano, dentre as 50 maiores empregadoras do país, 8 delas tinham o teleatendimento como atividade principal (Alvarenga, 2019).

O levantamento realizado pela consultoria *E-Consulting* revelou que, no ano de 2019, o setor de *Contact Center*⁹² obteve um faturamento de R\$ 54,1 bilhões, apresentando um crescimento de 5,6 % em relação ao ano anterior. A projeção para o ano de 2020 era de crescimento de 4,5 %, com receita de R\$ 56,6 bilhões, no entanto, com os danos decorrentes da pandemia de Covid-19, essa projeção passou a ser negativa, isto é, uma queda de 22 % ou R\$ 42,2 bilhões. O levantamento também apontou uma tendência de queda no número de trabalhadores: no ano de 2018, o setor contava 1,35 milhão de trabalhadores; no ano de 2019, caiu para 1,25 milhão; a projeção para o ano de 2020 era de 988 mil e para o ano de 2023 era de 650 mil. Essa tendência é justificada pela crescente implementação de plataformas transnacionais, inteligência artificial, robôs e autosserviços (Verotti, 2020).

Apesar de produzir um efeito devastador sobre a vida social, sobre a economia e, principalmente, sobre o conjunto da classe trabalhadora, segundo Firmiano (2020), o impacto da pandemia de Covid-19 demonstra ser um dos aspectos de uma crise mais ampla, desatada na década de 1970, de caráter civilizatório⁹³ ou estrutural⁹⁴, principalmente em países de economia periférica, como o Brasil, que apesar de não ter vivenciado um Estado de Bem-Estar Social, conforme alguns países da Europa, conquistou diversos direitos, principalmente após o final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Como exemplo recente de um dos sérios ataques aos direitos dos trabalhadores, que demonstra um processo de intensificação da exploração do

⁹² Outro termo utilizado para as CTAs.

⁹³ Chesnais (*apud* Firmiano, 2020).

⁹⁴ Mézàros (*apud* Firmiano, 2020).

trabalho e ocorrido antes da pandemia de Covid-19, foi a reforma trabalhista, implementada pela Lei nº 13.467 de julho de 2017, que alterou mais de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. De acordo com Matos *et al* (2019), dentre os principais retrocessos implementados por essa reforma, observa-se a aprovação do trabalho intermitente, a prevalência do negociado sobre o legislado, a dificuldade de acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho e a facilitação do trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres. Essas alterações proporcionam um impacto direto na vida dos trabalhadores que presenciam o paradoxo do aumento do desemprego com a intensificação do trabalho, sem qualquer seguro e direitos trabalhistas. Para enfraquecer os sindicatos, foi determinado o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, estimulando a despolitização da classe trabalhadora ao fazer com que o trabalhador não se sinta representado pelos sindicatos.

Concluída as observações, o avanço tecnocientífico, que contribuiu para a expansão das CTAs, há anos tem sido um dos principais responsáveis pela eliminação de milhares de postos de trabalho. Segundo Oliveira (2009), a racionalização dos serviços, derivada da implantação de novas tecnologias, não atinge somente os teleoperadores, sendo responsável por eliminar postos de trabalho (especialmente os presenciais) em diversos setores da economia. Ao concentrar uma série de serviços anteriormente executados no interior das empresas e atender à totalidade de suas necessidades em uma única unidade de trabalho, as CTAs concretizam a racionalização do trabalho.

3. O TRABALHO NAS CTAS

No Brasil, ainda que o modelo de produção toyotista tenha alcançado a hegemonia no sistema produtivo, não é possível afirmar que houve uma completa aniquilação das técnicas de gestão fordista. As CTAs exemplificam muito bem essa afirmação, pois ao mesmo tempo em que se consolida um rígido processo de padronização, determinados por roteiros e pelo controle do tempo, há a exigência de que os trabalhadores sejam proativos, para lidarem com as frequentes mudanças no setor e com as inúmeras demandas dos clientes. Além disso, os teleoperadores também sofrem com doenças e síndromes típicas do modelo fordista, como as “Lesões por Esforços Repetitivos” (LER) ou “Distúrbios

Osteomusculares Relacionados ao Trabalho” (DORT), demonstrando que há uma profunda mecanização em uma profissão cujo crescimento e importância vieram ocorrer no cerne do capitalismo contemporâneo.

Nas CTAs, o trabalho do teleoperador é basicamente regulado pela pressão do fluxo informacional, subordinado a um rígido script e arruinado pela rotinização da comunicação, tendo por objetivo aumentar a eficácia comercial com diminuição do tempo de conexão, visando multiplicar as ligações por hora trabalhada. Em última instância, corresponde a um tipo de trabalho no qual o teleoperador tende a ser transformado em uma espécie de autômato inquieto (Braga, 2009).

Antunes e Braga (2009) defendem que o trabalho nas CTAs é fortemente condicionado pelas características do processo de reprodução contraditória das relações sociais capitalistas no Brasil. Trata-se de um setor que,

Articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, o modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo em que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho (Antunes; Braga, 2009, p. 10).

Diversos pesquisadores contemporâneos se dedicaram a compreender aspectos variados do trabalho dos teleoperadores nas CTAs⁹⁵. Tais estudos revelam que o perfil da força de trabalho dos teleoperadores é composto, em sua maioria, por mulheres jovens, oriundas de famílias com baixa renda e ensino médio completo. De acordo com Venco (2009), sob a ótica patronal, a preferência na compra da força de trabalho de mulheres está relacionada às ditas qualidades socialmente erigidas, como a capacidade de ouvir, a paciência, a delicadeza no trato com os clientes e, por fim, a conclusão de que tanto os homens quanto as mulheres preferem conversar ao telefone com uma mulher. Essa justificativa se configura enquanto uma forma evidente de desvalorização do trabalho concreto das mulheres, pois tende a reduzir suas qualificações profissionais a atributos tácitos. A mobilização dos atributos tácitos em conjunto

⁹⁵ Cf. Batista (2021), Peixoto (2019), Norat (2018), Dutra (2017), Santos (2017), Martinelli (2015), Venco (2009), Nogueira (2009), Oliveira (2009) e Braga (2009).

à padronização e controle dos comportamentos garantem ao capital maiores índices de lucratividade.

Nogueira (2009) chama a atenção para o fato de que trabalhos precários e atividades repetitivas, estressantes e monótonas são constantemente atribuídos às mulheres. Além disso, afirma existir a conotação de que o trabalho e o salário das mulheres são complementares às necessidades de subsistência da família, uma premissa que não é verdadeira. Cabe destacar que a exploração do trabalho feminino não é exclusiva do capitalismo contemporâneo, pelo contrário, conforme apontou Marx (1996b), o advento da maquinaria e da grande indústria propiciou a intensificação da exploração da força de trabalho feminina, que contribuiu para reduzir o valor da força de trabalho em geral.

O valor da força de trabalho era determinado pelo tempo de trabalho não só necessário para a manutenção do trabalhador individual adulto, mas para a manutenção da família do trabalhador. A maquinaria, ao lançar todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte o valor da força de trabalho do homem por toda sua família. Ela desvaloriza, portanto, sua força de trabalho (Marx, 1996b, p. 28).

Na sociedade capitalista é atribuído erroneamente à mulher um papel secundário no sustento dos lares, justificando, sob a perspectiva patronal, os baixos salários. O salário feminino é imprescindível para o equilíbrio do orçamento de muitas famílias, sendo muitas vezes a principal renda, conforme apontou o levantamento realizado pelo Grupo Globo, apresentado por Vaz e Batístela (2022) no ano de 2022, no qual 48,7 % das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres.

Ainda que mulheres jovens de baixa renda seja o perfil predominante nas CTAs, a compra da força de trabalho não se restringe a elas. A organização do trabalho nesse tipo de empresa possibilita, de acordo com Venco (2009), a absorção de pessoas frequentemente expulsas ou rejeitadas de postos de trabalho que exigem o contato vis-à-vis, empregando-as em um espaço em que permanecem invisíveis a uma sociedade de consumo que privilegia determinados padrões estéticos.

Como o objetivo principal do capitalista é a extração de valor excedente por meio da exploração da força de trabalho e quanto maior a quantidade de mais-valor consegue extrair, maiores serão seus lucros, ele procura, nos diversos segmentos da classe trabalhadora, aqueles que irão proporcionar maior

lucratividade, o que a princípio independe de sexo, etnia, faixa etária, orientação sexual, escolaridade etc. Assim, a lógica capitalista nos permite inferir que se determinado segmento da classe trabalhadora possui dificuldade em vender sua força de trabalho em áreas com melhores remunerações, benefícios, condições de trabalho etc., estará mais propenso a vendê-la pelos salários mais baixos e a se submeter às condições mais precárias de trabalho. Se a dificuldade de determinado segmento em vender sua força de trabalho está relacionada ao contato vis-à-vis, como nas CTAs, os capitalistas se aproveitarão desse tipo de preconceito ou discriminação para obter maiores índices de valorização.

No que diz respeito à jornada diária de trabalho dos teleoperadores, o anexo II da NR 17 estabelece um limite de seis horas, em efetiva atividade, (estando incluídos dois períodos de dez minutos contínuos referentes às pausas), mais um intervalo de 20 minutos para repouso e alimentação, totalizando uma jornada de trabalho de 6 horas e 20 minutos. Além disso, assegura saídas dos postos de trabalho, a qualquer momento, mediante comunicação, para que os teleoperadores atendam suas necessidades fisiológicas (Brasil, 2021).

Em uma sociedade em que a maioria das empresas, principalmente aquelas cujos trabalhadores possuem baixo nível de escolaridade, exige que os trabalhadores cumpram jornadas superiores às 8h diárias e 44h semanais, a jornada de trabalho de 6 horas e 20 minutos pode parecer vantajosa para os trabalhadores, no entanto, essa jornada de trabalho “reduzida” é acompanhada de um alto nível de desgaste físico e mental, que pode prejudicar a vida do trabalhador dentro e fora do trabalho.

No setor de teleatendimento, existem empresas que possuem suas próprias CTAs e empresas que terceirizam esse tipo de atividade. Segundo Dutra (2017), as empresas que prestam serviços de teleatendimento terceirizados estabelecem uma relação contratual com um grau de precarização maior do que aquelas que realizam a contratação direta dos teleoperadores. Os trabalhadores são instruídos a chamarem de “clientes” as empresas que terceirizam seus serviços para a CTA, uma terminologia que busca distanciar os teleoperadores de seus verdadeiros empregadores, distanciando também, a responsabilidade dessas empresas com eles.

Uma das consequências dessa precarização é o alto índice de rotatividade, que impõe a reposição constante de força de trabalho, uma mercadoria imprescindível para o funcionamento das CTAs. A manutenção de um elevado número de trabalhadores desempregados pelo sistema capitalista e a exigência de pouca qualificação possibilitam que as CTAs tenham sempre uma fila de trabalhadores à sua disposição. Teleoperadores esgotados, física e mentalmente, que não produzem mais tanto quanto lhe são exigidos, podem ser facilmente substituídos, a depender somente do interesse do empregador.

Nesse cenário, os empregadores exigem que a força de trabalho seja capaz de se adaptar rapidamente a dinâmica acelerada das CTAs, sendo polivalente e possuindo, conforme expresso por Batista (2021), as aptidões definidas como “*soft skills*”, que se referem às competências socioemocionais expressas na capacidade de articulação do discurso, criatividade na resolução de problemas e senso de empatia.

Quanto aos atendimentos por telefone, Ziliotto e Oliveira (2014) destacam três tipos principais: ativo, receptivo e híbrido. No atendimento ativo, o teleoperador entra em contato com os clientes oferecendo produtos e serviços, realizando cobranças, pesquisas diversas etc. No atendimento receptivo, os teleoperadores recebem as ligações dos clientes e trabalham fornecendo informações, orientações, suporte técnico, prestando serviços, como nos SAC etc. Nessa modalidade, de acordo com Venco (2006), o setor de retenção recebe destaque, possuindo a atribuição de reverter pedidos de cancelamentos de produtos e serviços. No atendimento híbrido, os teleoperadores trabalham em ambas as situações (ativo e receptivo).

O tempo no setor de teleatendimento possui uma posição central e, por isso, sua gestão é rigorosa, tanto pelos capitalistas quanto pelos trabalhadores. Para se apropriar da maior quantidade de valor excedente possível, os capitalistas das CTAs fazem um rígido controle do tempo, nos moldes do sistema de gestão de trabalho taylorista. O “desperdício” de tempo de trabalho gera prejuízo para empresa e sanções para os trabalhadores, assim, nesses espaços, cada minuto é contabilizado. Peixoto (2019) expôs que nas CTAs, além do monitoramento constante das chamadas, há um controle intenso sobre a escala de trabalho, com marcações no sistema de ponto eletrônico que podem ser monitoradas em tempo real pelo supervisor na tela do seu computador.

Por outro lado, como as pausas concedidas são consideradas muito curtas, os trabalhadores procuram gerir muito bem o seu tempo, caso contrário, além de não conseguirem fazer o que planejaram, colocam-se em risco de receber advertência do empregador, cuja recorrência pode gerar demissão. No entanto, ainda que os teleoperadores busquem controlar seu tempo da melhor forma possível, fatores externos podem dificultar essa gestão. A pausa de 20 minutos, por exemplo, torna-se ainda mais curta na medida em que os teleoperadores gastam tempo para chegar até o local em que vão fazer seus lanches, para comprá-los e/ou prepará-los. Por outro lado, o curto espaço de tempo induz os trabalhadores a se alimentarem rápido, com alimentos pouco nutritivos e prejudiciais à saúde.

As pausas para necessidades fisiológicas, por não ter um limite fixado em lei, são tratadas com atenção ainda maior pelos capitalistas das CTAs, que por meio dos supervisores exercem uma significativa pressão nos teleoperadores, para que estes evitem utilizá-las ou que as utilizem no mais curto espaço de tempo possível. Muitas vezes, conforme revelou o estudo de Peixoto (2019), o controle rígido das pausas torna mais nítidas as práticas de assédio moral nas CTAs. Esse tipo de violência compõe uma das formas de gestão do capital, contribuindo no controle dos trabalhadores e na extração de valor excedente.

No que diz respeito à remuneração dos teleoperadores brasileiros, de acordo com Braga (2014), a média salarial desses trabalhadores está entre as mais baixas do mundo e essa baixa remuneração é acompanhada de sindicatos relativamente fragilizados. Em geral, o salário dos teleoperadores é composto por um valor fixo, garantido pela legislação trabalhista e por uma renda variável, que às vezes depende do cumprimento de metas individuais pelo trabalhador e outras pela equipe. Como a extração de valor excedente depende da produção, as CTAs, visando motivar os trabalhadores e obter lucros mais elevados, estabelecem premiações (dinheiro, brindes, objetos que simbolizam o reconhecimento pelo trabalho executado etc.) para aqueles que cumprem as metas impostas.

O tipo das metas impostas aos teleoperadores sofrem variações e alterações constantes, de acordo com os interesses das empresas. Na CTA estudada por Martinelli (2015), o pagamento da quantia variável depende do

cumprimento de uma série de metas, que se distinguem parcialmente entre os teleoperadores ativos e receptivos. O pagamento da remuneração variável aos teleoperadores receptivos depende do cumprimento da meta denominada de “aderência”. Para o empregador, a “aderência” representa a “fidelidade e o comprometimento” do trabalhador com a empresa, como se estivesse imerso à sua lógica, “aderido” à sua dinâmica de funcionamento.

Existe uma significativa dificuldade dos teleoperadores em cumprir essa meta, pois além de ser composta por quatro metas (absenteísmo, “login” e “logout”, tempo de atendimento e qualidade de atendimento), cada uma delas se desdobram em vários outros critérios, avaliados isoladamente. Ademais, os teleoperadores convivem com problemas técnicos que dificultam o atendimento dos critérios (Martinelli, 2015).

O rígido controle do trabalho e do tempo, bem como a imposição de metas difíceis de atingir, é intrínseco à lógica da acumulação capitalista. Como o objetivo da produção é gerar um quantitativo crescente de valor excedente, é possível inferir que alcançar a meta sempre exigirá um grande esforço por parte do trabalhador, caso contrário, este não seria levado ao limite de seu potencial produtivo. Por isso, percebe-se que o próprio estabelecimento da meta leva em consideração o potencial máximo do trabalhador, sendo difícil de atingir senão à custa de grande esforço e a premiação dificilmente resultará em prejuízo para o capitalista.

É possível notar que as metas impostas no setor de teleatendimento são utilizadas enquanto o principal instrumento de intensificação da exploração do trabalho. Assim, a remuneração variável e os brindes, apesar de atuarem, de certa forma, enquanto um meio de motivação para os teleoperadores, não são os únicos motivos pelo qual eles buscam cumprir as metas. Conforme expôs Peixoto (2019), o descumprimento recorrente das metas pode acarretar diversos tipos de sanções para os teleoperadores, culminando até mesmo em demissão. Tal situação gera o medo em perder o emprego, fazendo com que esses trabalhadores se esforcem ao máximo para cumprir as rígidas metas, colocando até mesmo sua saúde em risco.

Outro ponto importante sobre o trabalho dos teleoperadores diz respeito à execução das atividades em *home office*, impulsionada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS)

em 11 de março de 2020. De acordo com Batista (2021), o termo *home office* (escritório em casa) se refere a um espaço em casa reservado para trabalho e está associado à modalidade laboral conhecida no Brasil como teletrabalho ou trabalho remoto. O trabalho remoto apresenta diversos benefícios para os capitalistas, dentre os quais destacamos a diminuição dos custos com os meios de produção (espaço para realização do trabalho, manutenção da estrutura e dos equipamentos, impostos diversos, eletricidade, higienização, internet etc.), sendo transferidos, em parte, para os trabalhadores. Ele coloca em risco as conquistas históricas da classe trabalhadora, como o aumento da jornada de trabalho, que pode se tornar mais flexível, sem o registro de horas extras e os acidentes de trabalho, que podem ter sua comprovação dificultada.

Como o avanço tecnológico permite monitorar os trabalhadores à distância e, junto às metas, assegurar uma rotina intensa de trabalho, os capitalistas conseguem manter altos índices de produtividade mesmo com o trabalho remoto. Quanto ao trabalhador, ao executar seu trabalho de forma remota, sem que haja uma contribuição financeira do capitalista proporcional aos seus custos, estará em desvantagem, pois terá que utilizar parte do seu salário na compra dos meios de produção.

3.3. A valorização do capital nas CTAs

O estudo do trabalho nas CTAs demonstrou que elas exercem um importante papel na economia capitalista contemporânea, concentrando um grande número de trabalhadores e movimentando um imenso volume de capital. Mas qual o papel que esses trabalhadores exercem no processo de valorização do capital?

Para elucidar essa questão é necessário retomar alguns aspectos centrais do funcionamento da sociedade em que vivemos, tais características foram desvendadas pelo pensamento marxiano⁹⁶, por meio do qual se descobriu que o modo de produção capitalista está baseado na exploração de uma classe sobre a outra. Ao tomar para si os meios de produção fundamentais para

⁹⁶ Cf. Marx, K. (2004), Marx, K. (1996a), Marx, K. (1996b), Marx, K. (2017), Marx, K. (1985) e Marx, K. (1980).

existência da humanidade, a burguesia força o trabalhador a vender, por uma determinada quantidade de tempo, a única mercadoria que possui: sua própria capacidade viva de trabalho. Trata-se de uma relação contratual pautada na violência, haja vista que, por um lado, se o trabalhador não vender sua força de trabalho, não adquirirá os meios de subsistência fundamentais para sua sobrevivência, encontrando-se em uma situação sem alternativas. Por outro, o próprio fruto de seu trabalho (enquanto classe) fortalece a lógica de exploração a qual foi lançado. Os meios de produção que oprimem o trabalhador são produtos de seu próprio trabalho, expropriado pelos capitalistas. A burguesia nada produz e quanto mais o capitalista se apropria dos valores produzidos pela classe trabalhadora, maior é o número de trabalhadores que pode coagir.

A inexistência de alternativas para os trabalhadores, ainda que sejam os responsáveis por produzir os próprios meios de produção, deixa evidente que a relação contratual que se dá pela compra e venda da força de trabalho é uma forma de violência. Essa reflexão é importante para compreendermos que ainda que o trabalho nas CTAs não fosse desenvolvido em condições precárias, com baixos salários, metas abusivas, excessivo controle do tempo, assédio moral etc., ainda estaria pautado em uma relação de exploração.

A única maneira de gerar valor é por meio da força de trabalho vivo — ainda que uma máquina, isto é, trabalho morto, fabrique produtos de forma totalmente autônoma, não criará valor, apenas transferirá para os novos produtos o valor absorvido por ela em trabalho pretérito. No entanto, nem toda força de trabalho em ação gera valor, para que isso ocorra, ou seja, para que o trabalho possa ser considerado produtivo (sob a ótica capitalista), tem que participar diretamente do processo de produção de mais-valor. Nesse sentido, uma parte dos trabalhadores que compõem o Setor de Serviços, como aquela que atua com a comercialização de produtos, apesar de fazer uso massivo de trabalho vivo é considerada improdutiva, pois a venda de mercadorias não gera mais-valor, ainda que sejam vendidas acima de seu valor. O lucro auferido pelo comerciante com a venda de mercadorias corresponde a uma parte do mais-valor expropriado pelos capitalistas no setor produtivo, portanto, o capital comercial e o capital produtivo disputam a mesma massa de mais-valor. Conforme explicou Marx (2017), a comercialização de mercadorias, apesar de

vital para o capital, não altera a natureza ou a grandeza do mais-valor, somente o redistribui.

Na medida em que o capitalismo se desenvolve, a divisão sociotécnica do trabalho se torna mais intensa e complexa. Se antes o processo produtivo que dá origem às mercadorias possuía início e fim, quase que exclusivamente, em um único local, no capitalismo da era digital e informacional, inúmeros tipos de mercadorias possuem seus componentes fabricados em locais distintos, cuja distância pode ultrapassar até mesmo as fronteiras dos países. Muitos trabalhadores espalhados pelo mundo podem participar da fabricação de uma mesma mercadoria estando conectados unicamente pelo trabalho.

Na sociedade atual, o processo produtivo se tornou complexo, constituindo-se da interconexão de diversos processos produtivos, que em conjunto formam as mercadorias. Essa característica do trabalho no modo de produção capitalista não é exclusiva da fase atual do capitalismo, mas se tornou mais complexa, principalmente em decorrência do avanço tecnológico, em especial das TICs, que possibilitaram a comunicação e o envio de informações em tempo real para diversas partes do planeta.

A terceirização do trabalho expõe nitidamente essa complexificação do processo produtivo no interior das empresas capitalistas contemporâneas. Quando uma empresa transfere parte de seus serviços para uma CTA, está fracionando seu processo produtivo, dando origem ao que, à primeira vista, pode parecer um processo produtivo completamente novo. No entanto, uma análise mais aprofundada do trabalho terceirizado pode revelar que, apesar de estar sendo executado em uma CTA, está diretamente vinculado ao processo produtivo da empresa que terceirizou o serviço, tanto é que, em geral, essas empresas monitoram diretamente tais serviços.

A fragmentação do processo produtivo é uma estratégia da burguesia para aumentar seus lucros com a diminuição dos custos na compra da força de trabalho, atacar direitos trabalhistas e desmobilizar a classe trabalhadora, haja vista que, como assume o papel de “cliente” ou “contratante”, se na empresa terceirizada possuir muitos trabalhadores combativos e/ou um sindicato “forte”, basta encerrar o contrato e procurar outra, em que as relações de trabalho sejam mais precárias e fragilizadas. Enquanto “cliente” ou “contratante”, conforme sinalizou Dutra (2017), tal empresa busca se eximir de responsabilidade com os

trabalhadores, defendendo que sua relação contratual é somente com a empresa terceirizada.

A absorção constante de inovações tecnológicas possibilita que o desenvolvimento do trabalho nas CTAs seja realizado de forma mecanizada, exigindo uma força de trabalho pouco qualificada para execução das atividades. A possibilidade de utilização de força de trabalho menos qualificada permite que as CTAs possuam a sua disposição um imenso exército de trabalhadores espalhados pelo país, garantindo maior mobilidade dessas empresas, que podem escolher com maior facilidade os lugares mais favoráveis para a potencialização da extração de valor excedente.

O teleoperador é um trabalhador assim como qualquer outro, depende da venda de sua força de trabalho para adquirir os meios de subsistência e quando produz valor, parte dele é expropriado pelos capitalistas. A variada gama de serviços desenvolvidos nas CTAs, em grande parte em decorrência do intenso processo de terceirização, dá origem a diversos setores, interconectados ou independentes, que atribuem características particulares ao trabalho dos teleoperadores, no que se relaciona ao processo de valorização do capital.

Cada setor é responsável por um tipo de trabalho, alguns desenvolvem atividades diversas, como o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), e outros atividades menos variadas, como o setor de retenção, de televendas etc. O avanço das TICs propicia a execução do trabalho de forma mecanizada e repetitiva, facilitando a mobilidade dos teleoperadores no interior das CTAs, que podem ser transferidos de uma função para outra sem grandes investimentos da empresa, principalmente no que diz respeito ao treinamento.

Os teleoperadores que trabalham no SAC atendem a variados tipos de demandas apresentadas pelos clientes que entram em contato com as CTAs. Algumas dessas demandas são atendidas por eles (esclarecimento de dúvidas, registro de reclamações, solicitação de troca de plano, troca de titularidade, suporte técnico de menor complexidade etc.) e outras geralmente necessitam ser transferidas/encaminhadas para os setores responsáveis (solicitação de cancelamento — setor de retenção; refinanciamento/pagamento de dívida — setor de recuperação de crédito; problemas técnicos — setor responsável pelo suporte técnico etc.). Geralmente esses trabalhadores se encontram na linha de frente do atendimento receptivo das CTAs, tendo como principal objetivo realizar

a maior quantidade de atendimentos possíveis, no menor intervalo de tempo. Além disso, exige-se, principalmente por parte da empresa contratante, qualidade nos atendimentos para garantir a fidelização dos clientes e preservar a imagem do produto e da empresa responsável.

As vendas nas CTAs são realizadas por meio do atendimento ativo e do receptivo. No atendimento ativo, os teleoperadores realizam contato com os clientes, e, no receptivo, recebem ligações encaminhadas pelo atendimento eletrônico e por teleoperadores de outros setores.

A venda das mercadorias (materiais ou imateriais) é imprescindível para o capitalismo, se uma mercadoria não é vendida, o capital inicialmente investido não encerra seu ciclo, causando sua destruição. Esse processo é tão importante para o capitalismo que podemos afirmar que sem ele o próprio sistema capitalista não existiria. Quanto maior a quantidade de mercadorias vendidas em um determinado espaço de tempo, maior será a quantidade de mercadorias produzidas e, por conseguinte, maior será a quantidade de mais-valor disponível para os capitalistas expropriarem. Portanto, o trabalho dos teleoperadores do setor de vendas é essencial para o processo produtivo, possuindo a capacidade de acelerar o tempo de rotação do capital, conforme apresentado por Marx (1985).

O setor de retenção é responsável por evitar que os clientes efetuem o cancelamento dos serviços/produtos, que, por sua vez, são mercadorias imateriais que devem ser adquiridas (renovadas) com determinada frequência. Ao convencer um cliente a manter sua linha telefônica, os teleoperadores evitam que ele coloque fim ao processo de compra contínua daquele serviço. De certo modo, nas CTAs, o setor de retenção é tão importante quanto o de vendas, sendo um espaço de intenso controle.

O pensamento marxiano deixou claro que toda mercadoria (material ou imaterial) possui valor de uso, mas nem tudo aquilo que possui valor de uso é mercadoria. O que dá forma a uma mercadoria é possuir a qualidade de ser trocada, isto é, valor de troca. Uma mercadoria que perde seu valor de troca deixa de ser mercadoria e de nada serve para o capitalista.

Os capitalistas pouco se importam com a forma material ou imaterial das mercadorias, pois seu único objetivo com o processo produtivo é a extração de mais-valor, um valor superior ao investido com a compra da força de trabalho e

dos meios de produção. Para que haja a extração de mais-valor é imprescindível que as mercadorias concluam seu ciclo, isto é, que sejam trocadas. Quanto mais rápido uma mercadoria é trocada, mais rápido o capitalista pode iniciar um novo ciclo de produção e extrair, conseqüentemente, uma maior quantidade de mais-valor.

Esse é um dos fatores que impulsiona a diminuição na compra da força de trabalho e o crescimento na utilização de capital constante no interior das CTAs. Para o capitalista individual, pouco importa se a expulsão da força de trabalho do sistema produtivo vai diminuir a produção de valor global, o que interessa são os superlucros que pode obter com a implantação de inovações tecnológicas. Conforme revelou o pensamento marxiano, o lucro nada mais é do que uma forma assumida pelo mais-valor, composta por fenômenos artificiais que obscurecem a relação do trabalho com a criação do valor. Uma mediação que parte do mais-valor produzido por toda a sociedade e não do que é diretamente gerado no processo de produção organizado pelo capitalista individual. Assim, o mais-valor aparenta ser o resultado da subtração entre o preço de venda e o preço de custo das mercadorias, resultando em um excedente misterioso.

Nesse sentido, em um primeiro momento, a utilização de novas tecnologias no sistema produtivo organizado pelo capitalista individual, ainda que resulte na expulsão dos trabalhadores, pode gerar a maximização dos lucros, uma vez que absorve parte do mais-valor produzido por outros processos produtivos. Mas na medida em que a concorrência se torna mais acirrada, o aumento na composição orgânica do capital proporciona uma queda tendencial na taxa de lucro (Marx, 2017). O que se presencia com a crescente expulsão de trabalhadores do sistema produtivo é a diminuição global da produção de mais-valor, uma tendência apontada por Marx (2017) e reafirmada recentemente por Carchedi (2017), resultando nas medidas contra-arrestantes que visam atenuar queda e intensificando a precarização das relações de trabalho.

A automação digital propiciada pela indústria 4.0, com o uso de inteligência artificial e das mais variadas tecnologias, tende a eliminar diversos postos de trabalho, principalmente nas CTAs, que concentram um significativo número de trabalhadores. A implementação de novas tecnologias nesse setor aparenta ser fundamental para o capitalista reduzir os custos com a produção e

acelerar o tempo de rotação do capital. A análise marxiana demonstrou que é somente no processo imediato de produção que ocorre a criação do valor, no entanto, o valor só se realiza no processo de circulação. Ambos os processos são vitais para o modo de produção capitalista, eles se complementam e se interpenetram, falseando constantemente os traços característicos que os diferenciam.

A intensificação da divisão sociotécnica do trabalho e a diversidade das atividades desenvolvidas pelos teleoperadores nas CTAs possibilitam que parte dessa categoria desenvolva atividades produtivas, principalmente em setores como o SAC. Por outro lado, outra parcela dos teleoperadores (que trabalham no setor de vendas, retenção etc.) atua no processo de circulação das mercadorias, desenvolvendo um tipo de trabalho que não participa diretamente do processo de produção e, conseqüentemente, não gera diretamente mais-valor, podendo ser classificada como improdutiva. No entanto, essa classificação não pressupõe que não haja a apropriação de mais-valor pelos capitalistas das CTAs e sim que o mais-valor que eles se apropriam não é gerado diretamente pelos teleoperadores. Quanto mais se intensifica a exploração do trabalho dos teleoperadores em um determinado intervalo de tempo, menor é seu custo para o capital e, conseqüentemente, maior é a quantidade de mais-valor que os capitalistas das CTAs se apropriam.

Além disso, ser improdutivo não significa que esse segmento da classe trabalhadora não contribua de certa forma com a produção do valor, pelo contrário, desenvolve um tipo de trabalho que possibilita a aceleração do tempo de rotação do capital, apresentando-se enquanto um mecanismo de extrema importância para uma parcela do capitalismo contemporâneo. O encurtamento do tempo de circulação das mercadorias é vital para produção em larga escala e para potencializar a expropriação de valor excedente. Portanto, construir mecanismos para acelerar o tempo de rotação do capital é uma tarefa essencial para a burguesia e, nesse âmbito, o trabalho dos teleoperadores possui um espaço de destaque. O uso da telemática somado a um rígido controle do tempo permite que um único teleoperador entre em contato com dezenas de clientes em potencial em um único dia, fazendo com que os serviços e produtos, materiais ou imateriais, cheguem até mais pessoas e de forma mais rápida. O crescimento da produção, em decorrência do trabalho dos teleoperadores, é um

dos elementos que pode possibilitar ao capital atenuar a tendência à queda na taxa de lucro. A intensa exploração do trabalho nas CTAs também pode contribuir para atenuar a tendência à queda na taxa de lucro, uma vez que o salário recebido por esses trabalhadores é constituído de parte da massa do mais-valor total expropriado no setor produtivo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os dias, milhares de teleoperadores deixam suas casas para vender sua força de trabalho nas CTAs. Nesses espaços, são coagidos a trabalhar de forma intensa, o que resulta, muitas vezes, em adoecimento físico e/ou psicológico. Na visão capitalista, o teleoperador é livre para vender sua força de trabalho e, portanto, se não concordar com os “termos do contrato”, pode simplesmente recusá-lo. Por outro lado, se o trabalhador não vender sua força de trabalho não conseguirá sobreviver, pois não detém os meios de produção necessários para obtenção dos meios de subsistência. Se a sobrevivência do trabalhador e de sua família depende dos meios de subsistência, essa liberdade não pode ser verdadeira. Como os capitalistas das CTAs não são os únicos responsáveis por explorar os trabalhadores, ainda que o trabalhador tenha a opção de vender sua força de trabalho para outro, continuará sendo explorado em maior ou menor intensidade.

A diversidade oriunda do trabalho dos teleoperadores não nos permitiu neste momento classificar esse tipo de trabalho com produtivo ou improdutivo, mas, conforme demonstramos, essa impossibilidade não diminui a importância que possui no processo de valorização do capital, cujo ciclo não se encerra com a produção da mercadoria, que necessita para tal ser vendida. No entanto, conclui-se que ao participarem da aceleração do processo de rotação do capital, tais trabalhadores participam do ciclo de valorização do capital, pois permitem maior rapidez na circulação das mercadorias e contrariam a tendência à queda da taxa de lucro, pois tem os seus salários diminuídos, a sua jornada expandida e contribuem para o aumento significativo da superpopulação relativa.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, D. **Empresas de teleatendimento, alimentos e saúde, lideram lista de maiores empregadores do país:** veja ranking. G1. 24 abr. 2019.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2019/04/24/empresas-de-teleatendimento-alimentos-e-saude-lideram-lista-de-maiores-empregadores-do-pais-veja-ranking.ghtml>>. Acesso em 15 abr. 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R.; BRAGA, R. Apresentação. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BATISTA, L. **Precarização no home office:** condições de trabalho em um Call Center na região metropolitana de Natal-RN. 2021. 229f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

BRAGA, R. **A vingança de Braverman:** o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, R. **Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo:** Um olhar a partir da indústria do Call Center. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.103, 2014, Mai. 2014. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5532>>. Acesso em 01 jun. 2022.

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria/MTP nº 423, de 7 de outubro de 2021, aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 17 - Ergonomia.** Brasília: MTP, 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria/mtp-n-423-de-7-de-outubro-de-2021-351614985>>. Acesso em 08 jul. 2022.

CARCHEDI, G. **El agotamiento de la fase histórica actual del capitalismo. Sinpermiso,** 04 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.sinpermiso.info/textos/el-agotamiento-de-la-fase-historica-actual-del-capitalismo>>. Acesso em 03 out. 2022.

DIEESE. **O emprego no setor de telecomunicações 10 anos após a privatização.** São Paulo: DIEESE, 2009. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2009/estPesq46PrivatizacaoTelecomunicacoes.html>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

DUTRA, R. Q. **Trabalho, regulação e cidadania:** a dialética da regulação social do trabalho em call centers na Região Metropolitana de Salvador. 2017. 388 f. Tese (Doutorado em Direito) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FIRMIANO, F. D. **A pandemia da crise do capital e a classe trabalhadora.** Revista Pegada – vol. 21, n.2. Mai-Out. de 2020. Disponível em:

<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/download/7748/pdf/29902>>. Acesso em 01 out. 2022.

HUWS, U. E. **A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

MARX, K. **Capítulo VI – Inédito de O Capital.** São Paulo, Centauro, 2004.

MARX, K. **O capital.** Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 1 (capítulos I a XII). Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.

MARX, K. **O capital.** Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Tomo 2 (capítulos XIII a XXV). Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.

MARX, K. **O capital.** Crítica da Economia Política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital.** Crítica da Economia Política. Volume II. Livro Segundo. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico – Volume I. Livro 4.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

MATOS, R. A. et al. A reforma trabalhista e seus impactos nos direitos dos trabalhadores. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate.** Salvador, v. 11, n. 2, p. 149-158, abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/30476/20099>>. Acesso em 05 set. 2022.

MARTINELLI, B. P. **Peculiaridades do trabalho nos call centers: um estudo das teleoperadoras de Campinas-SP.** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Campinas, 2015.

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

NORAT, R. C. **O assédio moral e a precarização do trabalho: repercussões sobre a saúde do trabalhador de telemarketing.** 2018. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, S. M. **Os trabalhadores das Centrais de Teleatividades no Brasil: da ilusão à exploração.** In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

PEIXOTO, J. O. A. **"Eu não vou trabalhar a vida toda": momentaneidade e estratégias em trajetórias de jovens teleoperadores.** 2019. 197f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

RICCI, M. G. **Organização do trabalho e controle em teleatendimento: o caso de uma empresa de cobrança.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, 2010.

SANTOS, A. M. N. **Trabalho, subjetividade e saúde do jovem operador de telemarketing:** uma análise sob o ponto de vista da atividade. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

VAZ, A.; BATISTELA, C. **Pesquisa revela que 48,7 % das famílias são chefiadas por mulheres:** 'Mãe empreendedora', diz moradora de SC. *G1*. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/01/23/maes-empreendedoras-pesquisa-revela-que-487percent-das-familias-sao-chefiadas-por-mulheres.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

VENCO, S. B. **Centrais de atendimento:** a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 31, n. 114, p. 7-18, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbso/a/Nq7fxZ3STjmXMrXDHCd3TcN/?lang=pt>>. Acesso em 08 mai. 2022.

VENCO, S. B. **Centrais de Teleatividades:** o surgimento dos colarinhos furta-cores? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

VEROTTI, A. Ao novo normal. **Isto é dinheiro**. n. 1184, 14 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/ao-novo-normal/#:~:text=Depois%20de%20apresentar%20crescimento%20de,R%24%2056%2C6%20bilh%C3%B5es>>. Acesso em: 04 set. 2022.

ZILIOOTTO, D. M.; OLIVEIRA, B. O. A Organização do Trabalho em Call Centers: Implicações na Saúde Mental dos Operadores. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**. v. 14, n. 2, p. 169-179, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000200004>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CAPÍTULO VII

A CRÍTICA DA ESPECULAÇÃO E DA POLÍTICA NO JOVEM MARX^{97*}

Pedro Gomes Barbosa

Mestre e doutorando em Serviço Social (UFJF), especialista em Filosofia, Cultura e Sociedade (UFJF) e licenciado em História (UFJF).

Ronaldo Vielmi Fortes

Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Graduado em Bacharelado e Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1992). Doutor e Mestre em Filosofia (UFMG). Realizou pesquisa de pós-doutorado pela UBA - Universidad de Buenos Aires/Facultad de Filosofia y Letras sobre a ontologia no pensamento de György Lukács e Nicolai Hartmann. Também realizou pesquisa de pós-doutorado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, junto à Faculdade de Serviço Social, cujo tema versou sobre a politicidade na obra tardia de György Lukács. Desenvolve pesquisas na área do marxismo, ontologia no século XX, com ênfase na investigação das obras de Karl Marx, György Lukács e Nicolai Hartmann. Áreas de Interesse: Ontologia, Marxismo, Lukács, Marx, Realismo Crítico e Filosofia Social e Política. Co-coordenador da “Biblioteca Lukács” coleção editada pela Boitempo Editorial.

1. INTRODUÇÃO

O período que se estende entre os anos 1843 e 1844 marca um momento de ruptura no pensamento de Marx, e os textos produzidos nesse intervalo de tempo atestam a existência daqueles que seriam os princípios ou pressupostos ontológicos marxianos. Como assinalado por José Chasin (2009), a originalidade do pensamento de Marx consiste na crítica ontológica direcionada a três universos teóricos distintos: a especulação (a filosofia idealista hegeliana), a política e a economia política. Em uma direção analítica contrária à polêmica interpretação acerca da natureza do pensamento do jovem Marx, realizada por

^{97*}O presente artigo é parte de trabalho de dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do professor Ronaldo Vielmi Fortes.

Louis Althusser, Chasin assinala que os escritos do período que se estende de 1841 até meados de 1843 — que compreendem a tese de doutorado e os artigos para a *Gazeta Renana* — antecedem, de fato, o surgimento do pensamento *original* de Marx, correspondendo a sua fase ainda *pré-marxiana*. Ainda segundo Chasin, o vínculo do pensamento de Marx era ainda estabelecido com o “*idealismo ativo*, próprio dos neo-hegelianos” (Chasin, 2009, p. 45). Como destaca Chasin, a crítica da especulação e da politicidade são produto também da constatação de algo bem mais decisivo para Marx: seus interesses estavam voltados para a “globalidade do complexo humano-societário”, o que demandava por uma “planta intelectual bem mais ampla, para além das fronteiras de uma estrita teoria política” (Idem, 2009, p. 67) e do “logicismo e abstratividade próprios aos volteios da razão autossustentada” (Idem 2009, p. 56). Em outras palavras, Chasin assinala que Marx se desvencilhou tanto da especulação quanto da “prática política como território suposto da efetivação da racionalidade” (Idem, 2009, p. 85).

Nos limitaremos aqui a tratar da crítica de Marx aos dois primeiros elementos supracitados — a especulação e a política —, de modo que possamos esboçar os traços de uma etapa do movimento de maturação de seu pensamento nos textos de juventude, tais como *Sobre a questão judaica* (1843), *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano* (1844) e *Introdução* (1844) à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*⁹⁸. Enquanto nos dois primeiros a crítica de Marx é realizada em torno dos limites da *emancipação política* frente à *emancipação humana*, encontramos no último os elementos da crítica de Marx à especulação em Hegel e nos neo-hegelianos. A carta endereçada à Arnold Ruge, escrita em Kreuznach, em 1843, é testemunha da necessidade de “vincular” a crítica ao Estado à “crítica da política, ao ato de tomar partido na política, ou seja, às lutas *reais*, e de identificar-se com elas” (Marx, 2010c, p. 72). É uma crítica que vai da especulação até a política como estranhamento de si dos homens. Ainda na mesma carta, Marx salienta a necessidade de colocar as questões políticas — além das questões religiosas — na “forma humana autoconsciente”, tal como fizera Feuerbach com a religião e

⁹⁸ As referências textuais ao texto *Crítica da filosofia do Direito de Hegel – Introdução* serão feitas apenas como *Introdução*, e as referências textuais aos textos *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano* serão feitas como *Glosas críticas*.

com a filosofia hegeliana. As palavras de Marx que se seguem na correspondência deixam nítida sua preocupação em enfrentar as armadilhas da “consciência mística”, fazendo com ela tenha “clareza sobre si mesma, que se apresente em sua forma religiosa ou na sua forma política”.

2. A “QUESTÃO RELIGIOSA” NA ALEMANHA E A CRÍTICA MARXIANA DA ESPECULAÇÃO

No período que se estende entre 1843 e 1844, o debate mais intenso entre Marx e os jovens hegelianos foi travado sobretudo com Bruno Bauer, autor de *A questão judaica*, e dessa discussão ficaram nítidos para Marx os limites da proposta de emancipação política de Bauer. Contra as investidas de Bruno Bauer em torno da questão, Marx escreveu o texto *Sobre a questão judaica*, no qual denunciara a compreensão “*unilateral* da questão judaica” de Bauer, que respondeu ao problema da falta de liberdade religiosa dos judeus na Alemanha, propondo — em síntese — que eles “abrissem mão” de sua condição *particular* de judeus, e pudessem, assim, ascenderem à *universalidade* da condição de cidadãos do Estado alemão. Em síntese, Bauer objetivava a superação do antagonismo entre o homem e a religião a partir de uma superação meramente política da religião.

A renúncia do judeu ao judaísmo é tornada a renúncia do homem em geral em relação à religião. Em Bruno Bauer, portanto, a superação de toda religião resume-se à “superação *política* da religião” (Idem, 2010c, p. 36). Para um problema concreto, Bauer fornece uma resposta abstrata. Nas palavras de Marx:

Assim sendo, como Bauer soluciona a questão judaica? A que resultado chega? A formulação de uma pergunta é sua solução. A crítica à questão judaica é a resposta à questão judaica. O resumo é, portanto, o seguinte: Temos de emancipar a nós mesmos antes de poder emancipar outros. A forma mais cristalizada do antagonismo entre o judeu e o cristão é o antagonismo *religioso*. Como se resolve um antagonismo? Tornando-o impossível. Como se faz para tornar impossível um antagonismo *religioso*? *Superando* a religião. Assim que judeu e cristão passarem a reconhecer suas respectivas religiões tão somente como *estágios distintos do desenvolvimento do espírito humano*, como diferentes peles de cobra descartadas pela *história*, e reconhecerem o homem como a cobra que nelas trocou de pele, eles não se encontrarão mais em uma relação religiosa, mas apenas em uma relação crítica, *científica*, em uma relação humana. A *ciência* constitui então sua unidade. Todavia, na ciência, os antagonismos se resolvem por meio da própria ciência. (Marx, 2010c, p. 34)

Como fica claro nas palavras de Marx na citação anterior, a questão da emancipação religiosa para Bruno Bauer resolver-se-ia na *emancipação política*. Em Bauer, assinala Marx, encontramos uma crítica de dois gumes à teologia — seja ela a teologia cristã ou a teologia judaica, e na crítica da religião, diz Marx: “[...] por mais que estejamos nos movendo *criticamente*, ainda estamos nos movendo no interior da teologia” (Idem, 2010c, p. 37).

Levando a questão à esfera individual, para Bauer, o indivíduo, antes mesmo de ser um indivíduo particular, deveria ser *cidadão*, isto é, membro do Estado político alemão, vivendo assim em “condições humanas universais”; caso contrário, esse indivíduo — aqui se trata do judeu — só pode existir como indivíduo particular na vida estatal “[...] ‘ao modo sofista, ou seja, na aparência’” (Bauer *apud* Marx, 2010c, p. 35).⁹⁹ Entretanto, para Bauer, o próprio Estado alemão, com seu “pronunciado caráter cristão”, deveria também emancipar a si mesmo antes mesmo de viabilizar a emancipação dos outros. Marx assinala que Bauer não percebeu que o Estado político, ou seja, o Estado *livre* — expressão jurídica do mundo burguês —, comporta-se para com a religião do mesmo modo que as pessoas que “compõem o Estado” se comportam para com ela. Nesse sentido, o homem “livre” no Estado, que se liberta da religião por meio do Estado, é “livre” apenas politicamente, e, sendo assim, coloca-se “em contradição consigo mesmo, alteando-se acima dessa limitação [da religião] de maneira *abstrata e limitada*, ou seja, de maneira parcial” (Marx, 2010c, p. 39). Entre o homem e a liberdade do homem, o Estado político — o Estado emancipado da religião — é seu mediador. Nesse sentido, o homem que antes descarregava “toda a sua divindade, todo o seu *envolvimento religioso*” em Cristo, tem o Estado agora como “o mediador para o qual ele transfere toda a sua impiedade, toda a sua *desenvoltura humana*” (Idem, 2010c, p. 39). Em suma, o Estado adquire o caráter de expressão concreta do gênero humano.

Ainda segundo os comentários de Marx sobre o modo como Bruno Bauer lidou com a “questão judaica”, em que o Estado político é desenvolvido, o homem

⁹⁹ Aliás, se seguirmos o raciocínio de Bauer à risca, a questão religiosa sequer deveria ser encarada como questão de fato, uma vez que todas as religiões são encaradas como “*estágios distintos do desenvolvimento do espírito humano*” até a emancipação por ele considerada verdadeira, *política*, no Estado e por meio dele.

leva uma vida dupla não só na consciência, mas na vida prática. Na realidade imediata da sociedade burguesa, o homem constitui um indivíduo real e singular que busca alcançar sempre seus interesses concretos. Ora, daí deriva uma contradição que é resultado da “divisão *secular* entre o *Estado político* e a *sociedade burguesa*” (Idem, 2010c, p. 41), de modo que, para o membro da sociedade burguesa — o *bourgeois* —, a vida no Estado é apenas aparência, “uma exceção momentânea à essência e à regra” da vida real que leva. O homem particular — o judeu, o cristão, o burguês etc. — só pode permanecer na “vida do Estado mediante um sofisma, assim como o *citoyen* [cidadão] só permanece judeu ou *bourgeois* sofismando; mas essa sofística não é pessoal. É a *sofística do próprio Estado político*” (Idem, 2010c, p. 41). Desse modo, Marx afirma que toda a diferença entre o homem particular — seja ele um mercador, um diarista, um homem religioso etc. — e o *cidadão* — o homem político —, é a mesma diferença entre o homem que é membro da sociedade burguesa e “sua *pele de leão política*” (Idem, 2010c, p. 41). A essa “desavença secular”, pois, resume-se “toda a questão judaica”.¹⁰⁰

Em Marx, o problema da superação da religião não é apenas um problema de ordem religiosa ou de falta de desenvolvimento político, mas um problema concreto que não se resolve na política apenas. Encarada como “*fenômeno da limitação mundana*” (Idem, 2010c, p. 38), a religião só poderia ser superada com a superação das “barreiras seculares” que fundamentam sua existência. No trecho seguinte, vemos que Marx deixa claro seu ponto de vista:

Para nós, a religião não é mais a *razão*, mas apenas o *fenômeno da limitação mundana*. Em consequência, explicamos o envolvimento religioso dos cidadãos livres a partir de seu envolvimento secular. Não afirmamos que eles devam primeiro suprimir sua limitação religiosa para depois suprimir suas limitações seculares. Afirmamos, isto sim, que eles suprimem sua limitação religiosa no momento em que suprimem suas barreiras seculares. Não transformamos as questões mundanas em questões teológicas. Transformamos as questões teológicas em questões mundanas. (Marx, 2010c, p. 38)

A questão religiosa não é para Marx um problema da consciência; ela é, de fato, uma questão concreta, real, e a superação da religião implica, portanto,

¹⁰⁰ Em Bauer, de acordo com Marx, “todos esses antagonismos seculares são mantidos” – a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares, assim como a divisão entre o Estado político e a sociedade burguesa –, enquanto ele continua polemizando apenas “contra sua expressão *religiosa*”.

a superação das condições concretas que propiciam o surgimento e perpetuação da religião; implica a superação de determinadas relações sociais e históricas que têm como resultado a religião. As palavras de Marx sobre a necessidade de “dissolver a superstição em história” só confirmam o tratamento verdadeiramente concreto que deve ser dado à questão religiosa, de modo que a própria questão da relação entre “emancipação política e religião” — como fora colocada por Bauer — transforma-se para Marx na questão da “*relação entre emancipação política e emancipação humana*” (Idem, 2010c, p. 38). Nas palavras de Marx:

Criticamos a debilidade religiosa do Estado político ao criticar o Estado político em sua construção *secular, independentemente* de sua debilidade religiosa. Humanizamos a contradição entre o Estado e uma *determinada religião*, como, p. ex., o judaísmo, em termos de contradição entre o Estado e *determinados elementos seculares*, em termos de contradição entre o Estado e a *religião de modo geral*, em termos de contradição entre o Estado e seus *pressupostos gerais*. (Marx, 2010c, p. 38)

A emancipação política do homem em relação à religião não implica, como quer Bauer, na emancipação humana, e a emancipação do judeu e do cristão — do “homem *religioso* de modo geral” — pelo Estado é apenas a emancipação “do Estado em relação ao judaísmo, ao cristianismo, à *religião* como tal”, e não a emancipação dos homens em relação à religião. Nas palavras de Marx:

[...] a emancipação *política* em relação à religião não é a emancipação já efetuada, isenta de contradições, em relação à religião, porque a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuada, isento de contradições, da emancipação *humana*. (Marx, 2010c, p. 38)

A emancipação política do homem em relação à religião esbarra nos limites da própria cotidianidade: o fato de o Estado ser capaz de se libertar das amarras da religião não significa que os homens estejam realmente livres de tais barreiras. Nas palavras de Marx: “O *Estado* pode, portanto, já ter se emancipado da religião, mesmo que a *maioria esmagadora* continue religiosa. E a maioria esmagadora não deixa de ser religiosa pelo fato de ser *religiosa em privado*” (Idem, 2010c, p. 38-39). Em suma, temos aqui que a questão religiosa não se resolve por decreto e, por mais desenvolvido que possa ser o Estado, a religião permanece na vida dos homens enquanto for demandada pela cotidianidade.

Continuemos a ver os limites da emancipação política. De acordo com o proposto por Bauer, o homem que se emancipa “*politicamente* da religião” o faz “banindo-a do direito público para o direito privado”. Sendo assim, a religião deixa

de ser “o espírito do Estado”, e se torna “o espírito da *sociedade burguesa*, a esfera do egoísmo, do *bellum omnium contra omnes* [da guerra de todos contra todos]” (Idem, 2010c, p. 41-42). De “essência da *comunidade*”, a religião é tornada a “essência da *diferença*”, a “expressão da *separação* entre o homem e sua *comunidade*, entre si mesmo e os demais homens – como era *originalmente*” (Idem, 2010c, p. 42). O que a emancipação *política* é capaz de fazer, portanto, é expressar “a cisão do homem em *público* e *privado*”, e o “*deslocamento* da religião do Estado para a sociedade burguesa” constitui a “*realização plena* da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade *real* do homem” (Idem, 2010c, p. 42):

A *dissociação* do homem em judeu e cidadão, em protestante e cidadão, em homem religioso e cidadão, essa dissociação não é uma mentira frente à cidadania, não constitui uma forma de evitar a emancipação política, mas é a *própria emancipação política*; ela representa o modo *político* de se emancipar da religião. (Marx, 2010c, p. 42)

Aqui, Marx destaca os limites reais da emancipação política enquanto “emancipação” no interior da ordem vigente, ou seja, da sociedade civil-burguesa. O Estado político só avança até a *abolição* e *destruição* da religião “na medida em que avance até a abolição da propriedade privada, até o *maximum*, até o confisco, a taxaço progressiva, em que avance até a abolição da vida, até a *guilhotina*” (Idem, 2010c, p. 42). O Estado político, portanto, “procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e constituir-se como a vida real e sem contradição do gênero humano”, apenas nos “momentos em que está particularmente autoconfiante” (Idem, 2010c, p. 42). Mas isto, segundo Marx, só pode ser realizado pelo Estado político “caindo em contradição *violenta* com suas próprias condições de vida, ou seja, declarando a revolução como *permanente*”, de modo que seu “drama político” tem fim com a “restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa” (Idem, 2010c, p. 42). Em outras palavras, o Estado político não pode anular verdadeiramente a religião, a propriedade privada e quaisquer que sejam os elementos que constituem a sociedade civil-burguesa. Enquanto pretensa universalidade, o Estado político não pode anular tais elementos sob pena de anular a si mesmo. Este é o cerne da questão em Marx acerca dos limites da emancipação política.

Ainda discorrendo sobre a natureza do Estado moderno, Marx assinala que o Estado proclama como apolítica as diferenças de “nascimento, estamento, formação e atividade laboral”; ele proclama “cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado” (Idem, 2010c, p. 40). Marx verifica em Hegel a noção de que o Estado só pode se constituir enquanto universalidade por meio dos elementos *particulares* que o constituem como Estado, que lhe dão substância. É o que diz Hegel quando trata da “relação entre o Estado político e a religião”:

Para que [...] o Estado chegue à existência como *realidade moral* do espírito *ciente de si mesma*, faz-se necessária sua *diferenciação* em relação à forma da autoridade e da fé; mas essa diferenciação só aparece na medida em que ocorre uma divisão no lado eclesial; só assim, *pela vida* das igrejas *particulares*, o Estado obtém a *universalidade* da ideia, o princípio de sua forma e lhe confere existência. (HEGEL *apud* Marx, 2010c, p. 40)

Sem anular, de fato, as diferenças concretas entre os indivíduos, o Estado político só pode existir “sob o pressuposto delas”, e é somente assim que ele “se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele” (Marx, 2010c, p. 40).

A questão religiosa e política na Alemanha pode ser explicada sobretudo quando analisada a forma de objetivação do capitalismo alemão. Efetivando-se muito mais sobre elementos arcaicos do que modernos, o capitalismo alemão é a base sobre a qual se sustentou a filosofia alemã, compreendida por Marx como o “*prolongamento ideal* da história alemã” (Idem, 2010a, p. 150). É no texto da *Introdução*, de 1844, à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, que Marx desdobra sua crítica daquela “miséria alemã”. Acerca da contradição e do descompasso entre o desenvolvimento material da história alemã, de seu atraso econômico e social, e de sua *filosofia*, Marx afirma que:

[...] assim como as nações do mundo antigo vivenciaram a sua pré-história na imaginação, na *mitologia*, nós, alemães, vivenciamos a nossa pós-história no pensamento, na *filosofia*. Somos contemporâneos *filosóficos* do presente, sem sermos seus contemporâneos *históricos*. (Marx, 2010a, p. 150)

Na Alemanha, diferentemente de outras nações como Inglaterra e França, não existiu uma “*ruptura prática* com as modernas condições políticas”, mas se deu apenas uma “*ruptura crítica* com a reflexão filosófica dessas condições”,

sendo a *filosofia alemã do direito e do Estado* a “única história *alemã* situada *al pari* com o presente moderno, *oficial*” (Idem, 2010a, p. 150). Marx identifica a *filosofia alemã do direito e do Estado* — cuja expressão “mais consistente, rica e completa” se deu em Hegel — como a “imagem mental *alemã* do Estado moderno, que faz abstração do *homem efetivo*”, e que apenas “satisfaz o homem *total* de uma maneira puramente imaginária”, isto é, abstrata (Idem, 2010a, p. 151). Nas palavras de Marx: “Em política, os alemães *pensaram* o que as outras nações *fizeram*. A Alemanha foi sua *consciência teórica*” (Idem, 2010a, p. 151). Ainda caracterizando a *filosofia especulativa do direito* — a expressão mais bem-acabada, distinta, universal e, por isso, “elevada ao status de *ciência*” daquele “*modo da consciência política e jurídica alemã*” (Idem, 2010a, p. 151) —, Marx vai afirmar que:

A abstração e a presunção de seu pensamento andaram sempre no mesmo passo da unilateralidade e da atrofia de sua realidade. Se, pois, o *status quo* do sistema político alemão exprime o *acabamento do ancien régime*, o *acabamento do espinho na carne* do Estado moderno, o *status quo* da *ciência política alemã* exprime o *inacabamento do Estado moderno*, a deterioração de sua própria carne. (Marx, 2010a, p. 151)

Ainda sobre a situação alemã, Marx assinala que a “modernização” política da Alemanha, ao trazer à tona “o passado das nações modernas”, também trouxe à tona a luta contra o presente político alemão: para as nações modernas, a situação alemã ressuscitava fantasmas de seu próprio passado e, por isso, Marx afirma que para elas era “instrutivo assistir ao *ancien régime*, que nelas viveu sua tragédia, desempenhar uma *comédia* como fantasma alemão” (Idem, 2010a, p. 148). Ainda caracterizando a situação alemã, ressaltando seu atraso, cabe darmos espaço para uma longa citação de Marx:

[...] o atual regime alemão, que é um anacronismo, uma flagrante contradição de axiomas universalmente aceitos – a nulidade do *ancien régime* exposta ao mundo – imagina apenas acreditar em si mesmo e exige do mundo a mesma imaginação. Se acreditasse na sua própria *essência*, tentaria ele ocultá-la sob a *aparência* de uma *essência* estranha e buscar sua salvação na hipocrisia e no sofisma? O moderno *ancien régime* é apenas o *comediante* de uma ordem mundial cujos *heróis reais* estão mortos. A história é sólida e passa por muitas fases ao conduzir uma forma antiga ao sepulcro. A última fase de uma forma histórico-mundial é sua *comédia*. Os deuses da Grécia, já mortalmente feridos na tragédia *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, tiveram de morrer uma vez mais, comicamente, nos diálogos de Luciano. Por que a história assume tal curso? A fim de que a humanidade se separe *alegremente* do seu passado. É esse *alegre* destino histórico que

reivindicamos para os poderes políticos da Alemanha. [...] O chauvinismo alemão passou dos homens para a matéria e, assim, nossos cavaleiros do algodão e heróis do ferro viram-se, um belo dia, metamorfoseados em patriotas. Na Alemanha, portanto, começa-se agora a reconhecer a soberania do monopólio no interior do país, por meio da qual se confere ao monopólio a *soberania no exterior*. Por conseguinte, na Alemanha começa-se agora, com aquilo que já terminou na França e na Inglaterra. A situação antiga, apodrecida, contra a qual essas nações se rebelam teoricamente e que apenas suportam como se suportam grilhões, é saudade na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que ainda mal ousa passar de uma teoria *astuta* a uma prática implacável. Enquanto na França e na Inglaterra o problema se apresenta assim: *economia política* ou *domínio da sociedade sobre a riqueza*; na Alemanha ele é apresentado da seguinte maneira: *economia nacional* ou *domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade*. Portanto, na França e na Inglaterra, importa suprimir o monopólio que progrediu até as últimas consequências; na Alemanha, importa progredir até as últimas consequências do monopólio. Lá, trata-se da solução, aqui, trata-se da colisão. Um exemplo suficiente da forma *alemã* dos problemas modernos; um exemplo de como nossa história, tal como um recruta inexperiente, até agora só recebeu a tarefa de exercitar-se repetidamente em assuntos históricos envelhecidos. (Marx, 2010a, p. 148-149)

Ainda na *Introdução*, vemos que Marx retoma aspectos trazidos em *Sobre a questão judaica*. Ele inicia o texto assinalando o fato de que a “*crítica da religião*” estava terminada na Alemanha, mas que restava ainda, pois, a crítica das formas *dessacralizadas* e seculares do estranhamento-de-si do homem; ou seja, era preciso pôr tanto filosofia política hegeliana quanto a economia política sob a mira de uma crítica ontológica verdadeiramente materialista. Ao postular que a crítica deve arrancar dos grilhões as flores imaginárias — no intuito de libertar os homens de tais amarras —, Marx enuncia a “*tarefa* imediata da *filosofia*” que se encontra “a serviço da história”: sua tarefa é a de “desmascarar” o estranhamento de si do homem também em “suas *formas não sagradas*”, transformando, assim, “a crítica do céu” na “crítica da terra” — a “*crítica da religião*, na *crítica do direito*, a *crítica da teologia*, na *crítica da política*” (Idem, 2010a, p. 146). Em suma, a crítica da religião — da forma sagrada do estranhamento de si do homem — deveria ser transformada na crítica da política — isto é, da forma *não sagrada* do estranhamento do homem. Marx aponta aqui para os limites do que ele chama de “crítica irreligiosa”, que corretamente compreendeu que são os homens que fazem a religião — e não o contrário —, e que a religião é “a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente” (Idem, 2010a, p. 145). Entretanto, a supracitada “crítica” — o pensamento especulativo — não

compreendeu que a religião nada mais é do que a expressão do — e protesto contra o — mundo real. Em Marx, a religião não é compreendida meramente como algo ilusório; ela é, ainda que consciência entorpecida, também autoconsciência:

Este é o fundamento da crítica irreligiosa: o homem *faz a religião*, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, que ou ainda não conquistou a si mesmo ou já se perdeu novamente. Mas o *homem* não é um ser abstrato, acorrido fora do mundo. O homem é o *mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d'honneur* espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a *realização fantástica* da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. Por conseguinte, a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião. (Marx, 2010a, p. 145)

Logo no parágrafo seguinte, Marx reforça o que foi dito anteriormente, assinalando que “a miséria *religiosa* constitui ao mesmo tempo a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real”, e que a superação da religião — isto é, sua *Aufhebung* — é a “exigência da felicidade *real*” dos homens (Idem, 2010a, p. 145). A luta, portanto, não é apenas contra a religião — ela é somente o aroma espiritual do mundo invertido. Nesse sentido, a “crítica” da religião — ou a crítica irreligiosa, ateia — é apenas, “em *germe*, a *crítica do vale de lágrimas*, cuja *auréola* é a religião” (Idem, 2010a, p. 146).

Sem tocar nos fundamentos do estranhamento de si do homem, a “crítica” da religião deixa intactas as condições de existência dos homens e apenas substitui uma forma de estranhamento por outra, *não sagrada*, ou seja, a política, o direito ou o Estado, por exemplo. Desse modo, ela deve ser transformada na crítica do direito, na crítica da política e, sobretudo, na crítica das condições materiais de existência dos homens. Nas palavras de Marx:

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolos, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche. A crítica da religião desengana o homem a fim de que ele pense, aja, configure a sua realidade como um homem desenganado, que chegou à razão, a fim de que ele gire em torno de si mesmo, em torno de seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira em volta do homem enquanto ele não gira em torno de si mesmo. (Marx, 2010a, p. 146)

A crítica materialista é concebida não “como *fin em si*, mas apenas como *meio*” – isto é, como crítica que se encontra direcionada “aos problemas verdadeiramente humanos”, que “se encontra fora do *status quo* alemão ou apreende o seu objeto *sob* o seu objeto” (Idem, 2010a, p. 149). Marx trata aqui da *Escola histórica do direito*¹⁰¹, e a ela contrapõem a *crítica para si*, isto é, a crítica que já compreendeu o seu objeto — o atraso Alemão frente às demais nações modernas —, e que não deve “conceder aos alemães um instante sequer de autoilusão e de resignação” (Idem, 2010a, p. 148). Nas palavras de Marx:

É preciso tornar a pressão efetiva ainda maior, acrescentando a ela a consciência da pressão, e tornar a ignomínia ainda mais ignominiosa, tornando-a pública. É preciso retratar cada esfera da sociedade alemã como a *partie honteuse* [parte vergonhosa] da sociedade alemã, forçar essas relações petrificadas a dançar, entoando a elas sua própria melodia! É preciso ensinar o povo a se aterrorizar diante de si mesmo, a fim de nele incutir coragem. Assim satisfaz-se uma necessidade do povo alemão, e as necessidades dos povos são propriamente as causas finais de sua satisfação. (Marx, 2010a, p. 148)

É a esta *filosofia especulativa do direito* que Marx vai contrapor sua crítica do Estado moderno e das condições materiais de existência dos homens. Sua crítica é, pois, uma crítica que não termina em si mesma, “mas em *tarefas* para cujas soluções há apenas um meio: a *prática*” (Idem, 2010a, p. 151):

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. *Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.* (Marx, 2010a, p. 151, *grifos nossos*)

Ele assinala que é preciso declarar guerra à situação alemã: a crítica deve ser, pois, a “cabeça da paixão” — e não o contrário, ou seja, não pode ser mero floreio, subsistindo em si mesma. Nesse sentido, a tarefa da crítica deve ser a destruição do seu objeto. Mas como fazer da crítica uma arma? Sobre isso, Marx assinala mais à frente que “as revoluções precisam de um elemento *passivo*, de

¹⁰¹ De acordo com Marx, “tal como o Deus de Israel fez com seu servo Moisés”, a *Escola histórica do Direito* “só mostra o seu *a posteriori*” — isto é, age como se tivesse “inventado a história alemã” (Marx, 2010a, p. 147). Ela “legitima a infâmia de hoje pela de ontem, que considera como rebelde todo grito do servo contra o açoitador desde que este seja um açoitador venerável, ancestral e histórico” (Idem, 2010a, p. 146-147).

uma base *material*. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades” (Idem, 2010a, p. 152) e que “não basta que o pensamento procure se realizar; a realidade deve compelir a si mesma em direção ao pensamento” (Idem, 2010a, p. 152). Adiante, o *proletariado* alemão surge como o agente dessa transformação cujo conteúdo é a *emancipação do homem* (Idem, 2010a, p. 157).

3. DA REVOLUÇÃO POLÍTICA À REVOLUÇÃO SOCIAL E A CRÍTICA DO ESTADO EM MARX

Fica evidente que o problema enfrentado por Marx acerca da questão religiosa na Alemanha fez emergir o problema da emancipação humana para nosso autor, e nas *Glosas críticas*, de 1844, ele também trata da questão dos limites da “emancipação” política. À reordenação do papel do Estado, a noção de vida pública *versus* vida privada, etc., que dão o tom das propostas defendidas pelos neo-hegelianos, Marx contrapôs a necessidade de uma revolução radical, isto é, *social*, e desse enfrentamento surgiu a discussão acerca da distinção entre revolução social e revolução política. Ao diferenciar ambas, Marx afirma que a primeira, na medida em que “dissolve a *antiga* sociedade”, não pode se reduzir à mera ação política no interior da sociedade de classes. Em suas palavras, “uma revolução com alma política também organiza, em conformidade com a natureza *restrita* e contraditória dessa alma, um círculo dominante na sociedade, à custa da sociedade” (Idem, 2010b, p. 51). O que Marx quer dizer é que toda “revolução” que se limita a uma simples reordenação de classes na sociedade por meio do Estado e seu poder, é uma revolução política meramente. A derrubada do velho poder e a instauração de um “novo” em seu lugar não implicam a superação do antagonismo de classes no interior da sociedade, apesar de ser um momento no interior de um processo mais amplo — que não é meramente político, é importante lembrar — capaz de gerar uma revolução social. Por isso, falar de uma “revolução social com alma política” é, para Marx, uma contradição em seus próprios termos. O momento político de uma revolução “em geral”, afirma Marx, é o da destruição e da dissolução do velho poder e das velhas relações, como afirma: “sem revolução, o *socialismo* não poderá se concretizar”; esse ato político é necessário como momento da

revolução social que deve trazer junto de si. Mas tão logo se inicie “a sua *atividade organizadora*, quando se manifesta o seu *próprio fim*, quando se manifesta a sua *alma*, o socialismo se desfaz do seu invólucro político” para, finalmente, estabelecer as bases da nova sociedade e, com isso, tornar obsoleta a política propriamente dita.

Do mesmo modo que em *Sobre a questão judaica*, nas *Glosas críticas* o Estado e a política são duramente criticados por Marx. Elemento de sua resposta provocativa “ao prussiano”¹⁰² é a crítica ao reformismo deste. Tal como Bruno Bauer, Arnold Ruge ansiava pela transformação da Alemanha em um estado verdadeiramente político, de modo a dar uma solução para os problemas socioeconômicos enfrentados em seu tempo, tendo a questão do pauperismo como “pano de fundo” e problema a ser solucionado pelo Estado. De acordo com Marx, por ser o país capitalista mais avançado de seu tempo, a Inglaterra constituiria o “experimento mais seguro para obter conhecimento sobre a *relação* entre um país *político* e o *pauperismo*” (Idem, 2010b, p. 30). Entretanto, Marx demonstra que, mesmo no país mais avançado de seu tempo, a política não dava conta de resolver os problemas postos pelo movimento de acumulação do capitalismo.

Não restrita unicamente ao proletariado industrial, a miséria na Inglaterra é caracterizada por Marx como “universal”, estendendo-se também sobre o campo. Deste modo, Marx questiona como o pauperismo e a miséria da classe trabalhadora inglesa eram concebidos pela burguesia industrial inglesa, o governo e a imprensa ligados a ela. Para a burguesia inglesa, o pauperismo era unicamente uma questão política e, desse modo — nos seus limites —, os partidos políticos à esquerda e à direita apontavam na gestão política do adversário a causa dos males sociais que acometiam a sociedade inglesa. Nas palavras de Marx:

Na medida em que a burguesia inglesa admite que o pauperismo é *culpa da política*, o *whig* encara o *tory* e o *tory* o *whig* como a causa do pauperismo. De acordo com o *whig*, as fontes principais do pauperismo são o monopólio exercido pelo latifúndio e a legislação que proíbe a importação de cereal. De acordo com o *tory*, o mal está todo concentrado no liberalismo, na concorrência, no sistema fabril levado ao extremo. Nenhum dos partidos vê a razão na política em si; ao contrário, cada um a vê somente na política do partido contrário;

¹⁰² Trata-se, pois, de Arnold Ruge (1802-1880).

nenhum dos dois partidos sequer sonha com uma reforma da sociedade. (Marx, 2010b, p. 30)

A economia política inglesa, ao refletir cinicamente a “situação econômica nacional inglesa”, apresenta uma visão teleológica do desenvolvimento humano que obviamente só poderia culminar na aceitação do desenvolvimento e consolidação da sociedade burguesa como único ponto de chegada de um longo processo histórico incontornável. A burguesia inglesa, vendo-se diante da realidade miserável do pauperismo que acometia os trabalhadores das fábricas — mulheres e crianças, inclusive —, acomodados em habitações extremamente precárias, e que só dispunham de trapos para se vestirem¹⁰³, tinha consciência da necessidade de “reparar” tal situação, ou seja, de dirimir os conflitos sociais provocados pelo movimento de acumulação capitalista. Obviamente que as “soluções” apresentadas não tocavam na fonte dos problemas, mas apenas reduziam tudo à mera *falha* na administração da sociedade. Era preciso, pois, transformar a miséria *universal* reduzindo-a em miséria *parcial*. Essa é a solução da burguesia e de seus aliados.

Marx identificara na Inglaterra que a “assistência por via administrativa” era a forma encontrada para remediar a situação de pobreza da classe trabalhadora, como se verificava na legislação inglesa de seu tempo sobre a pobreza e a forma de “enfrentá-la”. Com o aumento do pauperismo, apontavam-se “falhas de administração” que deveriam ser corrigidas e/ou evitadas. Por isso, indica Marx, “reforma-se a administração do imposto para os pobres, que era composta por funcionários das respectivas paróquias” (Idem, 2010b, p. 33). Mas mesmo após tentativas de mudanças na forma de lidar com o problema do pauperismo, a situação de pobreza e miséria da classe trabalhadora inglesa sequer chegara perto de ser corretamente apreendida — e, assim, enfrentada. O próprio parlamento inglês, sem se restringir apenas a “reforma formal da administração”, apontara que a “fonte principal da condição *aguda* do pauperismo inglês [estaria] na própria *Lei dos Pobres*” (Idem, 2010b, p. 34). De

¹⁰³ “Que coisa boa o *ar puro* da atmosfera pestilenta das moradias nos porões ingleses! Que tremenda *beleza natural* a das fantásticas roupas esfarrapadas dos pobres ingleses e do corpo murcho, macilento das mulheres, consumidas pelo trabalho e pela miséria, a das crianças jogadas em montes de esterco, a dos fetos malformados gerados pelo excesso de trabalho na monótona atividade mecânica das fábricas! E que encantadores os *últimos detalhes da práxis*: a prostituição, o assassinato e a força!” (Marx, 2010b, p. 32).

solução para o problema do pauperismo, a política assistencialista era apresentada agora como a verdadeira causa do problema, e o Estado, diante dessa realidade incontestável aos olhos da burguesia e seus lacaios, deveria seguir o conselho malthusiano de “abandonar a miséria à sua sorte e, quando muito, facilitar a morte dos miseráveis” (*Malthus apud Marx*, 2010b, p. 34). Nesse mesmo contexto, surgiram as chamadas *workhouses*, pois, uma vez que os pobres e os trabalhadores eram concebidos como os verdadeiros culpados por sua miséria e pela expansão do pauperismo por todo o território nacional, era preciso puni-los e reprimi-los como se tivessem cometido um delito (Marx, 2010b, p. 34). A questão fica assim resumida por Marx:

A primeira coisa que a Inglaterra tentou, portanto, foi acabar com o pauperismo por meio da beneficência e de *medidas administrativas*. Depois, ela não encarou o avanço progressivo do pauperismo como consequência necessária da *indústria* moderna, mas como consequência do *imposto inglês para os pobres*. Ela compreendeu a penúria universal como uma mera *particularidade* da legislação inglesa. O que antes era derivado de uma *falha na beneficência*, passou a ser derivado de um *excesso de beneficência*. Por fim, a miséria foi vista como culpa dos miseráveis e, como tal, punida neles mesmos. (Marx, 2010b, p. 34-35)

A questão é que, como ficou claro, o modo de enfrentar a miséria e o pauperismo, inclusive nos países capitalistas mais desenvolvidos, sempre incorria ao recurso à violência policial, ao encarceramento em massa e a judicialização e criminalização da pobreza, já que as “soluções” políticas não conseguiam sequer arranhar a superfície do problema. Como afirma Marx, a questão do pauperismo na Inglaterra, e a forma com a qual o Estado inglês lidou com ela, deixou a lição de que o pauperismo, ao se espalhar como um problema nacional, deveria ser “objeto de uma administração ramificada e bastante extensa”, mas que não deveria por ela ser eliminado, sim disciplinado. Nas palavras de Marx:

Essa administração desistiu de tentar estancar a fonte do pauperismo valendo-se de meios *positivos*; ela se restringe a cavar-lhe o túmulo, valendo-se da benevolência policial, toda vez que ele brota da superfície do país oficial. O Estado inglês, longe de ir além das medidas administrativas e beneficentes, retrocedeu aquém delas. Ele se restringe a administrar *aquele* pauperismo que, de tão desesperado, deixa-se apanhar e jogar na prisão. (Marx, 2010b, p. 35)

Diante da intensificação e expansão do pauperismo no interior das sociedades capitalistas, a função do Estado não pode ser outra além daquela de administrar a pobreza e a miséria socialmente produzidas. Marx inclusive questiona se o Estado pode se comportar de outra forma e, segundo suas considerações, ficam evidentes os limites do Estado diante dos problemas sociais postos pela consolidação da ordem do capital. Diferentemente do que pensam os reformistas à esquerda e à direita, o Estado e a atual organização da sociedade, do ponto de vista político, não são antagônicos. Como argumenta Marx, o Estado é o ordenamento da sociedade, é sua “expressão ativa, autoconsciente e oficial” (Idem, 2010b, p. 40), cuja existência é derivada da própria organização social capitalista. No interior de cada formação capitalista particular, como é o caso de Inglaterra, França e na antiga Prússia (atual Alemanha), o Estado sempre atuava no sentido de dirimir determinados conflitos sociais que pudessem ameaçar a manutenção e reprodução de cada sociedade. O Estado, quando diante dos problemas sociais por ele identificados e admitidos, atua sempre no sentido de procurar a existência de tais problemas e sua respectiva solução ou em “leis da natureza, que recebem ordens do governo humano, ou no âmbito da *vida privada*, que é independente dele, ou ainda no âmbito da *impropriedade* da administração, que é dependente dele” (Idem, 2010b, p. 38). As “soluções”, pois, variam de acordo com cada caso em particular:

Assim, para a Inglaterra a miséria está fundada na *lei da natureza*, segundo a qual a população constante e obrigatoriamente extrapola os meios de subsistência. Numa outra perspectiva, ela explica o pauperismo a partir da *má vontade dos pobres*, assim como o rei da Prússia o explica a partir ‘da *mentalidade não cristã dos ricos* e a Convenção o explica a partir da intenção contrarrevolucionária suspeita dos proprietários. Consequentemente a Inglaterra pune os pobres, o rei da Prússia exorta os ricos e a Convenção decapita os proprietários. Por fim, *todos* os Estados buscam a causa nas falhas *casuais* ou *intencionais* da *administração* e, por isso mesmo, em medidas administrativas o remédio para suas mazelas. Por quê? Justamente porque a *administração* é a atividade organizadora do Estado. (Marx, 2010b, p. 38-39)

A administração, compreendida como a função do Estado por excelência, deve se limitar a “atividade formal e negativa, porque o seu poder termina onde começa a vida burguesa e seu labor” (Idem, 2010b, p. 39). Como destacado em *Sobre a questão judaica*, também nas *Glosas críticas*, Marx indica que o Estado

não pode atuar no sentido de eliminar e superar a contradição social da qual é resultado, sob pena de arruinar a si mesmo, uma vez que ele se baseia “na contradição entre a *vida pública* e a *vida privada*, na contradição entre os *interesses gerais* e os *interesses particulares*” (Idem, 2010b, p. 39). Mais adiante, a mesma questão é retomada, e Marx assinala que o Estado moderno não pode acabar com a sociedade civil, com a sociedade burguesa, uma vez que, desse modo, ele acabaria com sua própria razão de ser: se o Estado moderno quisesse “eliminar a vida privada, teria de eliminar a si mesmo, porque ele existe *tão somente* como antítese a ela” (Idem, 2010b, p. 40). Portanto, o Estado moderno precisa encontrar a origem dos males que acometem à sociedade fora de suas raízes, quer dizer, fora do modo como a própria sociedade burguesa se organiza, em “circunstâncias *exteriores* à sua vida”, e, conseqüentemente, fora de si mesmo enquanto Estado (Idem, 2010b, p. 40):

Sim, frente às conseqüências decorrentes da natureza associal dessa vida burguesa, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa espolição recíproca dos diversos círculos burgueses, frente a essas conseqüências a *lei natural* da administração é a *impotência*. Porque essa dilaceração, essa sordidez, esse *escravismo* da sociedade burguesa é o fundamento natural sobre o qual está baseado o Estado moderno, assim como a sociedade “burguesa” do escravismo era o fundamento natural sobre o qual estava baseado o Estado antigo. (Marx, 2010b, p. 39)

No interior de um determinado país em que o Estado é poderoso, tanto mais político será esse país e, desse modo, ele estará:

[...] menos inclinado a buscar no *princípio do Estado*, ou seja, na *atual organização da sociedade*, da qual o Estado é expressão ativa, autoconsciente e oficial, a razão das mazelas *sociais* e a compreender seu princípio *universal*” (Marx, 2010b, p. 40)

A partir da constatação anteriormente elencada, Marx desenvolve o que podemos chamar de crítica do *politicidade*, para usarmos expressão cunhada por José Chasin. De acordo com Marx, nesse cenário, prevalece o “entendimento *político*”, que é político justamente por pensar “*dentro* dos limites da política” e, desse modo, quanto mais agudo e vivo for esse intelecto “tanto *menos capaz* será de compreender as mazelas sociais” (Idem, 2010b, p. 40-41). A vontade é o princípio da política e “quanto mais unilateral, ou seja, quando mais bem-acabado for o entendimento *político*”, “tanto mais ele acredita na *onipotência* da vontade, tanto mais cego ele é para as *limitações naturais* e intelectuais da

vontade, tornando-se, portanto, tanto menos capaz de desvendar a fonte das mazelas sociais” (Idem, 2010b, p. 41).

Sobre o problema do voluntarismo político aqui identificado, o texto de *Sobre a questão judaica* também traz elementos importantes para a compreensão dessa crítica de Marx à política e ao Estado moderno. Ele assinala que na cabeça dos “emancipadores políticos”, toda a relação entre a vida política — o *meio* — e a manutenção da sociedade burguesa — o *fim* — aparecem invertidos, “de modo que o fim aparece como meio e o meio como fim” (Idem, 2010c, p. 51). Trata-se de um “enigma”, cuja resposta é, de acordo com Marx, “simples”:

A emancipação política representa concomitantemente a *dissolução* da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa. [...] Aquela organização de vida nacional [a sociedade burguesa] de fato não elevou a posse ou o trabalho à condição de elementos sociais, mas, ao contrário, completou sua *separação* da totalidade do Estado e os constituiu em sociedades *particulares* dentro da sociedade. (Marx, 2010c, p. 51-52)

Acerca dos limites da emancipação política produzida pela ascensão da burguesia, de acordo com Marx, em sua revolução política ela não foi capaz de tornar o trabalho, por exemplo, elemento social *emancipado*. O que ela foi capaz de fazer foi dar a ele uma configuração muito particular no interior da sociedade burguesa, do modo de produção capitalista. A emancipação política da burguesia — a sua revolução — foi capaz, segundo Marx, de alçar “os assuntos de Estado à condição de assuntos de toda a nação, que constituiu o Estado político como assunto *universal*, isto é, como Estado real” (Idem, 2010c, p. 52). Ela foi capaz ainda de decompor a “sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos *indivíduos*, por um lado, e, por outro, nos elementos *materiais* e *espirituais* que compõe o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos” (Idem, 2010c, p. 52). O “espírito político”, disperso, fragmentado e decomposto, é congregado e é constituído, por meio da revolução política burguesa, “como a esfera do sistema comunitário, da questão *universal* do povo com independência ideal em relação àqueles elementos *particulares* da vida burguesa” (Idem, 2010c, p. 52).¹⁰⁴

¹⁰⁴ Mobilizamos novamente José Chasin, para quem Marx, nas *Glosas críticas*, ao reagir a tese de Arnold Ruge de que o problema da sociedade alemã se devia ao fato de ser uma sociedade

O homem como indivíduo isolado, cuja liberdade se realiza não em comunhão, mas em sua *separação* do restante da sociedade — em suma, o membro da sociedade burguesa — é reconhecido como “a base, o pressuposto do Estado político” e, reciprocamente, o Estado político “o reconhece como tal nos direitos humanos” (Idem, 2010c, p. 52). Ela viabilizou ao homem “ascender” ao status de cidadão e de, ao mesmo tempo, manter-se preso à terra e ser o homem burguês, o homem religioso, o homem proletário etc. Nas palavras de Marx, a burguesia não libertou o homem da religião, da propriedade, do egoísmo etc. Antes o contrário: o homem “ganhou a liberdade de religião”, a “liberdade de propriedade”, a “liberdade de comércio” (Idem, 2010c, p. 53). Enquanto membro da sociedade burguesa, a burguesia afirma o “homem *apolítico*” natural; logo, seus direitos humanos são afirmados enquanto direitos naturais. Trata-se, segundo Marx, do “homem *egoísta*, resultado *passivo*, que simplesmente *está dado*, da sociedade dissolvida, objeto da *certeza imediata*, portanto, objeto *natural*” (Idem, 2010c, p. 53). É apenas na “qualidade de membro da sociedade burguesa” que o homem “vale como o homem *propriamente dito*, como o *homme* em distinção ao *citoyen*”. O homem político, o *citoyen*, é o homem abstrato, que vale apenas como “pessoa *alegórica, moral*” (Idem, 2010c, p. 53). Ele é, pois, a expressão abstrata e ideal do *homme* real, egoísta, do indivíduo posto pelo mundo burguês.

O que a revolução política fez foi decompor “a vida burguesa em seus componentes sem revolucionar esses mesmos componentes nem os submeter à crítica”, encarando a sociedade burguesa e seus elementos — o trabalho alienado, a propriedade privada, o direito privado, etc. — como os reais “*fundamentos de sua subsistência*, como um *pressuposto* sem qualquer fundamentação adicional, e, em consequência, como sua *base natural*” (Idem, 2010c, p. 53). O que a emancipação política foi capaz de fazer foi reduzir o homem à condição de membro da sociedade burguesa, por um lado, e, por outro, a membro da comunidade, a pessoa moral e *cidadão*. Para Marx, a tarefa da emancipação *humana* é recuperar para o homem individual o “cidadão abstrato”, tornando-se “*ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida

“sem alma política”, preconizando, assim, uma “*revolução social com alma política*”, caracterizaria “o molde da *racionalidade* política, oferecendo assim o que podemos chamar de *crítica da razão política*” (Chasin, 2012, p. 55-56).

empírica” (Idem, 2010c, p. 54). Trata-se de emancipar o homem tanto do Estado político “emancipado” quanto da sociabilidade burguesa que o fundamenta, e de permitir que o homem reconheça e organize “suas ‘forças próprias’ como forças sociais e, em consequência, não mais se separar de si mesmo a força social da forma da força política” (Idem, 2010c, p. 54); trata-se, em suma, da superação do *estranhamento* do trabalho alienado e da política.¹⁰⁵

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resulta da análise dos textos aqui tratados que a crítica da política é acompanhada da crítica da especulação. Enquanto a crítica especulativa compreendia a “questão religiosa” como a questão decisiva a ser encarada no que tange ao desenvolvimento da sociedade alemã de sua época, vimos que Marx percebera a necessidade de ir além dos limites da crítica dos jovens hegelianos à religião, adentrando no campo da crítica da política e também do modo de produção da vida dos homens em sociedade. Apontados os caracteres mais gerais de duas das críticas instauradoras, é preciso destacar que ambas estão vinculadas à constatação marxiana do “esgotamento histórico da filosofia precedente” (Chasin, 2009, p. 67), isto é, da filosofia hegeliana. É necessário assinalarmos para o fato de que a crítica da política em Marx é um desdobramento da crítica da especulação e do debate travado com os neo-hegelianos acerca da “questão religiosa”, de modo que não encontramos no pensamento de nosso autor a crítica da religião, mas a *crítica das condições materiais de existência dos homens* que perpetuam a necessidade da religião. Nesse sentido, a religião é “expressão da miséria real” e também “protesto”

¹⁰⁵ Marx assinala que o Estado político, ao atingir sua forma plena, constitui “a vida do gênero humano em oposição à sua vida material” (Marx, 2010c, p. 40). Aqui Marx torna explícita a contradição que se estabelece entre o indivíduo e o gênero: no Estado, enquanto pretensa *universalidade*, o homem é equivalente a “um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal” (Idem, 2010c, p. 40-41). Esta é a *generidade* do Estado político: nele, o homem leva uma vida “celestial”; ele leva uma vida como membro da comunidade, como cidadão. Em contrapartida, o homem possui uma vida “terrena” como membro da sociedade burguesa, como pessoa particular que atua de acordo com seus interesses, encarando “as demais pessoas como meios”, e degradando “a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele” (Idem, 2010c, p. 40) e, do mesmo modo que a emancipação meramente política da religião por meio do Estado não leva à superação de fato religião, o mesmo pode ser dito em relação à propriedade privada.

contra ela, ou, como assinalado na *Introdução*: a religião é o coração de “um mundo sem coração”, é a “teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d’honneur* espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação” (Marx, 2010a, p. 145) e, desse modo, “a luta contra a religião é, indiretamente, contra aquele mundo cujo aroma espiritual é a religião” (Idem, 2010a, p. 145).

De acordo com José Chasin, nos textos de Marx que analisamos neste artigo, encontramos o testemunho de que a especulação transita à reflexão crítica, de modo que aquela rarefeita e autossustentada razão especulativa dos textos nos quais Bruno Bauer era figura presente, é substituída por uma potente e múltipla “racionalidade flexionante, que pulsa e ondula, se expande ou se diferencia no esforço de reproduzir seus alvos, empenho que ao mesmo tempo entifica e reentifica a ela própria no contato dinâmico com as ‘coisas’ do mundo” (Chasin, 2009, p. 58). Desse modo, a “lógica da coisa” se impõe sobremaneira sobre a “coisa da lógica”, e a razão especulativa é agora questionada pelo mundo:

[...] o direito *unilateral* da razão especulativa interrogar o mundo é superado pela via de mão dupla de um patamar de racionalidade em que o mundo também interroga a razão, e o faz na condição de raiz, de condição de possibilidade da própria inteligibilidade [...]. (Chasin, 2009, p. 58)

Foi Chasin também que indicou a existência de uma ontonegatividade da política em Marx, inclusive em textos que se encontram em um marco temporal e teórico que, caso seguíssemos a linha interpretativa do famigerado “corte epistemológico”, correspondem a produção do Marx maduro. Como demonstra Chasin em texto de 1993 — *A determinação ontonegativa da politicidade* (2012) —, nos *Materiais Preparatórios para Guerra civil na França* (2011), “redigidos no próprio fluxo dos acontecimentos da Comuna de Paris – 1971” (Idem, 2012, p. 57), Marx sustenta sua posição da juventude acerca da “determinação negativa da politicidade”: da adjetivação do Estado moderno como “excrecência parasitária sobre a sociedade civil, fingindo ser sua contrapartida ideal” à compreensão da comuna como a verdadeira forma de reabsorver o poder de

estado dela alienado. No texto preparatório para *Guerra civil na França*, assim está colocado por Marx a finalidade da *Comuna*:

A *Comuna* – a reabsorção, pela sociedade, pelas próprias massas populares, do poder estatal como suas próprias forças vitais em vez de forças que a controlam e a subjugam, constituindo sua própria força em vez da força organizada da sua supressão –, a forma política de sua emancipação social, no lugar da força artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) da sociedade erguida por seus inimigos para sua opressão. (Marx, 2011, p. 129)

Mobilizamos Chasin para que nos seja possível expressarmos com maior clareza e precisão categorial o lugar da política no pensamento de Marx. Para nosso comentador, a política em Marx não é “atributo perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto, constitutiva do gênero” (Chasin, 2012, p. 43), daí derivando o termo “ontonegatividade da política”.¹⁰⁶ Assim, assinala que a “limitada e abstrata ultrapassagem da religião pela política manifesta em sua especificidade o caráter parcial de toda solução política”. Entretanto, isso não significa que a política seja uma dimensão da sociabilidade desprezada por Marx e, apesar da natureza contraditória, parcial e abstrata dos “atos” ou “resoluções políticas”, não significa dizer que “sejam inertes ou destituídas de importância”, pois, ainda segundo Chasin, “Marx, ele mesmo, reconhece seus significados, até mesmo com ênfase, porém, delimitando com precisão seu alcance e dimensão” (Idem, 2012, p. 50-51). Como podemos verificar na análise dos textos aqui tratados, a emancipação política constitui um passo necessário para a emancipação dos homens, mas não é, nas palavras de Chasin, “o ponto de chegada da construção da liberdade”, e resume-se:

[...] à liberdade possível na (*des*)ordem humanossocietária do capital; sua realidade é o homem fragmentado como *cidadão* e emasculado como ser humano, diluído em abstração na primeira metade e reduzido à naturalidade na segunda (Chasin, 2012, p. 54).

Assim como a superação do estranhamento religioso depende da superação das condições materiais e histórico-sociais que engendram a religião,

¹⁰⁶ Nas palavras de Ana Selva Albinati (2008) acerca dessa contribuição de Chasin, a autora afirma que: “A ontonegatividade se refere à negação da política ou da politicidade, ou seja, da dimensão política, como componente ineliminável da vida social. A atividade política não se assenta sobre uma dimensão constitutiva da vida social, nem representa a vocação universalista de uma dada essência humana. Em outras palavras, ela não é imprescindível nem como elemento superior da relação humano-social, nem como mal necessário. A politicidade indica, ao contrário, uma insuficiência da sociabilidade, e não o seu corolário” (Albinati, 2008, p. 50-51).

a política só pode ser superada com o “reconhecimento e a organização – racional e humanamente orientada – das próprias forças individuais como forças sociais” pelos homens (Idem, 2012, p. 54). Como demonstrado por Chasin em outra ocasião:

Marx assinala, categoricamente, que a emancipação é na essência a reintegração ou recuperação humano-societária dessas forças sociais alienadas à política, ou seja, que ela só pode se realizar como reabsorção de energias próprias despidas da forma política, depuradas, exatamente, da crosta política sob a qual haviam se autoaprisionado e perdido. (Chasin, 2009, p. 65)

Dessa forma, a emancipação humana carece da constatação e da prática orientada à superação da própria política. Nas palavras de Chasin, trata-se de “fazer uma política que desfaça a política”, uma vez que seu objetivo é a “reconversão e o resgate das energias sociais desnaturadas em vetores políticos” (Idem, 2009, p. 65):

[...] decifração da natureza da politicidade e de seus limites, é por consequência o desvendamento da estreiteza e da insuficiência da *prática política* enquanto atividade humana racional e universal, donde o salto metapolítico ao encontro resolutivo da *sociabilidade*, essência do homem e de todas as formas da prática humana. (Chasin, 2009, p. 66)

Não é nosso objetivo analisar mais detidamente a tese chasiniana da *metapolítica* em Marx, mas é preciso constatar que seu elemento central é a superação dessa forma de estranhamento secular. Em termos gerais, conclui Chasin, a crítica da política e da politicidade em Marx é o “desvendamento da estreiteza e insuficiência da *prática política* enquanto atividade humana racional e universal”, derivando daí um “salto metapolítico” que possibilite aos homens irem “ao encontro resolutivo da *sociabilidade*”, esta sim sua “essência”; ao encontro de “todas as formas da prática humana”.

REFERÊNCIAS

ALBINATI, A. S. **J. Chasin**: a ontonegatividade da politicidade em Marx. In: *Verinotio*, n. 9, ano V, 2008. Edição Especial: CHASIN, J. pp. 46-61.

CHASIN, J. **Marx – A determinação ontonegativa da politicidade**. In: *Verinotio*, n. 15, Ano VIII, 2012, pp. 42-59.

_____. **Estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel – Introdução**. In: *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução ENDERLE, R.; DEUS, L. 2ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Glosas críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a reforma social’**. De um prussiano”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Alemanha*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **Sobre a questão judaica**. Tradução: SCHNEIDER, N. São Paulo: Boitempo, 2010c.

_____. **A guerra civil na França**. Tradução: ENDERLE, R. São Paulo: Boitempo, 2011.



EIXO II

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS

CAPÍTULO VIII

POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO EM SAÚDE: A REALIDADE DE UM HOSPITAL PÚBLICO

Carina Bárbara de Carvalho Dornelas

Assistente social. Egressa do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto do Hospital Universitário/UFJF. Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF.

Ingrid Adame Moreira

Assistente social do Hospital Universitário da UFJF. Preceptora da Residência Multiprofissional em Atenção Hospitalar. Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional/UFF. Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFJF.

Marina Monteiro de Castro e Castro

Assistente social. Doutora em Serviço Social/UFRJ. Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (graduação e pós-graduação). Tutora do Serviço Social no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto do Hospital Universitário/UFJF.

Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão dos Fundamentos do Serviço Social - GEPEFSS/UFJF.

1. INTRODUÇÃO

A humanização em saúde exprime a preocupação operativa do direito à saúde para além do movimento da qualidade da organização, conhecimento, técnicas e habilidades dos profissionais, mas voltado à reorganização dos serviços e das práticas de saúde incorporando as opiniões e reivindicações da população no processo de efetivação da qualidade da atenção à saúde.

A humanização do atendimento se propõe a “pôr em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, produzindo mudanças nos modos de gerir e cuidar” (Brasil, 2013), estimulando o diálogo entre os gestores,

trabalhadores e usuários da política de saúde para a construção do cuidado de forma corresponsável.

De acordo com Puccini e Cecílio (2004), o movimento pela humanização está ligado à qualificação da prestação dos serviços a partir da crítica à lógica meramente técnica, burocrática e desempenho produtivo. Nesse sentido, Arouca traz a seguinte reflexão:

Como garantir o cuidado quando se faz necessária a intermediação entre serviços e equipes, ou seja, como se garante cuidado longitudinal em um sistema de saúde que tem em geral relações burocratizadas e pouco personalizadas? Este tema traz à tona a questão da transversalidade dos cuidados, da integração de práticas clínicas, da gestão compartilhada da clínica (Arouca, 2010, p.65).

No Brasil, tem-se desde 2003 a Política Nacional de Humanização (PNH) que busca direcionar a efetivação dos princípios e diretrizes do SUS e alterar o “modo de fazer, lidar e intervir sobre problemas do cotidiano do SUS” (Arouca, 2010, p.66).

Nesse sentido, este artigo traz a importância de pensar as Residências em Saúde como uma potencialidade para a difusão dos princípios e diretrizes da PNH, por serem entendidas como estratégia de formação continuada que visam a defesa e o fortalecimento do SUS articulando diferentes profissões no atendimento e possibilitando a qualificação por meio da vivência do trabalho (Closs, 2010) — fato este que corrobora com o modelo de produção de cuidados orientado pela troca entre gestores, trabalhadores, usuários e seus respectivos familiares, de forma horizontal, conforme preconizado pela PNH (Castro, 2018).

Como nos aponta Arouca (2010),

É necessário que as universidades e seus cursos formem cidadãos-trabalhadores da saúde que compreendam e tenham condições de interferir sobre múltiplos campos que conformam diversos planos de forças que interferem e muitas vezes definem seus processos de trabalho. Dessa forma, a exigência é que formemos trabalhadores da saúde com capacidade técnica e política para construir novas realidades institucionais e novas práticas, mais eficazes, mais justas e igualitárias (Arouca, 2010, p.68-69).

Nesse sentido, este artigo apresenta resultados de pesquisa realizada no Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF) que teve por objetivo identificar os principais desafios para implementação da PNH e identificar os elementos que atravessam as ações profissionais e instâncias

gestoras, com o intuito de realizar um processo de ensino em saúde voltado à capacitação dos profissionais.

Os resultados aqui apresentados são fruto de uma pesquisa mais abrangente, intitulada: “Entre limites e viabilidade. A Política Nacional de Humanização no Hospital Universitário/UFJF”¹⁰⁷, aprovada e selecionada junto à EBSEH e também submetida e aprovada pelo comitê de ética, conforme CAAE: 54487821.1.0000.5133.

A sistematização a ser apresentada tem como recorte e centro de análise os residentes dos Programas de Residência em Saúde Multiprofissionais e Médicos do HU/UFJF, entendidos como protagonistas das ações e assistência prestada. A escolha de trabalhar apenas com os respondentes residentes se deu pelo entendimento destes como potenciais sujeitos de mudança inseridos na principal modalidade de formação pós-graduada para a qualificação dos trabalhadores na área da saúde (ABEPSS, 2018).

Para atingir o objetivo proposto, foram aplicados questionários com vinte e cinco (25) residentes do HU, dentre eles onze (11) vinculados aos programas multiprofissionais e quatorze (14) residentes médicos. Destes, vinte (20) possuíam tempo de formação de até três anos, condizente ao objetivo da residência que é destinada à inserção de profissionais recém-formados, com ênfase na formação para o Sistema Único de Saúde (SUS) (Closs, 2010).

Os questionários utilizados foram semiestruturados e contaram com um roteiro de questões abertas e fechadas com conteúdo sobre os princípios norteadores da PNH para explorar mais elementos para análise e pela possibilidade dos participantes se expressarem mais livremente sobre o tema. Por se tratar de um período de pandemia da Covid-19, os questionários foram disponibilizados por um formulário on-line (Googleforms) constando a autorização de utilização de dados e termo de consentimento livre e esclarecido após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição e também após aprovação junto à Plataforma Brasil.

¹⁰⁷ Cabe destacar que o total de questionários respondidos foram 58, contando com a participação de preceptores e residentes. A partir dos dados coletados, foram implementadas capacitações junto aos trabalhadores desses três espaços, que ocorreram no mês de agosto de 2022, com objetivo de construir coletivamente o direcionamento do trabalho no que concerne à concepção e implementação do atendimento humanizado.

Entendemos que compreender a concepção de humanização que os profissionais defendem é fundamental para o direcionamento de suas ações no cotidiano de trabalho, visto que o debate acerca da humanização dos cuidados em saúde parte de um esforço conceitual, mas também de luta por novas possibilidades de organização desses cuidados marcados pela historicidade, tradições teóricas, estruturas e comportamento dos sujeitos inseridos nos serviços (Deslandes, 2006).

2. POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO: DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NOS HOSPITAIS

Interferir na organização dos hospitais e em seus modos de gestão é uma tarefa que exige preparação e acompanhamento avaliativo, uma vez que têm se tornado organizações burocráticas, autoritárias e centralizadoras, o que reflete na fragmentação do trabalho, insatisfação dos trabalhadores e usuários — sem perder de vista questões macropolíticas que interferem na efetivação do SUS como, por exemplo, o seu financiamento (Pasche, 2011).

Nessa lógica, de acordo com o autor, as organizações de saúde também são compreendidas, como máquinas que produzem gente e, por isso,

uma gestão mais democrática das organizações, que desafia os sujeitos à criação e ao uso de recursos dialógicos para a produção do comum, mais flexíveis à composição entre distintos interesses e necessidades, entre outros, tendem também a produzir sujeitos mais livres e autônomos, efeitos que se estendem para além do local de trabalho, interferindo, então, nas demais esferas da vida, incidindo sobre o conjunto das relações socioafetivas dos sujeitos. Assim, as mudanças na gestão nas organizações de saúde não seriam motivadas apenas para 'conformar' sujeitos mais aptos e eficazes à produção de bens e serviços, mas também por orientação ético-política: a gestão pode ser espaço importante para a produção de novos sujeitos, mais livres, mais criativos, mais solidários, mais capazes de se deslocarem de interesses imediatos, portanto mais capazes de suportar a existência em contextos mais heterogêneos, onde a expressão do humano como força social e política é mais diversa. A gestão teria, nesta direção, a capacidade de produzir sujeitos melhores (Pasche, 2011, p. 37).

O primeiro documento do Ministério da Saúde no sentido de uma mudança cultural no atendimento à saúde, em conformidade ao nível de atenção hospitalar, foi instituído no ano de 2001, a partir da experiência cotidiana do

atendimento e resultados de pesquisas de avaliação dos serviços, demarcadas por elementos como a dificuldade de os profissionais de saúde compreenderem as demandas dos usuários e a relação entre usuário, profissional e gestão.

Cabe salientar que, concomitantemente à resolutividade das questões de saúde dos usuários, é preciso o entendimento do cuidado com os trabalhadores para promover a humanização do serviço e assim, estender a atenção da instituição desde a infraestrutura à educação permanente, uma vez que “é no processo de formação que se podem enraizar valores e atitudes de respeito à vida humana, indispensáveis à consolidação e à sustentação de uma nova cultura de atendimento à saúde” (Brasil, 2001).

É nesse sentido que se defende um novo modo de ser e fazer nos serviços de saúde ancorados no respeito à vida humana, a solidariedade, desenvolvimento da autonomia e cidadania dos usuários, realizando, para isso, um conjunto de ações que envolvam a melhoria das instalações físicas, renovação de equipamentos, barateamento de medicação, capacitação de recursos humanos, dentre outras linhas que visam o aperfeiçoamento de toda intervenção de atendimento à saúde (Brasil, 2001).

Logo, os objetivos traçados pelo primeiro programa de humanização foram: difundir uma nova cultura na rede hospitalar pública brasileira; melhorar a qualidade e a eficácia da atenção dispensada aos usuários; capacitar os profissionais dos hospitais para um novo conceito de assistência à saúde que valorize a vida humana e a cidadania; implantar novas iniciativas de humanização; fortalecer e articular as iniciativas já existentes na rede hospitalar pública; estimular parcerias e intercâmbio de conhecimentos e experiências na área; desenvolver indicadores de resultados e sistema de incentivos ao tratamento humanizado; e assim modernizar as relações de trabalho, tornando as instituições mais harmônicas e solidárias, de modo a recuperar a imagem pública dessas instituições junto à comunidade (Brasil, 2001).

Da mesma forma, a PNH instituída em 2003, e também conhecida como Humaniza SUS, tem o objetivo de colocar em prática os princípios do SUS e transformar os modos de cuidar e gerir em saúde. Para isso, tal política busca estimular a inclusão de gestores, trabalhadores e usuários na produção e gestão do cuidado e nos processos de trabalho, conforme os pressupostos da

humanização que sustentam a experimentação de dispositivos e mecanismos concretos de mudança (Pasche, 2011).

A PNH considera que a comunicação entre esses três atores do SUS é o ponto crucial para as mudanças necessárias no que tange à construção de um novo sentido às práticas assistenciais, alinhadas à direção ético-política de mudanças no SUS, enquanto uma política pública, para a construção de novas práticas de gestão e cuidado. Sobrepostas, nesse sentido, a atitudes de benevolência e/ou cordialidade, mas voltada a afirmação da humanização com um valor, reconhecendo os diferentes interesses, desejos e necessidades dos usuários em relação ao seu estado de saúde, além de contribuir no processo de corresponsabilização e autonomia do cuidado a partir do diálogo (Santos Filho, 2011).

A inclusão dos sujeitos, individuais ou coletivos, apresenta-se como o principal fator de mudança no espaço hospitalar, devido à inclusão de diferenças, e conseqüentemente, a diversidade que se manifesta na pluralidade intrínseca ao próprio ser humano. A princípio, nesses espaços, essa inclusão pode causar estranheza, uma vez que se tem conhecimento sobre as formas rígidas e verticalizadas das ações de cuidado — direcionadas pela gestão não democrática — presentes no cotidiano de trabalho.

Contudo, a inclusão dos sujeitos está alinhada aos pressupostos do SUS que dizem respeito ao direito à saúde, universalidade e equidade do acesso, integralidade e participação popular em consonância com o que vem sendo construído na saúde ao longo da história e, adicionados às diretrizes da PNH no que tange as práticas de cuidado como a gestão democrática, a clínica ampliada, a valorização dos trabalhadores, a defesa dos direitos dos usuários e o fomento a redes sociais de produção de saúde (Santos Filho, 2011).

Apesar do avanço em relação à organização de uma Política de Humanização, a organização e qualificação da atenção hospitalar no SUS é instituída somente em 2013, por meio da Política Nacional de Atenção Hospitalar – PNHOSP. Conforme a Portaria nº 3.390 de 30 de dezembro do referido ano, os hospitais são instituições complexas, com grande densidade tecnológica que, a partir do atendimento multiprofissional e interdisciplinar, prestam assistência aos usuários da Política de Saúde em estágio mais complexo do estado de saúde, necessitando, portanto, de uma intervenção contínua com vistas à

reabilitação. Logo, “os hospitais, além da assistência, constituem-se, ainda, em espaços de educação, formação de recursos humanos, pesquisa e avaliação de tecnologias em saúde para a RAS” (Brasil, 2013).

As diretrizes trazidas pela PNHOSP dizem respeito à garantia de universalidade de acesso, equidade e integralidade; regionalização; continuidade do cuidado; modelo de atenção centrado no cuidado ao usuário, a partir da abordagem multiprofissional e interdisciplinar; acesso regulado; atenção humanizada; gestão de tecnologia em saúde; garantia da qualidade da atenção hospitalar e segurança do paciente; garantia da efetividade dos serviços; financiamento pactuado entre as três esferas de gestão; garantia da atenção à saúde indígena, organizada de acordo com as necessidades regionais; transparência e eficiência na aplicação de recursos; participação e controle social no processo de planejamento e avaliação; e monitoramento e avaliação (Brasil, 2013).

Cabe salientar que, apesar da importância da existência de normativas em relação à PNH, isto não é suficiente, de modo que “humanizar significa também transformar as ações assistenciais propriamente ditas” (Ayres, 2006, p.70).

Cecílio e Merhy (2003), ao analisarem o cuidado no espaço hospitalar, destacam que este deve acontecer combinando às tecnologias necessárias e a humanização, sendo o usuário abordado em suas necessidades e realidade, em um ambiente de conforto e segurança. Porém, esse cuidado é realizado por múltiplos profissionais e envolve também disputas:

O cuidado, de forma idealizada, recebido/vivido pelo paciente, é somatório de um grande número de pequenos cuidados parciais que vão se complementando, de maneira mais ou menos consciente e negociada, entre os vários cuidadores que circulam e produzem a vida do hospital. Assim, uma complexa trama de atos, procedimentos, fluxos, rotinas e saberes, num processo dialético de complementação, mas também de disputa, compõem o que entendemos como cuidado em saúde (Cecílio e Merhy, 2003, p.198).

Nesse sentido, ainda existem desafios que precisam ser compreendidos no que concerne à materialização da Política Nacional de Humanização nas Unidades de Saúde. Apesar dessa Política datar o ano de 2003, temos apenas uma diretriz versando sobre a implementação dela nos Hospitais Universitários geridos pela EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) em 2018,

a: Diretriz EBSEERH de Humanização: assistência humanizada para a melhoria da qualidade em saúde.

Tal diretriz foi elaborada pelo Serviço de Gestão de Qualidade da EBSEERH e tem por objetivo recomendar um rol mínimo de ações de humanização que devem ser implementadas nos Hospitais Universitários sob gestão da EBSEERH e iniciou sua implementação no Hospital Universitário de Pelotas (EBSEERH, 2023). A diretriz foi elaborada visando também a formalização das ações já realizadas pelos Hospitais Universitários da rede EBSEERH de modo que com o documento as atividades em humanização seriam uniformizadas, avaliadas e monitoradas em suas respectivas Unidades, propiciando assim um trabalho coeso em toda a rede (Brasil, 2018).

Em conformidade com a Diretriz, as ações em humanização devem ser implementadas por meio do trabalho em equipe, em uma perspectiva de trabalho coletivo em saúde e também devem ser centradas em colegiados. A diretriz, então, propõe a criação de grupos de trabalho de humanização. No Hospital Universitário de Juiz de Fora, tal grupo é denominado: Grupo de Trabalho de Humanização. Tal Grupo tem regimento próprio e portaria que o regulamenta. Atualmente, conta com 12 (doze) integrantes das mais diversas categorias profissionais, abrangendo nível médio, técnico e superior, que se reúnem mensalmente para avaliar, monitorar e deliberar as ações em humanização.

Com a finalidade de apoiar os Hospitais Universitários na implantação e extensão de atividades que fortaleçam o processo de humanização, a diretriz propõe algumas outras ações, além do grupo de trabalho apontado anteriormente, como: visita aberta e direito ao acompanhante, sistemas de escuta qualificada, desospitalização, acolhimento em função de vulnerabilidade/risco, carta de direitos dos usuários do SUS, ambiência, valorização do trabalhador e brinquedoteca (Brasil, 2018).

A visita é garantida a todos os usuários internados no Hospital Universitário de Juiz de Fora. Já o direito ao acompanhante é garantido aos usuários que tenham previsibilidade legal: crianças, adolescentes, idosos e deficientes. Entretanto, visando uma prática humanizada, as equipes profissionais, principalmente a equipe médica, possuem autonomia para autorizar o acompanhamento em situações excepcionais.

Os sistemas de escuta qualificada aos usuários e trabalhadores foram instituídos com as ouvidorias e também com a pesquisa de satisfação. As ouvidorias são espaços de escuta, denúncia, elogios, sugestões que podem ser utilizados por todos os usuários e pelos profissionais de saúde. As pesquisas de satisfação são realizadas no Hospital Universitário periodicamente e tem por objetivo avaliar, qualificar, melhorar as ações, os setores e a assistência direta aos usuários. Partimos da percepção de que a ouvidoria e a pesquisa de satisfação são dispositivos de suma importância e são complementares, porque são atividades que se imbricam para atender ao mesmo objetivo, a partir de um processo avaliativo, qual seja: qualificar os processos de trabalho e a assistência direta aos usuários no Sistema Único de Saúde.

Acreditamos que a desospitalização está articulada às altas responsáveis por todas as equipes envolvidas na assistência direta aos usuários internados no Hospital Universitário. Essa alta apenas pode ser considerada responsável a partir do entendimento ampliado em relação ao conceito amplo de Saúde, não sendo entendida restritamente como ausência de doenças. Depende, assim, de um trabalho interdisciplinar que busque atender aos usuários em totalidade e integralmente. Como poderemos observar adiante, esse trabalho interdisciplinar ainda enfrenta muitos desafios em sua implementação no contexto do Hospital Universitário de Juiz de Fora.

Já o acolhimento em função de vulnerabilidade e risco é mais utilizado em Unidades de Urgência e Emergência que utilizam a classificação de riscos no momento que o usuário busca o atendimento em saúde. Entretanto, consideramos que o conceito de acolhimento remete a uma escuta crítica, atenta e qualificada e que deve estar presente desde o momento da entrada do usuário no Sistema Único de Saúde até o momento que tem alta hospitalar. Sendo assim, defendemos que todas as Unidades de Saúde implementem essa diretriz.

A carta de direitos dos usuários é um dispositivo que orienta aos usuários do hospital sobre seus direitos de acesso à Política Pública de Saúde (Brasil, 2018). O Hospital Universitário de Juiz de Fora conta com esse dispositivo, mas acreditamos que deve ser melhor divulgado para que os usuários possam se apropriar dos seus direitos, de modo que assegure que eles sejam cumpridos enquanto perdurar a internação.

Já a ambiência é considerada um espaço físico que propicie uma atenção resolutiva, humanizada e acolhedora (Brasil, 2018). Segundo as diretrizes da EBSEH, os projetos de ambiência devem levar em consideração a iluminação dos espaços, a qualidade dos equipamentos utilizados, a temperatura, e devem estar adequados à especificidade do setor no qual será implementado (Brasil, 2018).

A valorização dos trabalhadores pressupõe que os trabalhadores em saúde sejam potencializados e acreditamos que tal valorização somente ocorre por meio de gestões participativas, nas quais se criem espaços de discussão entre os gestores e os trabalhadores de modo que os processos decisórios sejam realizados em conjunto entre os três atores da Política Nacional de Humanização: usuários, trabalhadores e gestores.

Já a brinquedoteca, outro dispositivo presente na Diretriz, é um dispositivo garantido às crianças e adolescentes por meio da resolução nº41 do Ministério da Justiça e do Conselho Nacional dos direitos das crianças e adolescentes que garante a esse público, em particular hospitalizado, um espaço para desfrutar de recreação, acompanhamento de currículo escolar. No Hospital Universitário de Juiz de Fora, há espaço físico com brinquedos que pode ser utilizado pelas crianças e adolescentes internados desde que estejam acompanhados de seus responsáveis. Entretanto, não há acompanhamento de currículo escolar, pois o Hospital Universitário não conta com pedagogo para realizar tal atividade.

Tendo em vista os dispositivos apresentados, podemos inferir que existem muitos desafios no que concerne à implementação da Política Nacional de Humanização no Hospital Universitário de Juiz de Fora e também da própria Diretriz de Humanização da EBSEH, como problematizaremos com a pesquisa de campo realizada com residentes dos programas de residência do Hospital em questão, que apresentaremos a seguir.

3. HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: REFLEXÕES A PARTIR DE PESQUISA COM RESIDENTES

A importância da organização dos hospitais na rede de saúde, ao ofertarem serviços de média e alta complexidade, traz consigo a necessidade de responder com efetividade às necessidades de saúde da população e, por isso,

é fundamental o debate acerca de seu papel na sociedade brasileira com vistas à garantia e ampliação do acesso à população — ainda que se trate de instituições complexas e desafiadoras por envolverem as dimensões organizacional, assistencial, ensino e pesquisa, política, social e financeira. Uma das estratégias de efetivação dos princípios e diretrizes do SUS é a humanização do serviço — que envolve, além de outros elementos tratados neste trabalho, a democratização da gestão (Santos Filho, 2011).

A estrutura organizativa e a tradição gerencial dos hospitais os tornam organizações burocráticas e centralizadoras, com a existência de sistemas de gestão com baixa participação dos trabalhadores, fragmentação e organização do trabalho por categorias profissionais, além da manutenção da estrutura do saber biomédico de ordenamento que produz relações hierárquicas de trabalho, impactando diretamente na qualidade do serviço ofertado (Castro, 2018).

Torna-se imprescindível a produção de planos de intervenção para o enfrentamento das questões perpassadas pelos arranjos de trabalho. Sendo assim,

Na perspectiva da Política de Humanização, a reorganização da arquitetura das organizações de saúde e o reordenamento dos processos de trabalho e da ação dos hospitais na rede SUS deveriam decorrer desde a ativação e experimentação de processos coletivos, favorecendo a emergência de novos sujeitos capazes de sustentar um conjunto de valores ético-políticos, os quais tomam concretude na forma de novas práticas de cuidado (Santos Filho, 2011, p. 39).

Nesse sentido, as Residências Multiprofissionais em Saúde, que visam a defesa e o fortalecimento do SUS, alinhadas à perspectiva defendida pelo movimento da reforma sanitária, podem ser importantes estratégias para a difusão dos princípios e diretrizes da PNH nos espaços de saúde — uma vez que os profissionais nelas inseridos realizam suas ações a partir do esforço de compreensão do usuário de forma integral (Closs, 2010).

A Residência em Área Profissional da Saúde é definida — conforme art. 13 da Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005 — como “modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, voltada para a educação em serviço e destinada às categorias profissionais que integram a área da saúde, excetuada a médica”. Logo, constitui-se em programa de cooperação com inserção dos profissionais

no mercado de trabalho em áreas prioritárias do Sistema Único de Saúde (Brasil, 2005).

Ao refletir sobre a potencialidade de integração e diálogo profissional proporcionados pelos Programas de Residência, corroboramos com a ideia de Menezes e Escóssia (2018) ao afirmarem o quão fundamental é

(...) desnaturalizar a supremacia do fator biológico sobre a dimensão social do sujeito (o que não significa dizer que o biológico não tem um papel crucial no que se entende por saúde) e redefinição do entendimento sobre o processo saúde-doença, levando a reconhecer a multicausalidade e uma concepção ecológica - esta, por sua vez, afirma que o homem, o agente etiológico e o ambiente guardam uma relação dinâmica entre eles e são potencialmente importantes no processo saúde-doença. Ou seja, não é com o ataque direto à doença que se produz saúde, mas com o atendimento às necessidades biológica, econômica, social e psicológica dos sujeitos (Menezes, Escóssia, 2018, p. 324).

Entendendo o processo formativo das residências como essencial para as alterações das práticas no cotidiano dos serviços de saúde, foi perguntado aos sujeitos da pesquisa se durante o processo de formação na graduação, tiveram contato com o debate da PNH e vinte (20) deles responderam não.

Esse dado nos chama atenção, uma vez que esse elemento pode ter reflexo na atuação profissional nos espaços do HU durante a residência, persistindo em uma ação profissional setorizada, concentradas em áreas, departamentos ou atenções específicas, sem conseguir o envolvimento de todas as profissões necessárias para a melhor efetivação das práticas e dos serviços do SUS.

Cecílio (1997) reforça que é necessário questionar os paradigmas hegemônicos em torno dos hospitais, que coloca os usuários como passivos e seu corpo exposto a uma intervenção que tem por base as normas da equipe de saúde, sendo posto como anônimo, sem rosto e referenciado por uma patologia. Destaca ainda o trato dado às famílias que são por vezes classificadas como as que atrapalham a rotina.

Reforçamos que, conforme salienta a publicação do Caderno HumanizaSUS, “formação e intervenção não se separam”. Dessa forma, “trata-se de uma relação com o conhecimento não da ordem apenas do ‘fazer conhecer’ a PNH, mas principalmente do ‘fazer participar’ da Política, com tudo

que isso envolve em termos de apropriação, mobilização, intervenção e construção de conhecimentos” (Pavan, *et al.*, 2010, p.76).

Nesse sentido, foi perguntado aos participantes o seu entendimento sobre o significado de Humanização. O maior número de respostas (seis), remeteu ao atendimento pautado na integralidade. A empatia/acolhimento foi sinalizada por quatro participantes; e sinalizado três vezes os seguintes apontamentos: respeito às diferenças/necessidades dos usuários; humanização das relações e indivíduos; qualidade do atendimento/assistência nos serviços de saúde; e humanização como entendimento de autonomia/protagonismo dos usuários. A horizontalidade das relações interprofissionais foi citada por dois entrevistados e apenas um participante afirmou ter relação com a efetivação dos princípios do SUS.

As respostas obtidas nos indicam que há um entendimento por parte dos residentes da efetivação dos princípios do SUS. Porém, como nos aponta Pasche (2011), o primeiro desafio para a humanização na saúde é a construção de seu sentido qualificativo em relação às práticas renovadas com uma direção ético-política de se promover mudanças necessárias sobre os desafios que persistem no SUS, para que não se reduza a um mero discurso ou esteja associada apenas à atitudes e sentimentos de benevolência, cordialidade, hospitalidade e interação harmoniosa entre sujeitos. Assim, a incorporação da humanização deve ter por objetivo colocar em questão os modos de organização e gestão dos serviços de saúde e trabalho.

O HU analisado tem como direcionamento um rol mínimo de atividades em humanização a serem executadas, monitoradas e avaliadas de acordo com o documento orientador e motivador, à gestão e trabalhadores desenvolvido pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH em 2017, e criado para a aplicação prática das principais diretrizes da PNH nos hospitais da rede. As ações preconizadas dizem respeito ao Grupo de Trabalho de Humanização - GTH; visita aberta e direito a acompanhante; sistemas de escuta qualificada; desospitalização; acolhimento em função de vulnerabilidade/risco; carta de direitos dos usuários do SUS; ambiência; valorização dos trabalhadores e brinquedoteca (Brasil, 2018), conforme exposto e problematizado anteriormente.

Tendo em vista esses dispositivos, os participantes foram questionados em relação às ações de humanização no HU. Dezoito (18) relataram não ter nenhum conhecimento. Os que relataram ter conhecimento, remeteram ao atendimento inter/multiprofissional, ao Projeto Terapêutico Singular e campanhas realizadas no HU, e às noções de acolhimento e vínculo com os usuários.

Os apontamentos levantados e o alto número de respostas do não conhecimento nos indicam a falta efetiva de incorporação das ações de humanização no cotidiano do HU, a não divulgação do documento orientador e a não incorporação de estratégias de humanização mais ampliadas no trabalho desenvolvido nas dependências do hospital.

Aqui, percebe-se o entendimento limitado sobre o significado da PNH, porque esta infere à assistência qualificada a partir da articulação da melhoria das condições de trabalho dos profissionais, do entendimento do usuário de forma integral — levando em consideração a forma de vida e acesso a bens e serviços —, dos ambientes de cuidado e do acolhimento como maneira de aperfeiçoar os serviços, que demanda a escuta qualificada do usuário, reconhecendo seu protagonismo no processo saúde/doença e na responsabilização do cuidado.

A respeito do apontamento das respostas dos residentes que reconhecem as ações de humanização do atendimento inter/multiprofissional, identificamos avanços do entendimento, ao menos no plano das ideias, sobre a necessidade de articulação, comunicação e envolvimento entre as diferentes profissões no que remete às ações de Humanização no HU, principalmente diante do leque de possibilidades de ações de assistência aos usuários proporcionada pelos profissionais corresponsáveis pelo cuidado.

Entendemos como importante também a indicação do PTS como ação de humanização no HU, visto que se desdobra em “um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, para um sujeito individual ou coletivo, resultado da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar, com apoio matricial se necessário” (Brasil, 2007, p. 40).

Cabe destacar que o fato de aparecer nas respostas em si não significa que possua ou não desafios para sua efetivação, mas consideramos um ponto importante esse apontamento por propiciar uma atuação integrada da equipe

valorizando as opiniões para entender demandas e situações complexas em relação ao cuidado em saúde e para definição e propostas de ações para com os usuários (Brasil, 2007), vinculando-se a um dos objetivos propostos pelas residências multiprofissionais com vistas à integralidade.

No que tange às noções de acolhimento e vínculo, a partir de Menezes e Escóssia (2018), trazemos que o acolhimento é reconhecido ao mesmo tempo como diretriz e dispositivo da PNH. Enquanto diretriz, precisa ser compreendido como postura ética/estética/política constitutiva dos modos de produzir saúde, que diz respeito à construção de redes de conversações que afirmam a potência dessas relações nos processos de saúde. Como dimensão ética, entende-se o comprometimento e reconhecimento do outro; como estética a construção da própria humanidade, a partir dos encontros do dia a dia; e, como dimensão política, o comprometimento coletivo. Na forma de dispositivo, constitui-se em uma ferramenta tecnológica relacional, que se realiza na escuta qualificada ao usuário para analisar a demanda de saúde na garantia do acesso com responsabilização e resolutividade dos serviços, além de proporcionar a construção de vínculo (Brasil, 2009).

Ademais, o acolhimento também possibilita analisar o processo de trabalho em saúde e pressupõe o reconhecimento do usuário como partícipe no processo de produção da saúde; não exige um espaço ou local previamente constituído nem determina um profissional ou hora específica para realizá-lo, presumindo apenas uma postura ética e o “compartilhamento de saberes, angústias e invenções, tomando para si a responsabilidade de ‘abrigar e agasalhar’ outrem em suas demandas, com responsabilidade e resolutividade sinalizada pelo caso em questão” (Brasil, 2009, p. 17).

Nesse sentido, as Residências Multiprofissionais, utilizando-se do acolhimento, têm a potencialidade de construção de redes de diálogo e formulação de propostas terapêuticas a partir de queixas, expectativas e riscos, conforme a participação do usuário, enquanto protagonista, nos processos de cuidado, como trazido a partir da experiência de Menezes e Escóssia (2018).

A PNH prevê ainda a gestão participativa — que se trata de um modo de administrar com interação, baseado no diálogo entre usuários e seus acompanhantes, trabalhadores e gestores, incluindo o pensar e o fazer coletivo. Os participantes foram questionados se esse modo de gestão acontece e com

qual frequência ocorre no âmbito do HU e quatro deles responderam que ocorre raramente, cinco responderam que não ocorre, sete responderam que ocorre e nove participantes responderam que ocorre às vezes.

Sendo assim, é perceptível que na concepção dos participantes a gestão participativa não ocorre, conforme previsto pela PNH. Esse fato pode ser verificado ainda nas respostas que indicam, obtidas em relação ao cotidiano de trabalho em saúde, momento em que grande parte dos residentes apontou a inexistência ou limitações dos espaços de análise e deliberação de ações para o enfrentamento das dificuldades surgidas a partir de encontros com o usuário.

Dentre os desafios da humanização, está a efetivação do trabalho entre as equipes de saúde, uma vez que o modelo médico central impacta diretamente no trabalho interprofissional, na articulação das equipes e no processo de definição dos cuidados em saúde.

Quando questionados sobre os desafios para a efetivação do trabalho interprofissional, estas foram atribuídas a um conjunto de elementos que perpassam a hegemonia do modelo biomédico, as dificuldades de comunicação, a falta de espaços de discussão interprofissional/capacitação, a indisponibilidade e desinteresse dos demais profissionais, a dificuldade de diálogo com a gestão, o desconhecimento do papel das equipes multiprofissionais e a falta de espaço físico adequado.

Entendemos o trabalho interprofissional como um caminho norteador para a atuação profissional, uma vez que esse elemento possibilita que os trabalhadores em saúde possam estar disponíveis para entender o discurso das variadas disciplinas que compõem a área, possam dialogar com os núcleos de atuação, e repensar conceitos, técnicas e procedimentos que reproduzem conhecimentos, metodologias e atitudes corporativistas, para que seja estabelecida uma comunicação aberta e democrática que proporcione a garantia da qualidade do atendimento ao usuário e a efetivação da política de saúde constitucionalmente garantida (Stephan-Souza, 1999).

O hospital é um lugar altamente profissionalizado que reúne uma diversidade de profissionais que possuem formação diferenciadas, que ocupam diferentes posições hierárquicas e diferentes espaços na divisão do trabalho. Assim, a fragmentação das práticas profissionais constitui um obstáculo para o

desempenho de ações que visem à integralidade e a visão do usuário em sua totalidade.

Consideramos que esses elementos impactam diretamente na proposta da clínica ampliada — que é uma das diretrizes da PNH que visa qualificar o modo de se fazer saúde, além de valorizar e considerar a multiplicidade de vias de entendimento e de ação no processo de conflito/adoecimento/sofrimento — que seria uma estratégia contra o desafio de fragmentação e setorização do trabalho.

Quando perguntados especificamente sobre esta iniciativa no HU, treze (13) dos entrevistados relatam que é adotada e onze (11) relatam que não. Contudo, os dados contrastam com as respostas sobre o trabalho interprofissional. Se este não acontece pelos desafios antes destacados, a clínica ampliada também teria sérios problemas para se desenvolver. Logo, existe ainda a possibilidade de não conhecimento por parte dos profissionais entrevistados a respeito do que é de fato a proposta da clínica ampliada, que se difere de uma mera discussão de caso com seus pares.

Para a efetivação da clínica ampliada, é necessário que haja uma comunicação mais efetiva entre os profissionais inseridos nos serviços, incluindo as referências técnicas, preceptores, tutores e residentes, para que possam desenvolver discussões reais, para além de dados e encaminhamentos anotados apenas em prontuários — que torna o cuidado fragmentado e perpetuam o não conhecimento acerca da especificidade/função de cada categoria profissional responsável pelo cuidado (Menezes; Escóssia, 2018).

Sabe-se que as pessoas não se limitam às expressões das doenças de que são portadoras. Existe uma grande complexidade de vida dos sujeitos que utilizam serviços de saúde, sendo a clínica ampliada, nesse sentido, uma prática necessária com vistas para além da clínica centrada na doença (Brasil, 2007). Por isso,

Para que se realize uma clínica adequada é preciso saber, além do que o sujeito apresenta de igual, o que ele apresenta de diferente, de singular, inclusive, um conjunto de sinais e sintomas que somente nele se expressam de determinado modo. Com isso, abrem-se inúmeras possibilidades de intervenção, e é possível propor tratamentos muito melhores com a participação das pessoas envolvidas (Brasil, 2007, p. 10).

Os desafios para efetivação da humanização no cotidiano dos serviços de saúde são inúmeros, e elencamos os destacados pelos residentes: falta de apoio da gestão, falta de capacitação, dificuldades do trabalho interdisciplinar e o modelo biomédico, excesso de trabalho, falta de articulação da rede de atenção à saúde e falta de divulgação de capacitação e ações no âmbito do hospital.

Para o enfrentamento a esses desafios, trazidos pelos participantes, Pasche (2011) aponta quatro pistas metodológicas para a humanização dos hospitais da rede SUS, que também identificamos ao longo da pesquisa: ampliar a experiência democrática na gestão dos hospitais; ampliar a experimentação de ação clínica mais compartilhada e corresponsabilizada entre os trabalhadores que se encontram em situação de trabalho; desenvolver estratégias de inclusão dos usuários e da sua rede sociofamiliar nos processos de cuidado; e ampliar e qualificar a presença, inserção e responsabilização do hospital na rede de saúde.

Como destacado, a problemática da humanização não se restringe ao plano das relações pessoais e, por isso, este é seu desafio, uma vez que “se dá com o interesse por um progressivo enriquecimento das relações entre os fundamentos, procedimentos e resultados das tecnociências da saúde e os valores associados à felicidade a cada vez reclamados pelos projetos existenciais de indivíduos e comunidades” (Ayres, 2006, p. 54).

Isto posto, não é possível transformar as práticas de saúde se não houver uma crítica aos critérios estritamente biomédicos que são tomados para avaliar e validar as ações na saúde, porque ainda que esses critérios sejam relevantes, são insuficientes, se analisados de forma isolada (Ayres, 2006). Sendo assim, humanizar significa transformar as ações assistenciais propriamente ditas a partir do encontro entre usuários e profissionais, estabelecendo um diálogo legítimo acerca das ações desenvolvidas para o cuidado em saúde.

A pesquisa demonstra a ausência do debate da humanização no processo formativo dos residentes, como também a limitação do desenvolvimento das ações no interior do HU/UFJF.

Pereira e Ferreira Neto (2015), apresentando o processo de implementação da PNH em um hospital público, destacam que esta é complexa e envolve no mínimo três noções para ser efetiva:

1) não há mobilização sem implicação, carece-se de engajamento e interesse dos atores que se propõem a implantá-la para promover alterações e mudanças; 2) a política não se efetiva de forma homogênea e linear, seja nos diferentes serviços, seja nas diferentes instâncias de um mesmo equipamento de saúde; portanto, deve-se partir dos saberes e conhecimentos acumulados por quem se ocupa da práxis diária, reconhecendo as especificidades existentes em cada localidade; e 3) novos arranjos dependem amplamente dos trabalhadores para a sua funcionalidade, pois são nas ações cotidianas que se operam seus pressupostos e as mutações da realidade. Assim, é fundamental envolver os trabalhadores na construção dos planos (Ferreira; Neto, 2015, p.77).

Entendemos ainda como primordial, dispositivos que disparem mudanças internas que sejam de fato participativas e, em se tratando de um hospital universitário, a atenção à relação formação/trabalho, uma vez que esta deve se retroalimentar e contribuir para alteração efetiva do modelo biomédico hegemônico no trabalho em saúde.

Nesse sentido, defendemos a necessidade de incorporação da humanização nos projetos pedagógicos das residências não somente como retórica ou parte de um cumprimento legal e moral, mas com vistas à efetivação de estratégias de humanização nos cenários de prática dos residentes, com a reorientação de práticas em saúde pautadas nas redes de diálogo entre ensino, serviço e comunidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve a potencialidade de contribuir para evidenciar a temática da Política de Humanização dentro das instâncias do hospital, visto que, a partir da análise, torna-se possível detectar o conhecimento dos participantes, dando visibilidade para as ações já realizadas e identificando as fragilidades em sua execução.

Torna-se necessária, no âmbito da saúde, a compreensão fundamentada acerca dos elementos que implicam na reprodução da vida social dos usuários e não da realização de ações meramente superficiais a partir do imediato da vida (Antunes, 2018).

Sendo assim, a humanização dos hospitais corresponde à construção de novas arquiteturas organizacionais, com ampliação da interação e oferta de espaços coletivos, a fim de desenvolver o caráter crítico e reflexivo sobre o

trabalho, para alterá-lo segundo as diretrizes éticas e políticas da gestão, da clínica e da política de saúde — ultrapassando moldes tradicionais e indo ao encontro do que é de fato preconizado pela PNH, no que diz respeito à orientação sobre novos fazeres nesse espaço (Brasil, 2018).

Para isso, é fundamental a busca de mecanismos de aproximação com os usuários, visando à agilidade e qualidade dos serviços prestados e a participação efetiva na tomada de decisões sobre seu próprio atendimento à saúde (Silva; Castro, 2020).

Logo, é necessária uma melhor formação profissional e empenho dos gestores para que, por meio das reflexões sobre suas próprias práticas, ocorram mudanças na forma de cuidar e gerir, para a materialização das diretrizes da PNH.

Entendemos que o processo de mudança passa essencialmente pelos processos formativos e deve iniciar desde a graduação. Casate e Correa (2012) defendem que:

Nessa perspectiva da Universidade contribuir com a consolidação do SUS, investindo na formação de novos perfis profissionais nos cursos de graduação, está implicada a construção de currículos que, dentre outros aspectos, contemplem modos de organização distintos do predominante modelo disciplinar, com incorporação de conteúdos que extrapolem o campo das ciências biológicas (Casate; Corrêa, 2012, p.222).

Devido às lacunas nas graduações, as residências em saúde se tornam fortes estratégias de implementação desta, por seu caráter de formação em serviço face à necessidade de discussão sobre a temática nos dias de hoje, cerca de duas décadas após a instituição da PNH.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Relatório da pesquisa mapeamento das residências em área profissional e Serviço Social**. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-abepss-residencia-201812031150396627330.pdf>. Acesso em 10 jul. 2023.

ANTUNES, C. **A escola do trabalho: formação humana em Marx**. Campinas: Papel Social, 2018.

AROUCA, S. Humanizar a formação para humanizar o SUS. **Cadernos HumanizaSUS** – formação e intervenção. Brasil: 2010, p.63-72, vol 1. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaSUS.pdf. Acesso em 5 abr. 2023.

AYRES, J. R. C.M. Cuidado e Humanização das Práticas de Saúde. In: DESLANDES, S. F. (org.). **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p49-84. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/42086/deslandes9788575413296.pdfm.pdf;jsessionid=545BDAE9261DC28870F5B906E0DBB4D5?sequence=2>. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui a residência por Área Profissional em Saúde e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretriz Ebserh de Humanização: Assistência Humanizada para Melhoria da Qualidade em Saúde**. Série “Diretrizes Ebserh sobre Humanização” 1ª Edição. Serviço de gestão da qualidade coordenadoria de gestão da clínica diretoria de atenção à saúde. Brasília – DF, 2018. Disponível em: www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-sudeste/hu-ufjf/governanca/superintendencia/humanizacao/DiretrizHumanizacao2018.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. 1ª edição. 1ª reimpressão. Brasília – DF, 2013. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar** / Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnhah01.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. **Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Série B. Textos Básicos de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_classificacao_risco_servico_urgencia.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/clinica_ampliada_2ed.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html. Acesso em 10 jul. 2023.

CASATE, J. C; CORRÊA, A. K. A humanização do cuidado na formação dos profissionais de saúde nos cursos de graduação. **Revista da Escola de Enfermagem**. USP, v. 46, n.1, p.219-228, 2012.

CASTRO, M. M. C. **Humanização em saúde: intencionalidade política e fundamentação teórica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CECILIO, L. C. O desafio de qualificar o atendimento prestado pelos hospitais públicos. In: MERHY e ONOCKO. **Agir em saúde: um desafio para o público**. São Paulo: HUCITEC, p. 321-352, 1997.

CECILIO, L. C; MERHY, E E. A Integralidade do Cuidado como Eixo da Gestão Hospitalar. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. **Construção da Integralidade: cotidiano, saberes e práticas de saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, p. 197-210, 2003.

CLOSS, T. T. **O Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde na Atenção Básica: formação para a integralidade?** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.

CONANDA. Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995. Dispõe sobre os Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção I, p. 16319-16320, 17/10/95. Disponível em: www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucoes-1-a-99.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

DESLANDES, S. F. Humanização: revisitando o conceito a partir das contribuições da sociologia médica. DESLANDES, S. F (org). **Humanização dos cuidados em saúde: conceitos, dilemas e práticas**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

EBSERH. **EBSERH publica diretriz para a humanização e novo grupo é formado no HE**. Disponível em: <http://novo.heufpel.com.br/ebserh-publica-diretriz-para-humanizacao-e-novo-grupo-e-formado-no-he/>. Acesso em 20 jun. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6a edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

MARTINS, M. C. F. N.; BÓGUS, C. M. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade** v.13, n.3, p.44-57, set-dez. 2004.

MENEZES, A. A; ESCOSSIA, L. A Residência Multiprofissional em Saúde como estratégia para a humanização: modos de intervir no cotidiano de um hospital universitário. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 3, p. 322-329, set.-dez. 2018.

PASCHE, D. F. Pistas metodológicas para se avançar na humanização dos hospitais no Brasil. **Caderno Humaniza SUS**. Volume 3 – Atenção Hospitalar. Brasília – DF, 2011. Disponível em: <https://redehumanizasus.net/acervo/cadernos-humanizasus-volume-3-atenc%cc%a7a%cc%83o-hospitalar/>>. Acesso em 10 jul. 2023.

PAVAN, C. et al. Documento Orientador da Política de Formação da PNH. **Cadernos HumanizaSUS** – formação e intervenção, 2010, p.73-94. vol 1. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_humanizaSUS.pdf. Acesso em 10 jul. 2023.

PEREIRA; A. B.; FERREIRA NETO, J. L. F. Processo de implantação da política nacional de humanização em hospital público. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.67-87, jan./abr. 2015.

PUCCINI, P. T.; CECÍLIO, L. C. O. A humanização dos serviços e o direito à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 20, n.5, p. 1342-1353, set-out. 2004.

SANTOS FILHO, S. B. Dimensão de planificação da Política de Humanização na Atenção e Gestão em Saúde. **Caderno Humaniza SUS**. Volume 3 – Atenção Hospitalar. Brasília – DF, 2011. Disponível em: [https://redehumanizaus.net/acervo/cadernos-humanizaus-volume-3-atenc %cc %a7a %cc %83o-hospitalar](https://redehumanizaus.net/acervo/cadernos-humanizaus-volume-3-atenc%cc%a7a%cc%83o-hospitalar). Acesso em 10 jul. 2023.

SILVA, L. B; CASTRO, M, M, C. **Serviço Social e Residência em Saúde:** trabalho e formação. Campinas: Papel Social, 2020.

STEPHAN-SOUZA, A. A Interdisciplinaridade e o Trabalho Coletivo em Saúde. **Revista de Atenção Primária**. Juiz de Fora: NATES /UFJF, ano 2, n. 2, p. 10-14, 1999.

CAPÍTULO IX

O RACISMO ESTRUTURAL E A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – TENSÕES E REFLEXÕES

Débora Cristina Lopes Santos

Assistente Social com formação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - (2017). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - (2022). Atuação profissional: Unidade de Acolhimento Institucional (Abrigo - Casa da Juventude) - Prefeitura Municipal de Ubá (MG). E-mail: deboracristinalopessantos@gmail.com

Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado em Serviço Social. Professora Associada na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social. E-mail: lugppaula@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui o objetivo de fomentar o debate sobre as manifestações do racismo estrutural, presente em nossa sociedade, refletindo como ele se expressa no campo da política de saúde, em especial na Atenção Primária à Saúde (APS).

O Sistema Único de Saúde (SUS) possui entre seus princípios: a universalidade, a integralidade e a equidade. Este último diz respeito à necessidade de se tratar desigualmente os desiguais, justamente por vivermos em uma sociedade marcada pelos traços da desigualdade. Assim, é possível observar que a população negra brasileira, por exemplo, apresenta particularidades na sua condição de saúde.

Na conjuntura atual, depois de termos atravessado um período devastador de nossa história, provocado por uma pandemia de âmbito mundial, o racismo estrutural sendo um dos elementos determinantes das nossas

relações sociais, no Brasil, explicitou-se de maneira escancarada na magnitude do adoecimento e na sobremortalidade da população negra por Covid-19 (Santos, *et al.*, 2022).

Posto isto, o presente artigo compreende a questão do racismo como um elemento da determinação social do processo saúde doença, porque incorpora o contexto sociopolítico e a estrutura social, o que inclui a questão da classe social, diferente do modelo dos determinantes sociais¹⁰⁸, que não considera a historicidade desse processo.

Este trabalho, portanto, constitui-se em um ensaio crítico sobre a temática do racismo estrutural presente na política de saúde, em especial na APS. Traz também algumas reflexões sobre o racismo institucional e como ele segue ocupando lugar nas instituições de saúde do Brasil. Nesse escopo, aborda o debate sobre o racismo na saúde problematizando como o tema se apresentou e se apresenta no âmbito dessa política e para seus trabalhadores.

Por fim, apresenta elementos da Atenção Primária à Saúde trazendo algumas provocações sobre a abordagem adotada pela política, e sobre como os trabalhadores desse nível de atenção compreendem — ou não — a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN).

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL

O racismo é compreendido, neste artigo, como um elemento estrutural, que faz parte da configuração do sistema capitalista de produção, no quadrante contemporâneo. Portanto, carrega um componente orgânico, por estar introjetado nas relações sociais, econômicas, políticas e jurídicas, manifestando-se como algo normal (Almeida, 2018).

De acordo com as reflexões de Eric Willians (*apud* Góes, 2021), o racismo é uma das consequências do modo de produção capitalista e não seu antecessor. E a comprovação dessa afirmação consiste no fato dos colonizadores terem se utilizado de argumentos racistas em prol da garantia da acumulação de capital. Portanto, “[...] o racismo é produto do capitalismo”

¹⁰⁸ A Organização Mundial da Saúde - OMS define determinantes sociais da saúde como “o conjunto das condições sociais nas quais os indivíduos vivem e trabalham” (Borghini, *et al.*, 2018, p. 885).

(Góes, 2021, p. 41).

Nos escritos d' *O Capital*, Marx (1975) nos revela a real brutalidade que conformou o “comércio” impulsionador ao modo de produção capitalista, demonstrando que a chamada “acumulação primitiva” na verdade se constituiu a partir da prática do roubo, da escravização e do assassinato de seres humanos. “Dessa forma, fica patente, a partir da metade do século XVI, a contribuição da África para o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao fornecer força de trabalho e ouro” (Góes, 2021, p. 32).

As invasões no *Novo Mundo*, de territórios americanos, e o processo de escravização dos povos africanos provocaram a degradação de seres humanos, pois os submeteram à condição de “coisa”. No entanto, embora o estatuto da escravidão expresse a transformação do ser humano em objeto, na realidade estes não serviram aos “seus senhores” na condição de mercadorias ou animais. O que se utilizava era a razão, o saber e a inteligência desses seres escravizados.

Compreendemos que a condição de “ser escravo” não é algo natural, inerente aos sujeitos. Ao contrário, são as relações sociais que determinam “[...] as formas como os seres humanos estabelecem seus intercâmbios. E para se legitimar um processo de escravização, faz-se necessário o esforço da construção de argumentos que o justifiquem. Assim, no início do processo de colonização a argumentação possuía cariz teológico, quando afirmava que o africano estava fadado à escravidão por ter nascido “pecador” “[...] e, portanto, escravizá-lo seria um caminho para a sua elevação espiritual” (Góes, 2021, p.41).

Mas, à medida em que a sociedade capitalista se desenvolve, esses argumentos também sofrem alterações. No período do Iluminismo, vários pensadores e filósofos contribuíram para justificar e legitimar a invasão, o comércio e o tráfico dos africanos. Esse processo se ancorou na hierarquização dos grupos sociais, a partir das suas diferenças, considerando os brancos como seres mais civilizados e atribuindo aos pretos um “status de animalidade negra” (Góes, 2021).

É nesse contexto que a burguesia passa a classificar os povos como negros, brancos, amarelos e vermelhos e, *pari passu*, busca-se hierarquizar e supervalorizar a “raça branca”, cuja história da humanidade terá seu ponto de partida e chegada o continente europeu;

serão os argumentos filosóficos que darão mais sustentação para o projeto colonial e robustecerá a ideologia do racismo (Góes, 2021, p. 42).

Por isso, no Brasil, Almeida (2018) e Fernandes (1972) destacam que o racismo não se caracteriza unicamente como um elemento de herança da escravidão. Mais que isso, o modo de produção escravista representa a gênese do capitalismo brasileiro. Essa compreensão é importante, porque revela a relação orgânica entre o capitalismo e o escravismo, e a influência dessa ideologia escravocrata para a construção do racismo no Brasil (Bersani, 2018).

Dessa forma, a construção sócio-histórica brasileira é atravessada por desigualdades estruturais e por sistemas de opressão que as reforçam. Entre esses sistemas, encontra-se o racismo que “traz consigo o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida” (Eurico, 2013, p. 295).

De acordo com Almeida (2018), “raça” não é um termo fixo, nem estático. A sua compreensão está atrelada às circunstâncias históricas em que é utilizado. Assim, como aponta Torre *apud* Brasil (2002), é central destacar que a ciência já comprovou a não existência da raça do ponto de vista genético. Conforme Almeida (2020), o conceito não tem nada de biológico, é um conceito político que expressa relações de poder e dominação, que produz desigualdades sociais ao operar na hierarquia social.

Desse modo, Clóvis Moura (1994) apresenta que só é possível compreender a força permanente do racismo e as diversas formas com que ele se apresenta se admitirmos o papel social, ideológico e político que ele possui. Assim, o racismo fornece sentido, justificação e normalidade para as formas de desigualdade e violência, destinada à população negra na contemporaneidade (Almeida, 2018).

Em uma síntese apresentada por Eurico (2013, p. 294) encontramos que

O racismo ocorre quando grupos humanos considerados raças ou identificados por traços raciais ou racializados (como, por exemplo, a cor) são tratados de modo desigual do ponto de vista econômico, político, social e cultural. As desigualdades são entendidas como discriminação racial quando se encontram e se comprovam mecanismos causais que operam na esfera individual e social e que possam ser retraçados ou reduzidos à ideia de raça. Assim, grupos considerados superiores obtêm privilégios em relação aos outros grupos, considerados inferiores. A discriminação racial materializa o

preconceito racial que é a manifestação comportamental baseada no juízo de valor, socialmente construído e destituído de base objetiva.

Nesse sentido, Almeida (2018) destaca três diferentes formas de compreensão do racismo: a individualista, a institucional e a estrutural. Na perspectiva individualista, nega-se a existência de sociedades racistas e o racismo é percebido como produto das ações dos indivíduos, que vivem em sociedade, mas agem de forma isolada ou em grupos. De acordo com Jones (2002), o racismo interpessoal se expressa em preconceito e discriminação e se revela por meio das condutas individuais, sejam elas intencionais ou não.

Sobre a concepção institucional do racismo, Almeida (2018) apresenta que, sob essa perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é percebido como o resultado do funcionamento das instituições que impõem, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça dos sujeitos. Dessa forma, as instituições materializam a vida social e, portanto, carregam em si os conflitos existentes na sociedade.

Werneck (2016) indica que o debate sobre o racismo institucional desloca a questão da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normativas que resultam em tratamentos desiguais.

Para Werneck (2016), o racismo institucional é capaz de gerar e legitimar condutas discriminatórias nas formas de governo, portanto as ações e políticas institucionais têm a capacidade de produzir e/ou manter a subalternização de sujeitos e grupos vitimados pelo racismo.

Conforme Almeida (2018), o racismo institucional acontece nas forças estabelecidas e respeitadas socialmente, como equipamentos do Estado, por isso recebem menos condenação pública e acabam, muitas vezes, sendo legitimados pela sociedade. Dessa forma, compreende-se que o racismo é reproduzido por instituições que conformam uma sociedade racista.

Partindo dessa compreensão, este artigo, propõe uma análise do racismo que transcende a esfera institucional, pois as instituições são consideradas como aparelhos ideológicos de hegemonia, ou seja, espaços nos quais se reforça um determinado *status quo*. Há racismo nos ambientes institucionais porque ele se faz presente na organização da nossa estrutura

societária (Almeida, 2018). Desse modo, apresentamos o debate sobre o racismo em uma concepção estrutural. E essa análise requer considerar que o capitalismo, no Brasil, possui uma especificidade em sua matriz histórica: a escravidão (Bersani, 2018).

No Brasil, o escravismo foi o responsável pelo desenho de uma sociedade de classes, representada pelos dominantes (senhores de escravos) e dominados (homens e mulheres escravizados). Isso indica como, em nosso país, “o capitalismo e a ideologia racista são indissociáveis” (Bersani, 2018, p. 190).

O racismo estrutural, portanto,

corresponde a um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. Por corresponder a uma estrutura, é fundamental destacar que o racismo não está apenas no plano da consciência – a estrutura é intrínseca ao inconsciente. Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas (Bersani, 2018, p. 193).

Uma das características do racismo, de acordo com Moura (1994) e Almeida (2018), é a dominação de determinado grupo racial sobre o outro. Os autores estabelecem que a supremacia branca, ou seja, a dominação que atribui vantagens e privilégios políticos, econômicos e afetivos a pessoas brancas, é uma forma de hegemonia, que não apenas é exercida com o uso da força, mas pelo estabelecimento de consensos ideológicos. Por isso, o racismo age como arma ideológica de dominação (Moura, 1994).

Desse modo, o ser negro e o ser branco são construções sociais quando os privilégios fazem de alguém um ser reconhecido como branco, do mesmo modo, são as desvantagens sociais, históricas e culturais, e não somente a cor da pele, que fazem de alguém um ser negro, (Almeida, 2018); (Menezes, 2013).

Moore (*apud* Menezes, 2013, p. 50) afirma que:

Desde o que conhecemos do seu início, o racismo surgiu e se desenvolveu em torno da luta pela posse e a preservação monopolista dos recursos vitais da sociedade. (...) A função básica do racismo é de blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja

dominância se expressa por meio de um continuum de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado.

Nesse sentido, o racismo é alimentado pela estrutura do Estado capitalista e, assim, configura-se enquanto um elemento constitutivo dos Estados modernos (Almeida, 2018). Portanto, o racismo vem sendo historicamente legitimado pelo Estado. “Com efeito, o Estado age sobre o racismo quer pela sua presença, mediante leis, políticas segregacionistas e de higienização, entre outras medidas, quer pela sua ausência, pois não enfrentou a questão racial em seu cerne, enraizada no país desde o período colonial” (Bersani, 2018, p. 192).

O racismo como um elemento estrutural, como um componente do próprio modo de produção capitalista, permite a superexploração de determinados grupos de nossa sociedade, tornando cada vez mais precária a vida da população negra. De acordo com Werneck (2016), existem diferentes estudos que apontam forte correlação no Brasil entre raça, racismo, discriminação racial e renda, cabendo aos grupos racialmente discriminados ocupar patamares inferiores, estando sujeitos a ofertas de ações de saúde pública ou privada precárias.

Munanga (2002) problematiza que o elemento do racismo faz com que pessoas negras e pobres sejam discriminadas duas vezes, apesar da igualdade meramente formal que trata igualmente seres desiguais.

Nesse sentido, o próximo item apresentará como esses elementos históricos implicam diretamente na vida da população negra, em nosso país, e como o elemento do racismo se apresenta no campo da saúde pública, promovendo iniquidades na efetivação dessa política.

2. REFLEXÕES SOBRE O RACISMO E A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL

A saúde, segundo a Constituição Federal de 1988, é direito de todos e dever do Estado brasileiro. Ela compõe a Seguridade Social, compreendida pelas políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência Social. Organiza-se por meio do Sistema Único de Saúde (SUS) e possui regulamentação legal por meio da Lei 8080/90 que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção

e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” (Brasil, 1990).

A Lei 8080/90 prevê, como um princípio do SUS, a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. Entretanto, observando a trajetória histórica da política de saúde, no Brasil, é perceptível a presença do racismo estrutural, evidenciando fragilidades na assistência prestada, especialmente à população negra, influenciando nos processos de saúde, adoecimento e morte (Bersani, 2018).

Com relação à participação do movimento negro no processo de luta pelo SUS, no contexto de Reforma Sanitária, Werneck (2016) afirma que este contribuiu para a construção de um sistema universal de saúde pautado na integralidade, na equidade e na participação popular¹⁰⁹. Entretanto, isso “não foi suficiente para inserir no novo sistema mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, particularmente aquelas interpostas pelo racismo” (Ibidem, 2016).

Na agenda do poder público, os debates em torno do racismo e a necessidade de se construir políticas públicas voltadas para esse tema só se fez presente, com maior expressão, com a realização da “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares”¹¹⁰, em 1995. Essa marcha levou a Brasília milhares de pessoas de todas as regiões do Brasil, provocando a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI). Esse movimento acabou reunindo militantes, pesquisadores e representantes do governo na tarefa de formulação de propostas de ações governamentais. Com isso, o campo político foi sendo pressionado ao reconhecimento do racismo

¹⁰⁹ De acordo com López (2012), o processo de democratização das ações e serviços de saúde, no Brasil, foi conquistado como direito constitucional nos anos de 1980, estabelecendo novas relações entre o Estado e a sociedade. E essa conquista contou efetivamente com a participação da militância negra, principalmente de militantes vinculados a partidos e sindicatos, sem falar na participação efetiva do movimento de mulheres negras na luta pela regulamentação da prática da esterilização a fim de coibir os abusos de uma esterilização em massas, que teve a mulher negra como sua principal vítima (Ariha; Citeli, 1998); (Damasco; Maio; Monteiro, 2012).

¹¹⁰ O documentário produzido pela organização da Marcha Zumbi dos Palmares (1995) aponta que a ocasião comemorou os 300 anos da morte de Zumbi. E que a carta exigiu ações concretas em favor da valorização da população negra, o reconhecimento do racismo no Brasil. A Marcha foi a expressão do amadurecimento político das organizações negras, desvinculando a questão racial do campo estritamente cultural, e exigindo que o orçamento da União definisse recursos explícitos para superação das desigualdades raciais nos campos da educação, saúde, comunicação e emprego. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/marcha-zumbi-dos-palmares-1995/>. Acesso em: 07 jul. 2022).

como um determinante social da saúde, influenciando nos processos de adoecimento e morte da população negra, em nosso país (Werneck, 2016).

Entre as principais conquistas desse momento, é possível destacar:

[...] a inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos; a criação do Programa de Anemia Falciforme (PAF) e a detecção precoce da doença via triagem neonatal a partir do Programa Nacional a ser criado; a reestruturação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus; o fortalecimento e extensão do então Programa de Saúde da Família até as comunidades quilombolas; além de o Ministério da Saúde publicar, em 1998, o documento "A Saúde da População Negra, realizações e perspectivas" e, em 2001, o "Manual de doenças mais importantes, por razões étnicas, na população brasileira afrodescendente" (Werneck, 2016, p. 537).

Outro marco que impulsionou o debate sobre o racismo, em nosso país, foi a "III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância", realizada em Durban, África do Sul, no ano 2001. Foi nesse contexto que ações afirmativas passaram a constar nas agendas internacionais e nacionais. Conforme Munanga (2002), no relatório desenvolvido na III Conferência, foram elaboradas propostas em benefício da população negra como a adoção de medidas reparatórias às vítimas de racismo, discriminação racial e intolerâncias correlatas por meio do desenvolvimento de políticas públicas específicas nas área de: saúde, educação, trabalho, titulação de terras, estabelecimento de uma política agrícola e desenvolvimento de comunidades quilombolas para a superação da desigualdade (Munanga, 2002).

Um importante reflexo desse processo foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, quando a questão racial foi elevada ao status de política de Estado. Nesse momento, novos pactos de combate ao racismo foram estabelecidos, por meio da proposição de uma política de promoção da igualdade racial transversal¹¹¹.

No Brasil, o "I Seminário Nacional de Saúde da População Negra",

¹¹¹ Considera-se como desdobramento desse processo a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da Cultura e História Afro-Brasileira e Africana, criada pela Lei nº 10.639/03, modificada pela Lei nº 11.645/08 que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira e indígena, nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio (Brasil, 2008).

realizado em Brasília, entre os dias 18 e 20 de agosto de 2004, foi o primeiro evento convocado pelo Governo Federal para discutir a perspectiva racial nas políticas de saúde, teve a tarefa de avançar no diagnóstico das condições de saúde da população negra e formular propostas para combater as iniquidades em saúde que atingem esse segmento da população brasileira. Um dos impactos do seminário foi a criação de espaços para proposição e monitoramento de ações, como o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, sediado na Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde.

No ano de 2005, foi criado o Programa de Combate ao Racismo Institucional, por meio de uma parceria entre o MS, a Agência Brasileira de Cooperação, e o Ministério Público (MP). Nesse contexto, foram envolvidas as agências internacionais, o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino Unido, a Organização Pan-Americana de Saúde e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O programa teve como objetivo central combater o racismo institucional dentro do SUS, especialmente no âmbito municipal (Milanezi, 2020).

Sobre esse Programa, López (2012) afirma que o racismo se apresenta como um potencial produtor de iniquidades no campo da política de saúde. No que tange às iniquidades em saúde, Werneck (2016) aponta as principais doenças, agravos e condições mais frequentes que acometem a população negra e as classifica como:

(i) Geneticamente determinadas - anemia falciforme e deficiência de glicose-fosfato desidrogenase; ou dependentes de elevada frequência de genes responsáveis pela doença ou a ela associadas - hipertensão arterial e diabete melito. [...] (ii) Adquiridas, derivadas de condições socioeconômicas desfavoráveis - desnutrição, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST/AIDS, doenças do trabalho, transtornos mentais resultantes da exposição ao racismo e ainda transtornos derivados do abuso de substâncias psicoativas, como o alcoolismo e a toxicomania. [...] (iii) De evolução agravada ou de tratamento dificultado - hipertensão arterial, diabete melito, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer e mioma. [...] (iv) Condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas - crescimento, gravidez, parto e envelhecimento (Werneck, 2016, p. 02).

A autora supracitada enfatiza que tais doenças são mais incidentes na população negra não por razões étnicas ou genéticas, mas devido à precariedade das condições de vida a que a população negra foi historicamente

submetida. Desse modo, “o acesso a serviços de saúde é mais difícil e o uso de meios diagnósticos e terapêuticos é mais precário, produzindo, em geral, evolução e prognóstico piores para as doenças que afetam negros no Brasil” (Werneck, 2016, p. 03). Segundo a autora, o principal elemento constituinte desse campo é o reconhecimento do racismo como um dos fatores centrais na produção das iniquidades em saúde experimentadas pela população negra do país.

Os dados epidemiológicos desagregados segundo raça/cor são consistentes o suficiente para indicar o profundo impacto que o racismo e as iniquidades raciais têm na condição de saúde, na carga de doenças e nas taxas de mortalidade de negras e negros de diferentes faixas etárias, níveis de renda e locais de residência (Ibidem, 2016 p. 05).

Por isso, no ano de 2009, o Ministério da Saúde instituiu a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Essa política finalmente reconheceu o racismo e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais das condições de saúde de nossa população. O seu principal objetivo é promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e nos serviços do SUS (Brasil, 2017). Todavia, tal política ainda não alcançou o status de Lei, o que nos permite inferir que seja em decorrência do racismo estrutural. Além disso, a PNSIPN apresenta limitações ao utilizar a abordagem “Determinantes Sociais da Saúde” (DSS) no lugar da “Determinação Social dos processos saúde-doença” (DS) (Santos, 2022).

Desse modo, apesar da PNSIPN reconhecer o racismo como um elemento determinante do processo saúde-doença de pessoas negras no país, que influencia na maneira de adoecer e morrer desses sujeitos, e que impacta diretamente no acesso à prevenção, tratamento e reabilitação dessa população no Brasil, o fato dela reconhecer o racismo como um dos determinantes sociais das condições de saúde, e não como um elemento da determinação social da saúde, como uma questão central da história da população negra brasileira, nos parece indicar um limite da política (Santos, 2022).

Borde; Alvares e Porto (2015) problematizam acerca da diferenciação aparentemente sutil entre “Determinantes Sociais da Saúde” (DSS) e

“Determinação Social dos processos saúde-doença” (DS). Os autores defendem que a abordagem dos DSS é insuficiente para incidir na transformação das iniquidades sociais em saúde, porque apesar de ser considerada como avanço na mobilização internacional em prol da equidade em saúde¹¹², elabora uma crítica incompleta por conceber a possibilidade da reversão destas iniquidades em saúde nos marcos da sociabilidade capitalista.

De acordo com Borde; Alvares e Porto (2015), o modelo dos DSS que vem sendo promovido pela Comissão dos Determinantes Sociais da Saúde (CDSS) da Organização Mundial da Saúde (OMS) desde o ano 2005 não propõe uma análise compreensiva das relações de poder, exploração, dominação e marginalização inerentes ao modo de produção capitalista. Desse modo, classe social, raça/etnia e gênero não aparecem como elementos que têm sustentado e ampliado as formas de valorização e expansão do capitalismo moderno/colonial.

Ao contrário desta, a abordagem da Determinação Social dos processos saúde-doença (DS), articulada desde a Medicina Social-Saúde Coletiva latino-americana (MS-SC), reconhece as dinâmicas sociais que constroem os processos de produção e reprodução das relações capitalistas, considerando que as condições de exploração, discriminação e marginalização moldam os modos de vida dos sujeitos e se expressam nos processos saúde-doença (Borde; Alvares; Porto, 2015).

Diante disso, Laurell (1982) apresenta que os processos patológicos prevalentes são crônicos e muitas vezes não são mortais, ainda assim, a população negra segue morrendo em decorrência de doenças tratáveis, por dificuldade no acesso à saúde, por causa do racismo estrutural expresso pela via institucional nos serviços de saúde no Brasil (Santos, 2022).

Ao tratar das doenças típicas da sociedade moderna, Laurell (1982) refere que muitas são provenientes da situação de extrema pobreza e da morte violenta, da vida desfeita como descrevem os autores: (Batista; Escuder; Pereira, 2004, p.635. grifo nosso).

¹¹² Especialmente por se colocar contrária ao paradigma dominante que privilegia abordagens biologicistas, culturalistas, e que culpabilizam os sujeitos por suas decisões pessoais e estilos de vida.

Há uma morte branca que tem como causa as doenças, as quais, embora de diferentes tipos, não são mais que doenças, essas coisas que se opõem à saúde até um dia sobrepujá-la num fim inexorável: a morte que encerra a vida. A morte branca é uma "morte morrida". Há uma morte negra que não tem causa em doenças; *decorre de infortúnio*. É uma morte insensata, que bule com as coisas da vida, como a gravidez e o parto. *É uma morte insana, que aliena a existência em transtornos mentais*. É uma morte de vítima, em *agressões de doenças infecciosas ou de violência de causas externas*. É uma morte que não é morte, *é mal definida*. A morte negra não é um fim de vida, *é uma vida desfeita*, é uma Átropos ensandecida que corta o fio da vida sem que Cloto o teça ou que Láquesis o meça. A morte negra é uma morte desgraçada.

A despeito de compreender que as injustiças em saúde são funcionais ao modo de produção capitalista, fica evidente que tais injustiças não podem ser superadas simplesmente por boas práticas de governança ou por políticas redistributivas. Mesmo assim, reconhecemos o avanço trazido pela PNSIPN por apontar o racismo e a discriminação racial como determinantes associados ao adoecimento e a morte precoce de mulheres e homens negros, e por dispor sobre a inclusão do quesito raça/cor em todos os instrumentos de coleta de dados adotados pelos serviços públicos, os conveniados, ou contratados pelo SUS, na busca de monitorar e avaliar as mudanças na cultura institucional, objetivando a garantia dos princípios antirracistas e não-discriminatórios (Werneck, 2016); (López, 2012).

Ainda que a CDSS reserve um papel estratégico à gestão redistributiva, a defesa dessas políticas se apresenta como um passo estratégico na mobilização pela saúde pública de qualidade, especialmente no contexto em que vivemos, momento histórico ainda caracterizado pelas tendências genocidas — herança do governo Bolsonaro (Soares, *et al.*, 2021), no qual as políticas públicas passaram por um forte processo de ataques e desmantelamentos.

Por isso, reafirmamos a relevância da PNSIPN e defendemos a sua existência apontando “a falta de precisão conceitual e a teorização frouxa sobre a relação saúde-sociedade que se manifesta na proposta da CDSS” (Borde; Alvares; Porto, 2015), e também adotada pela PNSIPN por assumir a abordagem dos DSS defendida pelo documento produzido pela Organização

Mundial da Saúde (OMS) sobre os Determinantes Sociais da Saúde¹¹³.

Ainda são muitas as dificuldades enfrentadas para se introduzir uma perspectiva racial nas políticas públicas (López, 2012). López (2012) destaca, como exemplo, o quesito raça/cor, cujo preenchimento se tornou obrigatório desde o ano de 2017, porém seus dados não são coletados de maneira ampla, ou quando são coletados não o são de maneira correta. Esse movimento permite que os mecanismos do racismo institucional sejam reforçados.

Werneck (2016) apresenta a presença de uma visão ainda preconceituosa e estereotipada de alguns profissionais de saúde. Desse modo, de acordo com a autora, por mais que a PNSIPN tenha sido aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006, e nacionalmente implementada em 2009, ela ainda não ganhou adesão o suficiente entre os profissionais do SUS.

Dessa forma, mesmo que a PNSIPN busque por melhorias de curto prazo, e não questione a sociabilidade que gera iniquidades e pobreza (Borde; Alvares; Porto, 2015); (Santos, 2022), diante de um cenário de intenso extermínio da população negra, permitido muitas vezes pelo próprio Estado, a PNSIPN se insere no âmbito da promoção da equidade em saúde e do aperfeiçoamento do SUS. Por isso, seu reconhecimento por parte dos profissionais da saúde é de suma importância para contribuir com o reconhecimento do racismo institucional nesses espaços. Observa-se ainda a urgência desse tema para a Atenção Básica¹¹⁴, por ser a principal porta de entrada do SUS. E a esse debate é dedicado o próximo item.

3. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) E RACISMO – ALGUMAS PROBLEMATIZAÇÕES

O Sistema Único de Saúde (SUS) se organiza por meio de ações e serviços de saúde dirigidos para o atendimento global da população. Essas ações e serviços de saúde articulam esforços do governo federal, dos estados

¹¹³ Segundo Nogueira (2009), o relatório final da Comissão da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde (2008) despreza os outros saberes, como os das ciências sociais, e a importância desses para o campo da saúde pública, e, por isso, apresenta múltiplas análises reducionistas.

¹¹⁴ A Política Nacional de Atenção Básica – PNAB considera os termos “Atenção Primária à Saúde” e “Atenção Básica” como equivalentes.

e municípios, considerando todas as fases da vida; asseguram o direito de assistência dos níveis menos complexos (realizados nas Unidades de Atenção Primária à Saúde) aos mais complexos (hospitais terciários e quaternários); e propõem uma atenção à saúde que respeite as especificidades das populações com maior vulnerabilidade, buscando a promoção da equidade (Brasil, 2009).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) determina que as Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) atuem como porta de entrada no SUS, e como centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS). Cabe, também, a essas unidades o papel de coordenadora do cuidado e ordenadora das ações e serviços disponibilizados na rede.

A Atenção Básica é o conjunto de ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional e dirigida à população em território definido, sobre as quais as equipes assumem responsabilidade sanitária (Brasil, 2017).

De acordo com Santos e Santos (2013), é por meio da Atenção Primária à Saúde (APS) que se estabelece o primeiro contato do usuário com o sistema de saúde. Esse contato deve ser o início de um processo contínuo que oferecerá ao usuário do serviço uma atenção integral. Tal processo, deve buscar proteger, restaurar e reabilitar a saúde dos indivíduos, famílias e comunidades, por meio de ações de promoção social da saúde.

A PNAB veda qualquer tipo de exclusão, no momento do atendimento, seja com relação à “idade, raça/cor, etnia, crença, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, estado de saúde, condição socioeconômica, escolaridade, limitação física, intelectual, funcional e outras”¹¹⁵ (Brasil, 2017, p. 2).

No entanto, embora a legislação apresente o impedimento de qualquer tipo de exclusão, o faz de maneira geral e ampla. Visto que o enfrentamento direto, específico e explícito do racismo não está posto na PNAB, e a ausência desse elemento na Lei pode contribuir para a manutenção do racismo institucional que ainda se faz presente no campo da saúde, e

¹¹⁵ Artigo 2º, parágrafo 3º.

consequentemente no campo da APS.

Segundo Lopes (2004), no cenário da APS, o cuidado se estabelece quando são consideradas as necessidades, o perfil socioeconômico, o gênero e a raça de uma população. O autor aponta que a dificuldade de contemplar essa diversidade pode comprometer a resolutividade das ações e a efetividade dos serviços.

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) pode promover uma maior aproximação das equipes de saúde com a população atendida, uma vez que, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exatamente 54 %¹¹⁶ da população nacional se autodeclaram negros, e o público majoritário que acessa as políticas públicas, incluindo o SUS, é (78,8 %) negro (BRASIL, 2017); (IBGE, 2013); (AMORIM, 2018).

Em uma pesquisa realizada por Santos e Santos (2013), as autoras buscaram avaliar as narrativas dos profissionais da APS acerca da PNSIPN. Essa pesquisa mostrou que para a maioria dos profissionais entrevistados a PNSIPN “é vista como desnecessária e promotora da discriminação”. Com isso, as autoras constataram que as falas apresentadas pelos profissionais da APS estão, em sua maioria, fundamentadas no “mito da democracia racial¹¹⁷”.

A respeito do “mito da democracia racial”, Silva (2021) afirma que o fato da formação sócio-histórica brasileira ter resultado em uma sociedade multirracial e poliétnica não significa que as relações sociais entre os diferentes sujeitos sejam de fato democráticas. Segundo a autora,

O antagonismo fundante da sociedade brasileira não pode ser amortecido. O uso ideológico do “mosaico étnico-racial” – empiricamente confirmado pela miscigenação – contribui sistematicamente para uma negação do racismo que costuma ser ancorada nas visões hegemônicas da história e da sociologia (Silva, 2021, p. 70).

¹¹⁶ 11PRUDENTE. E. Dados do IBGE mostram que 54 % da população brasileira é negra. Rádio USB, São Paulo, dia 31 de julho de 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usb/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em 20 nov. 2022.

¹¹⁷ A ideia propagada de que no Brasil não existiu racismo, vendendo para os demais países o imaginário de uma harmonia e plena igualdade entre brancos e negros no Brasil. Depois de 1945, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) estimulou um amplo programa de pesquisa sobre as relações raciais e certificou-se que a ideia da harmonia entre as raças era de fato um mito (Ianni, 1987).

Santana, *et al* (2019), também realizou uma pesquisa semelhante, mas o público entrevistado foi composto por coordenadores dos cursos da área da saúde de três Universidades do Estado de São Paulo, e concluíram que os coordenadores dos cursos da área de saúde também demonstram um desconhecimento ou uma discordância com relação à necessidade da PNSIPN.

Cunha (2012) credita essa resistência dos profissionais, seja no âmbito da APS ou na esfera da academia, em reconhecerem a existência e a presença do racismo nos serviços de saúde, ao espraiamento da lógica da “democracia racial”. É como se a questão racial, na sociedade brasileira, fosse uma questão de opinião e que, ao dar destaque a esse recorte analítico, fomentar-se-ia um “racismo inexistente” (Santos; Santos, 2013, p. 567).

Segundo Lopes (2004), o racismo é uma programação social e ideológica às quais todos estão submetidos; não é questão de opinião. “Uma vez envolvidas nessa programação social, as pessoas reproduzem, consciente ou inconscientemente, atitudes racistas que, em certos casos, são inteiramente opostas à sua opinião” (Santos; Santos, 2013, p. 567).

Para Santos e Santos (2013), o descaso com a saúde da população negra já expressa, por si só, a presença do racismo de maneira estrutural em nossa sociedade.

O descaso com relação à necessidade de investimento na saúde da população negra tem sido uma das faces mais perversas do racismo, pois [...] nega a possibilidade de promover e manter condições dignas de saúde a esse grupo, perpetuando a presença da população negra nos piores índices nacionais em termos de preservação da saúde (Santos; Santos, 2013, p. 568).

Esse descaso se tornou evidente no grau de letalidade da Covid-19 para a população negra brasileira, que foram os primeiros das listas de óbitos e os últimos das listas de imunizados. Eurico, *et al* (2021) apresenta que apesar da Covid-19 ter se apresentado como uma doença democrática, ela retirou a vida de mais negros pobres do que brancos ricos. Um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde demonstrou que no ano de 2021, enquanto 55 % de negros morreram por covid, a proporção entre brancos foi de 38 % (Santos, 2021).

Santos e Santos (2013) evidenciam que o profissional de saúde da atenção primária tende a não perceber a discriminação ou a insistir em sua inexistência. Essa percepção ficou evidente na desigualdade do ritmo de vacinação de territórios onde a massa da população é pobre e negra (Brasil, 2022); (Silva, 2021), o que contribui para a inércia do sistema frente à discriminação e, conseqüentemente, para a sua manutenção e ampliação (Santos; Santos, 2013).

Uma sociedade que discrimina e nega a discriminação procura afirmar que as políticas de igualdade racial são um equívoco e não um mecanismo reparador da igualdade. Enquanto, na verdade, “políticas de promoção de igualdade racial são compreendidas como políticas públicas que pretendem corrigir iniquidades decorrentes de discriminação, histórica e atual, vivenciada pela população negra” (Santos; Santos, 2013, p. 564).

Para Jaccoud (2008), a ampliação das políticas sociais teve impactos importantes na redução das desigualdades raciais, especialmente no que diz respeito ao acesso dos serviços e benefícios. No entanto, a autora afirma que em um país como o Brasil, com um histórico de racialização da pobreza, o aumento expressivo da cobertura das políticas sociais na população não tem colaborado significativamente para a redução das desigualdades raciais. "Os avanços no sentido da consolidação de políticas sociais universais têm ampliado o acesso e as oportunidades da população negra, mas, em geral, não vêm alterando os índices históricos de desigualdade entre brancos e negros" (Jaccoud, 2008, p. 63).

Desse modo, conforme Jaccoud (2008), o grande desafio para a construção de uma sociedade onde toda a população possa ser beneficiada pelas políticas sociais, de forma geral, especialmente no caso brasileiro, está diretamente associado ao enfrentamento da questão racial, porque não se trata de um elemento menor ou secundário, mas de uma questão que, ao ser compreendida sobre a análise estrutural, questiona o cerne da desigualdade, ou seja, a contradição capital x trabalho colocada por uma sociedade que se apropria privadamente da riqueza socialmente produzida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de construção deste artigo, um elemento que muito nos chamou a atenção foi a escassez de estudos que apresentam a questão racial como um fator da determinação social do processo saúde-doença, principalmente no nível da Atenção Primária à Saúde.

A APS tem a potencialidade de estar próxima da comunidade, de conhecer de perto seus sofrimentos, seu território, seus costumes e culturas, sua realidade e assim apreender de forma qualificada suas demandas para construir as melhores respostas, que sejam mais resolutivas e adequadas à real necessidade de cada população. Sabendo que mais da metade da sociedade brasileira se autodeclara negra, podemos considerar que esses territórios sejam habitados por essa população que sofre com o racismo, que dificilmente encontra nos serviços de saúde o apoio e o acolhimento necessários, e que conseqüentemente adoece e morre sem, muitas vezes, sequer despertar inquietação e indignação em sua comunidade.

Reconhecemos e apontamos os limites da PNSIPN ao assumir a abordagem dos “Determinantes Sociais da Saúde” (DSS) em detrimento da “Determinação Social dos processos saúde-doença” (DS), apesar da crítica à política, que espera inquietar os movimentos sociais em torno da promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra no Brasil, reiteramos a necessidade de defendê-la, e qualificá-la para melhor benefício do povo negro.

Assim, observou-se que o espaço da APS, por meio das UAPS, pode (ressalvadas as limitações) contribuir para a socialização e publicização da PNSIPN junto à comunidade e para o enfrentamento do racismo institucional e estrutural que atravessa o campo da saúde. E, dessa forma, contribuir para a construção de possibilidades que venham a qualificar o cuidado em saúde para a população negra no nosso país, por meio do acesso às redes de atenção à saúde; à promoção e vigilância em saúde; à educação permanente sobre a saúde da população negra; ao fortalecimento da participação e do controle social; ao monitoramento e avaliação das ações de saúde para a população negra (Brasil, 2009).

As muitas lacunas encontradas, ao longo da construção deste artigo, permitem enfatizar a necessidade de um aprofundamento sobre tais reflexões. Desse modo, foram lançadas provocações para o estímulo de novos estudos, especialmente no campo da saúde.

Constata-se que esforços nesse sentido têm sido feitos, nas várias áreas de conhecimento que abarcam os profissionais de saúde, entretanto ainda é pouco, dado à dívida que toda a sociedade brasileira tem com a população negra deste país. Uma dívida de mais de 300 anos. Por isso, se faz necessário unir forças na luta antirracista, e esta luta precisa ser coletiva, precisa ser de todos os profissionais da saúde. Não pode ficar restrita apenas à parte preta desse campo, pois a construção de um novo tempo, sem opressão e exploração de classe, raça/cor, etnia depende de todos nós.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, M. S. **Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo.** In: Em Pauta, v. 18, n. 45, p. 116-129, 2020.

ARILHA, M, CITELI.T. **Demandas e Desafios no Campo da Saúde Reprodutiva.** In: Política, Marcados, ética. Editora 34, São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/programa-de-saude-memoria-institucional-de-geledes/>. Acesso em 06 jul. 2022.

AMORIM, C. C. **População negra e saúde: por que debater?** Revista Construção. 2018. Disponível em: <http://revistaconstrucao.org/saude-publica/populacao-negra-e-saude-por-que-de-bater/>.

BATISTA, L. E.; ESCUDER, M. M. L.; PEREIRA, J. C. R. **A cor da morte: causas de óbito segundo características de raça no Estado de São Paulo, 1999 a 2001.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, vol. 38 no.5, São Paulo, mar/mai. 2004.

BATISTA, L. E. et al. **Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra.** Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 37, n.99, out/dez; 2013.

BERSANI, H. **Aportes teóricos e reflexões sobre o racismo estrutural no Brasil.** In: Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 175-196, jan./jun. 2018.

BORDE, E.; ALVAREZ, M. H.; PORTO, M. F. S. **Uma análise crítica da abordagem dos Determinantes Sociais da Saúde a partir da medicina social e saúde coletiva latino-americana.** RIO DE JANEIRO, V. 39, N. 106, p. 841-854, jul-set 2015.

BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. **Determinação ou determinantes sociais da saúde: Texto e contexto na América Latina.** Trab. educ. saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.869-897, set/dez.2018.

BRASIL. **Saúde da população negra.** Organização Pan Americana da Saúde, Brasília, 2002.

BRASIL. Congresso Federal. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.* Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm. Acesso em 06 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Portaria nº 992, de 13 de mai. de 2009. **Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.** Brasília, DF, maio 2009.

CUNHA, E. M. G. P. **Recorte étnico-racial:** caminhos trilhados e novos desafios. In: BATISTA, L. E. et al. Saúde da População Negra. Brasília: ABPN, 2012. p.37-48.

DAMASCO, M. S.; MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. **Feminismo negro:** raça, feminismo negro: raça, feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993) no Brasil (1975-1993) no Brasil (1975-1993). Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

EURICO, M. C. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 114, p. 290-310, abr/jun. 2013.

FERNANDES, F. **O desafio educacional.** São Paulo, Cortez, 1989.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

GÓES, W. L. Capitalismo e racismo: uma discussão necessária. In: ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S.; ROCHA, R. **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista:** questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

IANNI, O. **A ideia do Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992. IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde.** Rio de Janeiro, 2013.

JACCOUD, L. **Racismo e república:** o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (org.). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília, DF: Ipea, 2008.

JONES, C. P. **Confronting institutionalized racism.** In: Phylon, Atlanta, v. 50, n. 1, p. 7-22, 2002.

LAURELL, A. **A saúde-doença como processo social.** Tradução: La salud-enfermedad como proceso social. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, pp. 7-25. Trad. NUNES, E. D. Disponível em: https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod_resource/content/1/Conteudo_on-line_2403/un01/pdf/Artigo_A_SAUDE-DOENCA.pdf

LOPES, F. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer:** tópicos em saúde da população negra no Brasil. Caderno de Textos Básicos do I Seminário Nacional de Saúde da População Negra, de 18 a 20 de agosto de 2004, Brasília, 2004.

LÓPEZ, L. C. **O conceito de racismo institucional:** aplicações no campo da saúde. Comunicação Saúde e Educação. In: Interface, v.16, n. 40, p. 121-134, jan/mar. 2012.

MARX, K. **O Capital.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MENEZES, F. **Repensando a funcionalidade do racismo para o capitalismo no Brasil contemporâneo.** In: *Libertas*, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 9-72, 2013.

MESQUITA, I. N. **Entre silenciamentos e provocações:** a questão do racismo no contexto da Atenção Básica à Saúde. Monografia apresentada ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental, da Faculdade de Ciências Médicas, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

MILANEZI, J. **A institucionalização da saúde da população negra no SUS.** NEXO. Políticas públicas, 2020. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-institucionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-sa%C3%BAde-da-popula%C3%A7%C3%A3o-negra-no-SUS>. Acesso em 08 jun. 2022.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: editora Anita, 1994.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sec.v4i2.515>.

SANTOS, J. E.; SANTOS, G. C. S. **Narrativas dos profissionais da atenção primária sobre a política nacional de saúde integral da população negra.** In: *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v.37, n.99, p. 563-570, out/dez, 2013.

SANTOS, M. P. A. Os negros nas listas de óbitos e os últimos na fila da imunização. In *População Negra e Covid-19 / Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Organização Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO.* – Rio de Janeiro, RJ: ABRASCO, 2021.

SANTOS, M.P.A. et al. **População negra e COVID-19:** reflexões sobre racismo e saúde. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxJSJFbY9LFH3WMQHv/?format=pdf&lang=t> Acesso em 13 jan. 2022.

SANTOS, D. C. L. **Racismo estrutural e saúde da população negra:** contribuições para a crítica da ideologia racista na saúde brasileira. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 247. 2022.

SANTANA, R. A. R. et al. **A equidade racial e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de Saúde.** São Paulo. Interface (Botucatu). 2019.

SILVA, A. P. P. da. Formação social brasileira e questão racial: o racismo estrutural em debate. In: ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S.; ROCHA, R. **Desafios para o Serviço Social na luta antirracista:** questão étnico-racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. **Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19.** *Serv. Soc. Soc.* (140) • jan-abr. 2021.

WERNECK, J. **Racismo institucional e saúde da população negra.** In: *Saúde e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 25, n.3 jul/set. 2016.

CAPÍTULO X

SAÚDE MENTAL, PROIBICIONISMO E DROGAS EM JUIZ DE FORA-MG: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS A PARTIR DE PESQUISAS EMPÍRICAS

Marco José de Oliveira Duarte

Assistente Social, Psicólogo, Sanitarista, Mestre e Doutor em Serviço Social, Pós-Doutor em Políticas Sociais e Pós-doutorando em Psicologia Social. Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Líder do Grupo de Pesquisa em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (NEPS/CNPq). Pesquisador Bolsista de Produtividade CNPq.
E-mail: marco.duarte@ufjf.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6395-1941>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1776095470421007>

Marcilea Tomaz

Assistente social, Mestre em Serviço Social pela UFJF, Especialista em Saúde Mental, na modalidade residência pelo Hospital Universitário (HU) da UFJF e em Relações de Gênero e Sexualidades: perspectivas interdisciplinares pela UFJF. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq), Representante do Conselho Regional de Serviço Social – MG, titular no Conselho Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas (COMPID) Biênio 2021-2023 e atual membra da mesa diretora (COMPID/JF). Técnica de referência dos SRT de Juiz de Fora/GEDAE-PJF.
E-mail: marcileatomaz@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1880160954325859>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2388-6409>

Vanisse Bernardes Bedim

Assistente social, Mestre em Serviço Social pela UFJF, Especialista em Saúde Mental, na modalidade residência pelo Hospital Universitário (HU) da UFJF. Coordenadora da política de saúde mental na Prefeitura de Ubá-MG. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Gênero, Diversidade e Saúde: Políticas e Direitos (GEDIS/CNPq).
E-mail: vanissebbedim@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1691601589974473>
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0646-6042>

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas de saúde mental e drogas, ao longo da história, tomando seus marcos legais, como o processo de formação social e do Estado brasileiro, se apresentaram atreladas às lógicas manicomial e proibicionista. Mas também houve resistências, disputaram-se projetos de direção ética-política na esfera pública, para as políticas públicas, as instituições e o cuidado em saúde mental e drogas. Avanços e retrocessos foram sentidos nestes 24 anos do século XXI no que tange a Reforma Psiquiátrica e as lutas desse campo, envolvendo diversos sujeitos, saberes e práticas.

Para construção deste capítulo, portanto, parte-se da revisão da literatura e da pesquisa empírica, basicamente, das narrativas de vários/as trabalhadores/as dos dispositivos socioassistenciais das referidas políticas públicas na cidade de Juiz de Fora -MG, problematizando as políticas de saúde mental e drogas, tendo como desenho de análise as questões de ordem mais gerais, sobre a configuração das políticas nacionais e a realidade local e seu contexto interiorano.

Dessa forma, o capítulo articula duas pesquisas acadêmicas que tomaram tais políticas no município como campo da investigação, fruto de duas dissertações de mestrado em Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, orientadas pelo primeiro autor. Assim, as investigações tratam, respectivamente, das políticas de saúde mental e de drogas e os limites e desafios para a realização do trabalho em saúde no modelo de atenção psicossocial, tendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Juiz de Fora – MG como espaços problematizadores e as ameaças ao Sistema Único de Saúde, em particular, pelas comunidades terapêuticas.

O momento atual, no cenário nacional, tem-se observado o esforço, no âmbito da gestão federal das políticas públicas mencionadas acima, no sentido de restabelecer as conquistas referentes à garantia de direitos, autonomia e cuidado em saúde mental e drogas pautados na Reforma Psiquiátrica e nas lutas antimanicomiais e antiproibicionistas. Assim, tem-se configurado esse momento de reconstrução das políticas e mesmo de fortalecimento da gestão destas, frente aos retrocessos e desmontes impetrados nos últimos anos, de forma mais

radical, em decorrência do ultraconservadorismo e do racismo de Estado em contexto ultraneoliberal.

Contudo, mesmo que, nacionalmente, entenda-se essa adesão por uma nova direção política por parte de trabalhadores/as, usuários/as, familiares e gestores/as nos níveis estaduais e municipais, no contexto local, contudo, não se observa nenhuma mudança, ao contrário, mantém-se uma certa rotatividade na gestão da política de saúde mental, a total ausência sobre a gestão e a política sobre drogas e a baixa cobertura assistencial dos serviços técnico-assistenciais dessas políticas na cidade, tendo em vista que Juiz de Fora tem uma população de 540.756, segundo o último censo de 2022¹¹⁸.

2. OS DISPOSITIVOS SOCIOASSISTENCIAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL E DROGAS EM JUIZ DE FORA-MG: OS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)

Nesse item, tratamos da caracterização e particularidade que compõem a Política de Saúde Mental e Drogas em Juiz de Fora/MG, nosso território de pesquisa e análise, principalmente onde se situam nossas informantes da pesquisa — assistentes sociais —, que executam seu trabalho profissional nos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), em específico, nos CAPS da cidade.

Assim, de forma sintética, enumeramos os principais dispositivos socioassistenciais de saúde mental e drogas no município até aqui:

➤ 5 CAPS: 4 de gestão municipal – CAPS III Casa Viva; CAPSad III (álcool e outras drogas); CAPS II Leste e CAPSij Gentileza (infanto-juvenil) e 1 de gestão federal - CAPS II Liberdade, vinculado ao Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU/UFJF) atualmente na unidade Dom Bosco;

➤ 1 Centro de Convivência: Recriar;

¹¹⁸ Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023, disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/juiz-de-fora.html>>. Acesso em 14 jul. 2023.

➤ 1 Serviço de Urgências Psiquiátricas (SUP), funcionando no Hospital de Pronto Socorro Municipal (HPS), com 7 leitos psiquiátricos;

➤ 33 leitos psiquiátricos em hospital geral, destes, 9 funcionando no Hospital Regional João Penido (HRJP), de caráter estadual; e 24 no Hospital Ana Nery, de caráter privado/conveniado;

➤ 28 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT);

➤ 1 Consultório na Rua (CnR);

➤ 1 Centro de Atenção à Saúde Mental (CASM), nível municipal; e

➤ 1 Ambulatório de álcool e drogas (AD) do HU/UFJF (Unidade Dom Bosco), de gestão federal.

Para fins de análise, neste trabalho, privilegiaremos os CAPS de Juiz de Fora, pelo por serem serviços de portas abertas e de caráter comunitário. O primeiro nessa modalidade implementado na década de 1990, é o CAPS Casa Viva, que é um serviço tipo III (funcionamento 24h/dia, incluindo finais de semana e feriado), localiza-se na região central da cidade e faz a cobertura das regiões Sul e Sudeste do município, que apresenta uma população aproximada de 103.439 habitantes (IBGE, 2010; SEPLAG-JF, 2019). Por atender pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, o serviço proporciona atenção contínua, ofertando retaguarda clínica e acolhimento noturno a outros serviços de saúde mental, inclusive CAPSad, indicado para municípios ou regiões com população acima de 200 mil habitantes (Brasil, 2011).

O CAPSad, cuja implantação se concretizou na década de 2000, é localizado também na região central da cidade, também é modalidade III, atende adultos, como crianças e adolescentes, considerando as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com necessidades de cuidados clínicos contínuos. O serviço comporta 12 leitos, para observação e monitoramento. É o único CAPSad do município, ou seja, sua abrangência equivale a toda cidade de Juiz de Fora, que tem sua população aproximada de quase 600 mil habitantes, apesar da legislação indicar que esse serviço, e com essa característica, seja para municípios ou regiões com população acima de 200 mil habitantes (Brasil, 2011).

O CAPSij localizado em um bairro próximo a região central da cidade, atende crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes

e os que fazem uso de álcool e outras drogas. O CAPSij, modalidade III, é o único serviço infanto-juvenil de Juiz de Fora, abrangendo, assim, todo território do município, indicado, pela sua característica, para municípios ou regiões com população acima de 150 mil habitantes (Brasil, 2011).

O CAPS Leste, o último inaugurado na cidade pela gestão municipal, em 2012, é de modalidade II, também se localiza na região central da cidade e é referência para as regiões do Leste, Nordeste e Centro, que correspondem equivalente a 220 mil habitantes (IBGE, 2010; SEPLAG-JF, 2019), embora a legislação (Brasil, 2011) indique essa modalidade para região ou municípios com população acima de 70 mil habitantes.

Por fim, de gestão federal, o CAPS Liberdade, vinculado ao Hospital Universitário da UFJF, mudou de endereço recentemente, saindo de uma “casinha” no bairro São Mateus, próximo a região central, para um novo espaço na mesma territorialidade geográfica do HU/UFJF, o bairro Dom Bosco, próximo ao campus central da UFJF. Sua modalidade é tipo II, como descrito anteriormente, desempenhando a função de atender usuários, adultos e idosos com transtornos mentais severos e persistentes. O serviço é referência para a região Oeste, que gira em torno de 35.327 habitantes (IBGE, 2010; SEPLAG-JF, 2019). Ele está em um processo de abarcar novos territórios de abrangência, como a região rural ou dentro da cidade, com unidades de saúde (UBS) que tenham equipes da estratégia de saúde da família (ESF), porém não temos ainda informações concretas e formalizadas nesse sentido. O quadro a seguir sistematiza os referidos dados anteriores:

Quadro 1 – Abrangência territorial dos dispositivos assistenciais pesquisados

Dispositivo	Abrangência/Região
CAPS III Casa Viva	Regiões Sul e Sudeste
CAPSad III	Todo o município juiz-forano
CAPSij III	Todo o município juiz-forano
CAPS II Leste	Regiões Leste, Nordeste e Centro
CAPS II Liberdade	Região Oeste

Fonte: Bedim (2023).

É válido, ainda, ilustrar o impacto em termos quantitativos em um comparativo entre o que prevê a Portaria GM/MS nº 3.088 (Brasil, 2011), que institui a RAPS e o que dispõe o município campo da pesquisa, conforme se segue:

Quadro 2 – Esquemático entre Portaria GM/MS nº 3088/2011 e a realidade dos CAPS de Juiz de Fora/MG

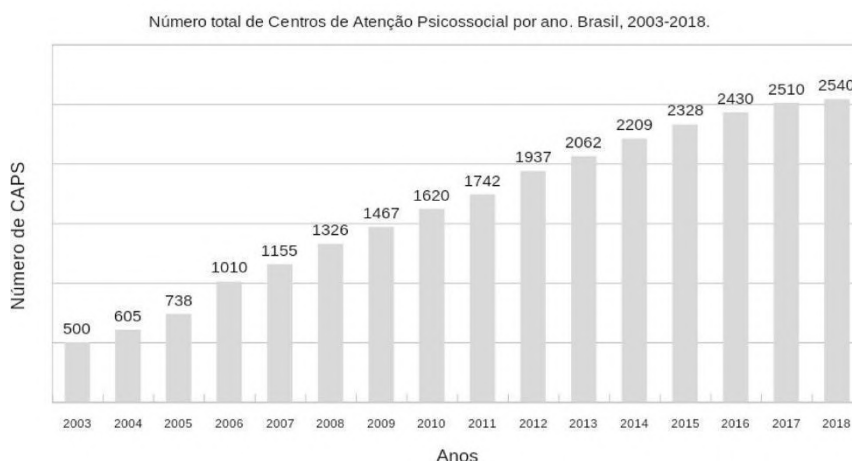
MODALIDADE	PORTARIA 3088/2011	JUIZ DE FORA/MG	Nº habitantes juiz-foranos abrangidos (estimativa aproximada)
CAPS I	Municípios ou regiões com pop. acima de 20 mil hab.	-	-
CAPS II	Municípios ou regiões com pop. acima de 70 mil hab.	2 (CAPS Liberdade e CAPS Leste)	255.327 hab.
CAPS III	Municípios ou regiões com pop. acima de 200 mil hab.	1 (CAPS Casa Viva)	103.439 hab.
CAPSad II	Municípios ou regiões com pop. acima de 70 mil hab.	-	-
CAPSad III	Municípios ou regiões com pop. acima de 200 mil hab.	1 (CAPSad)	540.756 hab.
CAPSi	Municípios ou regiões com pop. acima de 150 mil hab.	1 (CAPSij III)	540.756 hab.

Fonte: Bedim (2023)

Com a ilustração anterior, podemos inferir que temos um número aquém do necessário para oferta de serviços, de fato há uma precariedade na cobertura assistencial da estratégia da atenção psicossocial na RAPS da cidade. A realidade juiz-forana representa um terço (1/3) de abrangência territorial, o que é irrisório dentro do que dispõe na RAPS, e, conseqüentemente, com dois terços dessa população descoberta, acompanhados por raros serviços ambulatoriais ou até mesmo desassistidos na atenção à saúde mental na cidade.

É lamentável destacar que a particularidade de Juiz de Fora não está descolada de sua conjuntura nacional. Um estudo publicado recentemente por Cruz, Gonçalves e Delgado (2020) apresenta números substanciais da realidade dos CAPS até o ano de 2019, avaliando os instrumentos normativos e dados do Ministério da Saúde e demonstrando números discretos de implantação dos CAPS nos últimos anos, conforme veremos a seguir:

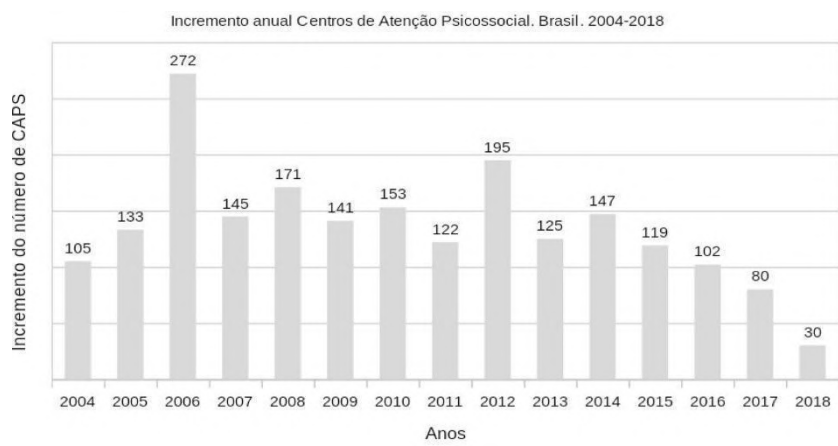
Gráfico 1 - Número total de Centros de Atenção Psicossocial por ano, de 2003 a 2018.



Fonte: Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020.

O referido gráfico nos mostra um crescimento ascendente na implantação do número de CAPS no Brasil, porém já nos revela, a partir de 2017, com o governo Temer, uma estagnação contínua, que se manterá na gestão Bolsonaro, até a nova gestão do Lula em 2023. No gráfico a seguir, elaborado pelos mesmos autores, identifica-se essa afirmativa:

Gráfico 2 - Incremento anual de Centros de Atenção Psicossocial no Brasil, de 2004 a 2018.

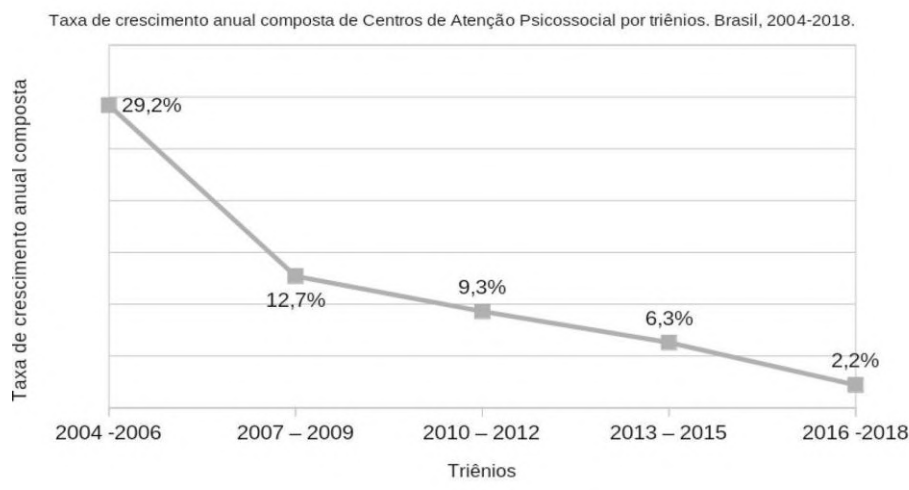


Fonte: Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020.

A partir do Gráfico 2, já se percebe uma desaceleração na implantação dos serviços substitutivos, o que é consoante com a realidade juiz-forana, já que desde 2012 não se tem mais a inauguração desses serviços no município, mantendo grande parte da população descoberta no que tange aos cuidados em saúde mental. Ainda conforme os autores supracitados, o crescimento do

número de CAPS no período de 2016-2018 apresentou um percentual pouco expressivo, em torno de 2 % (dois por cento), conforme veremos adiante:

Gráfico 3 - Taxa de crescimento médio anual composta de Centros de Atenção Psicossocial no Brasil por triênios, de 2003 a 2018.



Fonte: Cruz; Gonçalves; Delgado, 2020.

Com os dados do gráfico anterior, os autores afirmam que, nos últimos triênios, a Política de Saúde Mental está na contramão da Reforma Psiquiátrica, pois não se avança no sentido de sua implementação quando se tem uma cobertura assistencial muito aquém do que é preconizado, como em Juiz de Fora. Indubitavelmente, isto afeta diretamente o processo de trabalho em saúde mental e o trabalho profissional das equipes técnicas dos CAPS. Essa questão, portanto, foi um dos problemas abordado nas entrevistas realizadas no trabalho de campo por profissionais do serviço social na saúde mental — a composição da equipe e as formas de contratação —, tendo em vista as exigências da Portaria GM/MS nº 336/2002 (Brasil, 2002) sobre a composição de uma equipe mínima nos CAPS que envolve basicamente: médico psiquiatra; enfermeiro/a; profissionais de nível superior de outras categorias profissionais — psicólogo/a, assistente social, terapeuta ocupacional, pedagogo/a ou outro profissional necessário ao projeto terapêutico; profissionais de nível médio —, técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão, sendo variável apenas o número de profissionais referente a cada modalidade de serviço. Assim, no sentido de melhor compreensão na realidade local,

elaboramos o quadro a seguir, baseado nos dados coletados nas entrevistas realizadas com as profissionais no campo de pesquisa, como veremos:

Quadro 3 – Composição da equipe e suas formas de contratação

CAPS	Profissionais dos dispositivos	Vínculo empregatício
	1 coordenadora (assistente social) * 3 assistentes sociais* 2 enfermeiras* 4 médicos psiquiatras*/** 4 psicólogos*/** 5 técnicos de enfermagem* 2 técnicos administrativos* 1 auxiliar de serviços gerais*** 1 porteiro*** 2 recepcionistas***	*estatutários/efetivos **contrato emergencial ou temporário ***terceirizados
CAPS B	1 coordenadora (psicóloga)* 2 assistentes sociais* 5 psicólogas*/** 1 enfermeira* 2 médicos psiquiatras* 2 técnicas de enfermagem* 1 técnico administrativo* 1 porteiro*** 1 auxiliar de serviços gerais***	*estatutários/efetivos **contrato emergencial ou temporário ***terceirizados
CAPS C	1 coordenadora (psicóloga)* 4 assistentes sociais* 3 psicólogas*/** 3 médicos psiquiatras*/** 4 enfermeiros* 12 técnicos de enfermagem*/** 1 auxiliar administrativo* 5 porteiros*** 3 auxiliares de serviços gerais*** 3 recepcionistas***	*estatutários/efetivos **contrato emergencial ou temporário ***terceirizados
CAPS D	1 coordenadora (psicóloga)* 2 assistentes sociais* 4 psicólogas* 7 enfermeiros* 4 médicos psiquiatras*/** 15 técnicos de enfermagem* 2 técnicos administrativos* 2 recepcionistas*** 4 porteiros*** 4 auxiliares de serviços gerais***	*estatutários/efetivos **contrato emergencial ou temporário ***terceirizados

CAPS E	1 chefe de unidade (psicóloga)* 1 coordenadora (terapeuta ocupacional - TO) * 2 assistentes sociais* 5 enfermeiras* 2 médicos psiquiatras* 2 técnicos de enfermagem* 1 técnico administrativo* 1 recepcionista** 1 segurança** 1 auxiliar de serviços gerais**	*CLT **terceirizados
--------	---	-------------------------

Fonte: Bedim (2023).

Como se pode observar pelo quadro anterior, o setor saúde apresenta reflexos do processo de reestruturação produtiva, com diversas formas de relações contratuais, que atingem as atividades-núcleo e as atividades periféricas dos serviços. Sendo assim, é possível afirmar o predomínio do trabalho assalariado e o aumento de suas formas de precarização. Pires (1998) traz uma análise satisfatória da reestruturação produtiva e suas consequências no trabalho em saúde, apontando ainda a terceirização como um dos pilares desse contexto. A autora aborda quatro modalidades que elucidam as referidas relações contratuais, sendo elas — trabalho autônomo; prestação de serviço; assalariamento e precarização do trabalho — centrais nesta análise. Nesse sentido, a autora infere:

a) Trabalho autônomo - o profissional desenvolve atividades na instituição sem vínculo empregatício e sem contrato de prestação de serviços. Dispõe de autorização da instituição para utilizar os serviços e equipamentos da mesma no atendimento de seus clientes. O profissional tem controle sobre o ritmo e preço do seu trabalho, apesar dos constrangimentos legais e institucionais causados pela legislação e normatização vigente, relativa a sua atuação profissional e às regras estabelecidas pela instituição. A remuneração do trabalho do profissional autônomo é feita pelo cliente. Esse tipo de relação de trabalho é mais encontrado entre os médicos de hospitais privados e, também, no trabalho de médicos, odontólogos, psicólogos, e outros, que oferecem serviços em consultórios particulares (relação profissional x cliente). Na enfermagem é mais rara a atuação em consultórios particulares mas a relação de trabalho autônomo tende a crescer na modalidade de enfermagem domiciliar.

b) Prestação de serviço - profissionais, grupos cooperativos ou empresas podem ter contrato de prestação de serviço com as instituições como anestesistas, fonoaudiólogos, e outros. O indivíduo ou grupo tem um contrato com a instituição que o obriga a cumprir determinadas regras, horários e prestar determinados serviços. A remuneração pode ser feita pela instituição ou o profissional pode receber uma taxa básica da instituição acrescida de remuneração direta pelos clientes ou através das empresas de convênios de saúde.

Esse trabalho pode ter-se originado de setores da "instituição mãe" que foram terceirizados.

c) Assalariamento - caracteriza-se pela venda da força de trabalho por um salário. É a relação de trabalho majoritária, com diferenciações entre as diversas categorias profissionais. Há grandes diferenciações em relação a salário, garantia de emprego e jornada de trabalho. Pode ocorrer empresariamento dentro de uma profissão - um profissional é proprietário da instituição e assalaria o trabalho de colegas.

d) Precarização do trabalho - a multiplicidade de relações contratuais e de trabalho encontradas neste processo recente de reestruturação produtiva, tem sido chamada, pelos defensores, de flexibilização e, pelos críticos, de precarização das relações de trabalho. Na saúde, apesar de não dispormos de pesquisas com dados nacionais que permitam estudos comparativos sobre a força de trabalho em saúde, podemos apontar a existência crescente de trabalhadores com contratos temporários, ou contratados para realizar atividades especiais, sem as garantias trabalhistas que gozam os demais trabalhadores assalariados da instituição. Como nos demais setores da produção, a terceirização na saúde tem sido utilizada pelos empregadores, tanto do setor público quanto do privado, para diminuir os custos com a remuneração da força de trabalho e para fugir das conquistas salariais e direitos trabalhistas dos trabalhadores efetivos da empresa-mãe (instituição-original) (Pires, 1998, p. 259-260).

Nessa perspectiva, e se fundamentando na citação anterior, temos um panorama dos rebatimentos que o contexto societário e econômico vigente traz sequelas para o setor terciário da economia, que se situa a área da saúde. Como pudemos identificar, as formas precarizadas de vínculo empregatício se efetuam por contratos de tempo determinado, como também pela prestação de serviço pela via de empresas terceirizadas, que envolvem atividades de limpeza, portaria e afins.

Podemos apontar, nesse sentido, que nesse circuito neoliberal, o Estado tem enquanto propósito a destruição dos direitos conquistados por meio da precarização e da flexibilização dos vínculos, expressos por meio de distintas formas de contratação, como aponta Antunes (2000): empresa enxuta, empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, subcontratação, trabalho temporário etc.

Além disso, como tratado por Pires (1998), desse processo emergem mudanças que se situam nas formas de organização e gestão do trabalho e pela descentralização da produção, invertendo-se a tendência de verticalização das empresas. Torna-se um discurso marcado pelo "colaborativismo", no qual cresce a terceirização, flexibilizam-se as relações trabalhistas, bem como muda a estrutura vertical das instituições emergindo um modelo de rede, com forte colaboração interempresas e intersetorial.

À exemplo do que ilustramos no quadro 3, o serviço mantém o que é essencial, que basicamente são os profissionais de ensino superior que representam as atividades-núcleo necessária e terceiriza parte dos serviços — representado pelas atividades periféricas, como serviços de limpeza e segurança. Desse modo, o trabalho não é desenvolvido apenas pelo trabalhador assalariado, estatutário e/ou celetista. A flexibilização e estruturação de rede possibilita que o processo de trabalho em saúde envolva trabalhadores submetidos a diversas formas de contratação, o que implica em uma relação de precarização social e do trabalho, destacando-se vulnerabilidades, instabilidade, a má remuneração e o pouco valor social.

Em virtude disso, os vínculos estipulados a partir de convênios (parcerias público-privado - PPP), ou seja, pela terceirização, bem como as modalidades de contratos temporários, demonstram o impacto da refração do investimento público nas políticas e o aumento da privatização dos serviços de saúde. Portanto, coloca-se em xeque as próprias diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira frente a essa realidade, com vínculos precários, instáveis e flexíveis de parte desses trabalhadores/as que atuam em prol do cuidado em saúde mental, mas que, muitas vezes, são tratados como coadjuvantes nessa conjuntura.

3. PROIBICIONISMO E A POLÍTICA DE DROGAS NO BRASIL: UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE

É necessário ressaltar que os usos de drogas sempre fizeram parte da humanidade, desde o início das primeiras civilizações e conforme a cada processo social, econômico e histórico, ocorreram mudanças, tanto nas formas de uso e seus efeitos como nas repercussões sociais para cada sujeito e sociedade determinada. Assim, para adentrar no histórico do proibicionismo das drogas, torna-se necessário compreender o mercantilismo, surgido entre os séculos XV a XVIII no período conhecido como Idade Moderna, marcada pela expansão das navegações.

A partir da Europa, de um sistema econômico, político e militar mundial baseado na exploração de recursos ultramarinos que se tornaram algumas das principais mercadorias da acumulação do capital, da alteração da vida cotidiana e, da cultura alimentar e farmacológica ocidental. O mercantilismo se expandiu na disputa destes produtos, cujo comércio constituiu a maior parte da atividade das primeiras campanhas mercantis, estimulando o surgimento da primeira bolsa de

valores e do primeiro banco municipal em Amsterdam (Carneiro, 2018, p. 15).

Dessa forma, a expansão do mercantilismo se deu por meio do comércio de produtos exóticos e luxuosos que se globalizaram e se vulgarizaram como especiarias. Estimulantes estes que geraram arrecadação fiscal e mobilização de poderosas forças navais, no qual uma enorme rede de tráfico de drogas exóticas e valiosas que conquistaram novos consumidores em todos os continentes. O consumo de droga é uma condição humana, potencializada na era mercantil e industrial e ainda hoje alcança diversas dimensões de usos, seja cultural, recreativa e até mesmo medicinal (Carneiro, 2018).

Ao final do século XIX, com o desenvolvimento da ciência e das indústrias na Europa, houve a descoberta de drogas mais potentes, não prevalecendo somente as de extratos naturais. As indústrias, diante dessas descobertas, passaram a desenvolver diversas outras drogas que prometiam efeitos estimulantes maiores ainda, assim foi estabelecido, a partir dos países centrais, o processo de suas regulamentações.

Assim, o consumo sempre esteve relacionado aos valores e costumes de cada época histórica. Porém, foi a partir do século XX que um conjunto de plantas e substâncias passou a ser considerado danoso, a ponto de serem geradas proibições legais quanto ao seu uso (Fiore, 2012). Destaque que são muitos os debates existentes em relação as razões da criminalização dos usos de drogas e suas motivações, ressaltando que, muitos desses aspectos, tem origem em questões religiosa, moralista e política.

O processo das primeiras vedações ao consumo de drogas é diverso, principalmente quando analisamos a partir de cada nação e determinado contexto sócio-histórico. Em relação aos principais marcos históricos, que envolvem a relação política entre alguns países, tem-se a Conferência de Xangai, ocorrida na China, em 1909, com a defesa de mecanismos internacionais de controle e de restrições ao comércio do ópio (Rodrigues, 2004).

Essa conferência resultou no Tratado de Haia, em 1912, envolvendo um conjunto grande de países que, segundo Carneiro (2018, p. 63), determinaram conseguir a “gradual supressão do abuso do ópio, morfina, cocaína e outras drogas preparadas ou derivadas destas substâncias que provoquem ou possam

provocar abusos semelhantes” mediante “efetivas leis para o controle da produção e da distribuição do ópio”. A ocorrência desse evento, no contexto histórico, foi no período que ocorreu a Primeira Guerra Mundial, tendo como principal promotor os Estados Unidos da América (EUA), que após derrotarem os alemães passaram a tentar dominar o mercado farmacêutico, antes sendo predomínio germânico, inclusive com a obtenção do acesso a diversas drogas, entre as quais, a aspirina (Carneiro, 2018).

É, portanto, no século XX que nasce o estatuto da proibição formal de certas substâncias e a aceitação de outras. No que se refere a proibição do álcool, é possível destacar a Lei Seca nos EUA, entre 1920 e 1933, representando o primeiro proibicionismo, referente às bebidas alcoólicas, criando uma esfera particular de hipervalorização capitalista, que produziu fortunas no tráfico de bebidas nesse país.

Cabe ressaltar que, ao juntar os elementos religião e proibição, o movimento pela abstinência esteve em consonância com a vertente religiosa do neoprottestantismo britânico e estadunidense. Esse movimento, conhecido por despertar grupos congregacionistas, até não-denominacionais, ou seja, sem igrejas, além da própria e que se afirmavam como defensores de uma visão otimista de alcance universal da graça, diferentemente do protestantismo tradicional luterano, calvinista e metodista, presente nesses dois países do norte global e que, em se tratando da Inglaterra, muito contribuíram, no contexto da Revolução Industrial, para o disciplinamento do operariado fabril nascente, na submissão a privação e tensão nas primeiras fabricas do país (Carneiro, 2018).

Dessa forma, a proibição do álcool foi sendo atrelada ao crescimento do capitalismo e ao enquadramento do trabalhador às leis estabelecidas. Esse período favorece o comércio ilegal promovido pelas máfias, a presença da repressão policial e a ideia da embriaguez como crime. Portanto, com o passar do tempo, mesmo que o proibicionismo ganhasse força na política interna norte-americana e na política internacional de controle às drogas, entre os anos 1920 e 1933, surgiram dúvidas com relação a esse modelo político, inclusive pela própria indústria do álcool. A lei seca, nesse contexto, acabou, após a crise de 1929, em conjunto à iniciação da participação política na luta contra a proibição (Carneiro, 2018).

A repressão às drogas se retorna de forma sólida no ano de 1970, com a declaração literal de “guerra às drogas”. Nos primeiros anos, o foco das ações se deu no tratamento e na prevenção, por meio da criação de clínicas para o tratamento dos considerados dependentes químicos. É importante ressaltar que, em muitos casos, o tratamento se dava de forma compulsória, ignorando a vontade ou não dos usuários em buscar ajuda. Esse modelo, por meio da força política imperialista dos EUA, foi disseminado e alcançou o mundo todo. Nos países latino-americanos, dentre eles, o Brasil, a principal política de enfrentamento às drogas tem raízes conservadoras do proibicionismo norte-americano. O processo de proibição às drogas também está associado à recuperação do capitalismo no pós-guerra e, concomitantemente, à criminalização da pobreza. Assim, compreende-se a relação entre a proibição às drogas e o avanço do capitalismo nos países das Américas. Em relação ao Brasil, a lógica proibicionista é incorporada conforme é fomentado o processo de industrialização no país.

É nítido que o histórico da política de drogas no Brasil se relaciona à lógica proibicionista. A demarcação dessa proibição se dá por meio de legislações por parte do Estado brasileiro, como é o caso do Decreto nº 14.969, no ano de 1921, em que se estabelecia o tratamento compulsório para os sujeitos em uso prejudicial de drogas, como também o Decreto nº 4.294, do mesmo ano, que instituía pena de prisão pela venda de ópio, morfina, heroína e cocaína, permitido apenas para o uso medicinal. Esses decretos foram estabelecidos no período pós Primeira Guerra Mundial, o que evidencia certa relação histórica com esse acontecimento e, também, com o processo de industrialização que marcou o avanço do capitalismo no país.

Na década de 1930, com o Governo provisório de Getúlio Vargas, tem-se a gradual transição da liberação para a regulamentação do uso das drogas. Em 1940, o proibicionismo ganha mais força no Brasil e, dessa forma, a punição se fortalece e os sujeitos vão se tornando de criminosos a doentes. Entre os anos de 1961 e 1964, com o golpe militar, aconteceram mudanças significativas, como a presença da censura, os tribunais de exceção e a supressão de direitos humanos e individuais marcaram esse período.

Nesse sentido, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o processo de redemocratização do Brasil se fortaleceu, assim como a luta pelas

Reformas Sanitária e Psiquiátrica. Na década de 1970, a partir da Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, em 1977, as drogas passaram a constituir o rol de substâncias proibidas. A convenção supostamente se mostrava preocupada com a saúde e bem-estar da humanidade, decididos a prevenir e combater o uso indevido e o tráfico de drogas, demonstrando que, contra o uso indevido, havia a necessidade de uma união de esforços internacionais. Assim, o proibicionismo ganha um novo e importante impulso (Araújo, 2017).

No que se refere ao conteúdo da legislação brasileira sobre drogas, mudanças significativas acontecem a partir dos anos 2000. Por mais que a política de drogas e o Estado brasileiro sejam alinhados ainda ao discurso proibicionista, a atenção à saúde deixa de ser uma espécie de apêndice dessa política, ainda que persistam as contradições imanentes de uma estrutura político-organizacional militarizada para o enfrentamento das questões relacionadas às drogas (Duarte, 2015).

Portanto, é justamente nesses anos que o debate articulado sobre saúde mental e drogas acontece, impulsionado pelo movimento antiproibicionista, tratado na paradigmática III Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001, que ocorreu logo após a aprovação da Lei 10.216 (Brasil, 2001), que institui a saúde mental como política de Estado.

No campo da saúde mental, a temática do álcool e outras drogas se deu de forma retardada e somente em 2002, por meio da Portaria GM/MS nº 336 (Brasil, 2002), que emergiram os CAPSad, incluídos como serviço de atenção psicossocial para atendimento de pacientes com transtornos decorrentes do uso prejudicial de drogas. Em 2003, o Ministério da Saúde instituiu a sua política especialmente para esse fim (Brasil, 2003), quando se toma oficialmente a política de redução de danos e a promoção da autonomia dos usuários, como direção ético-política de um novo modelo de cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas.

Dessa forma, esse movimento estaria na contramão das ações proibicionistas impresso no modelo moral em relação aos usuários e aos seus usos de drogas, como inverso a criminalização frente ao encarceramento dos “imorais”. Tendo em vista que a “guerra às drogas”, de fato, não se refere a uma guerra contra as drogas, mas às pessoas que se encontram em situação de pobreza, periféricas e que fogem dos padrões e normas ditadas pelo capital.

Contudo, muitas questões ainda ficaram pendentes, para se tratar, particularmente, no âmbito do espaço do controle social, como as conferências. Nesse aspecto, listamos o financiamento das ações de saúde mental, a fiscalização e a supervisão do parque hospitalar psiquiátrico e demais equipamentos assistenciais, a implementação dos novos serviços extra-hospitalares, de novas estruturas de suporte à desinstitucionalização, a formação de recursos humanos adequados às novas estruturas de atenção em saúde mental e a necessidade de aprofundamento na revisão da lei que criminaliza o uso das substâncias, criando situações perversas de institucionalização forçada.

A partir do ano de 2010, no cenário nacional, uma onda conservadora se construiu sobre uma midiática epidemia do crack. Diversos atores sociais, inclusive governamentais, passaram a defender a internação em massa para usuários de crack. Nesse cenário, a resposta do Estado brasileiro, foi implementada, pelo segundo governo Lula, tanto no “Plano Integral de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas”, como, no ano seguinte, em 2011, no primeiro governo Dilma Rousseff, com o programa “Crack, é possível vencer”, com o objetivo de enfrentar o tráfico, as organizações criminosas e mapear as atividades de prevenção (Barcellos, 2017).

Nesse mesmo ano, a IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial se destacou pela perspectiva da intersetorialidade e pela necessidade de criar mecanismos de coibir o credenciamento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de serviços especializados em alcoolismo e drogadição que preconizassem internação de longa permanência ou que não submetessem seu projeto terapêutico à assessoria de saúde mental das gestões públicas, bem como ouvisse os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Saúde (Brasil, 2010).

Podemos compreender, assim, que o debate da droga está inserido no contexto da política de saúde e da política de saúde mental, álcool e outras drogas. No entanto, devido à falta de financiamento e aos retrocessos no contexto das políticas sociais, ficou reduzido à terceirização e precarização dos trabalhadores da saúde.

Os retrocessos referentes à política de drogas se intensificaram, particularmente, de 2015 em diante, quando se observa uma nova configuração

política do Estado brasileiro, apontando para a contrarreforma nesse campo, o que foi levado a cabo pelo projeto político em curso no país, pelo governo federal nas gestões de Michel Temer e Jair Bolsonaro, reforçando as fragilidades estruturais do próprio SUS e do Estado Democrático de Direito construído no processo de redemocratização do país.

A configuração da política de saúde mental, álcool e drogas mudou, nos últimos anos, com fortes posicionamentos conservadores, instaurando políticas que defendiam o isolamento como tratamento e a religião como cura, reforçando a centralidade do cuidado e do financiamento público tanto para as comunidades terapêuticas¹¹⁹ como para os hospitais psiquiátricos tradicionais. É nesse contexto que se observa o desmonte da política, pelo desfinanciamento da rede pública, em particular, para os CAPS e a redução dos espaços de participação e controle social (Tomaz, *et al.*, 2020).

Ao analisar a história das políticas de drogas e o proibicionismo, compreende-se essa relação como estratégia de controle social dos sujeitos e seus corpos (Duarte, *et al.*, 2023), que são mais ainda reforçadas na atualidade pelas CT e as práticas de violação de direitos (IPEA, 2017).

Segundo Vasconcelos e Lima (2019), desde o final da década de 1960, as CT já estavam presentes em outros países e também no Brasil, mas se proliferaram de forma rápida, atualmente, tanto por meio de organizações religiosas ligadas às inúmeras igrejas cristãs, que cresceram nos últimos anos, como, particularmente, por ocuparem e se inserirem nos espaços de poder das gestões públicas por setores conservadores, mas também por se caracterizarem como organizações privadas de carácter lucrativo.

Diante disso, observa-se a presença de um Estado brasileiro com traços ultraneoliberais, caracterizado pelos avanços significativos no processo de medicalização e de medicamentação, o pouco enfrentamento do corporativismo médico, a ausência de psiquiatras na rede pública de saúde mental e a internação como única resposta de atenção à crise (Duarte, 2018). Nesse contexto, ainda se tem a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (Brasil, 2016), que limitou por 20 (vinte) anos os gastos públicos que já estavam

¹¹⁹ Essas instituições oferecem um tratamento baseado na abstinência como pré-condição para o acesso à assistência. Funcionam, em sua maioria, em espaços físicos localizados à distância dos centros urbanos, e a internação ocorre, geralmente, por um período de 6 a 12 meses.

subfinanciado e que geram mais cortes de verbas para a área da saúde.

Assim, a contrarreforma do Estado se acirra pelo neoconservadorismo, no governo Bolsonaro, particularmente no campo das políticas públicas sobre drogas, quando emerge a Lei nº 13.840 (Brasil, 2019), que altera as demais leis relacionadas a garantia de cuidado antimanicomial, por meio da autorização de internações compulsórias e acolhimento nas CT com abordagens ao enclausuramento. De acordo com Farias (2019), de um lado, lucra-se imensamente com a loucura e as drogas, a partir das internações e, no caso da última, com ilicitude; e, de outro, a moralização dessas questões, em uma perspectiva de higienização social, legitimada pelo moralismo conservador, potencializando lucros e violando direitos.

Os retrocessos dentro da Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas se tornam nítidos quando se cria a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, por meio do Decreto nº 9.674 (Brasil, 2019), no âmbito do Ministério da Cidadania. Particularmente porque quem assume a gestão da nova pasta, desistindo de ser gestor da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (CGMAD) do Ministério da Saúde, é o psiquiatra Quirino Cordeiro Júnior (Tomaz, *et al.*, 2020).

Nessa linha de raciocínio, Guimarães e Rosa (2019) afirmam sobre uma cisão na política pública sobre drogas, que impõe que essa nova pasta assumira “a área da redução da demanda e do Ministério da Justiça e Segurança Pública, gerido por Sérgio Moro, que ficou encarregado pela área da redução da oferta de drogas” (Guimarães; Rosa, 2019, p. 129).

Diante disso, em 2020, no contexto da crise sanitária e da pandemia do novo coronavírus (Corona Vírus Disease 19 - COVID-19), emerge, pelo Ministério da Cidadania (MC), a Portaria GM/MC nº 340/2020, que por meio da Secretaria de Cuidados e Prevenção às Drogas (Senapred), orienta para internações em CT na pandemia da COVID-19. Nesse período, os acolhimentos nessas instituições não foram interrompidos, houve, por parte do Ministério, a implantação da Portaria GM/MC nº 69, de maio de 2020 (Brasil, 2020), que tratava das recomendações gerais para a garantia de proteção social à população em situação de rua, inclusive imigrantes, no contexto da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19).

Observa-se, dessa maneira, como o proibicionismo é uma estratégia

biopolítica de controle estatal, não só das drogas, em particular das ilícitas, mas da população, pobre, negra, das “favela” e “periferia”, com sua lógica de criminalização, típica dos Estados capitalistas e sua necropolítica, que, pelo regime de verdade de uma sociedade livre das drogas, impõe práticas e políticas de “guerra as drogas”, como estratégia desse mesmo bionecropoder, impondo, aos diferentes da norma, aos indesejáveis e aos inimigos, mais precariedades da vida, singular e coletiva (Duarte, *et al.*, 2020).

A partir de 1º de janeiro de 2023, com a entrada do terceiro governo Lula, observa-se mudanças no que se refere à política pública sobre drogas, como a extinção da Senapred, e a alocação da gestão dessa política, que passa a ser competência dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Saúde, por meio da Medida Provisória nº 1.154 (Brasil, 2023). À saúde, portanto, fica como competência, segundo a nova legislação, a vigilância de saúde, especialmente, quanto às drogas, medicamentos e alimentos. No que se refere à competência do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, tem a competência de promover políticas voltadas à atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, à redução da oferta e à repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas. Assim também como gerir o Fundo Nacional Antidrogas e fiscalizar a ampliação dos recursos repassados pelo Fundo aos órgãos e às entidades conveniadas etc.

Diante disso, as possibilidades de se ampliar o debate sobre drogas se fortalecem no contexto político atual, no entanto, ainda assim é necessário fortalecer o debate e a organização entre os movimentos sociais e os conselhos de garantia de direito na busca pelo acolhimento e não à repressão aos sujeitos em uso prejudicial de drogas. Assim, o debate integrado sobre droga e as demais políticas sociais se torna essencial, pois a questão que envolve o uso de drogas não se refere apenas à criminalização e à pobreza. A droga deve ser debatida em diferentes contextos e espaços, como na saúde, na educação, no território, assim como deve interseccionar o debate da questão étnico/racial, de gênero, sexualidade e a constituição da democracia no contexto atual do país.

4. A POLÍTICA MUNICIPAL SOBRE DROGAS NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA-MG: O PLANO JF+VIDA

No sentido de construir uma análise sobre a política pública municipal sobre drogas na cidade de Juiz de Fora, realizamos entrevistas com os/as profissionais que protagonizaram a construção do Plano JF+Vida (JUIZ DE FORA, s/d), como da institucionalização do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - Compíd, além da coleta de materiais bibliográficos e documentos oficiais sobre tal plano municipal, como os registros das observações nas plenárias do Compíd.

Dessa forma, para compreender a formação e estruturação de uma política social, sua composição deve ter, como tripé de sua institucionalidade, o controle social, focado na elaboração e fiscalização da política e de sua gestão. Assim, a existência dos conselhos de direitos e de políticas é necessária para a construção e realização das políticas públicas; eles representam uma das principais experiências de democracia participativa no Brasil, estão presentes nos municípios, desde o nível federal, com diversos temas. Os conselhos são uma conquista na busca pela democracia do país e procuram intensificar o diálogo entre governo e sociedade, a fim de alocar de forma mais justa e eficiente os recursos públicos (Martins, *et al.*, 2008).

Para se compreender a construção do primeiro Plano Municipal sobre Drogas no município de Juiz de Fora/MG, é essencial, em primeiro lugar, entender a formação necessária para se obter a posterior aprovação de uma política pública. Dessa forma, torna-se necessária a existência do Compíd. De acordo com Martins, *et al.* (2014), os conselhos municipais, estaduais e nacionais constituem, no contexto institucional, uma sinalização para ampliação dos espaços de deliberação pública e são mecanismos de atuação participativa que vão além das atuações dos demais instrumentos de participação vigentes, por se tratarem de estruturas jurídico-constitucionais, de caráter permanente, com representação paritária entre Estado e sociedade civil e com amplos poderes de controle sobre a política. Destacando que é preciso que haja a gestão dessa política, seja em conjunto a uma secretaria municipal ou a um departamento.

No nosso caso, a criação do Compíd foi instituída pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, aprovada e sancionada por meio da Lei nº 12.468 (Juiz de Fora,

2012). A criação desse conselho estava vinculada, em sua criação, à Secretaria de Governo, e se integra, em ação articulada, com os órgãos de nível federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas (Sisnad). Posteriormente, houve alteração na lei original para que o conselho fosse estabelecido como órgão colegiado, permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador.

Em Juiz de Fora, foi possível a construção de um comitê técnico, que se tornou um aliado fundamental, tanto no apoio à constituição do Plano JF+Vida, visando à construção de uma política pública, como no acompanhamento e fiscalização de sua implementação. Observa-se, pela análise documental, que não houve separação entre os representantes do governo no Conselho e os pertencentes ao comitê. O referido Plano Municipal foi aprovado no Compிட e posteriormente adotado como plano de ação do conselho, etapa em que foi colocada a prioridade de investimentos na implementação da RAPS. Assim, o Compிட ainda aprovou o plano na condição de que fosse nomeada uma comissão para o seu acompanhamento, responsável por analisar relatórios trimestrais recebidos da Secretaria de Governo.

Em março de 2014, a Prefeitura de Juiz de Fora, através da Secretaria de Governo, iniciou uma série de discussões para tratar da questão das drogas no município. Na primeira reunião, estavam presentes a secretaria de Governo, representantes de várias secretarias municipais e algumas entidades envolvidas no tema. A pauta principal deu ênfase às recorrentes notícias sobre o aumento da violência na cidade, publicadas sistematicamente nos jornais locais. As manchetes anunciavam crimes associando jovens às drogas e veiculavam um discurso proibicionista e alarmista, causando sensação de insegurança na população. As discussões foram acaloradas e várias sugestões foram apresentadas. A primeira ideia era de que fosse feito um programa de televisão mobilizando a sociedade civil, em um entendimento que a questão das drogas envolve a todos. Procurar-se-ia desmitificar reducionismos e aspectos referentes ao tema das drogas, como, por exemplo, uma possível causalidade entre o abuso de drogas e a criminalidade recorrente na sociedade, entendendo a temática como uma questão complexa, envolvendo uma série de condicionalidades de natureza social, psicológica, biológica etc. Outras reuniões se sucederam, agregando mais atores e, sempre em um clima de envolvimento, muitas ideias surgiram, revelando diferentes posicionamentos. Alguns trouxeram exemplos, slogans de campanhas veiculadas como: “O crack mata”, “Não desperdice a vida com drogas”. Em geral, a reboque do discurso do senso comum, deu-se ênfase à família, ao papel da religião, aos infortúnios “causados” pela droga e a uma visão demonizada do crack. Contudo, era premente e sincera a vontade de “fazer alguma coisa” (Guilhon; Costa, 2014. p. 198).

Com a criação e o funcionamento do conselho, seria possível a formulação da política municipal, e esta se constrói e se inicia vinculada, também, à Secretaria de Governo do Município de Juiz de Fora, por meio do Decreto nº 12.080 (Juiz de Fora, 2014), que estabeleceu as Diretrizes para a elaboração do Plano Municipal Integrado sobre crack, álcool e outras drogas em Juiz de Fora (JF+Vida). Contudo, o processo de gerenciamento desse plano permaneceu em compasso de espera, com base na suposição de que o recurso federal, oriundo do Programa *Crack, é possível vencer*, chegaria até o município.

O Plano Municipal JF+Vida emerge em razão desse dito financiamento por parte do governo federal. O fato é que não existia o debate sobre drogas na cidade, nem mesmo das políticas públicas, assim como não havia, do ponto de vista da organização da sociedade civil, nem mesmo a discussão e presença do movimento social anti-proibicionista. A marcha da maconha, a propósito, é um movimento recente no debate da droga, particularmente, na cidade de Juiz de Fora.

Observa-se, na análise documental, que a gênese do Plano JF+Vida foi análoga à do Programa *Crack, é possível vencer*, do governo federal e que não se teve uma identidade própria na construção e produção de dados sobre a realidade local, inclusive os eixos que estruturam o referido plano municipal são os mesmos, como “Cuidado”; “Prevenção”; e “Autoridade”. A exceção fica sobre o eixo “Geração de renda”, uma marca dos que protagonizaram a elaboração dessa política governamental para a cidade de Juiz de Fora, como também na precária articulação com a política de saúde mental.

Na análise das entrevistas, foi possível aferir que essa questão de não integração entre saúde mental e drogas se localiza desde a gênese do JF+Vida. Isto se deve aos entraves em razão da disputa do financiamento destinado à saúde mental e a posição política antagônica, e mesmo pessoal, entre as gestões anteriores das pastas e seus trabalhadores. Assim, seria preciso uma articulação junto à construção de serviços voltados ao cuidado dos usuários de uso prejudicial de drogas.

É importante destacar que a primeira e única Conferência Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas, que ocorreu em 2017, pretendeu-se integrar o Plano Municipal sobre Drogas com a sociedade civil de forma paritária com o governo, na busca por um plano oriundo do controle social. No entanto, após sua

realização, não se obteve a delegação para a construção de um plano paritário com participação da sociedade civil e governo. Nesse evento, foi questionado o fundo municipal da política integrada sobre drogas, a obtenção do recurso e como garanti-lo. A partir desse debate, criou-se, na estrutura do Plano JF+Vida, o Fundo Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas (FUMPID) e pôde se constatar o possível interesse no recebimento de financiamento, destinado, assim, ao desenvolvimento das ações de pesquisa, estudos, prevenção, tratamento, reinserção social e redução de danos da Política Municipal sobre Drogas. Mas a realidade é um fundo sem fundo, como nos disse uma entrevistada.

Nos dois últimos anos da gestão municipal de Juiz de Fora (2018 – 2020), o Plano JF+Vida esteve vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS). Mais uma vez, a gestão do JF+Vida não estava na saúde, deslocando-se da casa de governo para a pasta da assistência social. Contudo, no fim do ano de 2020, esse plano é revogado pelo Decreto nº 14.173 (Juiz de Fora, 2020). Não existindo mais nada, nem em substituição, até os dias atuais.

Atualmente, no contexto do município de Juiz de Fora não houve avanços quanto a política de drogas, mesmo com uma nova gestão municipal, a partir de 2021. Assim, o Compid mantém sua composição original, apenas com suas representações eleitas, conforme o regimento, mas não opera nem mesmo para tratar de uma política de drogas na cidade. A política não se encontra constituída, na medida em que não há nenhum plano, nem se observa nenhum movimento possível para construir uma política na nova secretaria especial de direitos humanos.

O contexto municipal de Juiz de Fora deve ser repensado pela sociedade civil e, em conjunto aos movimentos sociais engajados no debate da droga. Principalmente porque o Plano JF+Vida, em sua estruturação, restringiu-se no âmbito da gestão governamental, não fomentando diálogos com os movimentos sociais e as diferentes representações da sociedade civil no município. Por isto, deve-se construir esse debate e a política de drogas, que seja, de fato, integrada aos movimentos sociais, com perspectiva antiproibicionista, assegurando assentos no espaço do controle social de usuários de drogas no Compid.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao debate das políticas de saúde mental e drogas é necessário, na atual conjuntura, afirmar a sustentação e a responsabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Reforma Psiquiátrica no que se refere a atenção e ao cuidado em saúde mental e drogas as/aos usuárias/os e familiares, bem como a valorização de seus/suas trabalhadores/as e a gestão dessas mesmas políticas.

O retrocesso e o desmonte das políticas públicas e a regressão aos direitos humanos, nos últimos tempos, redirecionaram, mesmo com resistência, para o conservadorismo no campo da saúde mental e drogas, enaltecendo as lógicas manicomiais e proibicionistas que tentaram reconfigurar o desenho assistencial da rede de atenção psicossocial, particularmente, com o privilegiamento, incluindo o incremento de financiamento e a ampliação, das comunidades terapêuticas, já sentidas desde 2011.

Ao analisarmos a história das políticas de drogas e o proibicionismo, compreendemos que estas instituições, as CT, são expressões de controle social dos sujeitos e seus corpos, com nítidas práticas de violações de direitos. Assim, parte dessas instituições tem número reduzido ou até inexistente de profissionais de saúde e, em sua maioria, infraestrutura de qualidade duvidosa.

Em nível local, é necessário pautar algumas questões para se enfrentar a análise crítica sobre as políticas públicas de saúde mental e drogas, particularmente, em uma perspectiva das lutas sociais e democráticas, como as antimanicomiais e antiproibicionistas. Nesse sentido, enumeramos uma estagnação, desde 2012, de novos dispositivos assistenciais da RAPS, particularmente, os CAPS, que interferem na baixa cobertura de cuidado em saúde mental e drogas, principalmente, na expansão de CAPSad tipo III; a ausência de uma política municipal de drogas; a falta de uma gestão pública dessa política integrada com outras pastas, privilegiadamente com a saúde; o crescimento das CT e sua inserção na rede de atenção e cuidados aos usuários de drogas da cidade, sua relação com o extinto plano JF+Vida e com o próprio Compid; dentre outras.

A dinâmica das referidas políticas públicas, no contexto nacional, teve vários rebatimentos no âmbito municipal, mas ainda se faz necessário que haja

avanços no que diz respeito ao debate sobre as políticas de saúde mental e drogas, particularmente, sobre a responsabilização da gestão municipal na lacuna histórica na cidade referente às drogas. A criminalização, a discriminação e estigmatização, de cunho conservador e moral prevalecem ainda no imaginário popular e em alguns contextos sócio-ocupacionais e organizacionais das políticas públicas, o que dificulta os avanços no acolhimento e no cuidado. Soma a ausência de cobertura dos dispositivos assistenciais públicos para o atendimento as necessidades de saúde da população juiz-forana.

Foram muito os prejuízos causados pelo desinvestimento público e os efeitos de uma direção conservadora e moral para o campo da saúde mental e drogas. A contrarreforma psiquiátrica impôs retrocessos e desmontes que mesmo sendo denunciados e, resistido, este ainda se faz presente na rede de atenção psicossocial. Portanto, nesse momento histórico, tem-se apostado, a partir do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a retomada dos debates, de forma democrática e com participação social; promova a retomada do investimento, dentre tantas necessidades operativas para que retomemos a grandeza da política de saúde mental, álcool e drogas, principalmente, após a realização da V Conferência Nacional de Saúde Mental. Assim, é necessário que no esperar, possamos reconstruir, evitando, de fato, alguns erros e equívocos produzidos em um passado remoto, e que o coletivizar seja realmente um projeto político radical que produza vida em uma sociedade sem manicômios, possibilitando desde já o cuidado em liberdade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez; [Buenos Aires, Argentina] CLACSO, 2000.
- ARAÚJO, B. S. **Criminologia, feminismo e raça**: guerra às drogas e o super encarceramento de mulheres latino-americanas. 2017. 107f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- BARCELLOS, W. S. As políticas sobre drogas e os desafios recentes ao proibicionismo. *In*: DUARTE, M. J. O. *et al.* (orgs.). **Serviço Social, saúde mental e drogas**. Campinas: Papel Social, 2017.
- BEDIM, V. B. **O trabalho da/o assistente social nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) de Juiz de Fora/MG**. 2023, 167f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.840**, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. **Diário Oficial da União (D.O.U)**, Brasília, DF, n. 108, seção 1, p. 2-4. 06 de junho de 2019.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria GM/MC nº 69**, de 14 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-69-de-14-de-maio-de-2020-257197675>>. Acesso em 30 jun. 2023.
- BRASIL. **Ementa Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm> Acesso em 30 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União (D.O.U.)**, Brasília, DF, Seção 1, p. 37-40, 30 de dezembro de 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº. 336, de 19 de fevereiro de 2002. **Diário Oficial da União (D.O.U.)**, Brasília, DF, Seção 1, p. 30-33, 19 de fevereiro de 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 4.294**, de 6 de julho de 1921. Disponível em: <<https://cutt.ly/Xhiu4Dj>> Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto 14.969**, de 3 de setembro de 1921. Disponível em: <<https://cutt.ly/uho89HY>>. Acesso em 30 jun. 2023.

CARNEIRO, H. **Drogas**: a história do proibicionismo. São Paulo: Autonomia literária, 2018.

CRUZ, N. F. O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00285117, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/j6rLVysBzMQYyFxFxZ6hgQqBH/?lang=pt>>. Acesso em 14 jul. 2023.

DUARTE, M. J. O. et al. Poder punitivo, proibicionismo e comunidades terapêuticas: a política e o cuidado na saúde mental e drogas. *In*: GOMES, T. M. da S. et al. (orgs.). **Política de drogas, saúde mental e comunidades terapêuticas**. Niterói: MC&G, 2023.

DUARTE, M. J. O. et al. Pandemia, saúde mental e drogas: as vidas precárias como questão no Serviço Social. *In*: GOMES, T. M. S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. O. (orgs.). **Saúde mental e drogas em tempos de pandemia**: contribuições do Serviço Social. Uberlândia: Navegando, 2020. (E-book)

DUARTE, M. J. O. Política de saúde mental e drogas: desafios ao trabalho profissional em tempos de resistência. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 227-243, ago/dez., 2018.

DUARTE, M. J. O. Da lógica manicomial a rede de atenção psicossocial: a questão das drogas no campo da saúde mental e as internações forçadas. *In*: FERNANDEZ, O. F. R. L.; ANDRADE, M. M.; NERY FILHHO, A. (orgs.). **Drogas e políticas públicas**: educação, saúde coletiva e direitos humanos. Salvador: Ed. UFBA; Brasília: ABRAMD, 2015.

FARIAS, L. L. **Estado, nova direita e contrarreforma**: uma análise sobre os atuais parâmetros da política de drogas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

IORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 92, p. 9-21, 2012.

GUILHON, A. C. V.; COSTA, P. H. A. Entre paradigmas: desafios na constituição de uma política sobre drogas. *In*: RAMMINGER, T.; SILVA, M. (orgs.). **Mais substâncias para o trabalho em saúde com usuários de drogas**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2014.

GUIMARÃES, T. A. A.; ROSA, L. C. S. A remanicomialização do cuidado em saúde mental no Brasil no período de 2010-2019: análise de uma conjuntura antirreformista. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 44, p. 111-138, maio/ago. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/juiz-de-fora.html>>. Acesso em 14 jul. 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Juiz de Fora-MG**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Nota Técnica**, n. 21. Perfil das comunidades terapêuticas brasileiras. Brasília: IPEA, DIEST, 2017.

JUIZ DE FORA (MG). **Decreto nº 14.173**, de 11 de novembro de 2020. Estabelece diretrizes para a elaboração do Plano Municipal Integrado sobre Álcool e outras Drogas em Juiz de Fora (JF+ Vida). Juiz de Fora: PJF, 2020. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/e_atos/e_atos_vis.php?id=79677>. Acesso em 14 jun. 2023.

JUIZ DE FORA (MG). **Lei nº 12.468**, de 09 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMPID - e dá outras providências. Juiz de Fora: PJF, 2012. Disponível em: <<https://jfl legis.pjf.mg.gov.br/norma.php?chave=0000034684>>. Acesso em 14 jun. 2023.

JUIZ DE FORA (MG). **JF + Vida**: Plano Municipal Integrado Sobre Crack, Álcool e Outras Drogas. Juiz de Fora: PJF, s/d.

MARTINS, M. F.; MARTINS, S.; OLIVEIRA, A. R.; SOARES, J. B. Conselhos municipais de políticas públicas: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 59, n. 2, p. 151-185, abr/jun. 2008.

PIRES, D. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998.

RODRIGUES, T. **Política de drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 2004.

SEPLAG - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DE JUIZ DE FORA. **Desenvolvimento territorial**. Juiz de Fora: PJF, 2019. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/desenvolvimentodoterritorio/dados/index.php>>. Acesso em 02 fev. 2023.

TOMAZ, M. et al. A saúde mental em tempos de desafios e retrocessos: uma revisão. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 2, p. 91-106, maio/ago. 2020.

TOMAZ, M. **Política integrada de drogas no município de Juiz de Fora/MG – JF+VIDA**: Uma análise guiada pelas narrativas de sujeitos protagonistas sobre a trajetória de uma política pública, seus avanços e retrocessos. 2023, 113f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2023.

VASCONCELOS, E. M.; LIMA, R. C. C. **Religiões e o paradoxo apoio social – intolerância, e implicações na política de drogas e comunidades terapêuticas**. São Paulo: Hucitec, 2019.

CAPÍTULO XI

PRISÕES: ORIGENS E CONFIGURAÇÕES - UM OLHAR PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS QUE NOS APRISIONAM

Marcia Menegatti Freitas

Assistente social formada pela UFJF, mestrado em Serviço Social, UFJF. Assistente Social do Estado de Minas Gerais, Analista Executivo de Defesa Social/ Serviço Social.
Email: marciamenegatif@gmail.com

Carina Berta Moljo

Assistente social formada pela UNR, Rosario Argentina, mestrado doutorado e Pós-doutorado pela PUC-SP e pós-doutorado pela UFRJ. Professora titular da Faculdade de Serviço Social (graduação e pós-graduação UFJF). Pesquisadora CNPq, membro do grupo Serviço Social, movimentos sociais e políticas Públicas. Membro da coordenação colegiada da pesquisa em rede: rede “Serviço Social na história: questão social e movimentos sociais América Latina e Europa”.
E-mail carinamoljo@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O capítulo de livro¹²⁰ que aqui apresentamos busca refletir sobre a temática das “prisões”, consideradas como um dos cenários nos quais se objetiva a vida social, intimamente conectado às transformações da estrutura social e econômica, mesmo que para a maioria da população “apareçam” como isoladas da totalidade social. A nossa análise toma como ponto de partida a criminologia crítica sob influência do pensamento social de orientação marxiana. Consideramos as prisões a partir do surgimento da sociedade capitalista, a qual, de fato, passa a ser considerada como uma pena.

¹²⁰ O capítulo tem como base a dissertação de mestrado denominada “A invisibilidade das famílias dos indivíduos privados de liberdades: ouvindo suas vozes. Um estudo crítico sobre o sistema prisional” de autoria de Márcia Menegatti Freitas, orientada pela Prof.^a Dra. Carina Berta Moljo.

Refletimos sobre como o processo criminológico e punitivo vai se alterando para atender ao processo de acumulação capitalista, sendo a prisão tomada como elemento fundamental no controle social, sobretudo das classes subalternas.

Neste estudo, privilegamos a busca pela compreensão do processo histórico de constituição do sistema punitivo, a fim de entendermos como ele se projeta nas formas de controle social da sociedade capitalista e qual o sentido que a pena privativa de liberdade adquire no contexto da luta de classes. Seguindo a análise, elucidamos quais as funções do Estado, como ele posiciona frente à questão criminal e como ele se relaciona com as formas de controle social. A fim de nos aproximarmos da realidade brasileira, abordamos as particularidades históricas do sistema punitivo no Brasil para compreendermos como se processa a formação do público criminalizável brasileiro. Buscamos direcionar nosso olhar de forma crítica e atenta aos fatos, conectado às determinações sócio-históricas que o gestaram.

2. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DO SISTEMA PUNITIVO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Desde os primórdios, a prisão se fez presente na história das sociedades, existindo, contudo, fora do ordenamento jurídico e legal. Neste estudo, interessamos concentrar nossa atenção na compreensão do sentido assumido pelas prisões na sociedade capitalista.

Ao percorrer o desenvolvimento do sistema de punições direcionados aos chamados criminosos, compartilhamos do entendimento de que esse desenvolvimento está intrinsecamente relacionado aos modelos econômicos referentes a cada tempo histórico. Assim, o crime não é algo dado como natural ou atemporal, mas sim uma construção social e histórica (Jardim, 2011).

A prisão enquanto pena privativa de liberdade só foi se delineando e passando a assumir um caráter de punição sob a ótica do direito penal, com as transformações trazidas pelo Iluminismo. Também conhecido como Ilustração ou Século das Luzes, esse movimento intelectual e filosófico ligado à burguesia buscou trazer a razão para o centro das relações sociais, sobrepondo-se ao poder da fé para compreender a dinâmica da vida em sociedade. A razão estaria

no centro da evolução e do progresso e, por meio dela, seria possível alcançar a liberdade e a “felicidade social e política” (Chaui, 2000, p. 57). Era necessária à burguesia a defesa de novos valores para garantir a liberdade econômica, impor barreiras ao poder absoluto dos reis e aos privilégios da nobreza, para defender a posse sobre seus bens e promover a sua ascensão e manutenção, enquanto classe social.

No campo do direito, pode-se dizer que o Iluminismo introduziu uma nova direção atribuída à pena criminal. O movimento se posicionou contra as penas cruéis e desumanas e contra a pena de morte, levantando a bandeira da igualdade perante a lei, a proporcionalidade entre crime e punição e a introdução de conceitos como delito e pena. Nesse período, destacam-se as contribuições de pensadores iluministas como o italiano Beccaria e o inglês Bentham: “os fundamentos do sistema carcerário encontram-se no mercantilismo; sua promoção e elaboração foram tarefas do Iluminismo” (Rusche; Kirchheimer, 2004, p. 109).

Longe de qualquer ingenuidade por parte da burguesia, essa mudança de sentido na forma de punir se fazia necessária não somente para resguardar a classe que se formava, buscando garantias, liberdades e proteção à propriedade privada, como também era imprescindível à reprodução do capital, ao buscar o disciplinamento da mão de obra e a integração do indivíduo à sociedade. Aquela burguesia estava deixando de ser uma classe revolucionária para assumir “cada vez mais uma força social associada ao exercício do poder” (Lowy, 2000, p. 25). O século das luzes trazia consigo a “racionalidade das técnicas de domínio do capital” (Batista, 2011, p. 26).

A natureza e a finalidade das penas se tornaram a essência do modelo punitivo e o aprisionamento passava a ser considerado, de fato, pena (Santis; Engbruch, 2012). Privar o indivíduo de sua liberdade passou a significar retirá-lo da esfera da produção e do consumo enquanto cidadão e também privá-lo de suas relações sociais mais significativas, fazendo-o refletir sobre o delito cometido por meio do isolamento, tornando-o, então, o reflexo mais direto de sua punição. Cada delito praticado correspondia à privação de uma parcela de tempo do chamado criminoso.

Não era somente o sentido da punição que se alterava: o crime estava deixando de estar ligado ao pecado, à moral e religião, para ser compreendido

como uma infração da lei, com danos à sociedade. “Não há crime se não há lei que o determine previamente” (Faceira, 2015, p. 129). O delito passava, assim, a ser definido juridicamente.

Poderíamos, assim, indagar: por que nas sociedades pré-capitalistas, como a feudal, a punição somente com a privação da liberdade não encontrava sua razão de ser? A resposta pode estar na forma de organização socioeconômica que existia nos feudos. Não haveria sentido privar o indivíduo de seu tempo em uma sociedade na qual o trabalho não era medido pelo tempo, na qual o trabalho não seria gerador de lucro. Por isso, as punições estavam ligadas aos valores importantes da época, como os relacionados à vida, à integridade física, à perda do status, à moral, à conduta, por exemplo. O crime, pelos mesmos motivos, era associado a um ato de pecado, de desvio moral e religioso. O controle social se realizava por meio da punição com espetáculos públicos, ao inibir a prática de novos delitos pelos indivíduos. Nos sistemas feudais, o corpo era a matéria acessível à punição.

Com o passar dos tempos, o trabalho foi assumindo diferentes formatos, entre eles, a forma de trabalho assalariado que, apesar de possibilitar atender às necessidades vitais também tinha como objetivo o lucro que dele seria extraído. Assim, o trabalho na sociedade capitalista seria gerador de mais-valia, processo que está ligado à forma de produção atual, diferente de tempos anteriores, quando existiam outros meios extra econômicos que possibilitavam a passagem, para a mão de outras pessoas, do que fora produzido.

Assim, ao se considerar a pena de prisão, na sociedade capitalista, temos que o controle social se fazia (e se faz) necessário pela via da restrição da liberdade e pela via da restrição dos direitos, privações inerentes à condição de se estar preso. Com a busca de uma valorização cada vez mais ilimitada, as formas que o capital encontrou de se reinventar, a fim de gerar a mais-valia, vêm trazendo consequências cada vez mais desastrosas para aqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver (Forti, 2012). Para além da intenção jurídica do ato de punir, “a prisão se institui como forma de controle punitivo da mão-de-obra, contra as movimentações, sedições e revoltas populares” (Batista, 2011, p. 42).

A mudança de paradigma representou um avanço com relação às formas severas de punição datadas da Idade Antiga e Média. Entretanto, elas se

mantiveram restritas ao plano legal e ideológico, uma vez que era nítido o caráter desigual das formas de punir as diferentes classes sociais: “na prática judicial, os direitos fundamentais eram negados aos pobres, principalmente por meio do abuso das leis contra a vadiagem” (Rusche; Kirchheimer, 2004, p. 118).

Assim, o surgimento da sociedade de classes veio acompanhada da **seletividade** do sistema punitivo como mecanismo de controle social e econômico, uma vez que a imensa maioria do público criminalizável era pobre. Ainda que com um perfil um pouco diferenciado, em tempos atuais, observamos as marcas da composição do público alvo do sistema punitivo. Os modelos atuais também revelam como esse sistema foi se delineando para atender aos interesses da classe dominante, que foi se apropriando de aparelhos ideológicos para garantir a sua manutenção e reprodução.

A evolução do direito, paralela à evolução da economia política, foi acompanhada da matriz teórica do positivismo, que veio dar sustentação à direção social assumida pela classe burguesa, transferindo o “objeto do delito demarcado juridicamente para a pessoa do delinquente” (Batista, 2011, p. 26) — leia-se o pobre.

De acordo com Lowy (2000), o positivismo traz uma “rigorosa identidade entre sociedade e natureza, a dominação da vida social por leis naturais invariáveis” (Lowy, 2000, p. 24). Ao tomar como ponto central que os fatos sociais são regidos por leis universais e invariáveis, busca-se a aceitação de que as coisas são como são, de que os males existentes na sociedade são inevitáveis e de que a natureza dos fatos não pode ser modificada pelo desejo do homem, reforçando, assim, o traço conservador dessa corrente ideológica (Chagas, 2015). Com isso, o positivismo apresentava uma compreensão limitada dos processos sociais e a ideia do não questionamento da ordem vigente. Nada mais conveniente à burguesia dispor da ocultação ideológica dessa corrente para se firmar como classe social: “Graças à doutrina positivista que há de preparar os proletários para respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais da concentração do poder e da riqueza” (Lowy, 2000, p. 24).

Constituindo-se como um dos pilares que deram legitimidade ao modelo prisional moderno, a ideologia difundida pelo positivismo serviu de justificativa para enviar aqueles indivíduos “desajustados” para as grandes instituições de tratamento (Silva, 2011, p. 53), instaurando, também, o controle social, por meio

de ações disciplinares e reabilitadoras. O argumento reabilitador vai se apoderar do trabalho como foco da ressocialização (Batista, 2011). “Os tratamentos vão dar conta dos seres humanos recuperáveis e tratar de neutralizar os irrecuperáveis” (Batista, 2011, p. 42). Tal lógica da ressocialização pelo trabalho continua se perpetuando até os dias atuais, no âmbito do sistema carcerário.

Para Vera Batista (2011), a corrente positivista transforma o delito em algo natural, ligado à personalidade do indivíduo e, como tal, tratado de forma patológica e cabível de ações corretivas, reeducativas e ressocializadoras. Por essa razão, aposta no conceito de pena como defesa social, limitando-se a uma visão abstrata e a-histórica da sociedade. “O fenômeno criminal seria um dado ontológico pré-constituído” (Batista, 2011, p. 46). Em outras palavras, a corrente positivista retira a compreensão da sociedade como um todo, inserida nas relações contraditórias do capitalismo, e deposita a culpabilidade da questão criminal no indivíduo, sendo seu objeto de estudo aquilo que se limita ao real.

Implica-nos considerar que o modelo prisão como pena consagrava uma política criminal direcionada a atender aos interesses da burguesia, distanciando-se, com isso, de um pensamento ingênuo de que a pena de prisão seria apenas uma forma mais humana de punir. O sistema capitalista “pressupõe hierarquia e desigualdade, se assim não for, torna-se ameaçado, não tem como extrair e realizar o lucro” (Forti, 2012, p. 82-83). Com isso, de um lado, interessava à classe burguesa criar meios de trazer para o debate jurídico os entraves de uma discussão mais precisa sobre o direito e o aperfeiçoamento das técnicas do processo penal, objetivando garantias legais para sua própria segurança. De outro lado, essa mesma burguesia se apropriava do discurso criminológico para disciplinar e ordenar a massa de proletários que produziram a mais-valia. Para tanto, necessitava da operacionalidade do poder punitivo para garantir a manutenção da ordem. Por isso, torna-se tão relevante compreender a demanda por ordem na formação socioeconômica (Batista, 2011). Contudo, para se chegar a essa compreensão, é necessário buscar a raiz histórica da constituição da sociedade burguesa e a produção material da riqueza presente nas relações sociais antagônicas do capitalismo para se ter a compreensão da totalidade da vida social. Nada mais oportuno para esse debate nos apropriarmos do pensamento social de Marx.

Ao resgatarmos o processo de acumulação primitiva em Marx (1996),

temos que esse processo corresponde à pré-história do capital e do sistema produtivo que o compõe. Sendo o ponto de partida para a acumulação capitalista, é também o fio condutor para uma análise mais aprofundada dos acontecimentos históricos que atribuem sentido à constituição das prisões como pena e aos primeiros perfis do público do sistema punitivo.

O nascimento da sociedade capitalista decorreu da falência do sistema feudal. Esse processo ocasionou a expulsão violenta dos camponeses de suas terras e significou não só a quebra da servidão como também a transformação desses produtores rurais em trabalhadores assalariados, pois somente lhes restava a livre venda da sua força de trabalho, uma vez que todos os meios de produção e garantias de subsistência existentes nos feudos lhes haviam sido expropriados (Marx, 1996). O processo de expulsão total dos camponeses foi acompanhado de legislações arbitrárias que ofertaram ao mercado a mão de obra livre necessária à reprodução do capital. Assim, para Marx (1996), a acumulação primitiva é o processo histórico de separação do produtor dos meios de produção e gera “a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender, a não ser a si mesma” (Marx, 1996, p. 514). O autor considera a Inglaterra um modelo clássico do processo de formação do sistema de produção capitalista, sendo o país que mais rapidamente conseguiu introduzir as relações capitalistas no campo.

De acordo com Marx (1996), a grande massa de camponeses expropriados de suas terras que, por consequência da falência do sistema feudal, migraram para as cidades e não conseguiram ser absorvidos pela nascente manufatura com a mesma velocidade com que deixaram o campo, foi duramente reprimida com uma “legislação sanguinária”, que previa castigos cruéis para os chamados “vagabundos”, que, à época, comporiam o perfil de um público reprimido e alvo do controle social por parte do Estado. Em sua obra, Marx (1996) nos oferece vários exemplos de legislações sanguinárias que, entre os séculos XIV e XVI, vão surgindo para combater a vagabundagem, a mendicância e a criminalidade, em relação as quais a caridade privada e religiosa, presente na era medieval, seriam débeis. Isso significou que o proletário sofria o impacto de uma transformação econômica que lhe fora imposta e que lhes tratava como “criminosos” por estarem à margem do sistema produtivo.

O surgimento do sistema capitalista de produção enquanto sistema econômico e social modificou substancialmente as relações sociais e encontrou na propriedade privada dos meios de produção a fonte geradora de toda a riqueza e acumulação, da qual a mais valia se tornou a finalidade direta e determinante da produção. Aqueles que não detêm o monopólio dos meios de produção — a classe trabalhadora — se veem obrigados a venderem a sua força de trabalho. A venda da força de trabalho condiciona o trabalhador ao mercado e se torna o único meio que ele dispõe para se reproduzir e satisfazer suas necessidades.

A relação contraditória entre capital e trabalho está sempre permeada por interesses de classes antagônicas e por projetos societários distintos em disputa e a classe burguesa se apropria dos diversos aparelhos ideológicos para manter a exploração da força de trabalho e a proteção à propriedade privada.

O progresso da acumulação capitalista, tal como interpreta Marx no capítulo XXIII da obra *O Capital* (1996), está relacionado à alteração da composição orgânica do capital, ou seja, diminuição relativa de emprego de capital variável e aumento de capital constante. A redução do emprego de capital variável acelera o aumento absoluto da população trabalhadora (menos força de trabalho ocupada), pois esse aumento é sempre mais rápido do que a necessidade de valorização do capital e da capacidade do mercado em absorver a mesma classe trabalhadora, acarretando uma flutuação entre a menor ou maior ocupação de trabalhadores.

Marx (1996) aponta que esse movimento do processo de acumulação, característico do modo de produção capitalista, produz continuamente uma população trabalhadora relativamente excedente, logo supérflua, sendo esta necessária ao processo de acumulação, à medida que se constitui em um exército industrial de reserva disponível às oscilações do capital e pronta para ser explorada quando necessário. Essa população excedente é o produto necessário da acumulação e, concomitantemente, torna-se sua alavanca, propiciando a condição essencial de reprodução do modo de produção capitalista. Em outras palavras, temos que o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, mas essa capacidade de vender a força de trabalho só se concretiza quando ele encontra lugar no mercado. O trabalhador que consegue ser empregado é capaz de gerar acumulação de capital ao produzir mais-valia.

Aumentando-se os lucros, os proprietários dos meios de produção são capazes de investir na compra de mais meios de produção e tecnologia para aumentar a produção. O objetivo é cada vez mais aumentar a produção em um menor tempo, com menor emprego de capital variável — isso é possível ampliando a jornada de trabalho e intensificando a exploração do trabalhador. Ao se empregar menos força viva de trabalho, cresce a população excedente às necessidades do capital. Assim, a própria classe trabalhadora que produz a acumulação de capital é quem produz, ao mesmo tempo, os meios que a tornam “supranumérica” ao modo de produção capitalista (Marx, 1996). Tal movimento é denominado por Marx (1996) de lei geral da acumulação: “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária” (Marx, 1996, p. 462).

Marx (1996) considera também que o sobretrabalho da parte da classe trabalhadora ocupada aumenta o quantitativo de trabalhadores disponíveis, pois os disponíveis exercem uma pressão sobre os trabalhadores ocupados, forçando-os a aceitar o sobretrabalho e a se submeter aos ditames do capital. Ademais, trata-se de uma superpopulação que mantém disponível a força de trabalho, atua no controle dos preços dos salários e na oferta e demanda do mercado de trabalho.

Esse movimento dialético é imprescindível ao processo de acumulação e geração de mais riqueza, pois está atrelado às necessidades variáveis do capital. Ao trabalhador, é necessário se habituar a esse modo de produção como uma forma de manter o sistema e incorporá-lo como algo naturalmente próprio da sociabilidade humana, como qualidade social real.

Na contra face do crescimento dessa superpopulação relativa, encontra-se o que Marx (1996) identificou como pauperismo, ou seja, a mesma classe que produz a acumulação de capital produz, também, a miséria. Esse caráter contraditório é particular da sociedade capitalista.

A consequência mais expressiva do capitalismo em sua fase industrial foi a produção da miséria em escala proporcional à produção da riqueza. A esse fenômeno do pauperismo, associou-se a expressão “questão social”, pois a refração desse fenômeno alcançou a esfera sociopolítica, uma vez que as massas exploradas, ao evidenciarem a condição desumana, subalterna e de exploração a que eram submetidas, trouxeram para o cenário público a ameaça

à ordem política e econômica então crescente no século XIX (Netto, 2001). O problema do pauperismo se tornou questão social ao se tornar público e ao se transformar em uma luta política, ocasionando a intervenção do Estado na regulação das relações sociais, quando este passa a interferir no confronto de classes para garantir a manutenção dos interesses da ordem burguesa.

A questão social se expressa tanto em seus determinantes objetivos quanto subjetivos. Ao ser consequência também da ação dos indivíduos e à medida que se alteram as circunstâncias históricas, novas mediações se expressam sob a forma de questão social. Os sujeitos sociais vivenciam as expressões da questão social em um processo de rebeldia e conformismo (Iamamoto, 2015).

Transpondo essa reflexão para o campo da questão criminal, tanto o fenômeno da criminalidade quanto o perfil do público que compõe o sistema prisional condensam múltiplas expressões da questão social, refletidas na baixa escolaridade, faixa etária, pobreza, gênero, cor da pele, renda, violência, violação de direitos humanos e nos inúmeros direitos que lhe foram negados ou cerceados até chegar à prisão. O sistema carcerário possui como pano de fundo o conjunto de desigualdades da sociedade capitalista, não só reunindo complexas e diversas manifestações da questão social como também expressando o modo como os sujeitos vivenciam, potencializam e resistem a essas manifestações. Por essa razão, torna-se tão oportuno buscar a raiz histórica do atual sistema punitivo e a compreensão de que a história, ao se modificar, incorpora novas expressões da questão social (Iamamoto, 2015).

Quando a questão do sistema carcerário se torna pauta, muito do “senso comum” tende a naturalizar o processo de criminalização da questão social e responsabilizar o indivíduo e sua família pela situação vivida. Ao cair nessa armadilha, reduzimos os “problemas sociais” a “problemas individuais” negando a dimensão histórica, política, social, econômica e coletiva dos processos sociais que resultaram na ida daquele indivíduo para o cárcere, ou seja, negamos a questão social e a transformamos em um “problema social” e, sobretudo, um problema individual de responsabilidade exclusiva do indivíduo.

A questão social vem passando por um processo de criminalização e seus efeitos se manifestam nos diversos contextos da vida social, sendo cada vez mais respondidos mediante o controle repressivo daqueles subalternizados ao

capital, que assumem sua posição na estrutura social tanto por não encontrarem seu lugar nas relações de trabalho quanto por se tornarem alvo do controle social por parte do Estado (Alves, 2013).

O desenvolvimento da produção da vida material, erguida com as relações sociais de produção, na sociedade capitalista, acontece por meio do trabalho (Iamamoto, 2015). É inegável a centralidade que o trabalho ocupa na vida dos indivíduos, não só como um meio de satisfazerem suas necessidades sociais, como também, atribuindo um sentimento de pertencimento à sociedade. Dentro do cárcere, a questão do trabalho aparece como uma possibilidade maior rumo à liberdade, pois contribui com a remissão da pena. Além disso, permite a socialização fora das celas por um período do dia e traz um sentimento de valorização do acautelado frente à família. Fora das prisões, o trabalho para os egressos pode se tornar um fator preocupante, uma vez que muitos esbarram na dificuldade de reinserção nas atividades produtivas, seja pela baixa ou falta de qualificação, seja pelo estigma ou preconceito. Soma-se a isso a precariedade das formas de contratação em tempos de globalização e reestruturação produtiva, transformações que atingem sobremaneira a classe trabalhadora.

Há de se pensar no caráter contraditório assumido pelo trabalho quando o assunto é o sistema prisional, pois, ao mesmo tempo que se torna um elemento propulsor para os que defendem a reintegração à sociedade e a não reinserção na vida criminal, acaba por potencializar o processo de reincidência criminal ou entrada na criminalidade quando os indivíduos não encontram meios, por meio do trabalho, de atenderem as suas necessidades. O trabalho passa a assumir a função de reintegrar os egressos às regras de convivência estipuladas pela sociedade vigente, como se por si só fosse capaz de dar conta das complexas manifestações da questão social que acompanham a vida desses indivíduos.

De acordo com Iamamoto (2015), a criminalização da questão social atinge sobremaneira as classes mais baixas e seu enfrentamento combina assistência e repressão para o controle das massas. “Recicla-se a noção de classes perigosas – não mais laboriosas – sujeitas a repressão e extinção” (Iamamoto, 2015, p. 163). Como exposto anteriormente, em sua gênese, a questão social também foi tratada com leis sanguinárias e alto poder arbitrário por parte do Estado.

O controle da massa de supérfluos, como já considerado, fundamental à

manutenção do sistema, processa-se por meio dos aparelhos ideológicos do Estado, sendo que um desses aparelhos constitui o direito penal, evidenciando-se, assim, a incontestável relação entre o direito e o modo de produção de uma sociedade. “O direito penal, nessa linha, vai aparecer como um discurso de classe que pretende legitimar a hegemonia do capital” (Batista, 2011, p. 80).

3. ESTADO, GERENCIA DA QUESTÃO CRIMINAL E PRISÃO

Ao pensar a questão criminal, partimos do entendimento de que ela é uma construção social e está inserida na perspectiva política das relações de poder que englobam o conjunto de anseios por ordem de uma determinada classe social, no caso a classe burguesa. Tal reflexão também permite compreender como esta ordem está condicionada ao processo de acumulação de capital e conectada às relações sociais de produção capitalista, relações estas que expressam projetos societários distintos e antagônicos. Em nossa compreensão, este seria o primeiro e importante passo para superar uma análise superficial dessa questão. Assim, consideramos que a história da criminologia está conectada diretamente ao desenvolvimento do sistema capitalista (Batista, 2009).

Seguindo nessa abordagem, interessa-nos compreender como o Estado se relaciona com as formas de controle social demandantes das relações de poder presentes nessa sociedade, uma vez que tomamos como base de constituição desse Estado a sua relação com os processos sociais erguidos sob a ordem capitalista. Entendemos, assim, que a constituição do Estado é dinâmica, histórica e se distancia de uma posição de neutralidade (Pereira, 2008).

De acordo com Lolis e Silva (2017), existe uma clara relação entre o Estado burguês e o sentido que as prisões vão assumindo ao longo dos tempos, sendo a prisão uma instituição essencial na regulação da força de trabalho, sobretudo aquela que Marx identificou como de superpopulação relativa analisadas no primeiro ponto desse capítulo. Isso permite constatar que a funcionalidade das prisões está associada às transformações sofridas pelo capitalismo e que essa função é parte integrante dos “elementos materiais que compõem a força do Estado” (Lolis; Silva, 2017, p. 200). Assim, capital, Estado

e prisões mantêm uma relação interligada.

Engels (1984), no livro **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, ao tecer suas considerações sobre a formação do Estado, considera que na sociedade existem interesses antagônicos e para que os indivíduos não permaneçam em uma luta constante por seus interesses, seria necessário um poder emanado dessa sociedade, mas que estaria acima dela para amortecer os conflitos. Esse poder seria o Estado:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é "a realidade da ideia moral", nem "a imagem e a realidade da razão", como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder" colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (Engels, 1984, p. 191, grifos do autor).

O autor, ao analisar a função histórica do Estado, considera a existência de classes com interesses antagônicos e o processo de luta dessas classes, sendo o Estado um produto da sociedade que surge para atenuar esses conflitos. Avança, ainda, dizendo que ao mesmo tempo que o Estado nasceu para conter o conflito de classes, em meio a esse conflito, ele se tornou o Estado da classe política e economicamente dominante, reinventando meios de dominar e explorar a classe oprimida. Os direitos concedidos aos cidadãos estão, assim, atrelados ao que esses indivíduos têm de bens materiais, fazendo com que esse Estado seja, também, uma entidade de proteção à propriedade.

Segundo Lenin (2017), em **O Estado e a Revolução**, seguindo as concepções de Marx e Engels, "o estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes" (Lenin, 2017, p. 38) e as contradições de classe são inconciliáveis no modo de produção capitalista. O Estado foi construído historicamente como meio de perpetuar a exploração da classe trabalhadora e a manter a submissão de uma classe sobre a outra. Posto isto, longe de ser uma instituição imparcial, o Estado não surgiu "livre das determinações da classe

social dominante, muito menos responderá a interesses antagônicos” (Lolis, Silva, 2017, p. 199).

Se pensarmos que os instrumentos de força pública, poder e coerção utilizados pelo Estado para regular e atuar na reprodução das relações sociais se manifestam dentre outros exemplos pelas prisões e pelo sistema de normas jurídicas, representado pelo Direito em sua forma de leis, ordenamentos, decretos, normas e regulamentos temos que prisões e Direito são formas de representação estatal de dominação de classe. A prisão conserva sua função de aparato coercitivo e repressivo na regulação, exploração e opressão das classes subalternas e o Direito se estabelece pela necessidade histórica das relações de produção capitalista de garantirem a sua própria manutenção e reprodução (Cruz, Archanjo, 2020).

A leitura que a concepção marxiana nos permite ter do Direito é que ele não se manifesta somente pela letra da lei, em seus princípios formais ou pela vontade geral da maioria (o que seria uma doce ilusão), mas tem a sua base essencialmente material e ontológica. Isso nos permite desnudar o caráter que o Direito adquire na sociabilidade capitalista, pois nos aproxima de sua expressão real. E de qual expressão estamos tratando? Do fundamento jurídico que se manifesta nas condições reais de vida dos homens, nas relações de produção e nas forças produtivas. A concepção da existência do Direito está ligada às condições materiais de desenvolvimento do sistema econômico capitalista, que necessita da forma jurídica para se reproduzir e para atender as necessidades de ordem das classes dominantes (Cruz, Archanjo, 2020). São direitos de interesse privado, direitos burgueses. Esses direitos atribuídos aos homens em geral encontram seu limite dentro do que essa classe dominante julga como necessário ao bom desenvolvimento das forças produtivas e os homens, ao assumirem comportamentos que ameacem a ordem estabelecida, encontram nas leis o respaldo essencial para reestabelecer o equilíbrio.

Ao legislar, interpretar, julgar e fiscalizar as leis, o poder do Estado se manifesta pela vontade de uma minoria, aquela detentora dos meios de produção. É uma expressão legítima de dominação de classe pela via legal. Enquanto ordenamento jurídico, o Direito se expressa por algum interesse que o precede, que não é aquele derivado da consciência humana individual do legislador, mas, sim, dos interesses de uma estrutura social e das condições

materiais que constitui a sociedade (Cruz, Archanjo, 2020).

Então, não há como pensar a matéria do Direito de forma descolada do movimento real da sociedade. Ele está interligado aos acontecimentos políticos, econômicos, sociais, culturais e históricos.

Assis (2010) também explica que o Direito não surge espontaneamente das relações, mas é produto da vontade das classes dominantes, sendo regido de um lado por leis e por outro pelo conteúdo determinado dessa lei. “Assim, a dominação econômica de uns poucos sobre tantos outros se legitima por intermédio de um Estado de Direito, cujo princípio capital é a lei” (p.5).

As leis implementadas pelo Estado, deverão ser o fundamento de consolidação da liberdade e, conseqüentemente do direito, na sua forma jurídica, como expressão máxima da coação dos homens e da normatização das regras de convívio social. Ou seja, a liberdade, a igualdade e a propriedade privada são premissas da ordem burguesa, cujo ente regulador será o Estado moderno emergente através de um aparato legal e normativo (Oliveira, 2020, p.214).

De acordo com Lamamoto e Carvalho (1991), “ao considerar-se o Estado, é necessário acentuar sua importância decisiva na reprodução das relações sociais, na sua condição de legislador e de controlador das forças repressivas” (p.81). Ainda que o Direito seja instrumento de poder legalmente utilizado pelas classes dominantes, torna-se necessário também utilizá-lo como meio de atender as demandas da classe trabalhadora, melhorando a qualidade de vida e garantindo a sua sobrevivência, pois somente pela via da coerção e dominação ideológica não seria possível atingir o consenso das massas. Assim, o mesmo sistema jurídico que atua na regulação das relações sociais garantindo interesses minoritários prevê formas de acesso da classe trabalhadora aos mínimos necessários à sua sobrevivência, via execução de políticas públicas — apesar das previsões legais, isso não quer dizer que direitos são garantidos ou efetivados, pois acompanham o movimento do processo de acumulação capitalista. Longe de querer conciliar capital e trabalho, o que seria impossível, a intenção é promover como “justa” a regulação das relações sociais e instituir garantias de sobrevivência ao trabalhador (Assis, 2010). Mais uma vez situamos o Estado e o Direito “a partir das relações de produção e da correlação de forças existente entre as demandas do capital e as necessidades vinculadas ao mundo do trabalho” (Oliveira, 2019, p.02) e destacamos a presença do caráter de classe

e a sua atuação na manutenção e exploração da força de trabalho.

Dentro dessa perspectiva, podemos pensar a constituição do Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State. A construção desse Estado esteve relacionada às lutas da classe trabalhadora contra à exploração e opressão maciça do capital e a favor do reconhecimento de seus direitos enquanto classe social em um cenário histórico separado entre o capitalismo e o socialismo e marcado pela urgência em retomar a acumulação capitalista de um período anterior de crise (Oliveira, 2019). As características do Estado de Bem-Estar Social, fundamentalmente interventor e regulador, assentaram-se na chamada política keynesiana-fordista cujo objetivo se concentrava na combinação do aumento da qualidade de vida da população e controle das expressões da questão social por meio do pleno emprego, salários indiretos e acesso a direitos via serviços e políticas sociais e a produção em massa com o crescimento econômico e o fortalecimento do mercado de consumo. A regulação estatal e social se processava via proteção social ao elevar o trabalhador à condição de cidadão, melhorando a qualidade de vida dessa população e permitindo que essa classe alcançasse minimamente as necessidades materiais para sua sobrevivência.

Articulando esse contexto à questão criminal, que se manifesta como uma das expressões da questão social, podemos dizer que o Estado, ao conceder condições materiais de sobrevivência à classe trabalhadora, por meio do acesso a seus direitos, conseguiria manter essa mesma classe afastada da necessidade de infringir normas e leis para alcançar outros meios de sobrevivência, não sob uma visão ingênua, mas com o objetivo de garantir a manutenção da ordem e a reprodução do capital. Contudo, o campo dos direitos individuais e sociais se mostra conflituoso e cheio de tensões de classes, pois enquanto os direitos individuais estão ligados à preservação da burguesia enquanto classe social dominante, os direitos sociais permitem o acesso de outra classe — a trabalhadora — via Estado Social, sob a bandeira de luta da igualdade, da universalização de direitos e da justiça social, representando uma ameaça à ordem burguesa (Pereira, 2008):

Até meados da década de 1970, estudiosos acreditavam que a prática de encarceramento estava chegando ao seu esgotamento, pois outros mecanismos de controle se apresentavam mais exitosos, porém não

foi o que ocorreu nos anos seguintes, onde a prisão passou novamente a ganhar destaque (Oliviera, 2019, p. 04).

Ao final da década de 1970, a política defendida pelo Estado de Bem-Estar Social começa a apresentar sinais de esgotamento, sendo apontada como responsável pela crise da acumulação capitalista. Amparado pelo argumento de que o expressivo gasto com políticas públicas estaria ocasionando um déficit orçamentário, a saída seria reduzir o gasto público com o social e redirecionar recursos ao crescimento do mercado, com redução da intervenção do Estado e suas responsabilidades sociais (Pereira, 2008). Essas mudanças recaíram diretamente sobre a vida da classe trabalhadora, que sofreu violentamente o impacto do novo reordenamento político econômico de base neoliberal.

Visto como alternativa à crise, o neoliberalismo afirmou o culto ao individualismo, o suprimento das necessidades materiais via mercado, o aumento da taxa de lucros, a retração das regulações estatais, tanto no campo social quanto econômico e a globalização mundial e alterou significativamente a formas de reprodução do capital, ao introduzir a flexibilização da produção (toyotismo) e das formas de contratação e gerência da força de trabalho. Os efeitos perversos da reestruturação produtiva combinada às políticas de ajuste neoliberal se refletiram no aumento considerável do desemprego estrutural, da desigualdade social, na diminuição dos salários, no enfraquecimento da articulação política dos trabalhadores, das lutas sindicais e na retração de direitos, afetando, com isso, as condições de vida e de trabalho da “classe-que-vive-para-o-trabalho” (Behring, 2009, p. 179). “Esses processos apontam para obstáculos na constituição de uma consciência de classe para si, minando a solidariedade de classe e enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva” (Behring, 2009, p. 180).

No campo da proteção social, a redução de investimentos na área social foi usada como justificativa para conter o “equilíbrio das contas públicas” (Behring, 2009, p. 186) e reduzir o protagonismo do Estado na garantia de direitos, via políticas sociais públicas. A concepção de Estado que surgia para atender ao reordenamento econômico era de um Estado mínimo para o social e máximo para o capital (Behring, 2009), privilegiando políticas sociais focalizadas em detrimento do acesso universal aos direitos. Nesse contexto, a questão social passa a ser naturalizada e se torna o foco dessas políticas focalizadas de

“combate à pobreza ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficial” (Iamamoto, 2015, p. 163). Contexto que nos remete ao passado, quando a questão social era tratada como caso de polícia em vez de ser foco de atenção de políticas públicas (Iamamoto, 2015).

Segundo Iamamoto (2001a), o enfrentamento da questão social se dá por meio da articulação de assistência focalizada combinada à repressão mediante o recrudescimento do braço coercitivo do Estado. Nesse sentido, as diversas expressões da questão social passam por um “violento processo de criminalização” (Iamamoto, 2015, p. 163) e, como o sistema punitivo condensa muitas dessas expressões, ele também sofre o impacto do processo de desmonte das políticas públicas, cujos efeitos se expressam na superlotação do sistema carcerário.

O entendimento sobre o crime deixa de alcançar a compreensão das raízes que o geraram e passa a apontar o indivíduo como único responsável pela sua conduta. Nessa perspectiva, “as estratégias de segregação passaram a ser consolidadas pelo prolongamento das penas e pelo endurecimento de políticas contra o crime (...). Passaram também a ser desenvolvidas a partir da intenção de punir os pobres” (Oliveira, 2019, p. 06).

A insolvência das políticas públicas defendidas no campo do Estado de Bem-Estar Social e o nascimento dos padrões de acumulação flexíveis acentuaram sobremaneira a fenda, já existente, das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social de forma generalizada, alterando, consideravelmente, as relações sociais e a configuração política dos Estados Nacionais para atender ao receituário neoliberal. Então, os governos se mostraram responsáveis pelo controle das consequências dessa nova realidade e justificaram a legitimidade de uma gestão autoritária e punitiva como expressão dessas transformações. As consequências dessa mudança política se tornam mais agudas quando voltamos nosso olhar aos países com uma histórica relação de subordinação às economias internacionais e grandes desigualdades sociais. Em tais países, a extensão do braço punitivo do Estado se reflete de maneira direta na base da estrutura de classes, um exemplo disso é o Brasil (Wacquant, 2003).

O avanço do capitalismo em escala global conectou os investimentos na esfera econômica a uma política criminal materializada por um Estado punitivo

capaz de gerir o controle social. A resposta ao crime se concentra muito mais nos efeitos do delito cometido do que na busca pelo entendimento das raízes estruturais que o geraram.

Na leitura de Wacquant (2003), a falência do Estado Providência inaugurou a equação mais Estado penal para menos Estado social como estratégia de controle social. A maximização de uma Estado Punitivo faz parte da estratégia de uma política neoliberal de gestão penal, focada em criminalizar as consequências da miséria, controlar a pobreza e conter as classes (chamadas) perigosas. Dessa forma, a composição majoritária do sistema carcerário concentra tantos os segmentos considerados perigosos quanto os considerados supérfluos, “segmentos que se convertem em objeto de atendimento por parte do Estado que desenvolve cada vez mais o seu braço repressivo em detrimento do protetivo” (Guerra, 2019, p. 14).

O fortalecimento e inchaço do Estado Punitivo instaura o que Wacquant chama de “ditadura sobre os pobres” (Wacquant, 2003, p. 06) e serve como resposta

às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário (Wacquant, 2003, p. 06).

Decerto, as formas de controle social e os processos punitivos decorrentes desse controle não são privativos da sociedade capitalista. Contudo, encontram uma conotação diferenciada nessa sociedade, a fim de atender às necessidades específicas de manutenção desse sistema, pois, enquanto sistema econômico e social, tem na propriedade privada dos meios de produção a fonte geradora de riqueza e acumulação, encontrando na mais-valia a finalidade direta e determinante da produção e no Estado o órgão mantenedor da exploração da força de trabalho, ao assumir uma orientação classista em total concordância com os ditames do capital.

Por fim, quando pensamos no público-alvo do sistema penal, sabemos que ele não é exclusivo de determinada classe social, entretanto, são nos setores em que o Estado falha na garantia de condições materiais mínimas de sobrevivência, aqueles mais pauperizados e os que experimentam as mais diversificadas manifestações da questão social, que observamos sua expressão

com maior intensidade (Silva, 2011). Não estamos diante de um Estado que preza pelo social, mas que se rende a uma lógica neoliberal que pune os pobres.

4. PARTICULARIDADES HISTÓRICAS DO SISTEMA PUNITIVO NO BRASIL

Pensar nas particularidades históricas do sistema punitivo brasileiro nos convida a um olhar atento sobre os processos sociais que se mostraram determinantes na composição do público criminalizável no Brasil. Por que falar desse público? Porque ele expressa relações sociais marcadas por profundas desigualdades e contradições típicas de um determinado modo de produção: o sistema capitalista.

Cabe perguntarmos qual seria a particularidade da realidade brasileira? Sem dúvida, o ponto de partida é a condição de colônia em que se encontrava o Brasil e que inaugurava a incorporação da nossa subordinação e dependência ao capital estrangeiro, logo carregado de suas contradições, somado às relações sociais de produção que aqui se estruturavam e a uma formação social marcada pela diversidade e pela desigualdade racial.

A estrutura do sistema punitivo brasileiro começa a se delinear desde os primórdios da colonização, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, que trouxe consigo um sistema jurídico já estruturado dentro do contexto europeu. Um molde de sistema que foi imposto às sociedades primitivas que aqui se encontravam, em nome da superioridade da civilização que chegava.

A sociedade que se formava transbordava traços de violência e autoritarismo, recaídos prioritariamente sobre a população escrava e sobre os denominados “vadios”, “vagabundos” e “imprestáveis” pela “elite colonial” (Silva, 2011, p. 40), que eram aquela outra parcela da população que se encontrava livre e liberta, porém, sem lugar na estrutura produtiva e social. Esse público foi alvo do controle social e experimentou condutas típicas de uma estrutura social hierarquizada, rígida e fruto de uma pirâmide social marcadamente antagônica, composta majoritariamente por senhores de engenho e escravos.

O Brasil se funda e se desenvolve tendo o regime escravocrata como elemento sustentador da economia. A escravidão, que representou o extremo da exploração do homem branco sobre o corpo negro e indígena, e tudo que ao longo dos anos dela decorreu, trouxe consigo uma cultura de hierarquização e

estigmatização das raças que se refletiu na estrutura social e nos aparelhos ideológicos de dominação. O racismo perpassa as transformações da história da formação social brasileira, refazendo-se e se reconfigurando no transcurso dessa história e permanecendo sempre latente e muito presente nas relações sociais, sobretudo para aqueles que sofrem, na estrutura e organização do Estado. Por essa razão, essas são características históricas marcantes quando se trata de direcionar a escolha do público-alvo do sistema punitivo brasileiro.

Juliana Borges (2018) considera que o caráter punitivista esteja na base da formação do sistema criminal brasileiro desde os primórdios dos anos 1500, mostrando como as penalizações aconteciam de forma diferenciada entre as camadas sociais e recaiam prioritariamente sobre aqueles que não tinham lugar na estrutura social e econômica. Ela destaca que a influência das ordenações amparou a predominância da “esfera privada e da relação senhor/proprietário-escravizado/propriedade” (Borges, 2018, p. 43), reforçando o caráter violento da sociedade escravocrata.

A mudança de direção atribuída ao sistema de punições começou a experimentar novos ventos com a importação dos ideais iluministas amparados pela teoria social do positivismo, dentro de um cenário de defesa do liberalismo, integração ao mercado internacional com foco na exportação e endurecimento dos processos de exclusão de negros e índios. Como já assinalamos no ponto anterior, em nome de formas mais humanitárias de se pensar as punições, a prisão atingiu um novo significado, passando a ser considerada, de fato, pena. Isto se refletiu na promulgação da Constituição (1824), seguida da elaboração do Código Penal (1830) e do Código de Processo Penal (1832), sendo estes dois últimos elaborados já no período imperial, sob a justificativa de um sistema punitivo de orientação liberal, não fosse o “paradoxo da escravidão” (Filho, 2004, p. 189).

A modernização do aparato jurídico e penal veio travestida de seu caráter conservador pois, ainda que sob a perspectiva de uma concepção reformadora, a fenda existente entre a legalidade e a realidade se mostrava gigante. A defesa mais humanitária das formas de punir e de uma sociedade mais civilizada por parte do Estado não atingiu uniformemente e igualitariamente todos os indivíduos, devido à segregação social entre livres e escravos. Aos escravos ainda eram direcionadas práticas de barbárie e seu disciplinamento estava ligado

ao juízo do senhor — a imputação de castigos disciplinava o escravo para o trabalho forçado e servia como exemplo aos demais.

Como já mencionado, o trabalho em sua forma geradora de mais-valia assumia um significado central na sociedade capitalista ao lado da propriedade privada. Nesse sentido, o escravo era visto como propriedade privada e, como tal, imbricado nas relações de poder e de produção. Toda ação do Estado direcionada ao escravo era entendida como uma ação a resguardar a propriedade privada. Com isso, a estrutura da gênese do Direito no Brasil acontecia na relação de resguardar o patrimônio e não pela via da garantia de direitos a todo indivíduo (Borges, 2018), perpetuando-se a lógica extralegal do sistema de justiça na formação do Estado brasileiro e na proteção aos cidadãos.

A ocultação de práticas cruéis pela letra da lei acontecia para atender aos interesses de poucos, em detrimento de muitos, e para direcionar a criminalização mais severa para um público específico, pois há de se constatar que o contingente de escravos era muito maior do que a população branca e livre. Para além disso, como o processo de escravização foi acompanhado de muitas revoltas e resistência por parte do povo negro, era necessário um controle mais violento como forma de disciplinamento e exemplo.

A centralidade que o trabalho ocupava (e ocupa) era tão determinante na sociedade que, sob esse aspecto, surgiram as Casas de Correção, prisões modelos do Império, para onde eram direcionados o público livre, em sua maioria os considerados mendigos e vagabundos, para execução da pena de prisão com trabalho. Já nessa época, destacava-se a preocupação de reinserir o indivíduo criminoso por meio do trabalho, tornando-o cidadão aos olhos da sociedade. A privação do tempo servia não somente para retribuir o delito cometido, mas também, como forma de despertar valores necessários à adesão à ordem capitalista e liberal por meio do trabalho forçado. Pensando um pouco mais adiante, as prisões, além de trazerem uma sensação de segurança para as elites ao manterem sob o cárcere os indivíduos considerados delinquentes, também reproduziam e reforçavam o caráter excludente e arbitrário da sociedade da época (Aguirre, 2012). A questão do trabalho como forma de reintegrar o indivíduo à sociedade é uma questão que vem atravessando o tempo. Se pensarmos na realidade atual, a inserção em atividades laborativas é uma ação que integra o programa individualizado de ressocialização (PIR), com vistas à

reintegração do acatado ao meio social. Contudo, o aparato legal que reconhece o trabalho como um fator positivo na reintegração desse indivíduo é o mesmo que o exclui, ao não oferecer condições para a efetivação do que se propõe, seja pela carência de oportunidades de postos de trabalho para todos, seja pela própria deficiência da política pública. Como pensar em reintegração de algo que não foi primariamente proporcionado?

O período que segue pós-abolição liberou para o mercado de trabalho a força de trabalho de um contingente de “ex”-escravos, que apenas se viam livres em sua condição, mas ainda permaneciam presos à opressão gerada pela sociedade escravocrata. Grande parte permanecia na situação de exclusão na estrutura social e econômica. A visão do negro como sujeito subalterno, mercadoria e força de trabalho escrava ocultava o seu reconhecimento agora como parte integrante de uma força de trabalho assalariada e como sujeito de direitos. Nesse sentido,

posicionar-se como classe trabalhadora nos pós-abolição é experiência problemática, porque posicionar-se como uma categoria que busca direitos significa, primeiro, entender-se como sujeito no mundo algo que foi perversamente negado (Borges, 2018, p. 40).

Essa força de trabalho, agora livre, jogada ao mercado e engrossando a massa de desempregados e subempregados, também continuaria a sofrer com o controle social por parte do Estado, seja por meio de políticas e regulamentos impostos à conduta do negro, seja por meio do braço repressivo desse mesmo Estado. Seria necessário reforçar o controle social por meio de leis repressoras, como forma de garantir a manutenção do poder das elites brasileiras. Exemplo desse aparato repressivo positivado no ordenamento jurídico pelo Estado e que demonstra a presença da hierarquização racial no sistema de justiça brasileiro se expressa na redação do Código Penal de 1890, que criminalizava expressões da cultura negra como a capoeira e os ritos religiosos (Serafim; Azevedo, 2011). Aguirre (2012) relata que a maior parte da massa carcerária era composta por negros, mestiços e índios, o que fazia sobressair o traço marcante da estrutura social pautada na hierarquização racial.

O sistema punitivo do período republicano concentrava, assim, sua intervenção em ações mais focadas na vigilância e no controle social, direcionando-as, sobretudo, à população negra e pobre, a partir de uma

concepção moral e racial de que esse segmento populacional se enquadrava dentro das “classes menos favorecidas” (Borges, 2018, p. 50), com tendência a um comportamento preguiçoso, corrupto e imoral. Esses pré-conceitos seriam determinantes para rotular as condutas como criminosas e essas classes, por estarem incluídas em tal imaginário, comporiam o estereótipo do sujeito a ser criminalizado (Borges, 2018). A autora aponta que, se no campo ocorria a reorganização das práticas de superexploração dos libertos, na cidade a ação mais ostensiva ficava direcionada aos “vadios”, tornando acentuado o desenho do que seria crime e criminoso.

Dentro dessa concepção de se traçar um estereótipo de criminoso tendo como pano de fundo histórico o positivismo criminológico, as ideias lombrosianas ganharam espaço ao se difundir a concepção de “criminoso nato”, associando as características morfológicas de determinados indivíduos à autoria de delitos (Aguirre, 2012). O perfil indicativo de criminoso se assemelhava à figura do índio e do negro, indivíduos caracterizados como “incapazes, próximo ao grau primitivo e, portanto, sem consciência e civilidade” (Borges, 2018, p. 52). É penoso admitir que a atribuição do crime estava associada à imagem de quem o praticava. Elaboraões como essa reforçavam o caráter racial presente na formação da criminologia brasileira, amparada por um viés repressivo, resguardado por uma prática policial com esses mesmos aportes (Borges, 2018).

A partir de 1930, o campo jurídico experimenta um novo contorno sob o olhar da questão racial: “a miscigenação, como elemento de degenerescência, passa a ser trabalhada como característica e símbolo nacional. A construção de uma narrativa de ‘brasilidade’ fruto da soma de três raças ganha corpo” (Borges, 2018, p. 53). Contudo, as práticas discriminatórias se mantiveram presentes nos aparelhos ideológicos do Estado e na estrutura da sociedade.

De acordo com Serafim e Azevedo (2011), a ruptura com a “política racial de higienização popular” (p.14) só passou a ser repensada a partir da elaboração do novo Código Penal de 1940 que, em consonância com o princípio da igualdade, já defendido nas Constituições de 1891, 1934 e 1937, tipificou como crime outras condutas, como as ligadas às transformações econômicas da época, aquelas transformações ocorridas após a queda da bolsa de valores em 1929 e a as trazidas com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Observemos como as circunstâncias históricas vão se alterando e com

elas se modificam as formas de sociabilidade, para acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas e econômicas. Nesse contexto, o ordenamento jurídico é utilizado como instrumento para fortalecer a ordem vigente. As tipificações dos crimes vão assumindo novos componentes e vão avançando sobre novas características, “inclusive sob o verniz de uma criminalização da pobreza em um esforço de limpar o elemento racial como sustentação do sistema de desigualdades brasileiro” (Borges, 2018, p. 53).

Dessa forma, é correto pensar que o Brasil estruturou seu sistema punitivo em concordância com o modelo capitalista vigente, despontou o sentido classista das criminalizações e do poder punitivo amparado por uma ideologia positivista, e suas expressões estiveram marcadas pelos acontecimentos históricos, internos e externos. A elaboração das leis, das normas e as formas de punição atendeu às necessidades do desenvolvimento econômico de seus tempos. Como exemplo, temos que a escravidão encontrou seu lugar enquanto perdurou o regime escravista e os interesses econômicos na comercialização do corpo negro, o trabalho forçado persistiu atendendo aos interesses da manufatura, ganhando importância as casas de correções (Silva, 2011). Com a abolição da escravatura, a preocupação passou a ser administrar o novo contingente que se aglomerava nos centros urbanos, somado à massa de pobres que aumentavam.

As transformações em curso na história ditaram as necessidades de rearranjos na composição do aparato punitivo e, não diferente de algumas outras realidades, o Estado brasileiro se posicionou de forma repressiva na gestão do controle social e carregou consigo, desde sua origem, uma cultura punitiva conectada à lógica da exceção, pois desde sempre teve como característica marcante o recorte classista, racista e socioeconômico. Contudo, somos forçados a acreditar que o viés que orienta o sistema de justiça criminal é aquele cujo objetivo se concentra em resguardar a segurança de todos (ou quase todos) para o bom convívio social. Dentro dessa perspectiva, os indivíduos são regidos por normas e leis e a quebra desse pacto implica no cometimento do crime, culminando na sanção penal. Na contramão dessa concepção, o que a realidade nos mostra é que esse sistema de justiça acaba por alimentar a insegurança, aprofundar as marcas da exclusão e a reproduzir as desigualdades.

Nessa seara, a prisão passou a assumir papel de destaque, ainda que não cumprisse sua finalidade penalógica. Pensemos nas prisões como

instrumentos que compõem a força socioeconômica vigente: segundo Batista (2003), a função das prisões nos séculos XVIII e XIX eram o disciplinamento, sobretudo para o trabalho, visto o processo de industrialização e consolidação das forças produtivas que, atualmente, funcionam como fábrica de exclusão. Esse complexo institucional abarca, majoritariamente, aqueles excluídos do mercado, seja como consumidor, seja como força de trabalho (Batista, 2003). Em outras palavras, o ordenamento jurídico acaba por punir “o que a impotência do sistema gera” (Batista, 2003, p. 08).

Assim, quando dirigimos nossa atenção ao público que compõe a massa carcerária, observamos como a criminalização vai avançando sobre outros determinantes, à medida em que se alteram as condições sócio-históricas, mas segue conservando a herança estrutural do processo de penalização.

O crescimento descompassado da população carcerária e a realidade estarrecidora presente nos estabelecimentos prisionais se traduzem não só na superlotação, mas também nas péssimas condições de vida e higiene dentro das celas — caracterizadas pela falta de espaço, ventilação, iluminação, alimentação —, na violência institucional e nas violências sexual, psicológica e física entre os próprios indivíduos privados de liberdade e na precariedade do acesso aos serviços elementares de saúde, assistência social, educação, trabalho e justiça. Nas palavras de Wacquant (2001), esse contexto assemelha o sistema carcerário brasileiro mais a “campos de concentração para pobres” (WACQUANT, 2001, p. 07) do que “instituições judiciárias com alguma função penalógica” (Wacquant, 2001, p. 07) e eleva o Brasil a uma das piores taxas de encarceramento do Terceiro Mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve reflexão, podemos perceber como o sistema de punições foi se reinventando a cada nova etapa do processo de acumulação capitalista deixando, assim, de “atingir seu real objetivo” para atender aos ditames do capital.

O tempo presente está impregnado de uma cultura neoliberal e conservadora que reforça o culto ao individualismo e a responsabilização dos sujeitos por sua condição e posição na estrutura social, obscurecendo, com isso,

a gênese dos processos sociais que o colocaram nessa posição e reforçaram, também, a despolitização da questão social, naturalizando “a adoção do poder punitivo no enfrentamento dos conflitos sociais que surgem” (Alves, 2013, p. 165).

A solução pela via penal materializada pelo privilégio de ações estatais coercitivas e punitivistas instiga a ânsia por vingança e solicita uma intervenção incapaz de mensurar os efeitos da punição sem se preocupar com as consequências posteriores a esse efeito. Uma solução que camufla a consciência de que extra e intramuros fazemos parte da mesma sociedade e somos regidos pela mesma relação violenta imposta pelo processo de acumulação capitalista que trata como desiguais aqueles que não estão inseridos na esfera produtiva.

Presenciamos um acentuado discurso por soluções punitivas para a resolução de conflitos em nossa sociedade que não significa uma redução dos índices de criminalidade, pois encarcerar problemas sociais não resolve a gênese desses problemas. Somada a essa assertiva, temos que a violação estrutural e institucional presente nos espaços punitivos não corrobora qualquer redução de criminalidade, ao desumanizar aquele que está sob a tutela do Estado.

Ao denunciarmos a falência do sistema penal, não significa que sejamos contra a responsabilização de indivíduos quando infringem as normas sociais, mas nos posicionamos contra um sistema que, da forma como se encontra estruturado, atua somente na reprodução das desigualdades, reforça estigmas, preconceitos, violências e segrega ainda mais uma parcela da população que já se encontrava subalternizada, pois entendemos que as violações de direito antecedem a chegada do indivíduo à prisão. Indivíduos violam leis, mas o Estado também é violador ao não garantir direitos para prover a manutenção da reprodução social da coletividade. Essa violação institucional acaba sendo legitimada pelos aparelhos ideológicos de interesse das classes dominantes. Assim, entendemos que só será possível pensar em uma outra forma de sistema penal quando não mais estivermos vivendo uma sociedade de classes, pois esta pressupõe projetos societários em disputas, conflitos de classes e interesses em torno da propriedade privada e do lucro.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, C. Cárcere e Sociedade na América Latina, 1800–1940. *In: MAIA, C. N. (org.). História das prisões no Brasil*. v. 1. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2012.
- ALVES, J. D. O. **A criminalização da questão social: uma juventude encarcerada**. 2013. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013. 185 p.
- ASSIS, M. S. Direito e Estado sob a ótica de Karl Marx. *In: Revista Sociologia Jurídica*. N° 10, jan/jun. 2010.
- BATISTA, V. M. Prefácio. *In: Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BATISTA, V. M. Criminologia e política criminal. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, v. 1., n. 1, p. 20-39, jul/dez. 2009.
- BATISTA, V. M. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro. Revan, 2011. 128 p.
- BECCARIA, C. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BORGES, J. **O que é: encarceramento em massa?**. Belo Horizonte-MG: Letramento; Justificando, 2018.
- CHAGAS, B. R. F. Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro. *Serviço Social e Sociedade*, Londrina, v. 17, n. 2, p. 169-186, jan./jul. 2015.
- CHAUI, M. Aspectos da filosofia contemporânea. *In: Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CRUZ, C. O. S.; ARCHANJO, G. D. A. O direito é instrumento de resolução de conflitos ou de dominação de classe? Uma análise de Karl Marx acerca do fenômeno jurídico. *In: Revista Âmbito Jurídico*. N° 196, Ano XXIII, maio de 2020.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e Estrutura Social**. Tradução: NEDER, G. 2. ed. Rio de Janeiro. Revan, 2004. 281 p.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FACEIRA, L. S. Punição e Tratamento e as faces contraditórias do sistema penitenciário brasileiro. **Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 27-13, 2015.

FILHO, L. F. C. **Impunidade no Brasil. Colônia e Império**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 51, 2004.

FORTI, V. Condições de trabalho e demandas profissionais no campo sociojurídico. *In*: II Seminário nacional: o serviço social no campo sociojurídico na perspectiva da concretização de direitos / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Tempo de Luta e Resistência, 2012, Brasília: CFESS.

GUERRA, Y. Prefácio. *In*: **Serviço Social dentro da prisão**. São Paulo: Cortez, 2019.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001a.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fectiche**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JARDIM, A. C. M. G. **Famílias e Prisões**: (sobre) vivências de tratamento penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. Disponível em: <[http://www.academia.edu/8752947/Fam %C3 %ADlias_e_Pris %C3 %B5es](http://www.academia.edu/8752947/Fam%C3%ADlias_e_Pris%C3%B5es)>. Acesso em 12 ago. 2018.

LENIN, V. I. **O estado e a revolução: a doutrina do marxismo sobre o estado e as tarefas do proletariado na revolução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOLIS, D.; SILVA, L. M. O Estado burguês e a prisão: algumas considerações sobre a funcionalidade do aprisionamento no sistema capitalista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 197-214, jul/dez. 2017.

MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-45, jan/jul. 2001.

OLIVEIRA, E. A. Estado e direito no capitalismo: um debate entre o liberalismo e marxismo. **Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 213-222, maio/ago. 2020.

OLIVEIRA, I. S. O avanço do Estado Penal no mundo e no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 2019.

PEREIRA, P. A. P. Estado, Regulação Social e Controle Democrático. *In*: **Política Social e Democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

SANTIS, B. M. D.; ENGBRUCH, W. A evolução histórica do sistema prisional. **Revista Liberdades**, São Paulo, n. 11, p. 143-161, set/dez. 2012.

SERAFIM, J. G; AZEVEDO, J. L. A (des)criminalização da cultura negra nos Códigos de 1890 e 1940. **Amicus Curiae**, – Criciúma, SC: Universidade do Extremo Sul Catarinense, v. 6, n. 6, 2011.

SILVA, S. G. **Prisão e extermínio: um estudo sobre as formas de controle social em tempos de barbárie**. 2011. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. 105p.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2003.



Agência Brasileira ISBN
ISBN: